

CÉLIO RICARDO TASINAFO

**A OBRA DO PRESENTE E DO FUTURO: ALGUNS DOS
SIGNIFICADOS DA PROPOSTA ABOLICIONISTA/REFORMISTA
DE JOAQUIM NABUCO
(1882 -1884)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas –
Unicamp, sob orientação da profa. Dra.
Izabel Andrade Marson.

Exemplar correspondente à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela Banca
Examinadora em 15 de fevereiro
de 2.001.

BANCA:

Profa. Dra. Izabel Andrade
Marson (orientadora)

Izabel Marson

Profa. Dra. Cecília H. L. de Salles
Oliveira

Cecília H. L. de Salles Oliveira

Prof. Dr. Robert W. Slenes

Robert W. Slenes

Profa. Dra. Sílvia H. Lara
(Suplente)

CAMPINAS, JANEIRO DE 2.001

N.º CHAMADA:	
T/UNICAMP	
T182o	
V.	Ex.
TOMBO BC/ 44403	
PROC. 16.392/02	
C	D ☒
PREC. R\$ 11,00	
DATA 12/05/04	
N.º CPD	

CM-00155065-7

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

T182o **Tasinafo, Célio Ricardo**
**A obra do presente e do futuro : alguns dos significados da
Proposta abolicionista / reformista de Joaquim Nabuco (1882-1884)
Célio Ricardo Tasinafo. - - Campinas, SP : [s.n.], 2001.**

Orientador: Izabel Andrade Marson.
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Nabuco, Joaquim, 1849-1910. 2. Escravidão – Brasil – Séc.
XIX. 3. Liberalismo – Brasil – Séc. XIX. 4. Abolicionistas.**
**I. Marson, Izabel Andrade. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Para minha mãe, Alairce, por tudo
aquilo que só as mães sempre fazem.

Para minha tia, Sueli (in memoriam),
que se fez mãe por longos e
importantes anos.

Para minha amiga, D. Leda, por toda a
sua generosidade.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

RESUMO:

A dissertação tem por objetivo principal analisar a obra *O Abolcionismo*, escrita e publicada em Londres, em 1883, por Joaquim Nabuco (1849 – 1910).

Utilizando-se da correspondência privada do autor, bem como de textos por ele escritos para a imprensa e publicados na Seção Exterior do Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), sob o título de “Cartas de Londres”, procurou-se identificar quais os sentidos históricos imediatos das propostas abolicionista/reformistas de Nabuco – constantemente referenciadas pelos estudiosos do processo abolicionista brasileiro.

Identificando vínculos entre o abolicionista e empresários e investidores britânicos e brasileiros o trabalho conclui pela ligação estreita entre aquelas propostas e as práticas constitutivas do “*imperialism of free-trade*” ou *British ‘informal empire’*.

ABSTRACT:

The dissertation has for main purpose to analyse the book *O Abolcionismo*, that written and published at London, in 1883, by Joaquim Nabuco (1849 – 1910).

It makes use of private letters of author, and the texts for him written to printing press and publisheds at the “Exterior Section” of Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), under title of “Cartas de Londres”. It searches to identify the immediate historical senses of purposes abolitionist/reformist of Nabuco. These purposes are constantly advised for analysts of Brazilian abolitionist process.

It identifies entails among the abolitionist and British undertakes and Brazilian undertakes; thus, the work concludes also for entails among those purposes and the practices of the do “*imperialism of free-trade*” or *British ‘informal empire’*.

“ E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distingüir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade”.

Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*

ÍNDICE:

Agradecimentos.....	1	
Introdução.....	5	
Capítulo 1: Visitando o Monumento		
Introdução.....	17	
1 – <i>A Vida de Joaquim Nabuco</i> por Carolina Nabuco: o “monumento” explicado pela grandeza dos alicerces.....	21	
2 – <i>A Vida de Joaquim Nabuco</i> por Luís Viana Filho: o “monumento” explicado pelo idealismo do construtor.....	31	
3 – O “monumento” analisado “cientificamente”: os estudos de cientistas sociais sobre a trajetória e atuação de Joaquim Nabuco.....	39	
Capítulo 2: O <i>Abolicionismo</i> entre Negócios e Estratégias Políticas		
Introdução.....	79	
1 – Os Negócios do Abolicionista.....	83	
2 – As Estratégias do Abolicionista.....	114	
Capítulo 3: Escritos de Londres para o Brasil: Notícias em meio à propaganda		
Introdução.....	151	
1 – A guerra no Egito e o papel civilizador da Grã-Bretanha: Alguns indicativos sobre as características de uma política externa para o “progresso”.....	167	
2 – As finanças brasileiras: estabilidade e confiabilidade.....	178	
3 – A situação da Irlanda: Alguns indicativos sobre as diretrizes de uma lei agrária.....	187	
Considerações Finais: Entre “selvagens” e “botocudos” – Breves mediações entre duas historicidades.....		199
Anexo: Cronologia de Joaquim Nabuco.....		215
Fontes e Bibliografia.....		227

AGRADECIMENTOS:

*“Todo livro de história digno deste nome deveria incluir um capítulo, ou se quiserem, inserir nos pontos capitais do discurso, uma série de parágrafos que se intitulariam mais ou menos: ‘Como pude apurar o que vou dizer?’ Estou persuadido de que, ao tomarem conhecimento de tais confissões, até os leitores que não são do ofício experimentariam um verdadeiro prazer intelectual. O espetáculo da investigação, com seus sucessos e reveses, raramente enfastia. A coisa passada é que provoca frieza e tédio.” Marc Bloch, **Introdução à História.***

Este é o momento em que reconhecerei enormes dívidas, feitas junto aos credores dos mais generosos, e que nunca poderei saudar. Assim, longe de pretender “pagar” alguma coisa com estes agradecimentos, pretendo somente me confessar um eterno inadimplente junto a todos aqueles que me apoiaram na realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos professores do Departamento de História/IFCH/Unicamp, aos quais devo toda a minha formação. Em especial àqueles que me acompanharam mais de perto, durante todos estes anos. Professora Izabel Marson foi bem mais que uma orientadora. Presente em todos os momentos da pesquisa e elaboração do texto, a ela devem ser tributados os principais méritos desta dissertação. Além de ter me apresentado ao Joaquim Nabuco, ela forneceu as principais hipóteses para que o trabalho começasse e se desenvolvesse; sempre se animou e me animou com as “coisas” que fomos descobrindo ao longo do caminho – o que representou sempre um incentivo salutar para a continuidade do trabalho. Ajudou também a contornar obstáculos que pareciam intransponíveis – desde as dificuldades em conseguir os principais documentos até a concepção de uma problemática capaz de ser minimamente trabalhada em prazos relativamente curtos. Enfim, e sem qualquer exagero, posso dizer que sem a professora Izabel talvez eu até soubesse alguma coisa sobre o Nabuco, mas este trabalho, certamente, não existiria.

Muito devo também à professora Vavy Pacheco Borges, minha primeira orientadora. Ela me encontrou quando eu tão somente gostava de história política, mas não tinha qualquer conhecimento maior sobre como produzir um trabalho nesta área. Sempre disposta a ler e

comentar o que eu fosse escrevendo, ultimamente ainda tive o privilégio de usufruir de todo o sua experiência com relação aos estudos biográficos. Guardarei sempre suas lições, não só as relativas à história e à historiografia, mas também às relativa à vida— ainda recentemente ela me disse: “Não é possível ter todos os ovos em um só cesto!”, os que me conhecem de perto sabem bem o sentido de tal conselho.

Também sempre tive em vista muito do que pude aprender com a professora Sílvia Lara. No já longínquo 1994, em um curso sobre interpretação de documentos, ela conseguiu da forma mais cativante e instigante possível explicar o que há de mais difícil em nosso ofício: ler e interpretar papéis “velhos”. Em seguida, em um curso de teoria, explicou o reverso da moeda: como lidar com as interpretações dos tais papéis “velhos” construídas pelos historiadores. Não sei se fui bom aluno, mas sempre procurei me lembrar das lições daqueles dois cursos. Ultimamente, quando era coordenadora de pós, ainda contei com todo o seu apoio para resolver as sempre chatas questões burocráticas.

Tive ainda o privilégio de ter tido aula com os professores Robert Slenes, Célia M. Marinho de Azevedo e Sidney Chalhoub. Muito me beneficiei do vasto conhecimento que eles têm sobre a escravidão e abolição no Brasil. Professor Bob e professora Célia, membros da banca do exame de qualificação, ainda me deram sugestões essenciais para o término da pesquisa e escrita da versão final da dissertação — infelizmente, não pude incorporar todas já, mas as tenho em vista para a continuidade das pesquisas.

Dos amigos que estiveram sempre por perto durante todo o trabalho guardarei a melhor lembrança e espero continuar a privar de um convívio que foi dos mais estimulantes e enriquecedores. Ana Carolina Feracin foi uma amiga mais do que especial durante todo o mestrado e particularmente no momento de fechar a dissertação. Companheira de estudos sobre os “homens” do fim do Império e começo da República, Ana sempre esteve por perto com sugestões e informações sobre a campanha abolicionista, principalmente. Companheira também em alguns “infortúnios”, sem ela a caminhada teria sido um bem mais difícil do que já foi.

Cristina Carrijo Galvão, a Cris, também foi uma amiga muito importante. De uma generosidade ímpar, ouviu-me durante horas, quando as dificuldades pareciam ser maiores do que eu. Sempre fornecendo referências bibliográficas essenciais, ou mesmo os próprios livros, Cris deu mais do que suporte “emocional” para o trabalho andar, deu sempre uma ajuda material providencial.

Eneida Mercadante sempre foi a mais prática dentre todos nós. Pouco afeita a elocubrações que “não levam a lugar algum”, Eneida muitas vezes, após uma rápida conversa, me fez rir de coisas que, minutos antes, representavam, de meu ponto de vista, verdadeiras tragédias gregas. Em sua companhia foi possível superar muitas dificuldades de forma mais “descomplicada”.

Eide S. De Azevedo Abreu leu e comentou a maior parte da dissertação – só não leu tudo antes que eu encaminhasse a versão final, porque não me foi possível enviar-lhe logo. Deu-me dicas e sugestões importantes e sempre ouviu com paciente atenção minhas idéias e hipóteses.

Milena F. Maranhão, antiga amiga, foi interlocutora importante quando da realização do primeiro projeto de pesquisa e quando as primeiras idéias sobre o mestrado começavam a surgir.

João Eduardo F. Scanavini e Antônio Galdino proporcionaram uma grata convivência na Linha de Pesquisa, apresentando sugestões importantes ao discutirem a primeira versão do capítulo 1.

À família é mais difícil ainda agradecer, por tudo o que representam e por tudo o que sempre fizeram por mim. Meu tio, René Rodrigues, com seu apoio generoso garantiu que, no limite, eu pudesse fazer toda a graduação e mesmo o mestrado. Minha prima, Renata Ap. Rodrigues, também deu um suporte essencial em todos os aspectos durante os últimos anos – sempre fez tudo o que estava e o que não estava a seu alcance para me ajudar. Meu irmão, Carlos R. Tasinafo e meu primo Régis E. Rodrigues, além de ajudas com computadores, geralmente tornavam as coisas mais leves fazendo piada de tudo, inclusive de mim. Enfim, tudo o que eu disser sobre o que meus familiares fizeram e sobre o quanto lhes sou grato será pouco e ficará longe de expressar a realidade e amplitude das coisas.

Dos amigos, que não são historiadores, também guardo as melhores e mais significativas recordações. Vera Lestingi e Patrícia Beraldo foram entusiastas de primeira hora, dando um apoio fundamental ainda na época da realização do projeto. Mesmo não acompanhando de perto a finalização da dissertação, sei que torceram à distância. Miguel Porto Neto e Luciano O. Brinck, assim como suas generosas famílias (Sr. Miguel, D. Vera, Patrícia e “tia” Duia e “tio” José Ernesto, respectivamente), deram carinhoso apoio e incentivo quando, para que eu fosse historiador, ainda precisava passar no vestibular...

Roberto Mazzali, Maria José Fabiano, Antônio C. Lara e Odete Anholon, “chefes” de outras tribos, depositaram grande confiança em mim quando eu mal começava a carreira profissional e não tinha mesmo concluído a graduação.

Na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, apesar de todas as “limitações”, pude contar com a ajuda de Carlos Ramos de Carvalho, que fez por mim tudo o que o “regimento” permitia.

À CAPES sou grato pela bolsa que me permitiu dedicação exclusiva ao trabalho de pesquisa e redação da dissertação. Sem a bolsa não teria sido possível, de forma alguma, concluir o mestrado em dois anos.

Um agradecimento mais do que especial deve ser feito à minha mãe, Alairce Ap. T. Tasinafo, à minha tia Sueli Ap. T. Rodrigues (in memoriam) e à amiga D. Leda C. T. Montandon. Enroscaria-me se tentasse relatar tudo o que fizeram por mim, até hoje. Cada uma a sua maneira e em diferentes momentos, deram-me o mais amplo e significativo suporte para continuar indo em frente. A dificuldade em agradecê-las é tão grande que preferi simplesmente dedicar-lhes o trabalho.

Enfim, a todos que acompanharam os “sucessos” e “reveses” da pesquisa e souberam compreender a importância deste trabalho para mim, incentivando e apoiando, os meus mais sinceros e significativos agradecimentos.

MUITO OBRIGADO!!!

Ribeirão Preto, janeiro de 2.001.

INTRODUÇÃO:

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. Karl Marx, O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte¹

“Um grande matemático não o é menos, creio eu, se passar de olhos fechados pelo mundo em que vive. Mas o erudito que não tenha o gosto de olhar à volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, merece talvez,..., que lhe chamem um prestimoso antiquário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador”. Marc Bloch, Introdução à História²

O objetivo principal desta dissertação é identificar e analisar alguns dos sentidos da proposta de “reforma social”, pela qual deveria passar o Brasil a partir da abolição da escravidão, segundo o que preconizava o político abolicionista Joaquim Nabuco³. Neste sentido, a principal obra aqui analisada é o livro *O Abolicionismo*, publicado em Londres em 1883.

Figura de destaque no cenário político brasileiro do final do século XIX e início do século XX, Joaquim Nabuco é tido como um dos

¹ - Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 17. A epígrafe anterior é da p. 46.

² - Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa: Europa-América, s.d., p.44. O trecho que serve de epígrafe aos agradecimentos é da p. 66.

³ - Para informações factuais da carreira política de Joaquim Nabuco, conferir a cronologia, preparada para este trabalho, apresentada como anexo.

políticos/intelectuais mais importantes que o país já teve. A importância de suas obras é constantemente referenciada, por exemplo, por intelectuais das mais variadas tendências.⁴

Recentemente, a propósito de reedições de obras como *Um Estadista do Império*, *Minha Formação* e *O Abolicionismo*, vários artigos e resenhas vem sendo publicados em jornais e revistas de ampla circulação, em que é comum se ressaltar a atualidade e o “elevado valor” do pensamento político e social de Joaquim Nabuco.⁵

O reconhecimento da importância das análises sociais e políticas feitas pelo abolicionista/embaixador tem, nos últimos anos, ultrapassado os limites das discussões acadêmicas entre especialistas das Ciências Sociais; bem como o de textos publicados na imprensa a propósito da reedição de suas obras. Extremamente sintomático do momento histórico que o país

⁴ - A maior evidência do quanto intelectuais, das mais variadas matizes, valorizam a produção política/intelectual de Joaquim Nabuco, é o fato dele ter as suas três principais obras incluídas entre as trinta melhores já produzidas por brasileiros, sendo que é o único autor a ter dois livros entre as dez primeiros: *Um Estadista do Império* (sexta posição) e *O Abolicionismo* (nona posição). *Minha Formação* aparece em vigésimo terceiro lugar. A escolha foi feita por vários intelectuais renomados, entre os quais ‘votaram’ em obras de Nabuco: Maria Sylvia de Carvalho Franco, Bento Prado Júnior, Evaldo Cabral de Melo, Nicolau Sevcenko, Modesto Carone e Renato Janine Ribeiro. *Folha de São Paulo, Caderno Mais*, 11 de abril de 1999.

⁵ - *Um Estadista do Império* foi reeditado em 1997 pela editora fluminense Topbooks, a propósito da “comemoração” dos cem anos de sua primeira edição. Sobre aquela obra, o historiador Luís Felipe Alencastro afirma em resenha publicada na *Revista Veja*, em 17 de dezembro de 1997: “(o livro) oferece a visão mais completa do ambiente político do Segundo Império. Trata-se de um dos monumentos da historiografia imperial e de um clássico do pensamento brasileiro.” *Minha Formação* foi reeditado em 1999, também pela Topbooks a propósito das comemorações dos 150 anos de Nabuco e dos 100 anos do livro. Na mesma *Revista Veja* (19 de agosto de 1999), afirma, sobre o significado daquele livro, o jornalista Paulo Moreira Leite: “(Nabuco) Sempre de olho para os países mais desenvolvidos, usados como espelho para pensar o Brasil, (produziu uma obra) que é atualizadíssima.” *O Abolicionismo*, desde de 1999, recebeu pelo menos três edições: uma patrocinada pelo jornal *Folha de São Paulo*, na série *Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro*, outra na coletânea editada por Silviano Santiago e publicada pela editora Nova Aguilar, com o título *Intérpretes do Brasil*; e a terceira edição foi feita pela Nova Fronteira. Comentando esta edição, afirma o jornalista Roberto Pompeu de Toledo: “(Em Londres, Nabuco) escreve o livro que se tornará um clássico brasileiro sobre a escravidão, *O Abolicionismo*, meio panfleto, meio ciência social e, por inteiro, retrato impiedoso da sociedade brasileira.” Cf. *Revista Veja*, 16 de fevereiro de 2.000.

vive, referências a frases e a análises produzidas por Nabuco podem ser encontradas em discursos e artigos de políticos das mais variadas colorações partidárias.⁶

Diante disso, cabe perguntar: há coincidências nas imagens de Joaquim Nabuco, recentemente, projetadas pela maioria dos cientistas sociais, pelos jornalistas e políticos? Quais os sentidos atribuídos à sua atuação?

Longe de pretender partidarizar, por assim dizer, este trabalho, acreditamos que uma breve análise dos dois discursos de posse do atual presidente Fernando Henrique Cardoso pode ser bastante reveladora da maneira mais comum pela qual a atuação de Nabuco vem sendo invocada nestes anos de globalização econômica e de “modernização” da máquina estatal – para usar apenas alguns dos termos mais difundidos pelo atual noticiário político e econômico.

Escritor preferido de Fernando Henrique Cardoso, Nabuco é o único personagem histórico referenciado por ele em seus dois discursos de posse.⁷ O fato de Cardoso ter sido, com reconhecidos méritos, um estudioso da escravidão e do processo abolicionista no Brasil⁸; ao mesmo tempo em que

⁶ - Ilustrativamente, podemos mencionar referências feitas a Nabuco pelo deputado fluminense, pelo Partido Verde, Fernando Gabeira, que considera a opção abolicionista de Joaquim Nabuco como “*uma espécie de dádiva do século passado*”; opção que faz com que o abolicionista deva figurar entre os maiores “craques” da história do Brasil: “*Se fizéssemos uma seleção histórica nacional, desde o descobrimento, Nabuco teria sua escalção garantida*”. Cf. Fernando Gabeira, “Nabuco, craque do século passado” in *Folha de São Paulo*, 29 de junho de 1998. Além de Gabeira, Nabuco aparece constantemente em artigos do ex- presidente e atual senador pelo Amapá José Sarney que considera Nabuco um pioneiro nas práticas da “Política com P”. Dizendo-se inspirado pelo abolicionista, o ex- presidente afirma, em um de seus artigos: “... *pergunto-me se o capitalismo selvagem, a globalização do mercado financeiro, os altos níveis de pobreza, o desemprego e uma democracia excludente é política com “P grande”?*” cf. José Sarney, “Política com P grande” in *Folha de São Paulo*, 15 de maio de 1998; o atual Vice-Presidente, Marco Maciel, também faz constantes referências a Joaquim Nabuco, a quem considera um precursor das análises, hoje mais adequadas, para se compreender “*as duas mais importantes atividades da organização social, a política e o Direito.*” cf. Marco Maciel, “Nabuco e Ruy Barbosa – Sentidos éticos para o direito” in *Folha de São Paulo*, 1 de julho de 1999.

⁷ - É o próprio presidente que coloca Nabuco como seu escritor preferido, cf. entrevista publicada pela *Folha de São Paulo* em 27 de maio de 2.000.

⁸ - O principal trabalho produzido pelo sociólogo-presidente sobre este tema é o livro: *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

alcançou o maior posto da vida política nacional, faz com que possamos nos valer de suas menções a Nabuco, nos referidos discursos, como representativas dos “usos” feitos da memória daquele abolicionista tanto por parte da maioria dos cientistas sociais quanto por parte dos políticos.

A primeira posse presidencial de Cardoso, em janeiro de 1995, ocorre em meio a um clima de “otimismo geral”. A vitória em primeiro turno nas eleições de outubro do ano anterior, com uma maioria significativa dos votos, acompanhada dos êxitos iniciais do Plano Real – implantado em julho de 1994, a partir de sua gestão no Ministério da Fazenda – fazia do novo presidente um “campeão” de popularidade nacional.

Neste ambiente, Cardoso afirma que seu mandato seria dedicado a garantir ao Brasil um *“lugar... entre os países bem-sucedidos do planeta no próximo século”*. Para tanto, continuaria a política econômica que balizara o plano de estabilização monetária, fundada principalmente *“na abertura da economia brasileira”, “deixando para trás atitudes xenófobas”*.

Convidando a todos a abandonarem *“os velhos dilemas ideológicos”*, garantia que enfrentaria, *“sem renunciar a uma fração que seja da nossa soberania”*, os principais temas que, segundo ele, moviam *“a cooperação e o conflito entre os países”*: *“direitos humanos e democracia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização, a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo”*⁹.

Mas, segundo ainda o presidente eleito, o desenvolvimento não seria garantido apenas pelos avanços na área econômica e na definição de uma política de colaboração internacional em torno dos principais aspectos colocados por aquela conjuntura histórica.

O país seria, efetivamente, bem sucedido se mantivesse o regime democrático, *“a estabilidade política interna”* e também garantisse o desenvolvimento social. Acabar com as injustiças sociais seria o *“objetivo número um”* de seu governo – afinal só com justiça social, segundo ele, é que o Brasil chegaria a uma posição de *“respeitabilidade”* no cenário internacional.

⁹ - Cf. “Íntegra do Discurso de Posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso”, in *Folha de São Paulo*, 2 de janeiro de 1995 – Caderno Especial: A Posse

Cardoso colocava-se, desta forma, como o depositário do antigo “sonho brasileiro”, de que o país fosse “*ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo*”. Sonho que vinha de longe, segundo ele. Vinha “*dos heróis da independência*”, “*dos abolicionistas*”, “*dos tenentes revolucionários da Velha República*”.

Assim, tal como Joaquim Nabuco, que se considerava portador de um “*mandato da raça negra*” - a partir do qual lutou para acabar com o “*horror da escravidão*” e também para colocar o país no caminho do desenvolvimento – Cardoso via seu mandato, efetivamente outorgado, como tendo a função de realizar todas as reformas necessárias para extinguir a pobreza e a miséria que acometia a maior parte da população brasileira que o tinha elegido:

“Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um ‘mandato da raça negra’. Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão e por entender que os grilhões dela mantinham o país inteiro preso ao atraso econômico, social e político. Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos e ainda que não fossem brasileiros vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar!”¹⁰

Da mesma forma que os abolicionistas, representados por Nabuco, lutavam por um futuro melhor, pela união nacional em favor das reformas que garantiriam o desenvolvimento nacional, Cardoso considerava que a sua luta não era contra um inimigo específico. Era uma luta em favor da maioria, em favor da nação, representada, principalmente, pelos “excluídos”:

“Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a nação. Quer uni-la em torno de um amanhã melhor para todos... eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles,..., dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da

¹⁰ - Idem, ibidem.

previdência, dos que ganham pouco pelo muito que dão ao país nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra, dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos a eles eu devo em grande parte a minha eleição. Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide eu estarei ao lado da maioria."¹¹

Assim, em meio a um clima francamente favorável, Cardoso resgata a figura de Nabuco como o reformador social, identificado com as classes menos favorecidas: o batalhador pelo progresso da nação, a partir das reformas sociais, políticas e econômicas que acompanhariam a abolição da escravidão.

Quatro anos depois, a segunda posse de Cardoso na presidência se faz em um ambiente de menos confiança e grande expectativa com relação ao futuro do plano de estabilização econômica que havia, no limite, garantido as suas duas eleições. As crises econômicas nos países do Sudeste Asiático, em 1997, e a crise na Federação Russa, em agosto de 1998, abalam a confiança dos mercados internacionais, e mesmo nacional, na capacidade de manutenção da estabilidade da economia brasileira.

Por outro lado, o primeiro mandato havia passado sem que as condições sociais da população brasileira tivessem, sensivelmente, melhorado, como prometera o presidente em sua primeira posse.

Apesar disso, e nem poderia ser diferente, o tom do discurso é bastante otimista. Considerando que não fora eleito para "*ser o gerente da crise*", Cardoso repassa genericamente algumas das realizações do primeiro mandato e reafirma suas convicções no desenvolvimento nacional, a partir da continuidade das privatizações e da modernização da economia brasileira, em geral. Professava que a simples continuidade das políticas já adotadas garantiriam a saída do Brasil daquele quadro de crise. Afirmava Cardoso:

¹¹ - Idem, *ibidem*.

*“... não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.”*¹²

O país, segundo ele, sairia fortalecido da crise, receberia mais investimentos estrangeiros, o que geraria “crescimento e empregos”. A conjuntura era desfavorável, mas os prognósticos eram bons. Se o otimismo da primeira posse é demonstrado por Cardoso a partir da referência explícita à atuação abolicionista de Nabuco, na segunda posse, é uma frase do mesmo Nabuco que reflete a crença presidencial de que as adversidades eram apenas momentâneas e logo seriam superadas:

*“Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise... O país terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos. Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante desta conjuntura desfavorável: “a vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente digo eu) interrompido”.”*¹³

Cardoso não cita, mas a frase foi por ele retirada d’*Um Estadista do Império*, mais especificamente do capítulo em que Nabuco analisa a atuação de seu pai em favor da unidade do partido Liberal, após a derrubada do Gabinete liberal, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, em julho de 1868.¹⁴

¹² - Cf. a íntegra do discurso da segunda posse de Fernando Henrique Cardoso, *Folha de São Paulo*, 2 de janeiro de 1999.

¹³ - Idem, *ibidem*.

¹⁴ - cf. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, volume 1, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 762.

A maioria dos analistas da carreira de Joaquim Nabuco, como mais adiante se referirá, considera aquela obra como sendo fruto de sua “nostalgia” com relação à Monarquia, derrubada em 15 de novembro de 1889, e que ele pretendia ver restaurada. Obra tida, por conseguinte, como fruto de um sentimento de “amargura”, por ver seus ideais políticos derrotados, naquele momento; mas obra também de esperança com relação ao futuro do país. Muito certamente foi embasado por este entendimento “comum” sobre o significado d’*Um Estadista do Império*, que Cardoso recorreu àquele livro para buscar referências a serem incluídas em seu discurso de posse.

Feitas tais digressões em torno dos discursos de posse de Cardoso, voltemos à pergunta inicial: quais os sentidos atribuídos e mais amplamente divulgados, na atualidade, com relação à atuação política de Joaquim Nabuco?

Em primeiro lugar surge o “reformador social” da época da abolição e com o qual Cardoso pretendeu se identificar em sua primeira posse. Se o país não possuía mais escravos, existiam ainda muitos miseráveis que careciam dos elementos básicos para uma sobrevivência digna. Tal como os abolicionistas se identificaram com a “dor dos escravizados” e chamaram a si a tarefa de eliminar o cativeiro e garantir condições sociais adequadas a toda população, Cardoso se identificava com a dor dos “brasileiros excluídos”, que pretendia “ajudar” reformando toda a estrutura social brasileira, calcada em uma política econômica “antiga” que favorecia a perpetuação da miséria.

Em segundo lugar surge o “político esperançoso” que não se abatia diante das dificuldades que o cenário político pudesse apresentar. Tal como Nabuco se mantinha crédulo com relação aos destinos do país, apesar do regime monárquico ter sido derrubado, Cardoso se mantinha otimista com relação à eficiência, em longo prazo, de sua política econômica, apesar de no momento da segunda posse o horizonte imediato não se mostrar tão favorável.

Em terceiro lugar e intimamente relacionado aos dois aspectos acima mencionados, surge o político identificado, antes de tudo, com os “destinos

de seu país”. Tanto a citação da atuação de Nabuco na campanha abolicionista, como a referência ao otimismo que deve ser inerente aos políticos (que sempre devem se preocupar em se “apossarem do futuro pela confiança”) revelam a crença em um futuro grandioso para a nação. No primeiro caso, o futuro estaria garantido pelas reformas sociais que embasaram a atuação dos abolicionistas e embasariam a atuação do presidente em seu primeiro mandato; no segundo caso, o futuro estaria garantido pela determinação do homem público, que mesmo não divisando uma realidade imediatamente promissora, continuava a atuar com determinação em favor da política que sabe ser a mais adequada para o “engrandecimento” de seu país.

Por conseguinte, a maneira como Cardoso menciona Joaquim Nabuco em seus dois discursos é bastante reveladora de como há um certo consenso, por assim dizer, entre os conhecedores da trajetória do abolicionista/embaixador sobre os sentidos de sua atuação. Houvesse qualquer dúvida – mais amplamente colocada, sobre o fato de que Nabuco fora um “grande reformador social”, absolutamente crente com relação aos “destinos grandiosos” de seu país – e Cardoso não teria procurado se identificar com ele, nas duas ocasiões em que assumiu a presidência da República.

A preocupação principal deste trabalho é justamente identificar quais os sentidos específicos das “reformas sociais” que deveriam, segundo Nabuco, acompanhar o fim do trabalho escravo no Brasil. Afinal, para ele, a tarefa dos abolicionistas não se limitava a resgatar, “*no mais breve prazo possível*”, os escravos ainda em cativeiro no país; tal resgate era apenas a “*obra do presente*”, imediata; os abolicionistas deveriam trabalhar com grande afinco também, e principalmente, pela “*obra do futuro*”, “*obra maior*”, destinada a “*apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de*

desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão".¹⁵

É por conta deste tom, empregado constantemente pelo abolicionista, que ele, em nosso ponto de vista, passou a ser caracterizado como o "grande reformador social" ligado aos grupos de "excluídas", da sociedade brasileira, com quem Cardoso procurou se identificar diretamente.

Mas como se conseguiria "apagar todos os efeitos" do regime escravista? Quais as medidas constariam do programa abolicionista de Nabuco para que o país superasse toda a "herança escravista" e efetivamente progredisse? Quais os sentidos do "progresso"? Quais seriam os agentes que para ele atuariam decisivamente no processo de reestruturação da sociedade brasileira?

Nabuco, n'O *Abolicionismo* se esmera em demonstrar quais as características da referida "herança escravista" sobre a "nacionalidade", sobre o "território e as populações do interior" e sobre a "sociedade e a política". Demonstração acompanhada por todo um histórico das leis e medidas contra a escravidão, tomadas no país desde a independência, mas que não tinham se mostrados suficientes para solucionar os problemas nacionais ligados à permanência do trabalho escravo no Brasil.

Procedendo desta maneira, ele enfatiza os danos ao Brasil da continuidade por mais tempo do sistema escravista, bem como a ineficiência de propostas que não pusessem um fim imediato àquele sistema e sinaliza quais os caminhos gerais que se deveria seguir para apagar os traços legados pela escravidão sobre todos os aspectos sociais e econômicos da nação. Identificar quais seriam aqueles caminhos gerais e qual o sentido social específico que as reformas teriam, bem como qual o significado político imediato da análise da sociedade escravista brasileira feita por Nabuco são os nossos maiores objetivos.

Diante das preocupações acima expressas, a pesquisa, inicialmente, procurou identificar também outros escritos de Nabuco em que se pudesse

¹⁵ - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, prefácio de José Thomaz Nabuco, Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988, pp. 4-5. Edição Fac-similar.

reconhecer, de maneira mais evidente, o conteúdo específico, das reformas sociais a serem realizadas pós-abolição. Além disso, procuramos mapear a rede de relações sócio-econômicas da qual ele participava no momento de escrita daquela obra, com o objetivo de identificar a quem interessava de imediato a reforma “tão ampla da sociedade brasileira”, por ele defendida com tanto empenho.

Escrito nos primeiros meses de 1883, após Nabuco ter sido derrotado para um segundo mandato como Deputado Geral do Império, *O Abolicionismo* não surge como um texto sociológico ou historiográfico. Surge sim como um texto de propaganda política, concebido dentro de uma estratégia específica para conquistar adeptos para as idéias de seu autor e de seu respectivo grupo. Portanto, surge no interior de um embate entre projetos políticos diversos; assim, é também recuperando alguns dos aspectos de tal embate que procuramos identificar os significados do livro no interior da historicidade em que ele foi escrito e publicado.

Dividimos, por conseguinte, o trabalho em três capítulos: o primeiro representa uma análise dos principais trabalhos produzidos pelos cientistas sociais e historiadores sobre os significados da atuação política de Nabuco. O que nos interessou ali foi demonstrar como os diferentes analistas entenderam e explicaram as propostas abolicionistas/reformistas de Nabuco, em diversas conjunturas histórico-historiográficas. Além disso, estivemos preocupados também em refletir sobre qual o entendimento geral sobre as características sociais, políticas e econômicas da sociedade monárquica que fizeram com que estudiosos, das mais variadas matizes, sempre recuperassem a atuação e as análises de Nabuco sobre a sociedade brasileira com tanto destaque – recuperação mais do que presente, refletida, como nos referimos, nas atuais reedições das obras do abolicionista, nos comentários sobre as mesmas publicados pela grande imprensa e nos dois discursos de posse do atual presidente da República.

O segundo capítulo corresponde a uma análise d’*O Abolicionismo*. O nosso objetivo principal ali foi, como mencionado, recuperar a historicidade da obra. Para tanto, procuramos, inicialmente, mapear a rede de relações e

interesses da qual Nabuco participava no momento em que o livro foi escrito e publicado. Por outro lado, preocupamo-nos também com a identificação de qual papel a obra deveria ter na estratégia política traçada por seu autor e correligionários no encaminhamento das suas propostas abolicionistas e reformistas. Desta maneira, procuramos entender quais os motivos e significados históricos de cada uma das análises sobre o “caráter” da sociedade escravista brasileira traçadas ali por Nabuco e que são evocadas constantemente, ainda hoje, para explicar os motivos do “atraso nacional”. Além do livro e de uma parcela dos estudos produzidos sobre a última década de escravidão no Brasil, utilizamo-nos da correspondência pessoal do político abolicionista, no período em que o livro foi escrito e publicado – documentação praticamente inédita e, portanto, muito pouco explorada pelos demais analistas da atuação do abolicionista.

O terceiro capítulo corresponde à tentativa de identificar, de maneira mais prática, alguns dos rumos que a administração nacional poderia seguir, segundo Nabuco, para empreender as principais reformas na estrutura da sociedade brasileira marcada por “*três séculos*” de trabalho escravo. A base documental do capítulo são os textos escritos entre 1882 e 1884 e publicados no *Jornal do Commercio*, na seção “Exterior”, sob o título *Cartas de Londres*.

Tais textos – embora, a primeira vista, possam parecer ter apenas um caráter noticioso dos acontecimentos da política e sociedade inglesas – trazem muitas opiniões de seu autor sobre como “reformular a sociedade brasileira”. De fato, por meio deles, é possível identificar algumas das experiências históricas que inspiravam o abolicionista no momento em que ele sistematizou a sua principal obra sobre o significado que a abolição deveria ter para o Brasil. Trata-se também de um material inédito, posto de lado pelos demais estudiosos da atuação de Joaquim Nabuco.

CAPÍTULO 1: VISITANDO O MONUMENTO :

“Não há perigo de nos perdermos visitando este monumento que foi a vida de Joaquim Nabuco: não é um labirinto o que temos em frente, não é um Vaticano erguido trecho a trecho pelas necessidades das épocas. É um conjunto uníssono e harmônico; as partes são proporcionais ao todo; nenhuma delas destoa, nenhuma se emaranha com a outra, nem se sobrepõe às demais: não há recantos, nem galerias estreitas, não há sinuosidades de passagem, nem corredores obscuros”.
Carlos Porto Carneiro, Discurso em Homenagem ao Embaixador Joaquim Nabuco, feito no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 11 de abril de 1910.¹

Introdução:

O objetivo deste capítulo é analisar algumas das principais interpretações existentes sobre a atuação política de Joaquim Nabuco, bem como identificar a maneira pela qual se construiu, nas Ciências Sociais, em geral, a memória² do abolicionista como o “grande reformador social”, bem

¹ - Discurso reproduzido na íntegra em: Sebastião de Vasconcelos Galvão, “Esboço Biográfico do embaixador Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXIV – Parte II, 1912, pp. 9-177, o trecho é da p.108.

² - A bibliografia sobre História e Memória é bastante ampla e os limites deste trabalho não permitem a realização de uma análise em torno do importante conceito de memória. Entendemos memória, amparados nas reflexões feitas em torno do tema por Jacques Le Goff, como a instrumentalização de aspectos do passado, para servir a lutas políticas no presente. Neste sentido, afirma Le Goff: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para

como quais seriam os sentidos específicos que as reformas propostas pelo abolicionista teriam para os diferentes analistas de sua trajetória.

A partir de tais objetivos, a primeira parte do capítulo realiza um estudo das principais biografias daquele político. Tal estudo se tornou necessário na medida em que as mesmas são referências essenciais na montagem das explicações, tecidas pelos cientistas sociais, sobre o papel político desempenhado por Nabuco.

Esta importância dos textos biográficos, sobretudo dos escritos por Carolina Nabuco e Luís Viana Filho³, deve-se, em grande parte, ao fato delas trazerem uma quantidade significativa de citações de fontes, ainda hoje de difícil acesso para os pesquisadores da trajetória de Nabuco; entre as quais podemos mencionar, por exemplo, os diários do abolicionista, que possivelmente permanecem em poder da família.⁴

Por outro lado, tais citações, obviamente, obedecem à lógica da argumentação de cada um dos biógrafos, fazendo com que seja, antes de tudo, necessária uma discussão sobre quais os “sentidos” atribuídos, por cada um deles, à atuação de Nabuco.

Não queremos com tal discussão descartar a importância das citadas biografias. Muito pelo contrário. Pretendemos abrir perspectivas analíticas

servir ao presente e o futuro”. Cf. Jacques Le Goff, “Memória”, in *História e Memória*, tradução Bernardo Leitão (et al.), Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 477.

³ - Carolina Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958. A primeira edição é de 1928; Luís Viana Filho, *A Vida de Joaquim Nabuco*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

⁴ - Mesmo outros biógrafos, como Celso Viera (autor da biografia comemorativa ao centenário de nascimento de Nabuco), não tiveram acesso à correspondência passiva de Nabuco e aos referidos diários, chegando a afirmar em uma Nota Preliminar: “*Vedados à consulta dos estudiosos, por enquanto, o diário e a correspondência de Joaquim Nabuco, quase todas as passagens dos aludidos textos ou referências aos mesmos, constantes deste livro, foram extraídos da Vida de Joaquim Nabuco, por sua filha Carolina Nabuco.*” Celso Vieira, *Joaquim Nabuco – Libertador da Raça Negra*, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. Por este motivo é que centraremos a análise nos textos biográficos escritos por Carolina Nabuco e Luís Viana Filho. Atualmente, a correspondência passiva, e uma parte muito pequena da ativa, encontra-se depositada na Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com sede em Recife – PE.

diferentes para textos e/ou fragmentos, retirados das biografias e, amplamente citados em outras obras sobre Nabuco.⁵

Apesar da importância de uma discussão sobre as duas principais biografias de Nabuco, não temos, contudo, qualquer pretensão de realizar, a partir dela, uma reflexão sobre o gênero biográfico, em si. Isto por dois motivos principais: o primeiro relacionado ao gigantismo intrínseco a qualquer discussão teórica sobre biografia⁶; o segundo relacionado ao fato de que, nenhuma das duas biografias de Nabuco, acima mencionadas, representa um trabalho historiográfico, teoricamente orientado, no interior do movimento que se convencionou a chamar “retorno da biografia”.⁷

Nem Carolina Nabuco, nem Luís Viana Filho são “historiadores de profissão”, o que faz com os seus trabalhos devam ser considerados, do ponto de vista teórico, como “biografias factuais e lineares”, construídas nos

⁵ - Ao termos esta preocupação - a de compreender o contexto argumentativo em que se inserem as citações documentais acima referenciadas - partimos de proposições metodológicas semelhantes às feitas por Jacques Le Goff, no texto “Documento / Monumento”, nas quais o historiador chama a atenção para a necessidade de se questionar as maneiras pelas quais os vestígios do passado nos aparecem e/ou nos são apresentados: “O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo.” Cf. Jacques Le Goff, “Documento/Monumento” in Jacques Le Goff, op. cit., 547-548.

⁶ - Sobre a extensão do debate em torno do gênero biográfico, afirma Vavy P. Borges: “Eu não esperava que o **debate sobre a biografia fosse tão antigo, tão controverso e tão constante** e que a **bibliografia fosse tão antiga e volumosa**; se alguém se propuser a ler tudo o que levantei nunca começará a biografia que pretender.” Vavy P. Borges, *Biografia e memória: Gabrielle Brune – Sieler, uma vida (1874 – 1940)*, comunicação apresentada no **Colóquio Internacional – Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**, Campinas 29 de maio a 2 de junho de 2000. Grifos da autora.

⁷ - Vários autores apontam para um “retorno da biografia”, sobretudo na França a partir dos anos 1970. Entre tais autores, podemos mencionar: Philippe Levillain, “Os protagonistas: da biografia” in René Remond (organizador), *Por uma História Política*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1996, pp. 141-184 e Giovanni Levi, “Usos da biografia” in Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (organizadoras), *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 167-182.

moldes de estudos de trajetórias individuais que sempre existiram, independente dos caminhos mais recentemente trilhados pela historiografia.⁸

À luz dos novos estudos teóricos sobre o gênero biográfico, as duas biografias, acima mencionadas, resvalam para o que Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”, uma vez que a vida do biografado é tida como “*um conjunto coerente e orientado*”, sendo a mesma organizada como “*uma história que transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido do ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo.*”⁹

Se, atualmente, a escrita de uma biografia coloca aos historiadores “*quase todos os grandes problemas da investigação e da escrita da história*”, como afirmou Jacques Le Goff,¹⁰ tais problemas não faziam parte das preocupações de Carolina e Viana e eles puderam - com certa tranquilidade, dentro de suas perspectivas específicas de análise da trajetória de Nabuco – realizar uma

⁸ - Sobre estes tipos de biografias, afirma Vavy P. Borges: “*Fala-se atualmente muito em um ‘retorno’ da biografia: na verdade não é um retorno, porque biografias factuais e lineares sempre houve e sempre há de haver.*” Cf. Vavy P. Borges, op. cit., p.4

⁹ - Pierre Bourdieu, “A ilusão biográfica” in Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (organizadoras), op. cit., p. 184. Não se compartilha aqui, contudo, da idéia central de Boudieu de que todo o estudo biográfico tende, obrigatoriamente, a ser um “conjunto coerente e orientado”. Vários autores buscam demonstrar as potencialidades das análises biográficas, que podem, como afirmou Sabina Loriga, ser úteis “*para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas*”. cf. Sabina Loriga, “A Biografia como problema” in Jacques Revel (organizador), *Jogo de Escalas: a experiência da microanálise*, tradução de Dora Rocha, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 246 – 247.

¹⁰ - Segundo Le Goff, a escrita da biografia coloca as seguintes questões, comuns em outros trabalhos dos historiadores: 1- Necessidade de se colocar um problema, a partir da escolha de uma trajetória individual que será objeto de um estudo histórico – historiográfico; 2- Busca e crítica das fontes; 3- Necessidade de determinar a “dialética” da continuidade e das trocas, ao longo do processo histórico; 4- A necessidade de escolher um método de exposição adequado e 5- Consciência dos riscos de se utilizar de valores contemporâneos, para explicar as ações do biografado. Cf. Jacques Le Goff, “Introdução” in *São Luís - Biografia*, tradução de Marcos de Castro, Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, pp. 19-30. Título original: Saint Louis.

reconstituição da época e do meio em que viveu o abolicionista, apenas para explicar a singularidade e a “grandeza” de sua trajetória.¹¹

Realizada uma problematização das duas principais biografias de Joaquim Nabuco, a terceira parte do capítulo tem a preocupação de analisar os trabalhos mais significativos de cientistas sociais que fizeram da trajetória política e dos escritos do abolicionista seus objetos principais de estudo.

1- *A Vida de Joaquim Nabuco* por Carolina Nabuco: o “monumento” explicado pela grandeza dos alicerces

Carolina Nabuco era a filha mais velha de Nabuco. Nascida em 1890, entre todos os seus irmãos, é a que deixou maior obra bibliográfica.¹² A primeira edição d’ *A Vida de Joaquim Nabuco* foi publicada em 1928, tendo recebido, desde então, outras três edições sendo a última de 1958.

Sem dúvida, é a principal obra de referência sobre a atuação do abolicionista e depois embaixador. Em suas quase quinhentas páginas, podem ser encontradas citações documentais relativas a todos os períodos da vida do biografado – fato que se explica pelo acesso privilegiado da autora a toda documentação e biblioteca deixados por Nabuco.

Destacando a atuação pública do biografado, a obra é parcimoniosa nos detalhes referentes aos acontecimentos privados da vida de Nabuco – ela fornece informações mínimas, por exemplo, sobre a sustentação material da família. Jamais se referindo ao biografado como “pai” e não dando qualquer

¹¹ - Sobre as relações estabelecidas entre biografia e contexto, cf. Giovani Levi, op. cit. pp. 175 – 176.

¹² - Maria Carolina Nabuco de Araújo (9/2/1890 – 18/08/1981), produziu além da biografia do pai, as seguintes obras: *A Sucessora e Chama e Cinzas* (romances), *Visão dos Estados Unidos*, *A Vida de Santa Catarina de Siena – sua vida e seu ambiente* e *Oito décadas – memórias*. Cf. Carlos Almeida Barata e Antônio Henrique Cunha Bueno, *Dicionário das Famílias Brasileiras*, São Paulo: Ibero- América, 1999, p. 1595.

testemunho pessoal relativo aos acontecimentos narrados, e tendo-se em vista a memória que se fixou de Nabuco, a obra é bastante convincente - o que tem permitido o uso desta biografia de maneira direta e sem qualquer forma de problematização por parte dos outros estudiosos da vida daquele abolicionista.

Em uma palavra, a forma como o livro foi construído - repleto de citações documentais e a partir de uma narrativa impessoal - acabou por não despertar qualquer dúvida metodológica, por assim dizer, por parte dos cientistas sociais que a usam abundantemente em suas análises.¹³

Apesar disso, é a própria autora que confessa, logo no prefácio, qual é o elemento animador de sua obra, ou, como ela mesma afirma, o “sopro” de seu trabalho, quer seja “o culto” à figura paterna. Movida, portanto, pela admiração é que Carolina Nabuco coligiu e deu inteligibilidade a toda documentação utilizada na construção do livro.¹⁴

A explicação para a ação política de Nabuco apoia-se sobre uma “base hereditária”, que já havia construído a “superioridade” de outros membros da família, como a do Senador Nabuco de Araújo. Dotes naturais fizeram a “grandeza” de Joaquim Nabuco: “*Os dotes naturais que fizeram a superioridade de Joaquim Nabuco haviam já feito a de seu pai, o terceiro senador Nabuco*”.¹⁵

¹³ - Apenas com a finalidade ilustrativa, podemos mencionar que o mesmo não acontece com o livro de memórias escrito por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, publicado sob o título de *Getúlio Vargas, meu pai*. O tom pessoal do texto, aliado a quase total falta de citações documentais, fez com que os estudiosos da trajetória daquele presidente relegassem a obra a um segundo plano, cf. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas – Meu Pai*, São Paulo: Editora Global, s.d.

¹⁴ - Afirma Carolina no Prefácio: “... vem de longe o culto que eu lhe (a Nabuco) exprimira... e que é hoje a razão de ser – como deve ser o sopro – deste livro.” Carolina Nabuco, op. cit., p. 5

¹⁵ - Idem, p. 11. A explicação da atuação política a partir de uma “base hereditária” foi dada pelo próprio Nabuco em sua autobiografia, *Minha Formação*, como apontou Izabel Marson. Naquele livro, ele explica toda a sua ação durante a campanha abolicionista e a sua adesão ao governo republicano de Campos Sales a partir de um “espírito liberal”, o qual é caracterizado, segundo aquela autora, como “‘componente hereditário’ de sua formação que o acompanhou por toda a vida. (Tendo) duas origens: a primeira, instintiva (constitutiva de sua própria natureza); a segunda, histórica, resultava da convivência com o pai...” Cf. Izabel Marson, “Minha Formação: autobiografia, política e história”, *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Unijuí, volume 17, nº 33, 1997, p.74.

Do pai, Nabuco herdara “a bela estatura e presença física”, a “esplêndida inteligência”, “a palavra eloqüente” e a “inalterável bondade”. Ainda que as principais características pessoais tivessem sido herdadas do senador Nabuco, o abolicionista se distinguirá do pai pelo uso pessoal que fez de tais características, fato que lhe confere um brilho extra, quando comparado com o “estadista do império”:

*“Do cérebro lúcido e da argumentação sem falha de que o primeiro (senador Nabuco) se serviu como jurista, o segundo se aproveitou como artista. Na oratória, a frase do filho se enfeita de imagens e a impetuosidade do apóstolo da abolição substitui a prudência refletida do ‘oráculo do senado’. O terceiro característico, a bondade, é menos suscetível de se transformar, mas ainda nisso a imaginação de Joaquim Nabuco se traía, pelo inesperado e a graça das atenções com que sempre cultivou a amizade, ou pelos seus gestos de generosidade”.*¹⁶

A “imaginação” com a qual Nabuco “coloriu” suas demonstrações de bondade e amizade, o abolicionista herdara da mãe, Ana Benigna de Sá Barreto.

Além dos dotes hereditários, Nabuco recebera tanto do lado materno, quanto do lado paterno, uma significativa posição social. Os Nabuco de Araújo, “de boa origem portuguesa”, tinham um grande histórico de atuação política desde o período da independência. Os Sá Barreto representavam uma “estirpe brasileira três vezes secular”, morgados da Bilheria em Portugal e do Cabo no Brasil.¹⁷ Portanto, era um legítimo “aristocrata”, possuidor de tradições familiares duplamente respeitáveis.

Tendo vivido até os oito anos no engenho Massangana, propriedade de seus padrinhos, Nabuco cresceu livre, convivendo, sem restrições, com negros e com a “gente simples” do meio rural. Apesar disso, ainda criança, toma consciência da dureza do regime escravista e entre outras lembranças que guardará para o resto da vida estará a do escravo fugido que pede para

¹⁶ - Carolina Nabuco, op.cit., p. 5.

¹⁷ - Sobre as tradições familiares de Nabuco, cf. idem, pp. 11-16.

ser comprado, com o objetivo de se livrar dos castigos impostos pelo seu senhor:

*“Mas nunca esquecerá, sobretudo o apelo desesperado do escravo desconhecido que, fugindo de um senhor cruel, viera um dia se atirar a seus pés, pedindo para servi-lo. Nesse incidente, que terminou com a compra, em seu nome, do negro foragido, presente da madrinha, o que se lhe revelou, de modo impressionante, foi o lado trágico, que ele ignorava, da instituição que cercara sua infância de dedicação feliz”.*¹⁸

Nos primeiros capítulos, Carolina fornece, portanto, os elementos que, ao longo de sua análise, serão responsáveis por todas as explicações das ações políticas de seu biografado. As características naturais hereditárias (inteligência, eloquência, bondade e imaginação), utilizadas por Nabuco com singularidade com relação aos seus antepassados, e a educação fundada na liberdade e na convivência com pessoas menos favorecidas na escala social brasileira: estes são os elementos que nortearão todos os passos do futuro abolicionista e embaixador - mesmo que às vezes ele se visse forçado a atuar contra os princípios de sua própria classe social.

Além disso, como sucedâneo das “características naturais” que recebeu do senador Nabuco de Araújo, a biógrafa inclui o apego ao liberalismo econômico e político, que se firmou cada vez mais no espírito do seu biografado - primeiro a partir do exemplo de atuação política do pai¹⁹, posteriormente em vista das observações das realidades políticas de outros países, sobretudo da Inglaterra.

Se, por vezes, a imaginação acabou conduzindo Nabuco para a literatura - como ocorre durante a sua viagem à Europa, no início da década

¹⁸ - Idem, pp.17-18. A citação é quase idêntica à feita pelo próprio Nabuco em *Minha Formação*. No segundo capítulo, com a análise daquela obra, ficará bem evidente o quanto da memória da atuação de Nabuco, por ele próprio criada, foi incorporada pelos biógrafos.

¹⁹ - Após destacar o grande papel do senador Nabuco de Araújo como líder liberal no país (liberal não no sentido partidário), afirma Carolina: “No culto que Joaquim Nabuco dedicou ao pai, enquanto vivo, e conservou à sua memória, é difícil discernir o sentimento mais forte, se o carinho espontâneo, se a admiração consciente, se o orgulho de filho, se a veneração de discípulo”. Idem, p. 53

de 1870 – logo, o seu espírito prático e o seu “senso de dever” o reconduzem à realidade, fazendo-o abandonar “frivolidades intelectuais”:

“Não era com frivolidades intelectuais, com prazeres mundanos e satisfações de vaidades que Joaquim Nabuco pretendia encher a vida. Em 1875, já achava que não podia demorar mais em escolher uma carreira que o prendesse mais do que o seu jornalismo e sua literatura de amador”.²⁰

Assim, pensando no desenvolvimento nacional é que observa os movimentos políticos de outros países; prezando sua liberdade de ação, antes de tudo, inicia sua carreira política em 1879. Movido tão somente por suas idéias liberais e por seu “espírito humanitário”, não medirá esforços em suas ações constantes, sempre acima de facções e grupos, objetivando o bem de seu país:

“Ao entrar no Parlamento de seu país,..., trazia sua plena liberdade de ação... Nada o impedia de externar livremente as idéias que desde cedo colhera em suas leituras e que se amadureceram com a observação. O interesse fervoroso com que seguia as questões políticas do mundo inteiro, e a sua observadora residência no estrangeiro, permitiram-lhe ver as coisas de sua terra com a clareza nascida da distância e desconhecida dos que se debatiam no meio estreito da política e dos partidos. Suas conclusões, porém, eram sempre adaptadas ao uso e às circunstâncias do Brasil.”²¹

Neste sentido, é que logo Nabuco abraça a idéia abolicionista e a ela dedica os seus melhores esforços. A questão “atingia a vida da nação toda”, por natureza “despertava paixões e ódios”, além de ser uma causa de “beleza sensível”. O talento imaginativo e eloqüente de Nabuco, bem como suas convicções liberais, encontravam uma questão, em nada frívola ou facciosa, para se exercitar. Torna-se o “poeta” da “grande causa humanitária”, da qual

²⁰ - Idem, p. 47.

²¹ - Idem, p. 60.

dependia o progresso nacional: “Ao passo,..., que não foi feita por santos, a Abolição foi feita por poetas, feridos na corda da sensibilidade humana”.²²

A biógrafa atribui a Nabuco todo o processo de criação e manutenção do movimento abolicionista, uma vez que ele atuou de forma “persistente”, desenvolvendo uma propaganda sempre “forte” e “crescente”. Em síntese, fora Nabuco o “condutor” dos “dedicados à causa”.²³ O *Abolicionismo* é visto, por Carolina, justamente como uma obra de propaganda, com “duração efêmera”, mas destinada a angariar apoio à luta pela emancipação completa e definir os rumos da campanha.²⁴

Assim, para conduzir os demais abolicionistas e para ver vitoriosa a emancipação total e sem indenização, Nabuco não poupará qualquer um de seus atributos e será o grande lutador, em favor dos “negros escravizados”, usando como armas a sua presença, a eloquência, o raciocínio e a força de suas convicções liberais:

*“Nabuco nasceu orador e deveu à eloquência o melhor do seu prestígio e da sua celebridade. Tudo o ajudava, a começar pelos dotes exteriores... Externamente, Nabuco tinha a seu favor a estatura dominadora, o nobre, a fisionomia enérgica e inspirada, o gesto eloqüente e sóbrio, a voz bela, vibrante capaz de encher grandes espaços sem o menor esforço e sem alteração do timbre aveludado e sonoro. Interiormente tinha todo o fogo de sua convicção e todos os recursos do seu talento... O orador que inflamava, era também um pensador, que pesava maduramente as palavras, estudando-as e preparando-as como se não pudesse contar com seus improvisos, como se nestes não brilhasse sempre”.*²⁵

²² - Idem, pp. 162 – 163.

²³ - Idem, p.79

²⁴ Sobre aquele livro, afirma ela: “O *Abolicionismo* pertence, infelizmente, à literatura efêmera dos livros de propaganda. Uma vez alcançado o fim, não tem senão interesse histórico, mas esse revela a plena atividade de um cérebro forte, mestre no argumento, e uma tal paixão na defesa que ainda o enche de vida. Sua vibração, feita, principalmente, de eloquência, sobrevive ao assunto, faz que o livro pareça antes um discurso perante um auditório vivo do que uma obra de gabinete”. Idem, pp. 137-138.

²⁵ - Idem, pp. 169 – 170.

Para Carolina, a vitória do abolicionismo era inequívoca, uma vez que se tratava de um movimento ligado diretamente ao progresso das sociedades. Nabuco apressou tal vitória, convencendo seus concidadãos de sua necessidade. Seu êxito foi tão completo que, ao final da campanha, ele já não necessitava denunciar a escravidão de forma tão “ousada”, como fizera inicialmente; apesar disso, em nenhum momento esmoreceu, até a “consagração” do 13 de maio.

Incompreendido, pelo restante do Partido Liberal, em seus esforços para a implantação da monarquia federativa no Brasil²⁶ (que, em sua visão, poderia frear o avanço dos republicanos); o golpe de 15 de novembro, “*encontra-o... em plena glória, com a auréola ainda recente da abolição*”.²⁷

Apesar de muito cortejado pelos dirigentes do novo governo, Nabuco não adere à República, segundo a biógrafa, por não concordar com as bases do novo sistema, calcadas no “despotismo intransigente”, que levavam a “desastres financeiros” e à “desmoralização perante o estrangeiro”.²⁸ Mais uma vez, permanecia fiel a seus princípios e contrário a qualquer movimento que não fosse orientado a partir dos mesmos. Desde sempre fora monarquista e, principalmente, liberal e continuaria a sê-lo, mesmo depois de instaurado o regime republicano. O despotismo e mandonismo militar do início da República, afastavam-no do regime que em tudo era, para o antigo abolicionista, considerado nocivo ao país.

Aliado a outros monarquistas, fiéis ao “antigo regime”, como João Alfredo e Ouro Preto, o “patriotismo e o liberalismo” de Nabuco, no entanto, o afastam do grupo que torcia contra o sucesso do regime republicano, na base do “quanto pior melhor”.²⁹ Opta por uma militância

²⁶ - Sobre os esforços de Nabuco em favor da federação e as conseqüências políticas dos mesmos, afirma Carolina: “*A idéia da federação cindia os liberais, mas unia os republicanos... As lutas de Nabuco tornaram-se mais duras, por ver a campanha federalista ganhando terreno à custa da monarquia e pelas reservas que se lhe deparam no próprio partido liberal.*” p. 234

²⁷ - Idem, p. 265

²⁸ - Idem, p. 266

²⁹ - Afirma a biógrafa: “*Havia forçosamente em tal meio (nas reuniões dos partidários da restauração monárquica), uma atmosfera de conspiração a que Nabuco não se ajeitava facilmente, e a injustiça deliberada de grande parte dos que o cercavam, a teoria impatriótica do*

fundada em princípios “pedagógicos” que deveriam ser usados para convencer a nação da superioridade da monarquia com relação à república. “Por amor ao ideal”, sacrificava a sua carreira política, ao menos naquele momento.

Contudo, segundo ainda Carolina, entre 1889 e 1899 – período em que se afastou da política e se entregou a escritos históricos e pessoais – o patriotismo de Nabuco passa a reclamar um retorno às ações. O antigo “tribuno da abolição” sentia necessidade de retornar ao trabalho pelo seu país. É animado por este sentimento, que ele aceita o convite de Campos Sales para ser o advogado do Brasil na questão dos limites com a Guiana Inglesa:

*“Sua atividade em plena expansão reclamava um campo mais vasto, seu patriotismo seguia os acontecimentos, sofrendo de não tomar parte neles. Aceitara a vida contemplativa desses dez anos, sem calcular o sacrifício. Mas o vigoroso meio-dia de seu espírito ressentia-se de uma tranqüilidade em completo contraste com os anos épicos da campanha abolicionista que a precederam. O convite de Campos Sales veio no momento oportuno...”*³⁰

A missão totalmente patriótica, segundo Carolina, por se tratar da defesa do território nacional, não livrou Nabuco de pesados ataques por parte dos antigos companheiros da causa monarquista. Ataques que não intimidaram o novo “advogado brasileiro”, uma vez que toda a sua vida pública fora um “reflexo da sua própria inspiração e cultura, e não da pressão ou compreensão alheia”.³¹

A posterior aceitação do posto de Chefe da Legação brasileira em Londres, deu-se pela necessidade de continuar a missão de defesa do território nacional. A morte inesperada do ministro Souza Correia, antigo amigo de Nabuco, força-o a aceitar o cargo, diante da necessidade de

quanto pior, melhor, que alguns deles sustentavam, a intolerância partidária, a violência de linguagem eram odiosos ao seu liberalismo.” Idem, p. 273

³⁰ - Idem, p. 320

³¹ - Idem, p. 324.

permanência frente às negociações com governo inglês em torno das fronteiras. Nabuco, ainda segundo a biógrafa, nunca tivera a intenção de passar “suavemente” ao serviço efetivo da república:

*“Nabuco, que alegara em alta voz o caráter patriótico, todo especial da missão, não tinha intenção alguma de se deixar empurrar suavemente para o serviço efetivo da república. Mas a responsabilidade que assumira obrigava-o a não abandonar as negociações do tratado...”*³²

Terminadas as negociações e com a divulgação do laudo de arbitramento, Nabuco, ainda em nome dos “interesses nacionais e patrióticos”, aceita criar a primeira embaixada brasileira nos EUA. Em sua ótica, o desenvolvimento do Brasil passava a depender do desenvolvimento de relações estreitas de colaboração entre os dois países. Segundo Carolina, mais uma vez se entregava com entusiasmo desmedido a uma causa, cuja finalidade era o “engrandecimento brasileiro”:

*“Em maio de 1905 embarca para os Estados Unidos a ocupar o novo cargo, disposto a trabalhar pela aproximação dos dois países não como o ceticismo do diplomata encanecido nas funções, mas com o entusiasmo que os cabelos brancos nunca abateram, com o calor de quem via as coisas à luz da imaginação sempre jovem, que os transformava envolvendo –as”.*³³

No novo posto, até a morte, atuará em favor somente de seu país. Utiliza-se, novamente, de sua eloquência, aproveitando-a “do melhor modo para fazer a propaganda do Brasil”.³⁴ Da mesma maneira que os ideais eram os mesmos da juventude, os caracteres pessoais, postos a serviço deles, também permaneciam inalterados.³⁵

³² - Idem, p. 328.

³³ - Idem, p. 405.

³⁴ - Idem, p. 412.

³⁵ - Sobre este aspecto, afirma a biógrafa: “Sua sedução nada perdera com a velhice, antes se apurara. E a bondade, mais aparente no belo olhar dominador, o desejo inapagado de agradar, o prestígio de seu passado, faziam –na mais sensível ainda. Tinha para todos que se aproximavam uma simpatia espontânea e sincera, para as senhoras um dito amável sempre

Carolina Nabuco, portanto, explica toda a ação política de seu pai a partir de traços naturais/hereditários e convicções pessoais, desde muito adquiridas. As diferentes conjunturas políticas, quando apresentadas por ela, servem apenas para reforçar a firmeza dos propósitos de seu biografado. Nabuco fora antes de tudo político e em nome do “bem nacional” atuou no jornalismo, no Parlamento, nos comícios, nas Legações e depois na Embaixada brasileira nos EUA.

Sem dúvida, o abolicionista/embaixador era dotado de um “fino senso estético”, contudo este não produziu seus melhores frutos na literatura, mas sim na campanha abolicionista – as incursões puramente literárias de Nabuco são fruto da “frivolidade” dos anos de juventude ou dos anos de reclusão política após a instauração da república.

O fato é que Nabuco, nesta leitura, foi coerente durante toda a sua vida. Não enfrentou dúvidas, fossem elas pessoais ou políticas. Atuou, em nome de princípios progressistas inscritos na base de qualquer sociedade e quando enfrentou oposição, esta foi feita por aqueles políticos menos argutos e sensíveis, sempre presos ao passado.

A consagração recebida pelo já embaixador - no final da vida, quando do Congresso Pan-Americano no Rio de Janeiro – mostra como ele agira no sentido dos destinos nacionais definidos pela providência. A frase de Nabuco, escolhida por Carolina para fechar o seu livro, é reveladora sobre a principal característica interpretativa da autora. Em tal frase, afirma Nabuco: *“A minha vida, dentro da esfera que me tracei, está concluída... parece-me que a minha vida, vista através dessas aclamações, é um belo sonho realizado por um especial favor da Providência.”*³⁶

pronto. A serenidade de seu espírito não apagara os seus entusiasmos, nem diminuía o interesse em acompanhar os acontecimentos e os indivíduos, a política e os amigos”. pp. 422-423

³⁶ - Idem, p. 469. A frase é dita em discurso de 1906, no Cassino Fluminense, por ocasião das homenagens prestadas ao Embaixador Brasileiro em Washington, quando do encerramento da III Conferência Pan – Americana.

2- A Vida de Joaquim Nabuco de Luiz Viana Filho: o “monumento” explicado pelo idealismo do construtor

Luiz Viana Filho se notabilizou como biógrafo e como político.³⁷ Além da biografia de Joaquim Nabuco (publicada em 1952) ele escreveu as biografias de Rui Barbosa (1941), do Barão do Rio Branco (1959) e de Machado de Assis (1965).

Muito provavelmente por conta de seu prestígio político, Viana teve acesso à mesma documentação utilizada por Carolina Nabuco, para produzir o seu livro. Apesar disso, o tom da obra é, de forma geral, bastante diferente.

Propondo-se a construir uma interpretação da vida de Nabuco “isenta de deformações”, despiando-se de “qualquer imagem pré-concebida”, a grande preocupação do biógrafo é com a recuperação de seu personagem de “forma integral”, privilegiando também a dimensão humana e não apenas a política:

“Pretendemos, sim, esboçar um Nabuco tal como acreditamos que existiu: vivo, ágil, impetuoso, idealista. Com os seus sonhos, os seus amores malogrados, a sua vida de família, o seu anti-clericalismo, e também o misticismo dos últimos anos. Um

³⁷ - O primeiro cargo exercido por Viana é o de deputado federal em 1934; posteriormente, foi eleito para a mesma posição em 1945 e 1950. Tem um papel relevante na articulação do golpe militar de 1964, representando uma das principais lideranças civis daquele movimento e vindo a ocupar posteriormente o cargo de Ministro extraordinário para assuntos do Gabinete Civil da Presidência, durante o governo de Castelo Branco (1964-1966). Ainda em 1966 assume interinamente os cargos de Ministro da Educação e Cultura e também da Justiça. Em 1967 assume o governo da Bahia. Findo o mandato, torna-se senador, tendo sido eleito presidente do Senado em 1978 e permanecendo no cargo até 1980. Ao que tudo indica, portanto, a recuperação da figura de Nabuco se faz no interior da luta contra o Estado Novo e Getúlio Vargas, uma vez que a biografia aqui analisada foi publicada em 1952. Informações biográficas de Viana retiradas de: Luís Forjaz Trigueiros, “Luiz Viana Filho, Biógrafo e Historiador” in Luiz Viana Filho, *A Vida de Rui Barbosa*, 11ª. Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, pp. 9-20.

*Nabuco com as suas grandezas, os seus sofrimentos, e também as suas imperfeições, que em nada diminuem a glória de uma existência votada aos mais generosos ideais do seu tempo.*³⁸

Por este motivo, o livro de Viana se diferencia largamente do escrito por Carolina. O biógrafo fornece informações abundantes sobre aspectos nem se quer mencionados por ela, como por exemplo: o caso amoroso, de larga repercussão na época, entre Nabuco e a rica herdeira de cafezais Eufrásia Teixeira Leite e as dificuldades financeiras do abolicionista, após ter perdido todo o dote recebido pelo casamento, em 1889 - aplicado de forma desastrosa na Argentina.³⁹

Para Viana, Nabuco não se distinguia essencialmente de seus colegas de juventude, todos “bem nascidos” e com parentes ativamente atuantes na política nacional. Teve uma vida acadêmica agitada, boêmia, em que o “tribuno da abolição” nem se quer se prenunciava. O então “Quincas, o Belo” parecia estar essencialmente interessado em preservar todos os “prazeres mundanos” para si, ao invés de dedicar a vida à causa “dos menos favorecidos”. Um único traço, no entanto, singularizava Nabuco entre os jovens de sua época: *o idealismo*.

Característica inata e que o acompanhará por toda a vida. Todas as dúvidas políticas e pessoais do biografado são explicadas por Viana a partir dessa característica: o idealismo empurra Nabuco para outras “missões” além do “bem se apresentar nos salões” do Rio de Janeiro ou da Europa.

³⁸ - Luiz Viana Filho, *A Vida de Joaquim Nabuco*, op. cit., p. 10

³⁹ - Sobre o caso com Eufrásia Teixeira Leite, Viana dedica praticamente um capítulo, o capítulo IV da primeira parte, pp. 47 – 60. Sobre a perda das trinta mil libras, em títulos ingleses, cf. pp. 176 – 180. Além desses dois episódios, poderíamos mencionar muitos outros narrados por Viana, como a negativa do então Ministro João Alfredo a dar uma subvenção estatal, em 1872, para Nabuco estudar na Europa, justificando o indeferimento do pedido nos seguintes termos: “*Sei que o moço quer pretexto para uma viagem romântica, acompanhando pessoa (tratava-se de uma senhora conhecida na Corte, casada e a quem Nabuco galanteava publicamente) que já partiu ou vai partir; e, se eu não tivesse outros motivos para recusar a proposta, este seria peremptório. Não autorizo imoralidades, nem a elas me ligo de qualquer modo, desde que as conheça.*” Idem, p. 44

Apesar de ter aproveitado o que de melhor a vida podia oferecer-lhe, Nabuco não se sentia feliz. O seu “espírito” permanecia inquieto e mesmo contraditório até que ele se encontra na causa da abolição:

“Era (Nabuco) surpreendente e admirável. Mostrava que sob a aparência muitas vezes fútil, e pela qual havia sido julgado, existia alguma coisa mais forte, que uma vida cheia de facilidades e atrativos, ainda não conseguira destruir... Certamente, muitas vezes, embora ninguém percebesse, experimentara o conflito resultante da duas faces do espírito inquieto e contraditório. Mas, agarrado aos prazeres da existência, talvez receoso de que o sacrifício lhe roubasse o encanto de viver, ainda não tivera a coragem de deixar emergir totalmente os sentimentos mais profundos, justamente aqueles que lhe davam a noção do tempo perdido. Diante desse dilema, Nabuco não se sentia feliz.”⁴⁰

Entrando no Parlamento, por força do desejo materno e das articulações políticas do pai,⁴¹ Nabuco não demora a “encontrar-se” com o seu “destino” de idealista, ao deparar-se com a questão da abolição.⁴² Avesso ao jogo dos “bastidores da política”, da “disciplina partidária” que forçava pôr de lado as convicções,⁴³ Nabuco rápido ganha fama e torna-se líder dos abolicionistas e também o principal alvo dos adversários de sua causa:

⁴⁰ - Idem, p. 74

⁴¹ - Idem, pp.77-79.

⁴² - Segundo Viana, a idéia abolicionista não era nova no espírito de Nabuco. Ele apenas não encontrara meio ainda de pô-la em prática – daí parte do sentimento de insatisfação do “idealista”. Inspirado, tal como Carolina Nabuco, na leitura do *Minha Formação*, o biógrafo afirma sobre o surgimento do ideal abolicionista no horizonte do seu biografado: “A visita (volta ao engenho Massangana, em 1869) emocionou o sentimental. Pisando aquelas sepulturas e evocando pelos nomes os seus ‘santos pretos’, ele viu levantar-se dos túmulos abandonados o terrível espectro do cativo. E, como além de sentimental era impulsivo, imediatamente jurou aos seus deuses dedicar a vida à causa da liberdade dos infelizes escravos. Seria isso possível? E os seus interesses, a sua carreira, o seu futuro? Dispor-se-ia a arrastar a poderosa classe dos senhores para atender a um voto inesperado? Como uma fogueira crepitante, Nabuco estava na fase em que os homens acreditam fazer grandes descobertas, quando apenas desvendam as próprias tendências, e muitas coisas carregaram a lenha, que alimentou as labaredas da imaginação.” Idem, p. 33

⁴³ - Idem, p.89.

*“A princípio ele se revelava tímido, moderado, mas não tardara a pregar a abolição pura e simples, e outras vozes, poucas, aliás, se haviam reunido à dele. Eram os ‘abolicionistas’... À frente deles, Nabuco batia em cheio nos interesses duma classe poderosa, e esta reagiu com vivacidade, atirando-se contra o prestigioso idealista. Acusavam-no de ambicioso, e argüiam –no de ter traído os próprios eleitores. Por vezes simulavam rir-se, penalizados do rapaz que malbaratava o talento na defesa de causa tão ingrata, e fingiam desprezar-lhe a ação, quando, de fato, temiam os golpes da eloquência, que alimentava o incêndio ateado nas ruas pela oratória de José do Patrocínio”.*⁴⁴

Ao abraçar, de fato, a causa da abolição, “o idealista ofuscava o mundano”.⁴⁵ Não mede esforços durante toda a campanha. Suportará “o exílio” entre 1882-1884, trabalhando mesmo do exterior pela causa abolicionista. Arregimenta correligionários, alimenta a propaganda com seus escritos e com a sua eloquência. Em paz com seu espírito, segundo o biógrafo, provoca a “avalanche irresistível” que levou ao 13 de maio e, quando faltava apenas a lei formal, não se intimida diante do Partido Liberal e hipoteca total solidariedade ao gabinete conservador de João Alfredo – neste caso, “o idealista ofuscava o político”.⁴⁶

Vencida a batalha da abolição, o “ímpeto do lutador” arrefeceu, ao mesmo tempo em que o “casamento proporcionara-lhe a abastança”.⁴⁷ Recebe a notícia da proclamação da república com “espantosa serenidade”. Previra, desde muito tempo, o fracasso da monarquia, caso não fosse adotada a federação: “Cumprira-se o que anunciara com muita antecedência. Isso talvez o tranqüilizasse. Deveria mostrar-se, contudo digno e forte”.⁴⁸

Tal dignidade e força se mantêm, segundo Viana, até a notícia, em julho de 1890, da perda de todos os recursos financeiros conseguidos com o

⁴⁴ - Idem, pp. 89-90.

⁴⁵ - Idem, p. 102.

⁴⁶ - Idem, p. 158.

⁴⁷ - Idem, p. 173.

⁴⁸ - Idem, p. 175.

casamento. Empobrecido e casado, o tom de Nabuco para com a República torna-se “mais amargo”.

*“Suportar o infortúnio político ante as perspectivas da riqueza tinha sido relativamente fácil. Agora, porém, com a necessidade a bater à porta, era intolerável. E a linguagem de Nabuco não tardou em perder o tom indulgente do começo, para se tornar amarga”.*⁴⁹

Não demora a combater o novo regime com todas as suas armas. Sem condições, no entanto, de arrumar forma “digna de sobrevivência” no Rio de Janeiro, e “suficientemente imaginoso”, Nabuco parte com a família pensando em trabalhar em Londres.

Malograda a idéia de trabalhar na Inglaterra, o antigo abolicionista volta ao Brasil e passa a colaborar em jornais de amigos como o *Jornal do Brasil* de Rodolfo Dantas e o *Comércio de São Paulo* de Eduardo Prado. Com dificuldades sobrevive de seus textos para a imprensa e de obras como *Um Estadista do Império*. Mas não abandonara seus ideais e trabalha pela restauração. Isto apesar de ter sido posto à parte pelos articuladores da restauração como Ouro Preto. Os outros monarquistas “não o compreendiam”.

Segundo Viana, Nabuco é renegado pelos outros monarquistas por “suas virtudes” – independência e vigor na defesa de seus princípios.

*“... habituado à independência da época da abolição, ele acreditava poder acastelar-se sobranceiro na sua consciência... Nunca tivera chefe... e as atitudes haviam-lhe sempre sido ditadas pelo que o seu instinto político sugeria”.*⁵⁰

Apesar de suas convicções na superioridade da monarquia, Nabuco, segundo Viana, tem em vista o Brasil e não as “facções políticas”. Posto de lado pelos outros partidários da restauração, “humilhado com uma posição

⁴⁹ - Idem, p. 178.

⁵⁰ - Idem, p. 228.

secundária, muito abaixo do seu mérito" ⁵¹ - ao mesmo tempo em que via a consolidação da república - o antigo idealista da "causa humana", torna-se o "idealista da pátria". Aceita defender, primeiro o território nacional; posteriormente, todos os interesses de seu país perante os mais importantes governos estrangeiros da época: o inglês e, depois, o dos EUA.

Quando convidado a assumir a recém criada embaixada brasileira nos EUA, Nabuco reluta em aceitar. Para ele, segundo Viana, aquele país estava identificado excessivamente com a "ambição", o "furor por lucros". Não tendo como resistir às investidas do Barão do Rio Branco, então Ministro do Exterior, o antigo abolicionista aceita o posto, mas só depois de algum tempo é que exercerá o cargo com mais conforto, justamente a partir do momento em que identifica outros valores na sociedade norte-americana. Valores que se coadunavam de forma mais direta ao seu idealismo:

"Somente com o tempo, quando descobrisse por detrás dessa América avassalada pela ambição de riqueza, uma outra ainda fiel aos fugitivos do Mayflower, o idealista conseguiria sentir-se à vontade nas suas funções de embaixador, e atraído por aquele novo mundo". ⁵²

As recepções festivas feitas a Nabuco em seu retorno ao Brasil, em 1906, e amplamente comentadas pelo biógrafo, são tidas como o reconhecimento efetivo ao político que tudo sacrificara em favor de ideais que tinham em vista, de forma desinteressada, apenas os "mais humildes" e os interesses maiores da "nacionalidade". ⁵³

Nabuco podia, depois de seu reencontro como povo brasileiro, morrer em paz. Seus conterrâneos, de fato, demonstravam reconhecer nele o idealista de "sonhos generosos" e não mais "o fútil" cortesão dos grandes bailes e recepções. Efetivamente, todos reconheciam ter "Quincas, o Belo"

⁵¹ - Idem, p. 231.

⁵² - Idem, p. 295.

⁵³ - Sobre o significado de tais recepções afirma Viana: *"Que é tudo aquilo senão a retribuição espontânea do povo ao homem que lutou desinteressadamente pelos humildes e serviu a grandes causas da nacionalidade?"* Idem, p. 313

morrido, quando Nabuco encampou a causa abolicionista e depois a causa nacional/diplomática.⁵⁴

Pode-se dizer, que a tentativa de Viana de recuperar a figura de Joaquim Nabuco de forma “mais humana”, no geral, é bem sucedida. Em seu livro, encontram-se referências importantes sobre as relações pessoais desenvolvidas por Nabuco e informações sobre traços de sua ação cotidiana e junto à família – as quais são fundamentais quando se quer analisar as motivações mais específicas de qualquer ação política.

Contudo, a maneira como o biógrafo analisa a atuação abolicionista e diplomática de seu personagem é ainda bastante problemática. Explicando tudo a partir de um sentimento idealista, inato em Nabuco, as múltiplas determinações, presentes em cada circunstância política, perdem-se.

A impressão que se tem é que qualquer que fosse o andar da campanha abolicionista, Nabuco teria agido da mesma forma; por outro lado, todas as suas ações diplomáticas no exterior parecem estar definidas no momento em que ele assume os postos – a cor política dos governos estrangeiros, por exemplo, pouco importava ao diplomata que só visualizava o “bem da sua nacionalidade”. O Nabuco, delineado por Viana, se mostra engessado, por assim dizer, em seus ideais, “que foram os mais generosos de seu tempo”.

No limite, portanto, Viana - ao procurar os traços “mais humanos” de seu biografado - parece desejar reunir a maior quantidade possível de informações, para atingir o mesmo objetivo que, segundo ele, Nabuco tinha ao escrever o *Minha Formação*, ou seja, o objetivo de “fixar um exemplo, o exemplo de um homem que, depois de as conhecer tão intimamente, vencera as seduições do mundo”.⁵⁵

oooooooooooo

⁵⁴ - Segundo Viana, durante a campanha abolicionista e nos anos imediatamente seguintes, Nabuco ainda enfrentava opositores e pessoas que depreciavam a sua ação evocando suas atitudes da época de juventude. Afirma o biógrafo: “Durante anos, graças ao eterno conflito entre aparência e a realidade, o idealista continuava a ser julgado pelo que fora e não pelo que era. Vendo – o passear pelos salões elegantes com a sua irrepreensível casaca de Pool, quem lhe adivinharia os sonhos generosos?” Idem, p. 106.

⁵⁵ - Idem, p. 255

Não pretendemos com a análise, acima realizada, das duas principais biografias de Joaquim Nabuco, desqualificá-las como obras importantes aos estudiosos da trajetória daquele político. Ambas são fundamentais por todas as referências e informações que trazem; além disso, devem ser vistas, principalmente do ponto de vista teórico, como obras de outras épocas, em que a biografia nem se quer era tida como “gênero” a ser feito por historiadores.

Ao analisá-las, contudo, pretendemos problematizar a imagem uníssona mais comum projetada de Joaquim Nabuco, ou seja, a de um político coerente movido pelos “mais nobres ideais”, desde sempre destinado a dar uma contribuição decisiva ao desenvolvimento nacional, revelando todos os aspectos sociais, políticos e econômicos que deveriam ser reformados. Fato que o teria mantido distante do ‘jogo político’, acima de facções e interesses menores.

Se tal imagem de Nabuco fosse restrita apenas às obras biográficas – construídas, aliás, por admiradores notórios – pode-se, até mesmo, dizer que a análise realizada seria completamente dispensável. Mas não é o que ocorre.

De alguma maneira, a maioria absoluta dos cientistas sociais que estudaram a atuação política de Nabuco, tomaram-no da mesma forma que os dois biógrafos, ou seja, como alguém interessado apenas nas “grandes causas humanas” e nacionais, que atuou, de forma progressista, contra “políticos arcaicos” envolvidos tão somente com questiúnculas partidárias.

Neste caso, as duas biografias representam um vasto manancial de documentos e referências para aqueles estudiosos; portanto, problematizar a maneira como Carolina Nabuco e Viana viam a trajetória de seu biografado significa problematizar também a seleção dos documentos e citações por eles feitos e incorporados, posteriormente, pelos cientistas sociais.

Pensamos, a partir da problematização das duas biografias, em abrir caminho para outras leituras mais matizadas sobre a atuação de Nabuco. Leituras que não podem, certamente, prescindir do material documental

trazido pelos biógrafos, mas que terão a possibilidade de incorporá-lo de outra maneira, em interpretações em que o abolicionista/embaixador esteja mais próximo a práticas políticas mais concretas. Ao mesmo tempo, estamos preocupados também em identificar a maneira como se construiu a memória de Joaquim Nabuco como um dos maiores políticos e intelectuais que o país já teve, por revelar grande argúcia e sensibilidade ao apontar os maiores problemas nacionais.

O fundamental, a nosso ver, seria recuperar a historicidade da atuação política de Nabuco, identificando os diferentes sentidos que tal atuação possuía nas diversas conjunturas históricas; fugindo a explicações por meio de elementos atemporais e genéricos como o faz Carolina Nabuco ao enfatizar os traços naturais e hereditários e as convicções pessoais como elementos norteadores das ações políticas do pai; e escapando também de explicações centradas no, não menos atemporal e abstrato, idealismo, como o faz Luís Viana Filho.⁵⁶

3- O “monumento” analisado “cientificamente”: os estudos de cientistas sociais sobre a trajetória de Joaquim Nabuco

Estudos específicos sobre a atuação de Joaquim Nabuco têm sido produzidos academicamente, em sua maioria, por sociólogos e cientistas políticos. Referência constante para os analistas do processo abolicionista no

⁵⁶ - Nos baseamos, neste ponto em particular, nas sugestões teórico – metodológicas de Lucien Febvre, que, na introdução de seu estudo sobre Martinho Lutero, afirma: *“Dibujar la curva de un destino...; situar con precisión los pocos puntos verdaderamente importantes por los que pasó; mostrar cómo, bajo la presión de qué circunstancias, su impulso primero tuvo que amortiguarse y su trazo primitivo desviarse; plantear así, a propósito de un hombre de una singular vitalidad, el problema de las relaciones del individuo con la colectividad, de la iniciativa personal con la necesidad social, que es, tal vez, el problema capital de la historia...”* Cf. Lucien Febvre, *Martín Lutero – un destino*, México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p.9. Grifos meus.

Brasil, podemos encontrar citações de seus textos, escritos na década de 1880, na maioria dos trabalhos que enfocam o fim do trabalho escravo no Brasil.⁵⁷ Célia M. M. de Azevedo aponta, inclusive, o fato daqueles textos terem contribuído decisivamente para a fixação de uma memória sobre a idéia de que o Brasil representaria um “paraíso racial”:

*“A história da abolição, tal como ela tem sido contada, tem certamente muito a nos dizer sobre a ficção do Brasil como uma espécie de paraíso racial, onde negros e brancos só não viveriam em paz devido à divisão social imposta pela escravidão. Pois o fato é que ainda ressoa com muita força a afirmação de um dos abolicionistas mais citados – Nabuco – de que, no Brasil, a escravidão era uma ‘fusão de raças’, enquanto nos Estados Unidos era a ‘guerra entre elas’”.*⁵⁸

Aquela historiadora afirma ainda que a própria periodização, mais utilizada, do movimento abolicionista, foi feita a partir da análise realizada por Nabuco sobre aquele movimento:

“A data de 1879 foi apontada por Nabuco para historiar o início do movimento abolicionista. Esse ano foi associado por sua vez a um evento-chave: o discurso proferido, em 5 de março, pelo deputado Jerônimo Sodré, da Bahia, na Câmara Geral do Império. Nesse discurso, o deputado reivindicou a abolição rápida e total da escravatura... a data proposta por Nabuco para periodizar a emergência do

⁵⁷ - Em vista dos objetivos específicos deste trabalho, enfatizamos as referências feitas pela historiografia aos textos de Nabuco, produzidos durante a campanha abolicionista. No entanto, não podemos deixar de notar que livros como *Um Estadista do Império* e *Minha Formação* também são amplamente mencionados pelos estudiosos da sociedade e da política do Segundo Reinado. Com bem observou Izabel Marson, com relação a toda obra do abolicionista/embaixador: “...Nabuco logrou um domínio sobre o tempo, uma vez que seus escritos continuaram a ensinar história, política e arte às gerações de intelectuais que o sucederam.” cf. *O Império da ‘Conciliação’: Política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*, Tese de Livre-Docência, Unicamp – Campinas: São Paulo, 1999, mimeo, p. 7.

⁵⁸ - Célia M.M. de Azevedo, “Abolicionismo e Memória das Relações Raciais” in *Estudos Afro-Asiáticos* (26): 5-19, setembro de 1994, p. 8.

aboliconismo ainda influi fortemente para que as pesquisas (sobre o movimento aboliconista) se restrinjam à década de 1880".⁵⁹

Além de destacar Joaquim Nabuco como um dos responsáveis pela fixação da imagem do Brasil como um "paraíso racial" e também como fundador de uma periodização sobre o processo de abolição no país, Azevedo sugere a necessidade de se analisar as proposições moderadas daquele aboliconista – Nabuco sempre defendeu um processo de abolição essencialmente parlamentar – em contraste com outras posições aboliconistas "mais radicais". Neste sentido, as propostas aboliconistas de Nabuco seriam fruto, em grande parte, das suas tentativas de frear "aboliconismos inconscientes, devastadores", que colocassem em risco a estabilidade da sociedade monárquica das décadas finais do século XIX.⁶⁰

No entanto, esta maneira de analisar as proposições aboliconistas de Nabuco - a partir de um diálogo com outras propostas e ações, existentes no mesmo período e que visavam à solução do mesmo problema - não é comum a maioria dos estudiosos da atuação daquele aboliconista.

Visto, em geral, como um liberal modelar e combatente incansável em favor do progresso brasileiro, algumas das principais análises específicas sobre Nabuco foram produzidos nos dois contextos de redemocratização do Brasil, no século XX – final do anos 1940, após o Estado Novo e no final do anos 1970 início da década de 1980, quando se iniciava a abertura do regime militar instaurado em 1964.

É essencial notar que de 1910, quando morre Nabuco, até 1949, quando se comemora o centenário de seu nascimento, estudos sobre aquele político são bastante escassos. Na verdade, o que se tem, em quantidade, são artigos publicados, em geral, na grande imprensa sobre a atuação de Nabuco como embaixador.⁶¹

⁵⁹ - Idem, p. 5

⁶⁰ - Idem, p. 15.

⁶¹ - Cf. os dois levantamentos bibliográficos existentes sobre as obras de Joaquim Nabuco e sobre os estudos realizados sobre a atuação do aboliconista/embaixador: *Bibliografia de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores –

A recuperação da participação política de Nabuco, durante a campanha abolicionista, é feita justamente por Gilberto Freyre por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do abolicionista.⁶² Em 1949, o sociólogo pernambucano, e então deputado federal pela UDN /PE, apresenta à Câmara dois projetos que estabeleciam as principais iniciativas do governo federal para comemorar a memória do “grande brasileiro”.

O primeiro projeto estabelecia a edição dos principais discursos de Nabuco – *“uma edição popular, verdadeiramente popular, não à toa e desleixada como em geral são as edições populares entre nós”*.⁶³ Além disso, sugeria ao então

Serviço de Documentação e Publicações, 1949, pp. 71-93 e Osvaldo Melo Braga, *Bibliografia de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Departamento de Imprensa Nacional, 1952, pp. 105-265. Quando do falecimento de Nabuco, nas homenagens a ele prestadas na imprensa, o que sobressai é a figura do Embaixador, defensor aguerrido dos Brasil no exterior. Obviamente, são feitas referências à sua atuação na campanha abolicionista, mas isso acaba ficando apenas em um segundo plano, diante das grandes referências feitas ao “diplomata pan-americanista”. O esboço biográfico produzido ainda em 1910, logo após as cerimônias fúnebres de Nabuco, mostra bem esta tendência de se valorizar o embaixador em detrimento do abolicionista. Apenas a título de exemplificação, aquele texto dedica as primeiras quarenta páginas à atuação política de Nabuco até a abolição; as outras cento e trinta se referem à atuação dele como diplomata e se dedicam a reproduzir fartas notas das homenagens prestadas ao falecido embaixador, ao “grande estadista da América Latina”, “ao mais popular, vivamente simpático, perfeito e querido dos diplomatas estrangeiros, acreditados junto ao Governo da grande República dos Estados Unidos da América do Norte”. Cf. Sebastião de Vasconcelos Galvão, op. cit. As citações acima são da p.9

⁶² - É importante ressaltar que Gilberto Freyre vinha desde a campanha eleitoral de 1945 – da qual saiu vitorioso, elegendo-se deputado federal – evocando imagens da campanha abolicionista e comparando-a com a campanha pela democratização do Brasil, ao final do Estado Novo. Como forma de demonstrar a “grandiosidade e a generosidade” de seu empenho político, em favor da UDN e de seu candidato à presidência (Brigadeiro Eduardo Gomes), afirma Freyre em março de 1945: “...mais do que nunca estudantes e operários, intelectuais e povo estão unidos no Brasil contra a opressão e as explorações do fascismo e da Ditadura que nos avilta,...estamos empenhados todos numa campanha que é maior do que a da Abolição”. O trecho é de uma entrevista concedida em março de 1945 ao jornal *Diário de Notícias* da Bahia. Posteriormente, tal entrevista foi publicada em opúsculo, em Pernambuco, sob o título *Uma campanha maior que a da abolição*, Recife: União dos Estudantes de Pernambuco, 1945, 24pp. Utilizei-me de uma versão digitada pela Fundação Gilberto Freyre, retirando a citação da p. 12 daquela versão.

⁶³ - Cito o discurso realizado por Gilberto Freyre, em setembro de 1948 e que posteriormente foi transformado no opúsculo, *Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, 48pp. O opúsculo é de difícil acesso, bem como o discurso. Daí a

ministro da Educação e Saúde que instituísse um prêmio em dinheiro para o melhor ensaio produzido sobre a “*personalidade e ação*” de Joaquim Nabuco.

O segundo projeto visava à instalação de um instituto de pesquisas sociais, no Recife, e que levaria o nome de Joaquim Nabuco.⁶⁴ Tal instituto visava “*o estudo antropológico das condições de vida do trabalhador e do pequeno lavrador*”⁶⁵. Estudar tais condições era indispensável para nortear as ações estatais ou privadas que objetivassem o melhoramento da vida daqueles trabalhadores, que viviam no norte e nordeste do Brasil. Além disso, o conhecimento dos hábitos e costumes daquela população permitia, com base em critérios científicos, aos industriais e comerciantes direcionarem melhor seus investimentos de modo a atender a maior parcela possível da população daquelas regiões. Assim Freyre justificava a necessidade econômica e social do Instituto Joaquim Nabuco:

“... não é apenas para nossos juristas, legisladores, educadores, engenheiros, arquitetos e homens de governo, que esse material terá valor prático; também para nossos médicos, industriais e comerciantes. A estes, a investigação científica poderá indicar, na população brasileira, diferenças regionais nas predominâncias de altura e de forma do corpo, de forma de cabeça e de pé, de proporções de braços ou pernas, de tipo de cabelo, de conformação de dentes, que interessam ao fabricante de roupa feita, de chapéu, de chapéu-de-sol, de sapato, de chinelo, de móvel, de meia, de cama, de escova de cabelo, de pente, de escova para dentes, do mesmo modo que outras informações podem orientar esses e outros industriais e comerciantes — aos de alimentos, brinquedos, redes, etc. — quanto a predominâncias nos gestos de cor entre as populações das diversas áreas brasileiras, predominância de interesse especial para os fabricantes de tecido. Por aí se

utilização de uma versão digitada pela Fundação Gilberto Freyre. A citação é da p. 14.

⁶⁴ - O projeto foi aprovado e sancionado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra e deu origem ao que hoje é a Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

⁶⁵ - Gilberto Freyre, *A Necessidade de Institutos de Pesquisa Social no Brasil*, Discurso proferido na Câmara Federal, em 4 de dezembro de 1948 (versão digitada pela Fundação Gilberto Freyre), p.11

*vê quanto é considerável o valor prático de um instituto de pesquisa social como deverá ser o Joaquim Nabuco...*⁶⁶

Neste sentido, toda a análise da atuação de Nabuco feita por Freyre será embasada no projeto político-científico daquele sociólogo. Ao mesmo tempo em que estava nitidamente interessado em atrair investimentos econômicos para Pernambuco, Freyre demonstra a intenção, também clara, de definir quais as formas mais adequadas de se estudar e analisar a vida do homem das regiões norte e nordeste do Brasil – daí os valores “práticos e científicos” que o Instituto Joaquim Nabuco teria, uma vez fundado.⁶⁷

Freyre privilegiará somente a atuação de Nabuco durante a campanha abolicionista, quando ele “cobriu-se” de “*sua melhor glória: a de ter concorrido para extinguir a escravidão africana na Brasil*”.⁶⁸

Na perspectiva do autor de *Casa Grande & Senzala*, Nabuco representava o “mais puro dos fidalgos pernambucanos”, que levou para a tribuna da Câmara “a grande voz do povo”. Fora, sem medo, “*um desertor de sua casta, de sua classe, de sua raça*”.⁶⁹ Neste sentido, toda a ação do abolicionista é explicada por uma profunda identidade estabelecida, ainda na infância, com os “mais pobres e menos afortunados”. Nabuco não se preocupou apenas em acabar com a escravidão, mas buscou também a “*libertação econômica e social, de moradores aparentemente livres de domínios essencialmente feudais*”.⁷⁰

Esteve o abolicionista tão preocupado com o fim do “monopólio” da terra, quanto com o fim do trabalho escravo em si. Segundo Freyre, Nabuco teve plena consciência do quanto era importante, para o desenvolvimento econômico e político do país, a “democratização” do solo. Só com a divisão dos “grandes feudos” é que seria possível libertar e instruir, efetivamente, a

⁶⁶- Idem, p. 3

⁶⁷ - Analisar o trabalho desenvolvido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atualmente Fundação Joaquim Nabuco, foge aos objetivos deste trabalho. No entanto, para informações sobre aquela instituição cf. Joselice Jucá, *Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo – Biografia institucional da Fundação Joaquim Nabuco*, Recife: Fundaj/Massangana, 1991.

⁶⁸ - Gilberto Freyre, *Joaquim Nabuco*, op. cit., p.1

⁶⁹ - Idem, p.2

⁷⁰ - Idem, p. 5.

todos os trabalhadores - que passando ao domínio de suas próprias terras se livrariam do jugo de senhores “exploradores” de seu “trabalho” e de sua “ignorância”. Afirma Freyre:

“O que lhe (a Nabuco) parecia era que, extinguindo-se a escravidão dos pretos mas continuando de pé ‘o monopólio territorial’, artistas e operários se tornariam simples ‘substitutos dos escravos’, e os aparentes homens livres que eram os pequenos lavradores sem terra do interior continuariam só na aparência homens livres mas, na verdade, ao sabor da vontade e dos interesses dos donos dos feudos por eles habitados de favor ou por caridade ou pelo amor de Deus.”⁷¹

Era, justamente, por seu grande empenho na “democratização do solo” que Nabuco deveria ser lembrado e ser escolhido como o ‘patrono’ do Instituto de Pesquisas Sociais, a ser fundado a partir da iniciativa de Freyre. Ora, para o sociólogo/deputado a tarefa de “dividir” as terras no Brasil e acabar com as “estruturas herdadas com a escravidão” ainda estava por ser feita. E, naquele momento, tal tarefa só seria satisfatoriamente realizada, a partir de princípios científicos que evitariam o predomínio de um “furor demagógico”⁷² na condução da mesma.

Batizar o Instituto com o nome de Joaquim Nabuco significava reconhecer, por conseguinte, o compromisso do abolicionista com as classes mais pobres e com a divisão satisfatória das terras no Brasil. Isto porque, tal

⁷¹ - Idem, p.7.

⁷² - Ao que tudo indica, o deputado udenista considerava demagógicas e arriscadas para o conjunto da sociedade brasileira a realização de uma reforma agrária tal como constava da propostas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja principal liderança era Getúlio Vargas, prestes a retornar ao comando do país a partir das eleições presidenciais que se realizariam em 1950. Freyre, por conseguinte, parece defender a proposta de reforma agrária udenista, assim sintetizada nos estatutos daquele partido: “*fracionamento das propriedades, quando não sejam devidamente aproveitadas; extinção dos latifúndios, a partir da adoção do imposto progressivo sobre os mesmos, quando situados em torno das cidades e servidos por transportes; desapropriação com indenização, visando o desenvolvimento da pequena propriedade.*” cf. Maria Vitória Benevides, *A UDN e o Udenismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 189-190; Sobre o PTB, cf. Maria Vitória Benevides, *O PTB e o Trabalhismo*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

instituto teria a função de nortear “cientificamente” a redivisão das terras brasileiras, fundamental para o desenvolvimento de toda a sociedade:

*“A obra, porém, de democratização do nosso solo só poderá ser realizada com proveito para a comunidade inteira, e não apenas para qualquer dos seus subgrupos, sob orientação científica. Só a Ciência é capaz de lhe dar perspectiva ou equilíbrio, evitando que o furor demagógico se desmande em esforços parciais, improvisados ou precipitados.”*⁷³

A atuação do próprio Nabuco, em favor da solução ampla dos problemas brasileiros, tinha toda uma base ‘científica’, o que justificava ainda mais o uso de seu nome para batizar o referido instituto. O abolicionista não tinha se deixado seduzir por “soluções simplesmente políticas ou jurídicas”⁷⁴. Seu projeto de abolição e de divisão das terras nacionais era fundado em “reflexões” profundas e, por conseguinte, na percepção de toda a complexidade dos problemas brasileiros.

*“Numa época de políticos fascinados pelas soluções simplesmente políticas ou jurídicas, dos problemas brasileiros, (Nabuco) viu com uma nitidez latina – uma nitidez que nenhum outro homem público do Brasil do seu tempo excedeu ou sequer igualou – a importância, a necessidade, a urgência, de procurarmos resolver os mesmos problemas indo às suas raízes mais profundas que são as sociais, inclusive as econômicas.”*⁷⁵

Da mesma forma que os contemporâneos de Nabuco não tinham clareza da amplitude dos reais problemas brasileiros, os contemporâneos de Freyre também não percebiam o quanto aqueles problemas tinham persistido e ainda atrapalhavam o desenvolvimento da sociedade brasileira em 1949.

Se o abolicionista tinha alertado aos homens de sua época sobre a amplitude das reformas que o país precisava atravessar, Freyre continuava

⁷³ - Gilberto Freyre, *A Necessidade de Institutos de Pesquisa Social no Brasil*, op. cit., p.8

⁷⁴ - Gilberto Freyre, *Joaquim Nabuco*, op. cit., p. 4

⁷⁵ - Idem, ibidem.

alertando a sociedade brasileira, de que tais reformas continuavam por serem feitas:

“...depois... de (Nabuco) ter destacado que a abolição da escravidão, no Brasil, era o primeiro passo para a organização do trabalho nacional e, por conseguinte, da civilização brasileira, dirigiu-se aos nossos avós em palavras que chegam aos nossos ouvidos com o vigor, a mocidade, a frescura de uma mensagem de homem de hoje: dos que hoje se batem pela organização do trabalho no Brasil como condição básica do desenvolvimento não só da democracia como da civilização brasileira; dos que hoje situam, acima das reformas simplesmente políticas ou mecanicamente econômicas, as larga e compreensivamente sociais, convencidos de que se a escravidão se extinguiu no Brasil com a lei chamada retoricamente “áurea”, influências verdadeiramente áureas fazem sobreviver entre nós as ‘instituições auxiliares’ da escravidão, a que se referia o grande pernambucano; dos que hoje ainda não vêem no interior do Brasil senão num ou noutro trecho uma população de pequenos lavradores e criadores que sequer se aproximem da condição de homens livres.”⁷⁶

Assim, após anos em que Nabuco foi constantemente lembrado como o embaixador – defensor da política pan-americanista de aproximação com relação ao Estados Unidos – Freyre recupera a atuação de Nabuco durante a campanha abolicionista. Atuação que deveria ser constantemente lembrada, segundo aquele sociólogo (e então deputado), pelo fato de Nabuco não ter se limitado a propor e a lutar pelo fim do trabalho escravo; mas ter se batido, antes de tudo, por um amplo quadro de reformas sociais e econômicas que tinham como ponto de partida a divisão dos grandes latifúndios existentes no Brasil e o benefício incontestado que isso traria a todas as classes pobres e menos favorecidas que viviam sob o domínio dos grandes proprietários.

O que não podemos perder de vista, contudo, é que a recuperação da figura de Nabuco como abolicionista/reformista, vinha no bojo de um projeto político e intelectual bastante específico, defendido por Gilberto Freyre. Joaquim Nabuco é retomado como o “grande pernambucano”, que batizaria o

⁷⁶ - Idem, p. 6.

primeiro grande centro de pesquisas sociais no Brasil, criado com a finalidade de garantir subsídios científicos para a realização de ‘reformas sociais profundas’ no norte e nordeste do Brasil.

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais forneceria, por exemplo, todos as informações para a realização de uma reforma agrária eficiente ao mesmo tempo em que não “demagógica”; isto além de fornecer dados precisos sobre a sociedade e a economia daquelas regiões. Informações que orientariam tanto investimentos públicos quanto privados, fundamentais para o progresso daquelas áreas. Ao definir tais atribuições àquela instituição nascente, Freyre considerava apenas estar contribuindo para a concretização de todas as reformas sócio-econômicas, já defendidas por Nabuco durante a campanha abolicionista.⁷⁷

Com o passar dos anos, no entanto, o opúsculo, contendo o discurso em que Freyre recupera e analisa a trajetória de Nabuco, perdeu seus vínculos com as outras manifestações, do então deputado, sobre a importância e o significado que teria o novo instituto de pesquisas sociais. Cristalizou-se, a partir dali, a imagem de Nabuco como o “reformador social”, mas se perdeu

⁷⁷ - Freyre, em suas obras de análise da sociedade brasileira, também retomou muitas das interpretações de Nabuco sobre o caráter da sociedade escravista que se desenvolveu no Brasil. No entanto, não temos qualquer pretensão de analisar, neste trabalho, a forma com Freyre incorporou argumentos e análises de Nabuco sobre as relações entre senhores e escravos, por exemplo. Além do que, vários historiadores já demonstraram e analisaram as vinculações entre as interpretações daqueles dois autores. Entre eles, podemos mencionar Robert Slenes que destaca a retomada das interpretações de Nabuco, sobre a família escrava, por Freyre. Afirmar aquele historiador: “Com o pensador pernambucano (Gilberto Freyre), na verdade, recupera-se o paradigma sociológico dos ‘males’ do escravo, que rivalizava, no século XIX, com a explicação racista, até ser derrotada por ela a partir dos anos de 1880 e 1890. Nesse sentido, Freyre reafirma a visão do abolicionista Joaquim Nabuco sobre o impacto nocivo do sistema de trabalho forçado e a perspectiva sobre a família cativa...” Cf. Robert Slenes, *Na Senzala, Uma Flor*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 27. O fato de Gilberto Freyre ser o grande divulgador, por assim dizer, do Brasil como “paraíso racial” e Nabuco ter contribuído, decisivamente, como apontou Célia M. M. de Azevedo (em estudo já aqui citado), para a fixação da imagem do país como um lugar em que brancos e negros conviviam pacificamente, ao contrário do que acontecia nos EUA, também nos parece uma evidência muito significativa da “influência” das análises de Nabuco sobre o pensamento sociológico de Freyre. Cf. Célia M. M. de Azevedo, op. cit. e *Abolitionism in The United States and Brazil – A Comparative Perspective*, New York & London: Garland Publishing, 1995. Especialmente as pp. XII, XIII, nas quais a autora apresenta as idéias de Freyre sobre o Brasil como um ‘Paraíso Racial’.

os vínculos daquela imagem com o projeto político e intelectual que se encontrava na raiz de sua elaboração.

O fato é que a interpretação de Freyre, sobre o sentido da atuação de Nabuco na campanha abolicionista, mesmo ganhando, em alguns casos, “outras roupagens”, foi instrumentalizada pela maioria dos cientistas sociais que se debruçaram sobre o processo que colocou fim à escravidão no Brasil.

A imagem do “reformador social” é recorrente na maioria dos estudos sobre a atuação abolicionista de Nabuco. Podemos dizer inclusive, que se tornou quase “senso comum” o fato de que aquele abolicionista esteve à frente de seus contemporâneos ao analisar de forma tão contundente a realidade nacional, marcada pela escravidão, e ao propor soluções verdadeiramente amplas para superar a “herança” do sistema de trabalho compulsório e colocar o Brasil no “caminho do progresso”.

Assim, quase todos os estudiosos que retomaram, mais recentemente, as propostas e a participação de Nabuco na campanha abolicionista mostram-se preocupados com a questão do atraso nacional com relação à Europa e aos Estados Unidos.⁷⁸ A retomada das obras e das análises de Nabuco sobre a realidade brasileira, produzidas durante a década de 1880, foi feita, em geral, procurando-se explicar o que Jorge Caldeira, ainda recentemente, chamou de

⁷⁸ - No geral, por conseguinte, a atuação de Joaquim Nabuco vem sendo destacada no interior de várias teorias sobre a história nacional, assim caracterizadas por Maria Sylvia de Carvalho Franco: *“(essas teorias) são sustentadas por uma temporalidade entendida como série causal, estabelecendo-se entre os pólos que se articulam (colônia – metrópole; países subdesenvolvidos – países desenvolvidos) no capitalismo mundial uma relação linear de condição à consequência. De modo geral, também, está implícito nelas um conjunto de juízos de valor que tacitamente acentuam como desejáveis os conteúdos ‘progressistas’. No caso das teorias dualistas mais antigas, isto é flagrante: toda a política a que serviram mundialmente foi a de promover a ‘modernização’, destruindo os bolsões de pobreza – identificados com o atraso, eliminando as resistências às mudanças e promovendo a industrialização. A crença no progresso, linearmente entendido, perpassa essas teorias, reforçando a idéia paralela de uma proclamada neutralidade da técnica e da produção científica. No caso da teoria da dependência...esse novo dualismo vai padecer exatamente dos mesmos prejuízos políticos e práticos...uma valorização tácita da industrialização, na verdade do capitalismo e de seus conteúdos civilizatórios, no pressuposto de que traga consigo o progresso das instituições democráticas burguesas.”* Cf. Maria Sylvia de Carvalho Franco, “As idéias estão no lugar” in *Cadernos Debate*, nº 1, São Paulo: Brasiliense, 1976, pp. 63-64.

“pífilo desenvolvimento brasileiro durante o século XIX”.⁷⁹ E mais ainda, procurando-se explicar porque após o fim do trabalho escravo, da proclamação da República e da implantação da indústria o país continuou a pertencer a “periferia do planeta”.

A partir de tais preocupações e pelo fato de Nabuco ter sempre sido identificado como um dos intelectuais e políticos que melhor representaram os princípios do liberalismo econômico e político no Brasil⁸⁰ é que a sua trajetória acabou sendo identificada também ao desenvolvimento e ao significado que as idéias liberais tiveram no contexto nacional, durante o Segundo Reinado e, em particular, durante a campanha abolicionista.

Por consequência, como observou Izabel Marson, os estudos sobre o liberalismo e a escravidão no Brasil passaram obrigatoriamente pelos textos de Joaquim Nabuco:

*“O estudo do tema Liberalismo e Escravidão no Brasil impõe ao historiador a passagem obrigatória pelos textos de Joaquim Nabuco, não apenas porque foi o mais conhecido analista do liberalismo brasileiro no século XIX, mas sobretudo porque se tornou uma fonte histórica para todos os autores que abordaram a história do Brasil daquele século”.*⁸¹

A maneira como Marco Aurélio Nogueira se propõe a estudar, a “aventura intelectual” de Joaquim Nabuco, vai justamente no sentido apontado por Marson – muito embora o entendimento daqueles dois autores

⁷⁹ - Cf. Jorge Caldeira, *A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil*, São Paulo, Editora 34, 1999, p. 7.

⁸⁰ - A memória da atuação de Nabuco sempre em nome dos “maiores princípios liberais” foi construída, em grande parte, por ele próprio no *Minha Formação*. Onde, procurando explicar toda a sua atuação política durante a Monarquia, ele afirma: “...minha caracterização, o acento tônico, era outra: *liberal*, não no sentido passageiro, político, da expressão, mas no seu sentido humano, eterno...” Cf. Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, Rio de Janeiro: H. Garnier Editor, 1900, p. 303. Grifo do autor.

⁸¹ - Cf. Izabel Marson, “Liberalismo e Escravidão no Brasil – Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na (re)criação do progresso” in *Revista USP*, nº 17, Março/Abril/Maio de 1993, p. 102.

sobre o significado das propostas abolicionistas/reformistas do político pernambucano seja bastante diverso.

Ao mesmo tempo em que Nogueira se volta para o abolicionista como forma de acompanhar a “*desventura... do liberalismo brasileiro*”, sempre derrotado em sua “*vertente democrática e modernizadora*”, ele também utiliza de todas as análises feitas por Nabuco sobre a campanha abolicionista e sobre as características econômicas e sociais do Segundo Reinado, para explicar aquela “desventura”.⁸² A trajetória de Nabuco é estudada segundo a maneira como aquele próprio político analisou e compreendeu toda a sua atuação – tanto que Nogueira, além das obras do abolicionista e das biografias escritas por Carolina Nabuco e Luís Viana Filho, utiliza de pouquíssimos trabalhos bibliográficos sobre o período e temas de seu estudo.⁸³

Produzido no início dos anos 1980 e publicado em 1984, o estudo em questão dialoga diretamente com aquela conjuntura histórica, marcada pelo encaminhamento da abertura democrática do regime militar instaurado em 1964. Assim, Nogueira sistematiza, na primeira obra específica (produzida em padrões acadêmicos) sobre a atuação e as propostas de Nabuco, várias das

⁸² - Marco Aurélio Nogueira, *As desventuras do liberalismo – Joaquim Nabuco, a monarquia e a República*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. As citações acima são respectivamente das pp. 17 e 16.

⁸³ - Em seu primeiro capítulo, por exemplo, Nogueira pretende caracterizar, em linhas gerais, o Segundo Reinado e as duas primeiras décadas da República. Para realizar tal caracterização ele se utiliza basicamente de apenas de três obras: *Um Estadista do Império* (a principal obra referenciada), *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda e *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro – obra de referência teórica-metodológica, para Nogueira, como analisaremos mais a frente. Ele próprio explica o porquê de tais opções, destacando a sua preocupação em “contextualizar a obra de Nabuco a partir dela mesma”, afirma Nogueira: “*Parece-me desnecessário lembrar, mas é inequívoco que após o excelente Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda (5º volume de O Brasil Monárquico...), muito pouco resta para ser dito a respeito do processo a que nos referimos (de transformações sócio-econômicas no Segundo Reinado). Ainda mais se devidamente consideradas as virtudes de Raymundo Faoro, Os Donos do Poder (...). Também por isso, o que pretendo nesse capítulo é sobretudo contextualizar a obra de Nabuco a partir dela mesma, reconstruindo o pano-de-fundo em que se deu a trajetória do intelectual entre 1870 e 1889, bem como se formaram as bases de sua conduta sob a república.*” Idem, p. 23, nota 2. Grifos meus.

referências sobre aquele abolicionista feitas por estudiosos da abolição no Brasil, durante os anos de 1960 e 1970.⁸⁴

O autor mostra-se preocupado em detectar quais os sentidos da atuação dos liberais do passado - no processo de constituição das estruturas políticas nacionais - com a finalidade de compreender (e talvez indicar) qual seria o papel dos liberais, seus contemporâneos, na consolidação da democracia no Brasil.⁸⁵

Partindo das colocações de Raymundo Faoro sobre a estrutura sócio-política do Brasil, segundo o qual *“De D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo”*⁸⁶, Nogueira considera toda a história do Império como sendo a do “apogeu e crise” de um

⁸⁴ - Exemplo daquelas referências é o estudo de Paula Beiguelman, *Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista*, publicado originalmente em 1961. Se Nabuco é o grande abolicionista por ela estudado e referenciado, seu trabalho não é apresentado como um estudo específico sobre a trajetória e os significados da atuação política daquele político, como o faz Marco Aurélio Nogueira. Apesar disso, o entendimento de Beiguelman sobre a trajetória de Nabuco, como se verá, é o mesmo de Nogueira, chegando aquela autora a afirmar: *“(os textos de Nabuco, produzidos durante a campanha abolicionista) revelam a coerência interna de um raciocínio que, dando expressão à perspectiva política imputável ao escravo, submete a sociedade a uma crítica global, desvendando-lhe os fundamentos e captando-lhe o devir”*. Assim, o pensamento abolicionista de Nabuco seria uma expressão da *“conjuntura revolucionária parcial da década de 1878 – 1888”*. Paula Beiguelman, “Joaquim Nabuco: teoria e praxis” in *Joaquim Nabuco – Seleção de textos*, São Paulo: Ática, 1982, p.15. Por conta de haver uma constância na forma como estudiosos da abolição e da escravidão durante as décadas de 1960 e 1970, no Brasil, se referem a Joaquim Nabuco e por ter sido Nogueira, como aqui já se referiu, o primeiro a produzir um trabalho específico sobre Nabuco, que, no entanto, não diverge daquelas referências, centraremos nossa análise no livro *As Desventuras do Liberalismo*.

⁸⁵ - Muito esclarecedoras destas preocupações de Nogueira são as observações de Carlos Nelson Coutinho sobre o significado do livro: *“Diagnosticando com rara competência os impasses e ‘desventuras’ do nosso pensamento liberal do passado, Marco Aurélio Nogueira dá uma contribuição decisiva para a compreensão ideológica no Brasil de hoje: enquanto marxista que concebe a democracia como valor universal, ele sabe que a construção de uma sociedade democrática em nosso País não pode prescindir da participação ativa dos liberais. Nesse sentido, este belo livro... não é apenas um lúcido exemplo da fecundidade do marxismo na análise da história das idéias: é também uma contribuição no sentido de que, tomando consciência das causas de suas ‘desventuras’ passadas, o liberalismo possa se empenhar mais profundamente na grande aventura presente da construção da democracia entre nós.”* cf. segunda contra-capá do livro.

⁸⁶ - cf. Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*, São Paulo: editora Globo, 1989, p. 733.

“mecanismo de dominação”, destinado a “*frustrar, conter e enquadrar o radicalismo que simbolizara as melhores esperanças dos que haviam feito a Independência e desejado a organização de um Estado nacional em bases liberais e modernas*”.⁸⁷

O momento da Independência brasileira caracterizar-se-ia, pela existência de “verdadeiros revolucionários”, dispostos a alterar as “relações internas de produção” (estabelecidas pelo processo de colonização portuguesa) e a “consolidar conquistas sociais”, que garantissem a “participação política de amplos setores da sociedade”, como os segmentos sociais constituídos por não proprietários. Contudo, aqueles revolucionários foram derrotados pelos que desejavam apenas a liberdade de comércio externo, estabelecida desde a derrocada do pacto colonial. A independência apenas estabeleceu “*novas relações externas ao lado das mesmas velhas relações internas, numa original combinação de liberalismo econômico no comércio exterior e escravidão no sistema produtivo*”.⁸⁸

Durante o Primeiro Reinado e a Regência o país assiste a um constante “reajuste conservador” que estabelecerá as bases políticas do reinado de Pedro II. Tal “reajuste” sufoca paulatinamente todos os focos de resistência do “liberalismo democrático” que floresceu na época da independência. Os conservadores vão definindo todas as características da monarquia “pretensamente parlamentarista”, que teria na Coroa, amparada pelo Senado vitalício e Conselho de Estado, seu principal agente político-administrativo. A partir do poder moderador, o imperador controlava as eleições e a Câmara

⁸⁷ - Marco Aurélio Nogueira, op. cit., p. 19

⁸⁸ - Idem, p. 24. Para uma leitura diferente do processo de independência e das interpretações do mesmo, em diferentes historicidades, cf. Cecília Helena L. de Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal – Relações de Mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820 – 1824)*, Bragança Paulista: Edusf e Ícone, 1999. A autora sintetiza, da seguinte maneira, o seu método de estudo e as suas principais conclusões: “...a problematização das transformações, que se operavam na Corte e província do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XIX, e a tentativa de recuperar as maneiras pelas quais os violentos enfrentamentos sociais exteriorizavam-se nas práticas e nas argumentações elaboradas pelos interlocutores do intrincado jogo político, encaminharam a possibilidade de uma compreensão dos acontecimentos na qual o movimento de Independência configurou-se como a emergência de uma **condição** na qual a sociedade – ou segmentos dentro dela – representava a si própria como livre e autônoma para gerir, por intermédio das riquezas naturais e dos recursos humanos de que seria portadora, seu percurso político – institucional e sua história.” p. 301 – grifos da autora.

Geral, por meio da nomeação de gabinetes; nomeação que nem sempre obedecia às maiorias parlamentares. Assim, já em 1850, *“a monarquia e a unidade nacional estão consolidadas, à base do reforçamento da estrutura colonial de produção e da conservação do trabalho escravo. O radicalismo estava derrotado e o país ingressava num período de estabilidade (mais aparente que real...) e progresso.”*⁸⁹

Ante uma sociedade *“sem povo politicamente organizado rarefeito e indiferente aos jogos do poder”*⁹⁰, a Coroa não teve dificuldades em dominar completamente toda a administração por meio de um sistema partidário, onde existia apenas dois partidos *“rigidamente hierarquizados e burocratizados”* que se preocupavam tão somente em obter, cada qual, a maior quantidade possível de *“prendas do poder”*⁹¹.

Assim, disfarçando todo o autoritarismo do poder imperial, por meio de um sistema representativo que ‘nada representava’, a Coroa se apresentava como “liberal moderna e democrática”, quando na verdade era “tacanha” e se destinava apenas a manter o poder de uma minoria de proprietários que se beneficiavam ainda de uma estrutura econômica colonial e escravista que tinha se mantido após o processo de independência.

*“Autoritarismo disfarçado: esse o fundo verdadeiro do sistema, acobertado por truques e artifícios que, naquela sociedade politicamente atrasada, davam lustro à ausência de democracia e de partidos representativos, de vida política aberta e dinâmica, de eleições livres e preocupações para com a cidadania...Embora muito se esforçasse para obter essa imagem – através de seus arautos e do recurso a um liberalismo para consumo externo – aquela não era uma monarquia ‘esclarecida’. Medularmente autocrática e tacanha na visão estatal, estava forçada a cobrir-se de europeias e ornamentos para posar de liberal, moderna e democrática. Seu disfarce fundamental: a bondade e magnanimidade do imperador, o paternalismo destilado pelo poder pessoal.”*⁹²

⁸⁹ -Marco Aurélio Nogueira, op. cit., p. 33.

⁹⁰ - idem, p. 51.

⁹¹ - idem, p. 52.

⁹² - idem, p.77.

Compreendendo, desta forma, o funcionamento político e a sociedade imperial, Nogueira não via qualquer nexo entre as idéias liberais professadas pelos políticos e as características concretas de um país marcado pelo “mandonismo” do imperador e dos grandes proprietários. Valendo-se das análises de Roberto Schwarz sobre o tema, aquele autor considera estar a ideologia liberal “fora do lugar”, no Brasil monarquista e escravista; onde predominava, de fato, a “ideologia do favor” – esta fundada na situação de dependência e subordinação social que se estabelecia entre os membros ‘pobres’ da sociedade com relação aos grandes proprietários e de todos os brasileiros com relação à Coroa.⁹³

A situação de subordinação dos vários segmentos sociais ao estado imperial “hipertrofiado” é exemplificada, por Nogueira, a partir da análise das condições dos intelectuais brasileiros durante o século XIX. Para ele, a Coroa, em vista das condições de desorganização geral da sociedade, desenvolvera um sistema de cooptação que “buscava assimilar os representantes políticos e ideológicos dos grupos e classes sociais.”⁹⁴ Sem condições de sobrevivência longe das esferas estatais, os intelectuais acabavam se distanciando da sociedade e passavam a ter uma posição subalterna aos ‘esquemas do poder’.

*“Impossibilitados de encontrar refúgio e sustentação na sociedade, os intelectuais tornavam-se receptivos aos preconceitos e ilusões gerados pela vida política e cultural do país, caindo facilmente prisioneiros do Estado”.*⁹⁵

⁹³ - Já na introdução de seu trabalho, Nogueira cita seus débitos para com a interpretação de Schwarz sobre a falta de nexo entre a realidade escravista brasileira e a ideologia liberal professada pelos nossos ‘homens de estado’. Assim, Nogueira incorpora totalmente a análise de Schwarz segundo a qual “*impugnada pela escravidão*”, a ideologia liberal “*descarrilava*”. Se a simples presença da escravidão, “*indicava a impropriedade das idéias liberais*”, não era contudo a escravidão que orientava o “*movimento descompassado*” das mesmas. Em uma palavra, para Schwarz, “*a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica brasileira*”. Tal nexo se encontrava na “*ideologia do favor*” – “*O favor é, ..., o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que têm..., com mil formas e nomes o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força.*” cf. Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar” in *Ao Vencedor as Batatas*, Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1988, p. 16.

⁹⁴ - Marco Aurélio Nogueira, op. cit. p. 57,

⁹⁵ - idem, ibidem.

A vida intelectual, por consequência, acaba sendo marcada pelo “aulicismo”, por uma relação “ornamental” com a cultura, que possui como grande marca o caráter “retórico” e a dependência com relação aos modos e formas de “pensar europeus”.

Tal fato praticamente impossibilitou, segundo Nogueira, a produção de críticas significativas ao regime monárquico e também o desenvolvimento de programas reformistas profundos e consistentes. Toda e qualquer reforma, necessária ao desenvolvimento nacional, ficava a cargo da Coroa que, quando as realizava, o fazia a partir de um *“liberalismo conservador, elitista e anti-popular, tingido de autoritarismo, anti-democrático e sem heroísmo.”*⁹⁶ “Liberalismo conservador” que se forjou a partir das adaptações das idéias liberais à realidade brasileira, marcada pela escravidão, o latifúndio, a hipertrofia estatal, os mecanismos de cooptação e a ideologia do favor:

*“Não encontrando, todavia, bases internas condizentes com sua racionalidade formal, o liberalismo tinha que ser assimilado com certas ‘adaptações’ capazes de evitar os riscos de artificialismo: era obrigado a um ajuste para conviver com a escravidão, o latifúndio, a hipertrofia estatal, os mecanismos de cooptação e a ideologia do favor. Com isso, aparecia entre nós como uma ‘idéia fora do lugar’ e despojado do caráter heróico e revolucionário que tivera em sua origem”.*⁹⁷

⁹⁶ - idem, p. 67

⁹⁷ - idem, p. 65. Parece-nos importante problematizar este entendimento de Nogueira sobre o liberalismo, como tendo um fundo essencialmente “heróico” e revolucionário; sendo que no Brasil por predominar um “liberalismo conservador” fundado na “violência” e no “mandonismo”, a “idéia estaria fora do lugar”. Analisando justamente o pensamento de John Locke, tido como um clássico do pensamento liberal incontestado, Maria Sylvia de Carvalho Franco assim se refere a forma como foi sistematizado, em sua origem, o pensamento liberal: “Locke compreendeu perfeitamente a violência que permeia todo esse campo (das práticas liberais fundadas na propriedade seletiva, no mercado soberano, na liberdade como prerrogativa de alguns, nas diferenças cada vez maiores atribuídas aos que sucumbem nos processos competitivos) – o Estado de guerra por ele descrito não deixa dúvidas. Sua falácia está em tê-la posta às avessas, como paz e harmonia. Em vez do reconhecimento e da crítica, temos uma apologética: a discriminação, o domínio, a luta incessante no interior do convívio humano são apresentados num estilo tranquilizador das consciências que os reproduzem, jogando-se a culpa sobre quem os sofre. Tudo isso unificado em um núcleo de máximas e sentenças que fazem do que é o que deve ser. A lei assim inscrita em nossos corações o está com a força dupla e

Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, segundo Nogueira demonstrará – a despeito de seus vínculos com a idéia monárquica no momento em que elaborava aquele livro – todos os vícios e o “*caráter impermeável*” a mudanças das instituições político-administrativas do Segundo Reinado. Como forma de exemplificar a argúcia do Nabuco historiador, apesar de suas vinculações ao monarquismo, Nogueira cita a maneira como ele analisa a atuação do Conselho de Estado:

*“Como historiador, não só perceberá o caráter conservador e impermeável às mudanças do Conselho de Estado, como o valorizará sobremaneira como anteparo do sistema monárquico... A apologia, na verdade, ocultava um ajuste de contas com o Nabuco abolicionista, que em 1884 consideraria o Conselho como ‘uma corporação arbitrariamente escolhida e que nenhum título tem para representar a opinião do país’, quanto mais para ser o seu ‘cérebro político’”.*⁹⁸

Contudo, o trecho acima não nos revela apenas a forma como Nogueira, em geral, se apropriou d’ *Um Estadista do Império* - descontando o que considerava “apologias”, fruto do monarquismo de seu autor, e supervalorizando os aspectos interpretativos que cabiam em sua própria interpretação de cientista político sobre a sociedade imperial. Revela também que, para aquele analista da atuação de Nabuco, os textos produzidos durante a campanha abolicionista são os mais reveladores das ‘reais’ características da sociedade monárquica.

O movimento abolicionista se inscreve, na análise de Nogueira, no interior do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A expansão da economia cafeeira durante o Segundo Reinado aprofunda a “inserção”, de forma subordinada, do Brasil no sistema capitalista internacional.⁹⁹

simultânea da natureza e da prática humana; não foi ainda, como o será bem um século depois, cindida em moral, posta em nosso íntimo, e física, projetada nos céus estrelados.” cf. Maria Sylvia de Carvalho Franco, “All The World Was America” in *Revista USP*, op. cit., p. 53.

⁹⁸ - Marco Aurélio Nogueira, op. cit., p. 49

⁹⁹ - Nogueira se vale, embora não as mencione na maioria das vezes, de análises clássicas sobre o sentido da abolição da escravidão para a economia e o

Tal desenvolvimento foi o responsável pelo progressivo “aburguesamento” dos proprietários rurais, pelo início do processo de industrialização, pelo crescente uso de maquinário na produção agrícola, pelo crescimento dos centros urbanos e surgimento de novos grupos sociais (camadas médias que adquirem cada vez mais “vitalidade” econômica). Todos estes fatores levam ao questionamento do regime de trabalho escravo e impõem a sua superação.¹⁰⁰

Daí, o autor centrar sua análise, para acompanhar o “desenvolvimento do Brasil”, na “luta abolicionista”, já que ela representa a “expressão e o fator de avanço do capitalismo no Brasil”, além de ser muito reveladora quanto às características que tal avanço possuiu:

“...a luta abolicionista revela-se como privilegiada para a análise que aqui buscamos empreender: exatamente por ser expressão e fator do avanço capitalista no Brasil, nela se consubstancia toda a particularidade desse processo. Em sua trajetória encrustam-se os traços da mentalidade gradualista que domina nossa história, a resitência do conservadorismo, a manipulação do poder e a fragilidade da participação popular. Ao mesmo tempo, ela configura o elemento mais avançado, de vanguarda, da modernização conservadora à base da qual se desdobrou a revolução burguesa no Brasil, no período considerado. Em seu nome foi devassada toda a vida imperial, ganhou transparência a estrutura da sociedade e adquiriram melhor conformação as idéias do liberalismo, do progresso, da democracia e da indústria como pressupostos da organização de um país moderno e poderoso. Foi o estopim das principais transformações políticas a partir do Segundo Reinado.”¹⁰¹

A partir deste entendimento é que Nogueira recupera e analisa a atuação abolicionista de Joaquim Nabuco. Textos, como *O Abolicionismo* e os da

desenvolvimento da sociedade brasileira. Posições semelhantes a dele podem ser encontradas, por exemplo, nas seguintes obras: Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1977; Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1970; João Manuel Cardoso de Melo, *Capitalismo Tardio*, São Paulo: Brasiliense, 1972.

¹⁰⁰ - Cf. Marco Aurélio Nogueira, op.cit., pp. 65-73.

¹⁰¹ - Idem, p. 88.

Campanha Eleitoral no Recife (1884), são apresentados como sendo a produção de um intelectual e político que esteve “na vanguarda da Revolução Burguesa”, que se realizou no Brasil a partir do fim do trabalho escravo e da supressão de todas as “heranças” coloniais, sobreviventes ao processo de independência.¹⁰²

Ainda que Nabuco tenha atuado de forma essencialmente “moderada” – sempre defendendo a solução do problema da escravidão pelo Parlamento – tenha sido um defensor constante do regime monárquico, ele produziu, segundo Nogueira, “análises profundas” da realidade brasileira e dos motivos de seu atraso.

Sua moderação e monarquismo do abolicionista, não o impediram de denunciar a ineficiência administrativa, as incoerências e falhas dos partidos e de todo o sistema político. Sua análise da escravidão, contudo, não foi “politicista”, como a de alguns republicanos-emancipacionistas. Foi uma análise efetivamente social, que permitiu a ele a elaboração de um “generoso” plano reformista para a sociedade brasileira. Assim se refere Nogueira à importância da atuação de Joaquim Nabuco na campanha pelo fim da escravidão, sem indenização:

“Nada disso (moderação e monarquismo), entretanto, o impediu de ir à raiz dos problemas nacionais, nem reduziu a coerência e a força de seu discurso. Muito pelo contrário: a defesa da monarquia não proibia a crítica nabucoana ao poder pessoal, aos partidos constitucionais, à inépcia administrativa dos governos, à artificialidade dos adereços parlamentaristas do Estado, ao sistema eleitoral. E, muito menos, não reduzia o alcance de sua análise da escravidão: inversamente, liberando-o da visão ‘politicista’ dos republicanos, concedia-lhe maior espaço e melhor ângulo para abordar a questão do trabalho e, à base desta, o conjunto dos problemas nacionais. O resultado não poderia ser

¹⁰² - O debate em torno da ocorrência da “Revolução Burguesa” no Brasil é bastante vasto e uma discussão, em torno do tema, foge em muito aos limites e objetivos deste trabalho. Registramos, contudo, alguns exemplos de livros que, tal como o de Nogueira, definem a abolição como sendo fundamental na implantação de um estado, de fato, burguês no Brasil: Décio Saes, *A Formação de um Estado Burguês no Brasil: 1888-1891*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 e Jacob Gorender, *A Escravidão Reabilitada*, São Paulo: editora Ática, 1991 – cf. em especial o capítulo “A Revolução Abolicionista”, pp. 133-188.

melhor: ao longo da campanha abolicionista, Nabuco devassará a sociedade imperial, irá às entranhas mesmas do sistema social organizado com fundamento na escravidão e na grande propriedade agrária, bem como apresentará um generoso(...)plano de reformas voltadas ao progresso e desenvolvimento do país."¹⁰³

Nabuco, portanto, escapou, segundo Nogueira, ao 'esquema de cooptação' do estado monárquico, muito embora defendesse aquela forma de organização do sistema político – administrativo, desde de que passasse por reformas. A maior evidência de que Nabuco não foi 'cooptado' é justamente a veemência e o vigor com que apontava todos os problemas de um sistema centrado no poder pessoal e na fragilidade da representação política.

Devido, justamente, a esta percepção de todos os vícios de nossa organização política é que ele, "mais do que qualquer outro abolicionista", procurou tornar o abolicionismo um "*movimento político*"¹⁰⁴, organizando-o no sentido de pressionar a Coroa a tomar decisões mais progressistas, em favor do fim rápido do trabalho escravo e em favor das reformas necessárias ao mais "completo desenvolvimento nacional". Nem poderia ser de outra forma, segundo Nogueira.

Em um país, sem organização social efetiva, com uma pequena base de homens livres cidadãos e com a massa escrava em uma "*condição de serviçal dócil e subalterno acostumado a tudo esperar do senhor*"¹⁰⁵, só o Imperador, por meio do

¹⁰³ - Marco Aurélio Nogueira, op. cit., pp.100-101

¹⁰⁴ - idem, p. 111.

¹⁰⁵ -idem, p.92. Existe uma importante produção historiográfica que contesta, de forma bastante convincente, esta visão do escravo, do século XIX, apresentada por Nogueira. Entre estes trabalhos podemos mencionar o livro de Célia M. M. de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, no qual a autora demonstra que "*a imagem de negros e mestiços como uma massa inerte, desagregada, inculta, sem grande importância histórica em fins do século XIX...surgiu de todo um imaginário racista que procuraria com isso justificar a necessidade de trazer imigrantes europeus em substituição aos escravos*". pp. 251 –252. Outro trabalho importante neste aspecto é o de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo; Companhia das Letras, 1990. O autor recupera as maneiras como "*diferentes sujeitos históricos entendiam escravidão e liberdade, e como interagiam no processo de produção dessas visões ou percepções*". A preocupação é justamente em contestar a teoria, por ele batizada como "teoria do escravo-coisa", segundo a qual "*as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituídos os*

exercício do poder moderador, tinha condições de ação. Em uma palavra, segundo Nogueira, era impossível “*criar uma força abolicionista revolucionária*”.¹⁰⁶

O fato de Nabuco ter dado um caráter reformista ao abolicionismo - apesar de todas estas limitações políticas intrínsecas à sociedade brasileira ainda com traços marcadamente coloniais - é que o singulariza frente aos demais políticos e intelectuais de sua época. Nabuco, sendo reformista e não apenas abolicionista, esteve “*a frente de seu tempo*”, “*trabalhando o presente*”, mas “*antevendo o futuro*”: daí ter estado na “*vanguarda da modernização capitalista*”, pela qual o Brasil teria de passar:

“*É exatamente esse caráter do movimento (de reformas sociais) que nos permite apreciar o quão avançado Nabuco estava em relação ao seu tempo. Era como se ele, trabalhando o presente, anteviesse o futuro. Colocando-se na liderança da luta pela abolição e tratando-a como luta global, não adstrita a um mero reformismo jurídico-político, Nabuco agia sobre um leque de problemas que, dadas as condições da época, apenas começavam a ganhar transparência. Colocava-se, pois, na vanguarda da modernização capitalista em curso no país. Aqui, nos dez anos do movimento abolicionista, foi o liberal avançado...*”¹⁰⁷

escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores”. Cf., respectivamente, p. 251 e p. 249.

¹⁰⁶ - Marco Aurélio Nogueira, op. cit., p. 99. José Murilo de Carvalho, apesar das diferenças de interpretação sobre o caráter da sociedade e da política imperial, também considera que a Coroa era a única capaz de realizar a reforma abolicionista que beneficiaria aos setores mais pobres e sem representação daquela sociedade. Por conta de realizar “reformas populares” é que a Coroa caiu, afirma Carvalho: “*Ao invés, então, de ver-se legitimada pela atuação reformista, pela eficácia em solucionar problemas, o sistema imperial perdeu a legitimidade que conquistara. É que as principais reformas que promovera atendiam a interesses majoritários da população que não podia representar-se politicamente. A representatividade do sistema assumia assim um caráter burkeano, no sentido de ser representação do país como um todo, em oposição a uma representatividade de natureza liberal que se referisse a interesses específicos de grupos, classes e indivíduos, cujo somatório supostamente resultasse no interesse geral. Como, no entanto, a cidadania era reduzida - não havia povo,... - a representação se fazia no vazio, sem alterar a composição do poder político.*” José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras - A política Imperial*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996, p. 298.

¹⁰⁷ - idem, p. 113.

De todas as reformas propostas por Nabuco, Nogueira, analisa a reforma agrária como sendo a “mais decisiva”. Além disso, a proposta é feita em um momento em que “*o problema da propriedade da terra sequer despontava na consciência nacional*”.¹⁰⁸ Nabuco ao colocar a necessidade de redistribuição das terras, mostrava a aguda percepção de que a “igualdade social” só se faria garantindo aos trabalhadores o “acesso à terra”.

Por outro lado, a reforma agrária se inseria também na preocupação do abolicionista com a adoção de medidas voltadas à “valorização do trabalho” – desacreditado por ser realizado basicamente por cativos.¹⁰⁹ Segundo Nogueira, a redistribuição das terras nacionais incentivaria ao trabalho homens livres pobres, até então desprovidos de meios de produção próprios.

Além disso, em sua preocupação com a “construção de valores associados ao trabalho”, Nabuco demonstrava estar muito identificado com as necessidades de um operariado ainda incipiente, mas que tendia a se desenvolver. Para Nogueira, o abolicionista é o primeiro homem público brasileiro a defender, de forma mais direta, a criação de condições adequadas para o desenvolvimento dos trabalhadores por meio da realização de uma “reforma educacional” – destinada à especialização dos operários e a um

¹⁰⁸ - idem, ibidem.

¹⁰⁹ - Maria Sylvia de Carvalho Franco fornece-nos uma análise bastante diversa da sociedade monárquica da apresentada por Nogueira, contestando convincentemente, a idéia de que o trabalho como conceito geral tivesse uma única imagem que seria negativa. Neste sentido, aquela autora demonstra o sentido contraditório daquela prática social: ao mesmo tempo desqualificado e valorizado, já que não era exclusivo ao escravo; quando realizado por homens livres era um recurso para a ascensão social: “...quando acentuamos a importância da empresa mercantil administrada centralizadamente pelo proprietário, aparece o significado pleno do trabalho na sociedade brasileira. Seu imperativo nunca desapareceu dos grupos dominantes, num sistema socioeconômico marcado pela oposição rigidez interna – instabilidade externa e pela descontinuidade de desenvolvimento. E foi um estado de grande pobreza que o café encontrou no século XIX paulistas e fluminenses. Aí, a necessidade de trabalho, imposta pelas condições econômicas, encontrou meio favorável na quase indiferenciação social reinante. Em função dessa ordem de coisas, nunca se definiram nitidamente privilégios ou proibições no setor ocupacional, caindo tanto os trabalhos de execução quanto os de supervisão na órbita dos homens livres. Correlatamente, não se determinou com rigor um conceito geral depreciativo do trabalho. Dessa maneira, atenuaram-se os efeitos da escravidão, embora sua presença introduzisse inevitavelmente a noção de degradação do trabalho. Este aparece contraditoriamente desqualificado e valorizado, refletindo as oposições fundamentais daquela sociedade.” Cf. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 218.

*“redirecionamento da política, toda ela bacharelesca e elitista”*¹¹⁰. Além disso, Nabuco propõe também a organização de uma “política previdenciária”, que ampararia os trabalhadores na velhice, bem como às suas famílias.¹¹¹

No limite, pensava o abolicionista que, com o desenvolvimento de novos valores ligados ao trabalho, garantiria as condições objetivas ao desenvolvimento da “organização operária” – fato que revela uma “ponta de utopia”, segundo Nogueira, que ele emprestou ao movimento em favor do fim da escravidão:

*“ O tema (organização operária), que não voltaria a aparecer em outros momentos da trajetória de Nabuco, deixa antever com grande clareza o quanto avançara o abolicionismo no Brasil imperial; e revela a ponta de utopia indispensável ao crescimento do próprio movimento: prescrevia ele uma tarefa para o futuro, mas esse futuro tinha que começar a ser vivido desde já”.*¹¹²

Do ponto de vista político, Nabuco pretendia, com a atuação contra escravidão, acabar com o “domínio autocrático”, “prussiano” da Coroa. A campanha abolicionista em si já servia para formar ao menos um partido político com “idéias”, partido de “opinião” e não “apenas de homens” ; um partido com “base popular”, comprometido com as “reformas sociais”. Enfim, seria uma organização sem *“os vícios da vida política brasileira e particularmente dos*

¹¹⁰ - idem, p. 114. Com relação ao fato de que só com trabalho livre poderia se ter um desenvolvimento tecnológico significativo e uma “especialização” dos trabalhadores, afirma Rebeca Scott, a partir de seus amplos estudos sobre a escravidão e a abolição em Cuba: *“Existem, para todos os efeitos, dois elementos discutíveis na afirmação de uma ‘contradição’ entre escravidão e tecnologia. Uma é a crença de que os escravos não podiam adquirir habilidade necessária para lidar com maquinaria. Este ponto é refutável pelas evidências. O segundo é a idéia de que toda mecanização requer um aumento global no nível de especialização da força de trabalho, algo que só se considera possível com o trabalho livre. Este ponto não é nem teoricamente convincente nem empiricamente correto.”* Cf. *Emancipação escrava em Cuba – A transição para o trabalho livre (1860-1899)*, p. 43. Para acompanhar a demonstração do argumento expresso no fragmento, cf. especialmente o capítulo introdutório “Açúcar e escravidão”, pp. 23-62.

¹¹¹ - idem, ibidem.

¹¹² - Idem, p. 115.

partidos constitucionais".¹¹³ Seria, portanto, um partido reformador, popular e ideológico.

Daí os compromissos daquele político com a "reversão da tendência histórica" nacional de reformas pelo alto. Nabuco propunha a participação do povo, dos partidos, da sociedade, em geral, na "reorganização" do país. Sintetiza, Nogueira o alcance que, segundo ele, as reformas sociais e política propostas por Nabuco teriam:

*"...Nabuco advogava uma inversão na tendência histórica ('prussiana') que formava nossa nacionalidade: não era mais apenas a Coroa, autocrática e sobranceiramente, a instância a ser privilegiada na reorganização do país, mas também o povo, a opinião pública, os partidos, a sociedade civil. Insurgia-se assim contra os argumentos – engendrados pelo prussianismo e ainda hoje tão presentes entre nós – que prescreviam a persistência do autoritarismo e da marginalização popular em decorrência de um alegado despreparo do povo, de um fatalista 'amorfismo' da sociedade".*¹¹⁴

A leitura de Nogueira, por conseguinte, dos textos produzidos por Nabuco durante a campanha abolicionista é muito hábil em apontar quais as reformas que o país deveria realizar, como forma de superar a situação de atraso e, efetivamente, implantar uma organização social burguesa e liberal no Brasil. Organização que também permitiria o desenvolvimento, conscientização e atuação dos próprios trabalhadores. No entanto, aquele autor não aponta qualquer medida prática, pensada ou proposta por Nabuco, que levasse, por exemplo, à redivisão das terras e à concretização de uma reforma agrária – a mais 'capital das reformas'.

Esta despreocupação, por assim dizer, por parte de Nogueira em apontar como Nabuco, eventualmente, sugeriria a implementação das reformas se explica, em parte, pela própria maneira como o estudioso em questão compreendeu o desfecho da campanha abolicionista. Para ele, o processo

¹¹³ - Idem, p. 121.

¹¹⁴ - Idem, p. 123.

“reformista profundo”, contido naquele movimento, foi abortado pelo predomínio de um conservadorismo após o 13 de maio.

Tal conservadorismo se expressa, por exemplo, nas dificuldades que o abolicionista teve, junto ao partido liberal, para articular sua reforma federalista – essencial para a manutenção da monarquia, que já não podia sobreviver, de forma centralizada, ante as transformações econômicas e sociais das décadas de 1870 e 1880; segundo Nogueira, aquela forma de governo já havia sido “*ultrapassada pelos fatos da vida econômica*”¹¹⁵, mas os demais políticos monarquistas não se davam conta disto, nem a estrutura da monarquia permitia tal ordem de reformas.

Por conseguinte, diante de um cenário político dominado por políticos “reacionários”, dispostos a barrar qualquer proposta reformista, o simples fato de Nabuco ter “devassado” as nossas mazelas e atrasos já é notável. No esquema interpretativo de Nogueira, para o final do século XIX, não cabe a pergunta: Como Nabuco implementaria as reformas? Simplesmente, porque aquele autor concebe que naquela sociedade “atrasada”, nada poderia ser reformado em profundidade.

Em uma palavra, Nogueira não procura apontar e discutir como efetivamente se reformaria o Brasil, a partir da abolição, porque ele tem certeza de que por melhores e mais eficientes que fossem as medidas práticas (para acabar, por exemplo, com os latifúndios, dar um novo sentido ao trabalho, reformular o sistema político, tornando-o mais popular) intrínsecas à proposta de Nabuco, elas não encontrariam apoios políticos e amparo legal para serem implementadas. Estava o abolicionista falando mais para o futuro do que para seus contemporâneos, que não possuíam entendimento das reais dimensões dos problemas nacionais.

Faltou ao próprio Nabuco a compreensão de que não era possível à Monarquia se auto-reformar, para reestruturar totalmente a sociedade. Fazendo isso, o regime superaria a si mesmo e se autodestruiria. Neste sentido, afirma Nogueira:

¹¹⁵ - Idem, p. 69.

*“... (Nabuco) não reconhecia o esgotamento da monarquia e sua impotência para realizar as reformas sem negar-se a si própria; o regime não podia reformar a sociedade e auto-reformar-se sem se superar a si próprio, autofagicamente; não podia, em decorrência, colocar-se a tarefa reformadora.”*¹¹⁶

Apenas iniciando o processo reformista, realizando a abolição jurídica, que *“lançou o negro a sua própria sorte”*¹¹⁷, a Monarquia já decretara a sua sentença de morte, abrindo caminho para a instauração de uma República *“oligárquica”*, *“sem apoio popular”* e, por conseguinte, *“incapaz de apresentar soluções para os problemas nacionais”*¹¹⁸. Segundo Nogueira, era a única forma de governo possível de ser organizada a partir da configuração que a sociedade brasileira apresentava naquele momento em que as *“heranças coloniais”* apenas começavam a ser destruídas e um país moderno apenas se *“insinuava”*.

O arranjo político republicano representava, segundo esta análise, apenas uma forma de incorporar ao *“jogo administrativo”* a *“nova aristocracia rural”* paulista, que se desenvolvera a partir da expansão cafeeira, que *“era adepta de métodos de ação empresariais”* e, embora prescindisse do trabalho escravo, não tinha interesse em realizar reformas sociais amplas após abolição.¹¹⁹ Em síntese, todo o processo revolucionário, em curso durante a campanha abolicionista, reveste-se, após a abolição, de um caráter totalmente conservador, o que impede o mesmo de se *“completar”* e se objetiva *“assimilando importantes traços legados pela economia colonial (como o latifúndio), que se dissolvia.”*¹²⁰

O próprio Nabuco, com o fim da luta abolicionista, não conseguiria mais professar de forma tão revolucionária, como fizera, as idéias liberais. Continuaria sendo um franco defensor dos princípios do liberalismo, mas não em sua *“forma mais democrática”*. A queda da monarquia e os rumos da república frustraram em definitivo o antigo *“paladino das reformas”*, que

¹¹⁶ - Idem, p. 157.

¹¹⁷ - Idem, p. 140.

¹¹⁸ - Idem, p. 179.

¹¹⁹ - Idem, pp. 72-73.

¹²⁰ - Idem, p. 70.

dedicado aos estudos historiográficos e a escritos intimistas, passará a ser um “liberal conservador”, que nunca mais apelaria “ao povo, aos ‘artistas’ e operários, às reformas sociais, como na campanha abolicionista”.¹²¹

Passa a colaborar, após dez anos de resistência, com o governo republicano, naquilo que “disse respeito a causas suprapartidárias e patrióticas”¹²², tendo esperanças na organização de um governo “eminentemente liberal e tolerante de espírito”¹²³, sob a República. Imbuído de intenções e objetivos “generosos”, como soberania nacional, paz, amizade entre povos e “engrandecimento” da imagem brasileira, Nabuco lança-se à propaganda Pan-Americanista.¹²⁴ Sua adesão ao governo republicano se fará a partir do “ânimo e energia, temperados no fogo do patriotismo”¹²⁵, que não escondem, contudo, o quanto conservador se tornara o antigo abolicionista.

Contudo, Nogueira não vê esta passagem de Nabuco para um campo liberal – conservador como sendo fruto de ações incoerentes de um político de carreira, que passa a professar idéias diferentes a cada mudança de governo. O abolicionista/embaixador sempre se mantivera aparte dos quadros políticos tradicionais do Império, recorrera à Coroa durante a campanha pelo fim da escravidão, pois era a única forma de obter a abolição e, finalmente, aderira à República em nome de causas patrióticas e suprapartidárias. O seu conservadorismo, no fim da vida, era fruto das condições objetivas da realidade brasileira.

A “desventura” do intelectual Nabuco era a “desventura” da própria ideologia liberal no Brasil, que “sem uma classe social capaz de lhe dar suporte”, obrigatoriamente feneceria naquele final do século XIX. Assim, Nogueira resume a trajetória de Joaquim Nabuco:

“Naqueles anos (1879 – 1888), é verdade, ele acompanhava a sociedade em efervescência, fazia coro com o próprio liberalismo que se renovava e parecia ganhar foros

¹²¹ - Idem, p. 219.

¹²² - Idem, p. 186.

¹²³ - Idem, p. 189.

¹²⁴ - Idem, p. 211.

¹²⁵ - Idem, p. 220.

de ideologia revolucionária. Sua análise será por isso devastadora, completa, invencível em suas pretensões de desmascarar a vida social, denunciar seus preconceitos e discriminações, reformá-la de cima a baixo. Faltava porém, ao ideário liberal daquela época, uma classe social (ou um bloco de classes) capaz de lhe dar suporte, imprimir-lhe ritmo e consistência. Por isso feneceu, quando o ciclo se completou. Igualmente vitimado, Nabuco não teve como sustentar seu liberalismo avançado e reformador: indesejável na monarquia, ele seria tragado pela onda republicana, que arrastaria muita coisa consigo, inclusive as ilusões e expectativas de construção de um país moderno, democrático, formado como nação livre e soberana. A desventura do intelectual fazia par com as desventuras da própria doutrina: sem povo e sem nação – pior: sem classes nacionalmente organizadas e sem sociedade civil – acabaram ambos, ideólogo e ideologia, ultrapassados pela dinâmica ‘prussiana’ da história.”¹²⁶

Utilizando-se apenas dos testemunhos (sobre as características da sociedade imperial e sobre o caráter do abolicionismo) de Nabuco e das duas biografias acima analisadas; além de partir de uma compreensão teórica prévia sobre o “atraso brasileiro”, no final do século XIX, e a conseqüente desventura da ideologia liberal no país em sua atuação em favor da realização completa da revolução burguesa, Nogueira aprisiona o seu personagem em um esquema interpretativo em que a ação política dele se perde, em que a indefinição das situações políticas inexistem e, finalmente, em que o pensamento de Nabuco é apenas “*reflexo mediatizado do nosso envolver histórico*”.¹²⁷

A coerência da atuação do abolicionista/embaixador é total, nesta interpretação. Liberal/reformista, desde sempre, Nabuco foi vencido pelo “prussianismo”, “*inscrito em nossa marcha para o progresso*”. Prussianismo responsável pela desventura maior do Brasil, “*a de se ter constituído e renovado sem democracia e com o povo à margem das decisões, mal organizado e sem plena autonomia.*”¹²⁸

¹²⁶ - Idem, ibidem.

¹²⁷ - Idem, p. 225.

¹²⁸ - Idem, ibidem.

Colocando Nabuco “a frente de seu tempo”, ao propor reformas impossíveis de se concretizarem no ambiente de atraso da sociedade brasileira de sua época, Nogueira está preocupado em explicar as raízes dos constantes fracassos da democracia nacional no século XX, essencialmente quer entender o porquê do “malogro do lenço branco” udenista, que “bordado na resistência ao Estado Novo”¹²⁹, acabou representando a linha civil do golpe que instalou os militares no poder em 1964.

Da mesma forma que Freyre, em 1949, recuperava o Nabuco “reformador social”, com vistas a estabelecer uma instituição de pesquisas científicas - fundamental no fornecimento de dados, para embasar ações sociais diferentes das “aventuras demagógicas” patrocinadas pelo maior político do Estado Novo, Getúlio Vargas (prestes a retornar à Presidência); Nogueira, no início dos anos de 1980, revive o mesmo Nabuco, procurando apontar caminhos para a organização verdadeiramente sólida dos liberais brasileiros, que deveriam ser os primeiros a lutarem contra eventuais investidas sobre o regime democrático que renascia no país.

Assim, embora Nogueira se mostre vinculado a métodos de análise e a formas interpretativas da história brasileira, muito difundidos por cientistas sociais claramente vinculados a formas marxistas de compreensão do processo histórico¹³⁰; ele recupera a figura de Nabuco tal como a divulgara Gilberto Freyre, quase quarenta anos antes.

¹²⁹ - As expressões são de Raimundo Faoro, no prefácio do livro de Nogueira, cf. op. cit., p. 11

¹³⁰ - Esta análise pode ser exemplificada pela grande semelhança entre os entendimentos de Nogueira e Emília Viotti sobre a situação brasileira, pós abolição. Segundo aquela autora: “A abolição não significou a destruição imediata da ordem tradicional. O país continuou predominantemente agrário, apoiando-se na exportação de produtos tropicais. Manteve-se intato o sistema de propriedade. A condição de vida dos colonos continuaram precárias na maioria das fazendas, e só melhoraram quando o progresso da industrialização e urbanização abriram novas perspectivas... O processo de modernização da economia atingiu apenas algumas áreas e segmentos limitados da sociedade brasileira. As estruturas arcaicas não foram totalmente eliminadas e em muitas regiões persistem quase inalteradas, criando uma sucessão de quadros humanos e de paisagens tão diversas que permitem definir o Brasil como terra de contrastes. A abolição representou uma etapa apenas na liquidação da estrutura colonial. A classe senhorial diretamente relacionada com o modo tradicional de produção e que constituía o alicerce da monarquia foi profundamente atingida. A Coroa perdeu suas últimas bases. Uma nova classe dirigente formava-se nas zonas pioneiras e dinâmicas. A nova oligarquia, ainda predominantemente agrária, assumiu a liderança com a

A figura do “aristocrata” intelectual comprometido com o reformismo da sociedade brasileira nasce no campo político da “direita liberal”, resistente ao trabalhismo de Getúlio Vargas - “direita” que viria a apoiar o regime militar instaurado em 1964; e migra para o campo da “esquerda” reformista nos anos de 1960 e batalhadora pela abertura democrática no final da década de 1970.¹³¹

O que teria permitido que a mesma imagem de Joaquim Nabuco fosse instrumentalizada, em dois momentos diferentes de luta democrática, por segmentos políticos de espectros político – ideológicos diversos?

Em primeiro lugar, a maneira como as obras de Nabuco têm sido recuperadas e analisadas. Tais obras são tomadas fragmentária e isoladamente, fora das conjunturas históricas em que foram produzidas, sem que se recupere os diálogos do autor com outras proposições políticas, que existiam na época em que os textos foram elaborados. Os diferentes contextos históricos são evocados - geralmente a partir de uma das duas biografias, já aqui analisadas – apenas para servirem de “pano de fundo”, às ações do abolicionista.

Como consequência direta disto, as análises e interpretações de Nabuco, inclusive sobre o significado de sua própria ação na campanha abolicionista e após a queda da monarquia, são tomadas como testemunhos “isentos”, por assim dizer. Testemunhos capazes de revelar o que aconteceu, de fato. Pondo

proclamação da República Federativa que veio atender aos seus anseios de autonomia, que o sistema monárquico utilitário e centralizado não era capaz de satisfazer.” Cf. Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo: Editora da Unesp, 1998, pp.530 –531. Não vemos qualquer problema em vinculá-la a uma interpretação marxista da história nacional – marxista em um sentido amplo, já que foge aos objetivos deste trabalho uma análise sobre a maneira como as proposições de Marx a cerca do desenvolvimento das sociedades foram apropriadas por diferentes estudiosos no Brasil. Ademais, é a própria Viotti que no prefácio à segunda edição do livro, acima citado, vincula sua análise e sua interpretação a de outros estudiosos também vinculados a métodos marxistas de análise, tais como Caio Prado Júnior, Paula Beiguelman e Florestan Fernandes. Cf. Emília Viotti da Costa, op. cit., p.27.

¹³¹ - Não temos qualquer pretensão de analisar as complexas configurações políticas do Brasil nas conjunturas históricas referidas, de tal forma que os termos “direita” e “esquerda” são tomados aqui da maneira como mais comumente são empregados, ainda hoje – muito embora as vertentes de análise pós-modernas insistam e se esforcem para desqualificá-los em todo o seu valor explicativo. Para uma discussão conceitual neste sentido, cf. Norberto Bobbio, *Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política*, São Paulo: editora da Unesp, 1995.

—se de lado outras falas contemporâneas a Nabuco, o processo histórico - por ele vivido e no qual atuou - fica apenas com o sentido que ele atribuiu, sentido que ganha o status de “verdade”.

Em segundo lugar, está o fato de, justamente, as propostas reformistas de Nabuco serem entendidas da forma ampla e genérica, como o são apresentadas pelo abolicionista n’*O Abolicionismo* e nos textos da *Campanha Abolicionista do Recife* (1884). Tomados de forma vaga, temas como a reforma agrária e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, por exemplo, puderam ser instrumentalizados por políticos e estudiosos, defensores e/ou simpatizantes, das mais variadas correntes partidário-ideológicas, nas mais diferentes conjunturas históricas.

A partir disso, podemos explicar também, a recorrência, ainda hoje, a um Nabuco “reformador social”, comprometido apenas com o desenvolvimento e o progresso de seu país, seja na mídia, seja em discursos políticos como anteriormente nos referimos; ou mesmo em trabalhos produzidos academicamente e publicados durante a década de 1990.¹³²

¹³² - Como exemplos destes trabalhos podemos mencionar o artigo de Alfredo Bosi, “A escravidão, entre dois liberalismo”. Ainda que a perspectiva analítica deste autor, com relação às idéias liberais no Brasil, seja diferente da perspectiva de Nogueira — para Bosi a escravidão não estava em desacordo com o liberalismo, até, pelo menos, a década de 1850, quando predominava, inclusive na Europa, um liberalismo em que princípios fundamentais, como a *liberdade individual*, eram ainda *noções abstratas* — ele repõe a idéia de que Nabuco, durante a campanha abolicionista, foi o político brasileiro que melhor representou as idéias de um “liberalismo avançado”, que propunha toda as reformas necessárias para colocar o seu país na mesma “marcha progressista” em que se encontravam a Europa e os Estados Unidos, no final do século XIX, quando as principais idéias liberais já tinham deixado de ser apenas “abstrações”. Cf. Alfredo Bosi, “A Escravidão entre dois liberalismos” in *Dialética da Colonização*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 194-245. Na mesma linha de Bosi, se coloca Ricardo Salles, vencedor do concurso de monografias sobre o “Pensamento e a ação de Joaquim Nabuco”, patrocinado pelo Ministério da Educação e a Fundação Nestlé, em comemoração aos 150 anos de nascimento de Nabuco, celebrado em 1999. Não tivemos acesso ao texto vencedor, mas em seu trabalho *Nostalgia Imperial*, Salles já apresenta a atuação daquele abolicionista da seguinte forma: “*A reforma preconizada pelo abolicionismo (de Nabuco) deveria ser global, já que a escravidão deveria ser entendida como um sistema mais amplo que a simples utilização do braço escravo... Além das reformas políticas relativas à federação e ao sistema eleitoral — que ele encarava como secundárias ante a bandeira unificadora da abolição —, para Nabuco, seria necessário um longo trabalho de incorporação da massa de ex-escravos no mundo da cidadania, como condição da construção de uma nacionalidade...*” Mais adiante ainda afirma: “*Ele (pensamento abolicionista de Nabuco) expressou a vontade (e a*

Em terceiro lugar, ainda podemos mencionar a “sedução” que as idéias “reformistas” de Nabuco exercem sobre os vários estudiosos, por conta da maneira “artística” com que foram expostas, tanto nos textos produzidos durante a campanha abolicionista quanto em obras como *Um Estadista do Império*, ou *Minha Formação*.¹³³

Partindo justamente da problematização desta forma “artística”, dada por Nabuco a seus textos, é que Izabel Marson construiu sua análise sobre a maneira como o abolicionista interpretou os temas *revolução e escravidão* - “essenciais para a história do Império”.¹³⁴

Entendendo os escritos de Nabuco, mesmo os ‘historiográficos’ a exemplo d’*Um Estadista do Império*, como sendo “decorrência do ‘ofício’ de político, contingência que deu origem e conferiu sentidos precisos a todas as suas obras”¹³⁵, aquela historiadora analisa a maneira como o abolicionista construiu interpretações que deram sentidos “únicos e inquestionáveis” à Revolução Praieira de 1848 e ao processo de abolição do trabalho escravo no Brasil.

A autora se preocupa principalmente em demonstrar quais foram os procedimentos empregados, pelo abolicionista, para fundar as explicações amplamente divulgadas, por ele, sobre o “caráter” da sociedade imperial – explicações tomadas, pelos estudiosos, anteriormente analisados, como verdadeiramente capazes de revelar os motivos do “atraso” nacional e os

*possibilidade?) de superação da matriz de civilização escravista da sociedade brasileira e, conseqüentemente, uma possibilidade de sua refundação em novas bases.” Cf. Ricardo Salles, Nostalgia Imperial, Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.181 e p. 189. Interpretações semelhantes também podem ser encontradas no artigo de Maria Emília Prado, “O cavaleiro andante dos princípios e das reformas – Joaquim Nabuco e a política” in Maria Emília Prado (organizadora), *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*, Rio de Janeiro: ACESS, 1999, pp. 239 – 266.*

¹³³ - Os dons “oratórios vibrantes” de Nabuco são mencionados por praticamente todos os estudiosos de sua atuação, que recuperam as referências, sobre aquela característica, nas biografias escritas por Carolina Nabuco ou por Luís Viana Filho. Apenas a título de exemplificação, citamos a análise de Raymundo Faoro sobre *Um Estadista do Império*: “O livro ornamento, o livro luxo de eruditos, o livro diversão de letrados, encontrou afinidade com o leitor de Joaquim Nabuco, artista que fez da história obra de arte. Lançado para se integrar na constelação dos ensaios históricos, escapou de sua órbita e passou a gravitar noutra galáxia, a sua, a própria, a congenial ao seu espírito... Artística e não histórica-científica é a sua (de Nabuco) obra de biógrafo e ensaísta.” Cf. Raymundo Faoro, *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*, São Paulo: Ática, 1994, pp. 120-121.

¹³⁴ - Izabel Marson, *O Império da “Conciliação”*, op. cit., p. 5

¹³⁵ - Idem, p. 6.

empecilhos às medidas necessárias à colocação do país na rota do “progresso”.

Em uma palavra, se os textos de Nabuco são tomados como “fonte privilegiada” para explicar os “problemas” nacionais, como aqui já nos referimos, Marson procura, justamente, demonstrar como tais textos obedecem a determinados princípios políticos e metodológicos definidos pelas circunstâncias históricas de quando os mesmos foram produzidos. Ou seja, as interpretações de Nabuco não são tomadas como sendo as de um homem público e intelectual que esteve “à frente do seu tempo”, mas como proposições vinculadas a interesses específicos de grupos, atuantes em uma dada historicidade.¹³⁶

Neste sentido, a interpretação dada por ele para a Revolução Praieira, em *Um Estadista do Império*, é vista, primeiramente, a partir da preocupação do abolicionista em “condenar o jacobinismo”¹³⁷ e exaltar/justificar a atuação de seu pai, então juiz de direito, na condenação das principais lideranças do Partido da Praia.¹³⁸ A revolução é apresentada, por conseguinte, como sendo um “turbilhão popular”, exteriorização dos instintos e ressentimentos, tão somente anarquia”¹³⁹

¹³⁶ - Marson não vê a experiência imperial brasileira como descompassada com relação à Europa. Por conseguinte, as idéias liberais não estariam “fora do lugar”. Esta historiadora segue, portanto, as análises de Maria Sylvia de Carvalho Franco, que afirma: “... colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de idéias só podem se concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica de suas partes.” Cf. Maria Sylvia de Carvalho Franco, “As idéias estão no lugar”, op. cit., p. 62.

¹³⁷ - Izabel Marson, *O Império da Conciliação*, op. cit., p. 183.

¹³⁸ - Para maiores informações sobre a Revolução Praieira e sobre as interpretações construídas sobre ela, cf. Izabel Marson, *O Império do Progresso – A Revolução Praieira*, São Paulo: editora Brasiliense, 1987. Especialmente sobre o julgamento dos praiheiros e a atuação de Nabuco de Araújo no mesmo, cf. o segundo capítulo: “O engenho da vitória”, especialmente os tópicos, “O processo” e “O julgamento”, pp. 108-188. Sobre a forma como Nabuco constuiu engenhosamente a interpretação “desencantada” sobre aquele movimento, cf. *O Império da Conciliação*, op. cit., pp. 15-83.

¹³⁹ - Izabel Marson, *O Império da Conciliação*, op. cit., p. 82

O abolicionista “desqualifica” assim, as várias propostas reformistas da sociedade escravocrata brasileira, formuladas no período imediatamente anterior à Praieira, apresentando os revoltosos como “imaturos e inexperientes”. Apresentação que para Nabuco também serviu para conferir um caráter exclusivo e inédito à sua proposta reformista apresentada em 1883, n’ *O Abolicionismo* – tributária, segundo aquela autora, das proposições de vários grupos políticos pernambucanos (inclusive e principalmente dos conservadores), atuantes no período anterior à revolução de 1848.

*“... para além da preocupação de desqualificar a revolução e justificar a sentença que Nabuco de Araújo aplicou aos rebeldes assim como seu envolvimento no episódio, a configuração dada pelo historiador ao **fato revolução praieira** teve como resultado apagar vínculos do próprio projeto abolicionista apresentado em 1883, e a atuação de Nabuco na campanha contra o cativo em geral e nas eleições em Recife em particular, com as proposições emergentes na política pernambucana na década de 1840. Assim a reconstituição da batalha de revoluções ali travada em 1848 demonstraria que aquele projeto ‘conciliaria’ idéias e procedimentos tanto dos conservadores, quanto dos liberais e dos republicanos. Dessa forma, O Abolicionismo emprestara da Praia e dos liberais, a proposta da supremacia da Câmara sobre o Senado, a crítica à centralização, ao Poder Moderador e ao monopólio da aristocracia/oligarquia sobre o estado, o princípio do federalismo e a proposta de ‘completar’ a independência brasileira... Dos republicanos aprendera o voto universal. Dos conservadores apropriaria o **maior número** de decisões: o empenho em divulgar o verdadeiro liberalismo, a defesa do laissez-faire e da ‘indústria natural’, o espelhamento no exemplo da Inglaterra, a lei agrária, o imposto territorial, a formação da classe média, a reeducação política das elites e dos proprietários, a idéia de construir um partido que, superior aos existentes, estivesse preocupado tão somente com a nação e o ‘bem comum’ e a tese do povo – criança. E de **todos** a crítica à ‘vertigem revolucionária’”.*¹⁴⁰

¹⁴⁰ - Idem, p. 228. Grifos da autora.

Nabuco selecionou rigorosamente as fontes em que recolheu informações para a construção de sua análise e a teceu habilmente por meio de um estilo “artístico” e, principalmente, convincente.

“Escravidão” e “Abolicionismo” foram por ele transformados, desta forma, em “fatos históricos”¹⁴¹ e figuras de retórica descoladas de uma historicidade específica, procedimento que, no limite, encobriu, justamente pelo estilo e pelo método utilizado na exposição, o significado mais abrangente das práticas reformistas intrínsecas ao seu projeto de abolição.

“... o Abolicionismo foi projetado como instinto/sentimento atributo eterno constitutivo da natureza humana, porém avesso da Escravidão, foi identificado com a razão, a argúcia, a cultura, a liberdade, a nação; encenado com imagens/circunstâncias e personagens recolhidos da história universal – da Antigüidade, da Idade Moderna e Contemporânea, e da história da Nação. Sua inserção no universo da natureza humana e da humanidade concedeu a Nabuco a liberdade de buscar no passado propostas para confeccioná-lo como figura de retórica, quadro, fato e personagem, para então, retomar proposições e argumentos clássicos do ideário liberal.”¹⁴²

Desprezando e/ou apagando as lutas passadas em torno de reformas sociais e econômicas, Nabuco buscava demonstrar que as verdadeiras reformas progressistas eram possíveis de se efetivarem apenas a partir de *seu* plano abolicionista. Agigantando aquele plano, “ocultou” as suas inspirações e apresentou-se como o primeiro a tocar nas “mais profundas chagas nacionais” e oferecer a “cura” para as mesmas. Mais ainda, apagou as propostas

¹⁴¹ - No sentido conferido por Lucien Febvre ao considerar a percepção “positivista” do fato: um “gancho” fabricado pelo historiador capaz de conferir organicidade e inteligibilidade a inúmeros dados, eventos e informações despreendidos de sua historicidade específica. Cf. “Febvre contra a história historizante” in Carlos Guilherme Mota (organizador), *Febvre*, São Paulo: Ática, 1978.

¹⁴² - Izabel Marson, *O Império da Conciliação*, p.cit., p. 163.

dissonantes das suas, as quais com o tempo passaram a ser tomadas como únicas e, verdadeiramente, mais adequadas para o país.¹⁴³

oooooooooooo

É seguindo a trilha proposta por Izabel Marson – e as futuras referências às análises daquela historiadora demonstrarão bem isso – que procuraremos analisar os significados mais específicos do projeto abolicionista de Joaquim Nabuco, como anteriormente enunciamos.

Recuperando a historicidade da atuação política de Nabuco, procurando explicá-la por meio dos interesses concretos ligados ao seu projeto para a extinção do trabalho escravo e reforma ampla da sociedade brasileira, pretendemos problematizar a maneira “*uníssona e harmônica*”, como vem sendo retratada as suas ações em favor do ‘progresso nacional’.

O “monumento” em que foi transformada a vida do embaixador/abolicionista, logo após a sua morte, sustentado em alicerces vastos – a idealismo, a capacidade de se antecipar aos acontecimentos, a independência política e a preocupação única e exclusiva com o seu país – permanece como um gigantesco obelisco capaz de orientar políticos e cientistas sociais, das mais variadas tendências e nas mais variadas circunstâncias históricas, na busca por explicações para o atraso e a miséria nacionais. O Nabuco “monumental”, assim, está perdido no tempo.¹⁴⁴

¹⁴³ - No quarto capítulo, do trabalho ora analisado, Izabel Marson retoma as circunstâncias históricas em que se engendrou o projeto abolicionista de Nabuco, destacando, principalmente outras proposições para a abolição da escravidão, principalmente as formuladas pelo engenheiro Henrique Milet. No capítulo seguinte, a propósito da atuação de Nabuco na Companhia de Engenhos Centrais *Central Sugar Factories of Brazil*, retomamos algumas das principais interpretações da autora sobre aqueles aspectos.

¹⁴⁴ - Do predestinado “hereditariamente” e idealista da “grande causa da humanidade” delineado pelas biografias, ao “reformador social” à frente de seu tempo, sempre identificado com os pobres e deserdados, o que sobressai da maioria das interpretações sobre a atuação de Joaquim Nabuco é a figura de um “HERÓI ROMÂNTICO”, tal como a definiu Jacob Guinsburg - a figura do

Devolver as propostas abolicionistas/reformistas de nosso personagem, para a sua época, é a nossa preocupação. O que pode parecer a muitos uma atitude depreciativa dos valores daquele homem público é por nós entendido como ato de respeito a quem foi, sem dúvida, homem de seu tempo, vinculado a um grupo social e que, ao longo da história, foi transformado em uma “entidade” mítica, sendo evocada para legitimar e/ou explicar outras propostas também reformistas destinadas a levar, efetivamente, o Brasil ao lugar de destaque em que merece figurar esta sempre “grande” nação.

“indivíduo, fantasioso, de alta complexidade psicológica, centrado na sua imaginação e sensibilidade, gênio intuitivo investido de missão por lance do destino ou impulso inerente à sua personalidade, que é o herói romântico, encarnação de uma vontade antes social do que pessoal, apesar da forma caprichosamente subjetiva de seus motivos e decisões, e, de outro lado, num ser ou organismo coletivo dotado de corpo e alma, de alma mais do que corpo, cujo espírito é o centro nevralgico e alimentador de uma existência conjunta.” Cf. Jacob Guinsburg, “Romantismo, Historicismo e História”, in *O Romantismo*, São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 15. A constância desta interpretação de Nabuco como um “herói romântico”, comprova a tese de Roberto Romano, de que: “Longe de estar definitivamente suprimido na cultura ocidental, o romantismo marca até hoje os seus delineamentos principais.” *Conservadorismo Romântico – Origem do Totalitarismo*, São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 22.

CAPÍTULO 2: O ABOLICIONISMO ENTRE NEGÓCIOS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

“O texto persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. Em outras palavras, um texto não é reflexo, porém arma. Um pensador político não procura refletir o seu tempo e sociedade; quer produzir efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto. A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto. Os leitores constituem o campo de eficácia própria do discurso. A leitura é o processo pelo qual se dá tal eficácia. Escrever e ler, portanto, não são meros efeitos: são produções.” Renato Janine Ribeiro ¹

Introdução:

De todos os escritos de Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo* foi o que mais contribuiu para a cristalização de sua imagem como o “grande reformador social” – invariavelmente identificado com a idéia de favorecer às “classes inferiores” da população, por pretender solucionar os problemas relativos à pobreza e ao poder dos senhores de escravos/latifundiários, uma vez que teria em seus horizontes a realização de uma reforma agrária no Brasil, beneficiadora dos homens livres pobres.²

¹ - “A Filosofia política na História” in *Filosofia Política*, Porto Alegre: Editora LPM, s.d., p. 121.

² - Não por um acaso, as análises de Gilberto Freyre e Marco Aurélio Nogueira, expostas no capítulo anterior, são repostas em textos que servem de prefácio àquele livro. Na quarta edição, Freyre assim se referiu à importância social das idéias de Nabuco ali expostas: “Eu, porém, cada dia mais me convenço de que vendo no Brasil de seu tempo madrugara a questão social em seus aspectos mais modernos, enxergando questões sociais, além da dos escravos, sentindo a necessidade de proteção social ao trabalho e aos trabalhadores e, principalmente, à gente média do interior, estimulando as associações operárias – Nabuco não se assombrava nem se distraía com fantasmas: enxergava com olhar claro e certo a realidade. E tivesse essa realidade, desde então, sido considerada por outros parlamentares e outros homens de Estado brasileiros, pelos intelectuais e pelo clero, o Brasil seria hoje uma sociedade mais cristãmente organizada; e livre das sobrevivências ou revivescências feudais que lhe comprometem

Aquele livro permanece, consensualmente, como uma obra escrita, em palavras de Graça Aranha, por um “homem de coração e de inteligência aguda” e como fruto de uma “abnegação suprema” em favor do país, afinal o abolicionista fora o “combatente da escravidão para servir ao supremo destino do Brasil”, uma vez que o “sentimento nacional foi o pêndulo da existência de Joaquim Nabuco.”³ Fruto, portanto, dos seus esforços e das suas idéias pessoais—afinal Nabuco, em termos de Freyre, “nunca adulou, nunca cortejou, nunca se ofereceu aos poderosos”⁴.

O que os analistas não destacam e/ou não avaliam em suas considerações sobre o livro é o fato dele ter sido produzido como peça de propaganda política, destinada a intervir diretamente na luta em favor da abolição imediata e sem indenização. E que fora pensado, pelo próprio Nabuco, como sendo o volume inicial de uma série destinada a divulgar todo o caráter das reformas sócio-econômicas, defendidas por ele e por seu grupo, a serem realizadas a partir do fim do trabalho escravo.⁵

a saúde moral tanto quanto a econômica, e o tornam, sob vários aspectos, o paraíso daqueles sociólogos quase sinistros que se especializam em assuntos de patologia social e daqueles demagogos quase satânicos que são como certos curandeiros e até médicos mais simplistas: gente que se delicia em curar ou fingir curar doenças terríveis, mas não se preocupa com os doentes. Os doentes que morram, contanto que continuem vivas as doenças. Vivas e rendosas para os curandeiros.” “Joaquim Nabuco e as Reformas sociais – Apresentação”; *O Abolicionismo*, quarta edição, Petrópolis: Vozes/Brasília: INL, 1977, p. 23. Na quinta edição, é vez de Marco Aurélio Nogueira reafirma a importância do pensamento social de Nabuco exposto naquele livro – cf. “Introdução” in *O Abolicionismo*, quinta edição, Petrópolis: Vozes, 1988, pp. 7-22.

³ - Graça Aranha, “Joaquim Nabuco – Abolicionista e Nacionalista”, in *O Abolicionismo*, quarta edição, op. Cit., pp. 37 – 38.

⁴ - Gilberto Freyre, “Joaquim Nabuco e as Reformas sociais – Apresentação”, op. Cit., p. 24.

⁵ - Metodologicamente, fundamentamo-nos nas sugestões de Renato Janine Ribeiro, expressas sinteticamente no fragmento que serve de epígrafe a este capítulo; bem como nas observações de Maria Sylvia de Carvalho Franco feitas no artigo sobre o pensamento de John Locke: “... deve-se ressaltar, não obstante, que Locke se encontra ao termo de um longo e duro combate, visível nas mais variadas produções da cultura, contra um mundo em princípio fundado na hierarquia. É com este ponto de partida que o seu pensamento pode ser melhor apreendido; no nível do conceito ele se põs contra as divisões sociais anteriores... Visou fundar uma igualdade absoluta mas, ao mesmo tempo, determinada: definiu a qualidade do novo homem, isto é, ser proprietário, e, no mesmo ato, fundou sua racionalidade e sua liberdade, tanto no sentido de minar as prerrogativas reais quanto de legitimar a dominação de classe e a disciplina dos inferiores... A inspiração aqui buscada, para compreender a doutrina

Assim, à exceção da edição fac-similar, publicada em 1988, e da edição norte-americana do livro, todas as outras cinco edições nacionais, incluindo a das *Obras Completas* e as publicadas nos últimos anos, não trazem o trecho inicial do prefácio à primeira edição, no qual Nabuco explica o significado mais amplo da obra:⁶

“Este volume é o primeiro de uma série cujo fim é apresentar à massa ativa dos cidadãos brasileiros, com os melhores fundamentos que seja possível ao autor estabelecer, as reformas que para nós são atualmente vitais...”

“Por numerosas razões, aduzidas, por assim dizer, em cada página do presente volume, a emancipação dos escravos e dos ingênuos, e a necessidade de eliminar a escravidão da constituição do nosso povo, isto é, o Abolicionismo, devia ter precedência às demais reformas.

“De fato, todas as outras dependem dessa, que é propriamente a substituição dos alicerces de nossa pátria. Os volumes seguintes terão por objeto: a reforma econômica e financeira, a instrução pública, a descentralização administrativa, a igualdade religiosa, as relações exteriores, a representação política, a imigração Européia; e, quem quer que seja o escritor, serão todos inspirados pelo mesmo pensamento — o de levar o Brasil à categoria de membro útil da humanidade, e habilitá-lo a competir no futuro com as outras nações da América do Sul, que estão ainda crescendo a seu lado, fazendo dele uma comunhão voluntária para todos os associados, liberal e progressista, pacífica e poderosa.”

de Locke — com o sentido que teve para o seu tempo e aquele que pode ter para o nosso —, situa-se na tradição de considerar os textos de filosofia como ‘atos de poder’, visando recobrar a força original de seu discurso.” Maria Sylvia de Carvalho Franco, “All the World was America”, op.cit., pp. 34-35.

⁶ - A edição fac-similar é a que utilizamos neste trabalho e já anteriormente citada. A norte-americana, elaborada sob os cuidados de Robert Conrad a partir da primeira edição de 1883, tem a seguinte referência: *Abolitionism — The Brazilian Antislavery Struggle*, Urbana, Chicago, London: University of Illinois Press, 1977; a edição d’ *O Abolicionismo*, nas obras completas foi feita pela editora IPÊ em 1949; outras três edições do livro foram feitas pela editora Vozes (1977, 1988 e 1996) e última de 1999 foi feita pela Nova Fronteira.

⁷ - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, edição fac-similar, op. Cit., p. VII. Grifos do autor.

O fato de nenhum dos outros volumes da série, *REFORMAS NACIONAIS*⁸, ter sido publicado parece ter feito com que os responsáveis pelas edições posteriores d' *Abolicionismo* julgassem irrelevante reproduzir aquele trecho do prefácio; ao mesmo tempo, conforme analisamos anteriormente, a forma como o pensamento abolicionista de Nabuco vem sendo interpretado fez com que a maioria de seus analistas também julgassem de pouco significado aquelas explicações dadas, pelo próprio autor, sobre alguns dos sentidos do livro.

Contudo, em nossa interpretação, o trecho tem um especial significado. Não apenas por revelar, já nas primeiras frases, o caráter propagandístico do livro – destinado “à massa ativa dos cidadãos brasileiros”⁹ – mas porque revela toda a dificuldade de se tomar o mesmo como um ‘libelo reformista completo’, e único no qual Nabuco já definira efetiva e explicitamente quais seriam os sentidos das reformas que acompanhariam a abolição.

⁸ - A série certamente teria este nome, uma vez que na primeira página da primeira edição d'O *Abolicionismo*, antes mesmo do título principal, aqueles termos aparecerem em grande destaque. Não faltou empenho, por parte de Nabuco, no sentido de arregimentar escritores para os outros volumes da série. Em carta a Sancho Pimentel enviada juntamente com um volume do livro, em 31 agosto de 1883, o abolicionista assim convida o amigo a contribuir com a coleção e cogita também dos nomes de Ruy Barbosa e de Rodolfo Dantas, como colaboradores: “Peço-te que leias o prefácio e vejas se queres escrever sobre algum dos assuntos da série. Eu desejara que escrevesse sobre a descentralização administrativa ou sobre a reforma da representação e que o Rui fizesse o volume sobre a liberdade religiosa e o Rodolfo, o da instrução” *Carta a Amigos*, op. Cit., pp. 103-104. A idéia, contudo, não parece ter animado os amigos de Nabuco. O próprio Sancho Pimental, por exemplo, em carta de 1 de outubro de 1883, na qual comenta o livro respondendo à carta acima citada nem menciona a possibilidade de contribuir com a coleção.

⁹ - O prefácio consagrado na maioria das edições d' *O Abolicionismo*, que na verdade corresponde à segunda parte apenas do original, inicia-se no mesmo tom propagandístico, por assim dizer. Contudo, tomado sem a parte inicial, aquele trecho acaba por reforçar a idéia de que apenas poucos homens no Brasil tinham uma “consciência nacional” e que a mesma ainda se encontrava em incipiente “estado de formação”: “Já existe felizmente em nosso país uma consciência nacional – em formação, é certo – que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação, e para a qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na fronte.” P. VII.

Ele anuncia quais reformas eram “necessárias”, a partir do fim do trabalho escravo, porque eram urgentes e qual o caminho geral a se trilhar para que as mesmas fossem efetivadas – afinal apenas estes são os seus objetivos. Qual seria o caráter específico, por exemplo, da “reforma agrária”, deveria constar do volume sobre a “reforma econômica e financeira” ou mesmo do volume sobre “imigração européia”.

Dáí considerarmos um tanto precipitadas, por assim dizer, as afirmações dos analistas, feitas somente e/ou principalmente a partir daquele livro, de que Nabuco estivesse preocupado inequivocamente com a criação de uma classe de pequenos proprietários ou um proletariado nacional, ao defender a completa reestruturação do país a partir do fim da escravidão. Procuramos, por conseguinte, tirar d’ *O Abolicionismo* apenas o que ele pode nos oferecer, quer seja, quais os sentidos imediatos da abolição da escravidão para Nabuco e por qual caminho, em geral, iriam as demais reformas sociais e econômicas a serem feitas no Brasil.

Contudo, mesmo para isso, consideramos ser necessário identificar os principais aspectos das circunstâncias econômicas e políticas em que se encontrava o abolicionista no momento em que elaborou e publicou o livro. Eis porque recuperamos o tipo de trabalho que ele realizava para a companhia de engenhos centrais *Central Sugar Factories of Brazil* e qual a estratégia geral, pensada por ele, para que a abolição imediata e sem indenização ocorresse o quanto antes.

Desta forma, tomando o abolicionista como um político, relacionado e compartilhando de um amplo conjunto de interesses, é que procuraremos analisar alguns dos significados dos argumentos postos n’*O Abolicionismo*.

2- Os Negócios do Abolicionista:

Em 1º de outubro de 1881, antevendo a derrota nas eleições a se realizarem no final daquele mês, Joaquim Nabuco assim escreveu ao Ministro brasileiro em Londres, Barão de Penedo:

*“Veja agora, meu caro Barão, se completa a sua obra obtendo para mim alguma colocação em estradas de ferro ou companhias... Tudo está dependendo of course do dia 31 de outubro... Em todo caso lhe comunicarei o que houver. Com certa independência garantida e não precisando de árduo trabalho para viver, que prazer teria eu em levar comigo os materiais precisos para escrever a Vida e publicar os tratados de meu pai.”*¹⁰

Embora Penedo já estivesse negociando a contratação de Nabuco para o cargo de correspondente do *Jornal do Commercio*, o abolicionista ainda solicita uma segunda colocação como forma de realizar, da melhor maneira possível, o seu “sonho dourado”: “o de viver em Londres livremente sem prazo de residência, sem medo de remoção”.¹¹

Não era casual a solicitação de Nabuco para aquele que fora seu chefe na época em que servira na Legação Brasileira na Inglaterra, como Adido (1876-1878). O Barão de Penedo, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, ocupava o cargo mais prestigioso da diplomacia brasileira desde 1855, tendo desenvolvido amplas relações com os maiores financistas e empresários ingleses da época – daí que arranjar uma colocação para seu antigo subordinado e filho do falecido amigo, senador Nabuco de Araújo, não era propriamente uma das tarefas mais difíceis.¹²

¹⁰ - Obras Completas de Joaquim Nabuco, volume XIII, Cartas a Amigos – Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco, p. 58.

¹¹ - Idem, carta de Nabuco a Penedo, 8 de novembro de 1881, p.60.

¹² - Sobre a atuação de Penedo, cf. Renato Mendonça, *Um Diplomata na Corte da Inglaterra – O Barão de Penedo e sua época*, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. Além do prestígio de Penedo, a conjuntura histórica, da primeira metade da década de 1880, favorecia a advogados e políticos, de vários países, que se propunham a prestar consultoria ou a realizar lobbies em favor de financistas europeus interessados em ampliar os seus negócios na América Latina e mesmo na África, cuja “partilha” seria oficialmente feita no final de 1884. A atuação de Henry Shelton Sanford, junto ao governo dos EUA, em favor das pretensões belgas na região do Congo é emblemática. Sobre ele, Adam Hochschild afirma: “...a personalidade afável, que fazia dele tanto um bon vivant quanto um péssimo homem de negócios,

Tendo negociado praticamente todos os empréstimos obtidos pelo governo brasileiro¹³, durante o Segundo Reinado, Penedo ocupou com muita desenvoltura um cargo crucial para o país; cargo que no entender do Marquês de Paraná, pela “*ingerência nos negócios financeiros*”, exigia de seu ocupante “*além da capacidade diplomática,... grande zelo pelos interesses do país e incontestável probidade.*”¹⁴

Amigo íntimo dos banqueiros Rothschilds, Penedo contava com um “*prestígio pessoal extraordinário na City e em outros meios financeiros de Londres e Paris.*”¹⁵ Assim, é por meio dele que Nabuco, além do emprego no *Jornal do Commercio*, consegue o cargo de consultor jurídico da companhia de engenhos centrais, *Central Sugar Factories of Brazil Limited*. Isto além de outros trabalhos, também de consultoria, realizados esporadicamente – como o que ele fez para o *The City Bank Limited co.*, entre abril e maio de 1882.¹⁶

serviu como uma luva ao papel de lobista.” Cf. *O Fantasma do Rei Leopoldo – Uma história de Cobiça, terror e heroísmo na África Colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 89. Para mais detalhes de toda atuação de Sanford, cf também pp. 89 – 92.

¹³ - Segundo Oliveira Lima, as negociações de tais empréstimos renderam, no total, algo em torno de \$ 200.000 libras a Penedo. Contudo, para Renato Mendonça, tal fato não ‘depõe contra a probidade’ daquele Ministro brasileiro, uma vez que receber tais comissões era costume entre os diplomatas, além do que Penedo aplicou tudo o que recebeu em benefício da representação brasileira: “*Os outros (diplomatas) punham no bolso ou legavam à família esses presentes nababescos (comissões) de milhares de esterlinos, enquanto Penedo os dispendia até o último penny em Grosvenor Gardens*”. Idem, p. 290.

¹⁴ - Tais afirmações de Paraná são feitas em 1855, quando ele sustentava justamente a nomeação de Penedo para a Legação de Londres. Apud, Renato Mendonça, op.cit., p. 289.

¹⁵ - Idem, p. 292.

¹⁶ - Aquele banco solicitou a avaliação de Nabuco, sobre um contrato a ser firmado com uma instituição bancária brasileira. O então gerente inglês da instituição solicita informações sobre os artigos 277, 278 e 279 do Código Comercial – relativos ao “*penhor mercantil*”. Pelo trabalho, Nabuco recebeu 15,00 libras. Cartas 6412, 6413, 6415, 6416 e 6418 - pasta 314p, Arquivo Joaquim Nabuco (AJN), Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Recife. O simples fato de Nabuco estar próximo a Penedo já fazia com que algumas pessoas o procurassem para realizar determinadas atividades, sobretudo aquelas que necessitavam de “*informações privilegiadas*”. É o caso de Pedro da Cunha Beltrão, deputado liberal que fora ferrenho adversário do Gabinete de Martinho Campos. Amigo de supostos membros, estabelecidos no Brasil, de tradicional família britânica (os Drummond), Beltrão solicita que Nabuco investigue, junto a Penedo, a possibilidade dos mesmos comprovarem o parentesco e solicitarem sua parte na herança. A situação era complicada, pois dependia da obtenção de informações “*nobiliárquicas sigilosas*”, as quais apenas os membros da Câmara dos Lordes tinham acesso. Em 8 de

A *Central Sugar Factories of Brazil* (CSFB) correspondia a uma empresa de capital inglês, controlada pelo advogado Anfrísio Fialho e por Theodore Chistiansen, ambos estabelecidos em Pernambuco. A primeira concessão para que ela operasse, a partir da montagem de uma fábrica central destinada a moer a cana de vários produtores, é de março de 1881. Pelo contrato inicial, celebrado entre o Governo e os concessionários, estabelecia-se uma garantia de juros de 7% sobre um capital de 1.500 contos, que seria empregado na construção de três unidades, localizadas nas comarcas pernambucanas de Escada, Jaboatão e Goyana.¹⁷

Embora as tentativas por parte do governo do Império para o estabelecimento de engenhos centrais datassem da década de 1870 – a primeira concessão é de 1876 e foi anulada pouco depois – a CSFB foi a primeira empresa a construir e colocar em operação um engenho central. Mas não se pode dizer que o empreendimento teve êxito. Já em 1883, o engenheiro supervisor da companhia, Francisco do Rego Barros, em relatório ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros, assim se referia ao maquinário utilizado em um dos engenhos :

“Antes de tudo direi que 4 (quatro) dos aparelhos que a companhia possui, foram,..., construídos há cerca de 12 anos para a fábrica de Sologon perto de Aba-el-

setembro de 1882, escreveu Beltrão a Nabuco: “Espero que faça as necessárias investigações e diga-me com a desejável urgência o que há de verdadeiro em tudo isso (se, de fato, os Drummond estabelecidos no Brasil tinham chances de reivindicar a herança), **pois parece-me que não ser-lhe-á impossível satisfazer-me, sendo você íntimo amigo de nosso digníssimo Representante nessa Corte e aí dispondo muito merecidamente de valiosas relações e simpatias.**” Carta 6438, pasta 316, AJN – Fundaj; grifos meus. Se Nabuco conseguisse “informações animadoras” poderia se tornar advogado, no processo de reivindicação da tal herança. Em carta de 16 de setembro de 1882, afirma Beltrão: “Se as suas informações forem animadoras e você quiser servir-lhes (aos Drummond estabelecidos no Brasil) de advogado ou representante no pleito, eu oportunamente lhos apresentarei...” Carta 6439, pasta 316, AJN – Fundaj.

¹⁷ - Para maiores informações sobre os Engenhos Centrais, em geral, e sobre o histórico da implantação dos mesmos em Pernambuco, cf. Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança – A indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 111-142 e Evaldo Cabral de Melo, *O Norte Agrário e o Império – 1871-1889*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp. 161 - 190.

Norses pertencente ao Vice-Rei do Egito. Não posso dizer se esses aparelhos já serviram ou não, porém sei que há dois anos pouco mais ou menos foram mandados buscar daquele país para a Inglaterra e vendidos a *The Central Sugar Factories of Brazil Company Limited*, por seus próprios fabricantes... e por isso não são dos mais modernos e aperfeiçoados.”¹⁸

Portanto, em seu primeiro relatório, o fiscal já colocava por terra a idéia de que os engenhos centrais representariam, de maneira inequívoca, a modernização das formas de produção de açúcar, no nordeste brasileiro.¹⁹ Ao maquinário ultrapassado, trazido do Egito, ainda juntava-se o quase total despreparo dos gerentes das unidades de produção e os altos salários pagos; como resultado teria-se uma produtividade pífia de açúcar, acompanhada de prejuízos enormes. Assim, em um segundo relatório, já de dezembro de 1884, o mesmo fiscal afirma:

*“O grande pessoal e ainda mais os maiores ordenados que a companhia pretende pagar aos seus empregados, a má direção das fábricas por pessoas que ignoram completamente a língua portuguesa, o diminuto número de sacos de açúcar fabricado; apenas 10.000, o preço baixo do produto e muitas outras causas fazem-me prever que o resultado de toda a safra e mais a garantia de juro não darão para cobrir o déficit deixado pelo custeio.”*²⁰

¹⁸ - Relatório de 31 de outubro de 1883, encaminhado por Francisco do Rego Barros ao Conselheiro Afonso Augusto Moreira. Arquivo Público de Pernambuco, códice Engenhos Centrais, documentos de 1875-1893.

¹⁹ - Peter Eisemberg assim caracteriza a maneira pela qual, teoricamente, o engenho central deveria funcionar garantindo a modernização e a otimização da produção de açúcar: “O engenho central implica, fundamentalmente, uma divisão do trabalho: os proprietários agrícolas cultivando a cana, em lugar de processá-la eles próprios, e remetendo-a para os engenhos centrais próximos. Este arranjo, segundo se esperava, promoveria o mais eficiente uso dos fatores de produção: cada plantação poderia dedicar seus recursos apenas à agricultura, assim criando facilidades a melhoramentos como o uso de fertilizantes, irrigação e mecanização. O agricultor não teria necessidade de manter e melhorar seu próprio engenho; de fato, poderia abandoná-lo. Os proprietários dos engenhos centrais, por sua vez, poderiam dedicar a totalidade de seus recursos ao setor industrial, aprimorando o engenho com investimentos de capital. E não teriam de investir em canaviais. Os resultados seriam a cana mais barata e o açúcar mais competitivo.” Peter Eisenberg, op. cit., p. 111.

²⁰ - Relatório de 22 de dezembro de 1884, encaminhado por Francisco do Rego Barros ao Presidente da Província de Pernambuco, Sancho de Barros Pimentel.

Além das máquinas antiquadas e da mão-de-obra despreparada, o fracasso da CSFB deveu-se, em grande parte, à animosidade que se estabeleceu entre a companhia e os produtores de cana que deveriam abastecer o engenho central. Segundo Eisemberg, os primeiros contratos negociados por Fialho para o fornecimento de cana provocaram uma *"tempestade e a implacável hostilidade da SAAP (Sociedade Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco)"*. Os agricultores não aceitavam o preço de 8\$000 por tonelada de cana, uma vez que o consideravam muito abaixo do valor do açúcar correspondente. Assim, muitos argumentavam que o valor da cana deveria ser fixado não apenas a partir do peso bruto, mas também a partir da qualidade do caldo (quantidade de sacarose) e do açúcar produzidos.²¹

Nabuco começa a prestar sua consultoria justamente analisando os contratos a serem celebrados entre Fialho e os produtores de cana. Em carta de 22 de setembro de 1882, Mr. Morris, um dos gerentes ingleses da CSFB, solicita a ele informações sobre o que, de fato, o termo de concessão definia previamente com relação aos acordos a serem firmados com os produtores no que dizia respeito ao preço da cana.²² O parecer de Nabuco é o seguinte:

*"... the Company is authorized to settle terms with landowners, planters and canes merchants, these being payable either by wight and quality of the cane or by a certain portion of the manufacturing sugar (clause 13 th)."*²³

Ou seja, o termo de concessão não fixava um aspecto único a ser considerado inequivocamente para se definir o preço da cana. A companhia tinha de entrar em entendimento com os produtores e comerciantes sobre qual aspecto levar em conta e, obviamente, cada parte procurava estabelecer

Arquivo Público de Pernambuco, códice Engenhos Centrais, documentos de 1875-1893.

²¹ - Peter Eisenberg, op. cit., p. 116.

²² - Carta de Morris a Nabuco, pasta 316p, doc.6442, AJN, Fundaj.

²³ - Carta de Nabuco a Morris, pasta 2a, doc. 27, AJN, Fundaj.

o aspecto mais vantajoso para si. Daí o surgimento de contendas entre os gerentes brasileiros da CSFB e os “donos das canas”.

O que faz Nabuco então, na condição de advogado, é procurar interpretar o termo geral de concessão, de forma a garantir os interesses da companhia. Certamente, seus argumentos foram amplamente utilizados na tentativa de “desarmar” os produtores de cana que recorriam à lei para também obter melhores vantagens durante as negociações.

Apelando aos objetivos gerais das “fábricas centrais”, Nabuco, recomenda a Morris, que lembre aos gerentes brasileiros que os engenhos da companhia não foram estabelecidos para “servir” aos plantadores de cana, os quais deveriam se contentar com uma remuneração a ser definida a partir dos indicadores dados pelo mercado. A fábrica deveria ser como um “banco” e, *“if the price of the cane has been well considered according to the fluctuation of exchange and the fluctuation in price of sugar”*²⁴, o “espírito” do termo de concessão estava sendo respeitado, fossem o peso ou a quantidade de açúcar produzido o aspecto considerado para remunerar os produtores, afinal:

*“In the concession the central factory is not simply the central factory of the planters themselves – who bring there their canes to be economically crushed and have a better kind and more quantity of sugar extracted from them, but an industry more ambitious, a sort of Bank and at the same time of cane market for the planters, whose chief interest shall be to buy the greatest amount of cane in can find to produce the greatest amount of sugar.”*²⁵

Nabuco considera ainda que, de acordo com os objetivos gerais do Governo do Império ao estabelecer a concessão, a CSFB não deveria temer “represálias”, caso os produtores de cana continuassem a dificultar o fechamento dos contratos para o fornecimento da matéria-prima. Isto porque bastava aos advogados da companhia, no Brasil, apelarem destacando o

²⁴ - Carta de Nabuco a Morris, 23 de setembro de 1882, pasta 2, doc. 28, AJN, Fundaj.

²⁵ - Idem, ibidem.

grande papel que as fábricas centrais teriam no desenvolvimento do país. A ação da empresa iria justamente no sentido de trazer uma “nova vida”, uma “nova vitalidade” à plantação de cana – o que certamente não ocorreria se, por interferência estatal, a fábrica fosse obrigada a moer a cana dos produtores e a remunerá-los com base em seus interesses e não com relação ao mercado:

“ It (central factory) is not like a railway which has only to supply cheap transport, it has not only to supply cheap and scientific sugar manufacturing, but to engage in a more important business: that of course was the idea of the concession to Mr. Fialho... for the Government you do not go to Pernambuco and elsewhere only to put yourselves at the orders of the planters and wait until they bring their canes to pay them with so much of the sugar produced, but to define a new life and vitality in cane growing. ”²⁶

Habilmente, portanto, Nabuco sugeria que se recorresse das reivindicações dos proprietários que apelavam ao Estado, contra a CSFB, colocando a companhia como agente do “progresso nacional” e artífice da vontade do próprio Estado de promover o “revigoramento” da lavoura no país.

Mas em que consistia em essência tal “revigoramento”? Consistia, principalmente, na desmobilização dos antigos engenhos, para os quais os produtores poderiam entregar a cana, boicotando os engenhos centrais, como explicou Nabuco a Morris: *“Suppose the boycoting of the Sugar Factories. They (os donos de engenhos e seus rendeiros) should remain there with their mills and staff and nobody coming. ”²⁷*

²⁶ - Idem, ibidem.

²⁷ - Idem, ibidem. As dificuldades para a coexistência entre as fábricas centrais e os antigos bangües não eram desconhecidas mesmo dos políticos brasileiros, que membros da Comissão Parlamentar de 1875, foram encarregados de analisar a situação da lavoura das províncias do Norte e propôr estratégias para resolver os problemas e recomendaram a adoção daquele modelo de produção de açúcar. Como demonstrou Izabel Marson, eles tinham pleno conhecimento de um relatório produzido para o governo francês por M. Basset, no qual aquele especialista

Tal desmobilização ocorreria com o tempo, a partir do funcionamento da companhia cujos acionistas deveriam ter paciência e confiar no fato de que o governo do Império não agiria em favor dos “selvagens” interesses locais dos plantadores de cana – daí a importância dos advogados da empresa no Brasil lembrarem sempre do “*spirit of concession*” e dos interesses do próprio governo quando fossem se bater contra os pleitos dos produtores.

Os problemas iniciais, segundo Nabuco, eram parte dos riscos que um empreendimento daquele porte trazia. Com a consolidação da empresa, as dificuldades desapareceriam e tanto o governo quanto os investidores seriam recompensados:

*“If they (shareholders) do not realize by this time that they entered into an industrial company which close dependence from the cane growers, in a scheme which although its capital is guaranteed depends to an extent larger than the railroads (to which the guarantee must go even if passengers and traffic do not) on the arrangement of a very wide field of local interests; I think they do not realize the magnitude of the concern the expectations put on it by the Government. The scheme is exactly one on the success of which the Government depend to pay their debts...”*²⁸

explicitamente declarava, com base na experiência observada nas Antilhas, que as fábricas centrais não poderiam conviver com os antigos engenhos e sugeria que se estabelecessem “relações harmoniosas” entre fabricantes e fornecedores de matéria-prima por meio da criação de associações de produtores de cana ou beterraba que administrariam as fábricas centrais. Ou seja, para evitar o “boicote”, a que Nabuco se refere, as fábricas centrais não deveriam estar nas mãos dos investidores ingleses, mas sim dos próprios produtores de cana, como sugeria o engenheiro Augusto Milet. Todavia, a Comissão ignorou completamente o referido relatório. Cf. Izabel Marson, *O Império da Conciliação*, op cit., pp. 269 – 270. Ainda com relação a este aspecto, Evaldo Cabral de Melo informa que quando da aprovação da primeira lei de concessões às fábricas centrais, em 1875, a Câmara aprovou um substitutivo que permitia a formação de engenhos e fábricas centrais por lavradores e proprietários agrícolas associados entre si. Contudo, o substitutivo foi derrubado no Senado, por influência do Visconde de Sinimbu, segundo o autor: “... *um dos homens públicos do Segundo Reinado mais convencidos da indispensabilidade do capital estrangeiro para a modernização da economia e da sociedade brasileiras.*” Cf., Evaldo Cabral de Melo, op. cit, pp. 163 – 164.

²⁸ - Idem, ibidem.

Pelo teor de todas as respostas dadas por Nabuco às consultas dos diretores da CSFB, contudo, é possível acreditar que os acionistas da companhia sabiam bem, ou logo perceberam, o quanto seria difícil consolidar seus negócios em Pernambuco, diante dos “selvagens interesses locais”.

Ambos os lados calçavam-se com os termos do contrato da concessão, em seus pleitos dirigidos ao governo ou ao poder judiciário imperial. De tal forma, que a interpretação da “vontade dos legisladores”, ao estabelecer tal ou qual artigo, era crucial de lado a lado para fundamentar suas interpretações diversas da mesma lei. Eis porque Nabuco se tornou um consultor importante, ao qual todos os contratos da companhia eram enviados antes de serem assinados, uma vez que ele havia sido deputado durante a legislatura em que a concessão à CSFB foi aprovada pelo Parlamento.

Por conseguinte, a exemplo do que já analisamos acima, todos os pareceres, do então consultor-jurídico, são pródigos no fornecimento de argumentos explícitos contra os interesses dos proprietários de engenhos brasileiros e produtores de cana que operavam muito antes da CSFB existir. Na verdade, Nabuco cumprirá o papel de fornecer, do ponto de vista legal, a fundamentação para que houvesse o tal “revigoramento” da lavoura de cana, que ocorreria para ele, pelo menos em Pernambuco, a partir do pleno funcionamento da companhia de engenhos centrais britânica.

Logo que se começou a discutir a implantação dos engenhos centrais, a maioria dos agricultores pernambucanos aprovavam o projeto²⁹, muito provavelmente por acreditarem que poderiam ter nas fábricas centrais a possibilidade de moer a sua cana e obter um melhor e mais competitivo açúcar, que proporcionaria maiores lucros para eles próprios, os donos da

²⁹ - Sobre as expectativas altamente positivas em torno do estabelecimento dos engenhos centrais, em Pernambuco, afirma Eisenberg: “... a maior parte dos pernambucanos depositava grandes esperanças nos engenhos centrais,... Um presidente provincial considerava os engenhos centrais como ‘o remédio salvador’ e ‘a salvação da indústria açucareira’. Os agricultores os tinham como ‘a tábua de salvação a que se deviam agarrar’ e reclamavam ‘a profícua admissão das fábricas centrais, com suas máquinas poderosas e aparelhos aperfeiçoados’, que realizariam ‘uma verdadeira revolução no sistema de trabalho’”. Peter Eisenberg, op. cit., p. 112

matéria-prima – aspectos que justamente Nabuco não vai reconhecer no “*spirit of concession*”, como acima nos referimos.

Com o estabelecimento das primeiras regras para a implantação das fábricas centrais³⁰ e com o início do funcionamento, contudo, as expectativas dos produtores se vêem largamente frustradas. As concessões dadas a Pernambuco, por exemplo, são classificadas de “*presente de grego*”, pelo deputado Anselmo Peretti³¹ e o projeto como um todo é condenado por um comerciante do Recife, como sendo “*um erro econômico*”, por ser “*premature, e inoportuno, e inconveniente.*”³² Por conta disso, é que os proprietários nacionais batalharam jurídica e politicamente em favor de seus interesses, procurando de todas as maneiras inviabilizar a CSFB.

Todavia, as batalhas deixariam de existir, segundo Nabuco, tão logo a companhia começasse efetivamente a funcionar e dificuldades para os produtores surgissem em grande volume, afinal os “perigos” para se trabalhar com o comércio de cana ficariam cada vez mais evidentes e a companhia poderia, em um breve espaço de tempo, se valer disso para negociar, de forma muito mais vantajosa para si, com os donos da matéria-prima. A melhor política era colocar a fábrica em operação e deixar os resultados falarem por si. Os produtores não teriam como se manter arredios aos tais contratos e aos interesses da CSFB:

“... the best policy I should be to enter in such contrats as necessary for the erection of the works and putting of the rails and to let the first results of the Factory

³⁰ - Falando em nome dos pequenos investidores, agricultores e senhores de engenho, o engenheiro e também proprietário Milet se coloca contra o projeto e as regras estabelecidas pelo governo para a instalação das fábricas centrais de açúcar, produzindo vários trabalhos sobre o tema entre 1868 e 1878. Analisando tais trabalhos, afirma Izabel Marson: “*Milet pronunciou-se contra tal projeto (o relativo à implantação dos Engenhos centrais), porque ele não atendia às expectativas dos proprietários e privilegiaria estrangeiros e especuladores, uma vez que previa a montagem de fábricas gerenciadas por sociedades de investidores que não tinham, necessariamente, vínculos com a agricultura e contariam com capitais e juros subsidiados de 6% ao ano, avaliados por um novo imposto de 2% a ser cobrado de todos os proprietários.*” Izabel Marson, *O Império da Conciliação*, op.cit., p. 251

³¹ - Apud, Evaldo Cabral de Melo, op.cit., p. 162.

³² - Apud, Peter Eisenberg, op.cit., p. 116.

tell in its favor and place the ... Company in a much better condition to treat with the planters, by knowing fully the advantage and dangers of its trading in cane...”³³

Desta forma é que a própria ação da companhia, portanto, garantiria a médio e longo prazos, segundo o consultor – jurídico, o fornecimento da matéria-prima, uma vez que entre as modificações, que levariam ao “revigoramento” da lavoura canavieira a serem realizadas pelas fábricas centrais, estava o “parcelamento” das terras; a criação de pequenas propriedades produtoras de cana, cuja produção só poderia ser escoada para o engenho central:

*“The action of central sugar factories shall be the parcelment of land, the division of present plantations, the coming up of a new class of planters and small landowners.”*³⁴

Na prática, isso é o próprio Nabuco quem dá a entender em suas cartas, o funcionamento eficiente da Fábrica Central levaria à falência aqueles engenhos tradicionais – ainda utilizados, naquele momento, para “boicotar” as unidades da CSFB. O raciocínio do advogado-consultor parecia ser, portanto, lógico: sem ter como comercializar satisfatoriamente seu açúcar, que seria caro e de qualidade inferior se comparado com o produzido com “modernas técnicas”, aqueles engenhos acabariam falindo e seus proprietários se veriam na contingência de vender toda a cana que produziam para os engenhos centrais e mais ainda, liberar seus rendeiros para fazerem o mesmo – isso, caso não vendessem as tais terras arrendadas antes, levando à criação dos pequenos produtores, que, neste caso sem dúvidas, não conseguiriam “escapar” à Companhia e enfrentar sozinhos o “perigoso mercado de cana”:

³³ - Carta de Nabuco a Morris, 23 de setembro de 1882, pasta 2, doc. 28, AJN, Fundaj.

³⁴ - Carta de Nabuco a Morris, 22 de setembro de 1882, pasta 2, doc. 27, AJN, Fundaj.

*"That small farmer (tenants) is bound by the contrates. He entered into to have his cane crushed in the landlords engenho or factory. Such being the case he could not enter into direct contract with the Company, but if he is not bound to it he should not be hindered from making his own transactions."*³⁵

As análises iniciais de Nabuco sobre a inequívoca superação, pela Companhia, das dificuldades para a obtenção de cana e as perspectivas otimistas por ele levantadas sobre os interesses do governo no empreendimento e, portanto, sobre o "*spirit of concession*" – claramente favorável, segundo ele, à companhia e não aos agricultores nacionais – devem ter servido para 'tranqüilizar', apenas momentaneamente, os acionistas da CSFB, que, segundo Eisenberg, "*mostravam-se mais interessados em lucros a curto prazo do que em produção a longo prazo.*"³⁶

Intermináveis questões jurídicas são suscitadas pelos proprietários nacionais, entre 1882-1883, e acabam nas mãos de Nabuco que se vê na contingência, cada vez mais constante, de fornecer as "armas" contra os interesses "selvagens" dos pernambucanos, refratários ao "desenvolvimento" – tais termos são usados na maioria de suas cartas para Morris e para Kidner, o outro gerente britânico da companhia e também interlocutor do consultor.

Em carta de 16 de novembro de 1882, por exemplo, Morris colocava a Nabuco um novo problema jurídico que estava sendo levantado, pelos "adversários" da Companhia. De acordo com alguns, no dizer de Morris, a CSFB teria obrigatoriamente suas atividades suspensas no Brasil, ao término

³⁵ - Idem, ibidem. Em carta a Penedo, escrita em 26 de março de 1884, Nabuco retoma a problemática, demonstrando o quanto o impedimento, por parte de alguns senhores de engenho, de que os seus 'moradores' entrassem em entendimento com a companhia representava um gigantesco obstáculo, como contrariava o espírito da concessão e colocava em risco os próprios 'sacrifícios' do estado para a implantação das fábricas centrais: "*Nos atuais contratos o senhor de engenho impediu a Companhia de tratar com os seus moradores – não pode haver nada mais contrário ao espírito da lei e ao fim dos sacrifícios a que o Estado se decidiu do que essa imposição do monopólio de alguns proprietários.*" *Cartas a amigos, op.cit.*, p. 111. Sobre as tentativas frustradas da companhia em obter cana diretamente dos meeiros e arrendatários dos senhores de engenho, cf. Richard Graham, *Grã – Bretanha e o início da modernização do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 161.

³⁶ - Peter Eisenberg, *op. cit.*, p. 117.

do período em que o Governo Imperial garantia o pagamento de juros de 7% sobre o capital investido.³⁷

Analisando tal questão, Nabuco explicita a maneira pela qual entendia o sentido das garantias de juros dadas pelo governo e reafirma a importância que, segundo ele, o negócio dos engenhos centrais tinham para o desenvolvimento nacional. Conferindo um caráter essencialmente industrial e privado àquele empreendimento, Nabuco o diferencia das concessões feitas pelo estado de outros serviços como os de água, gás ou ferrovias – sobre os quais, não havia dúvida para ele, o governo tinha o direito de interferir nas operações ou mesmo de reverter a concessão, já que se tratavam de serviços com um caráter público.

Embora, para Nabuco, a companhia de engenhos centrais estivesse ‘destinada’, segundo o que procuramos demonstrar acima, a tomar o lugar dos antigos engenhos açucareiros, ele não reconhecia nela qualquer caráter monopolista, já que atuava, em geral, de acordo com as regras do mercado.

Uma vez constituída, ela poderia operar até que as atividades fossem lucrativas e, conseqüentemente, interessantes para os acionistas. Além disso, o interesse do governo era pela continuidade do negócio, por tempo indefinido. Afirma o consultor:

“Not only the Company, by the fact of its being formed, has a right to live as long as it finds its business profitable, but the interest of the Governement, too, is that it finds that bussiness profitable and continues to carry it on indefinitely... The Company has no privilege of zone, nor monopoly of industry...does not perform any service that may be considered public as of State, Province or Municipality and therefore no analogy can be found between it and such works as those of gas, water and railway, over which the Governement claim the right of reversion”³⁸

³⁷ - Morris para Nabuco, 16 de novembro de 1882, pasta 316 p, doc. 6448, AJN, Fundaj.

³⁸ - Carta de Nabuco para Morris, 11 de dezembro de 1882, pasta 3, doc. 45, AJN, Fundaj.

Neste sentido, a garantia sobre o capital, dada pelo governo, não podia ser utilizada como base para a defesa da tese de que os poderes públicos tinham direito de interferência sobre a companhia. A garantia representava uma “ajuda” e não um “obstáculo” à atuação da empresa.

Claro que os agricultores e proprietários de engenho em Pernambuco não consideravam o empreendimento da mesma maneira – tanto que passam a questionar a continuidade legal da empresa, a partir do término do contrato original. Assim, tal como no caso do critério a ser utilizado para a definição do preço da cana, o termo de concessão permitia leituras diferentes sobre o significado da garantia de juros e sobre as possibilidades de ingerência estatal na companhia. E Nabuco, mais uma vez, de forma habilidosa, fundamenta a interpretação mais conveniente para a CSFB.

O trecho abaixo não deixa dúvidas quanto ao fato de que a ação do Estado, para o consultor-jurídico, era aceitável e legítima enquanto representava um incentivo ao negócio da fábrica central – incentivo, aliás, que parecia essencial no início da implantação da empresa, certamente porque tratava-se do período em que a concorrência dos antigos engenhos ainda era grande e, conseqüentemente, as possibilidades de “boicote” por parte dos plantadores de cana também. Mas, a ação do governo seria totalmente infundada, do ponto de vista legal, se fosse no sentido de estabelecer “limites” à atuação da companhia – entendendo-se por “limites” qualquer ação no sentido de satisfazer às reivindicação dos produtores nacionais, contrárias aos interesses dos investidores estrangeiros:

“The guarantee has been only given to allow the formation of such Company, and as the guarantee is not the aim nor the raison d’être of the enterprise, which is by its nature an industrial one; the guarantee cannot be its limit of duration. It is a help, not a hinderance or a check, as it would be, if it was meant as a limit in time for the enterprise. Besides, there is not either in the concession, nor in the decree authorizing the Company to act in the Empire, the slightest ground on wich to build up such ...

teory, that the legal existence of the "Central Sugar Factories" is to cease with the guarantee."³⁹

Esta interpretação sobre o significado da garantia de juros e sobre a limitação do poder de ingerência estatal sobre os engenhos centrais é fundamental para compreendermos toda a linha argumentativa de Nabuco em favor da CSFB. Limitando a ação do governo do Império apenas ao fornecimento de incentivos à companhia e reputando ao mercado a solução das principais contendas surgidas entre os concessionários e os produtores de cana nacionais – o valor da matéria-prima e o tempo de operação da empresa dependiam das oscilações do mercado e não de definições prévias, enunciadas no termo de concessão – o consultor-jurídico visa essencialmente privar os agricultores e produtores nacionais da arma que poderia ser utilizada por eles em favor de seus interesses, quer seja o recurso ao Estado.

Sem intermediação ou interferência estatal, a Companhia teria todas as condições de se “entender” com os produtores nacionais da maneira mais favorável possível. Com habilidade e cautela na negociação de acordos e contratos, os diretores da CSFB, de acordo com Nabuco, poderiam “tirar”, dos proprietários de terras brasileiros tudo o que fosse interessante à empresa sem mesmo que eles percebessem o quanto estavam sendo “lesados”, em alguns casos.

Era o que ocorria, por exemplo, no caso da definição dos acordos sobre as terras usadas para a construção do engenho central e de toda a infra-estrutura indispensável ao funcionamento da fábrica – não incluídas as terras destinadas ao plantio de cana.

Em dezembro de 1882, o segundo gerente inglês da CSFB, Richard Kidner, solicita de Nabuco informações a respeito de como deveriam ser feitos os contratos no Brasil com os proprietários das terras onde já estavam construídos os engenhos da companhia e sobre como firmar novos acordos,

³⁹ - idem, ibidem.

com relação a terras ainda a serem utilizadas para construção de novos engenhos.⁴⁰

Permanecendo os impasses em torno dos contratos para o fornecimento de cana, Nabuco, primeiramente, recomenda que nenhum outro contrato com os proprietários brasileiros fosse feito de forma vinculada ao fornecimento da matéria-prima. Ou seja, a questão era garantir a posse dos terrenos da fábrica e de suas adjacências evitando vinculá-la a qualquer aspecto contratual que pudesse servir para sustar o seu efeito no futuro.

*“ The contract for sugar making and cane selling is by its nature entirely independent from the contract for the possession of the grounds necessary for the Factory and therefore this one ought to be made apart and no modification of the arrangements for the possession of the sites need alter any clause of the supply of canes is a general one, to be made with several parties, while the negotiations for the erection of the factory have to be entered into exclusively with the proprietor of the site wanted. This point I establish to show the there is no necessary connection of the contract with planters and the contract with the owners of the site chosen...”*⁴¹

Além disso, a segunda providência recomendada por Nabuco – também evidenciadora de que os proprietários nacionais continuavam prontos a agir, a favor de seus interesses e, por conseguinte, contra a Companhia em todos os aspectos possíveis – é a de que todos os acordos verbais feitos com os donos das terras onde se encontravam instalados os engenhos centrais fossem oficializados por escrito, com vistas a se evitar problemas futuros: fossem tais problemas ocasionados pelos próprios proprietários, ou pelos seus credores, ou por seus herdeiros. Tudo deveria

⁴⁰ - Diferentemente do que ocorre nos casos das consultas anteriores, não existe uma carta de Kidner pedindo informações sobre os aspectos acima referenciados. Ao que tudo indica, a consulta daquele diretor foi feita em encontro pessoal com o consultor-jurídico. O teor das informações solicitadas, todavia, pode ser apreendido pelo resumo que Nabuco faz da problemática no início de sua resposta; procedimento, nem sempre utilizado por ele nas respostas a Mr. Morris. Carta de Nabuco a R. Kidner, dezembro de 1882, pasta 3 a, doc. 48, AJN – Fundaj.

⁴¹ - Idem, ibidem.

ser feito de maneira eficiente e clara, para evitar que a companhia perdesse o total controle sobre as áreas imprescindíveis para o funcionamento da fábrica central:

"... what is required is that in order to produce effects against third persons, creditors or sucessors of the owner..., that such an agreement be made a writen one, that a plant of the grounds over which the Company has full control be made a part of it..."⁴²

A sugestão de Nabuco de que os contratos, sobre as áreas utilizadas pelas fábricas, fossem feitos da forma mais específica possível, contendo inclusive uma planta dos lugares ocupados pelas construções da companhia, ia justamente no sentido de evitar contestações futuras. Sem definições bem formuladas nos acordos firmados entre as partes, os recursos, por parte dos proprietários nacionais, contra os interesses da companhia, eram mais facilmente impetrados. Assim, a elaboração de contratos bastante específicos ia contra os interesses dos donos de terras brasileiros. O próprio Nabuco reconhece isso e recomendava que a negociação se fizesse sem que os proprietários percebessem que estavam negociando algo, que, no limite, seria contrário a seus interesses futuros:

"It is necessary not to give the owners of the sites occupied already to understand that the wish to have the area necessary for the functioning and expanding of the Factories well delimited and fully legally secured even against himself, that we do not hold our right in virtue of the general contract to be already good enough to secure those aims..."⁴³

Todavia, a própria carta de Nabuco, em suas recomendações seguintes, demonstra que os proprietários nacionais, tão interessados em garantir os seus interesses econômicos quanto os diretores da CSFB, não

⁴² - Idem, ibidem.

⁴³ - Idem, ibidem.

seriam facilmente “enganados” a ponto negociarem os tais acordos sem que percebessem as possibilidades de eventuais prejuízos e dificuldades futuras.

Nabuco entende efetivamente, por exemplo, que, caso houvesse resistências ao estabelecimento dos tais contratos mais específicos, os produtores poderiam ser coagidos a firmá-los, uma vez que, pelo decreto de 24 de dezembro de 1881, o governo concedia o direito a todas as fábricas centrais, e não apenas a CSFB, de expropriarem todas as terras necessárias a instalação da fábrica e ao transporte da cana e do açúcar manufaturado.⁴⁴

“... we have a right now to call on him to enter into suitable engagements with us, and by virtue of the Decree of the 24 de Dec. 1881 to expropriate all the grounds necessary for the [cumprimento] of our obligations towards the Governement.”⁴⁵

Que o direito de expropriação seria, no dizer do próprio Nabuco, “a very great advantage indeed”⁴⁶ para a companhia, Kidner parecia não ter dúvidas. O problema era: “Has the Company such a right?”⁴⁷ Isto porque o termo original de concessão, que permitiu à CSFB iniciar sua atuação, era anterior àquele decreto, datando de 24 de março de 1881.

Assim, a consulta indica que os proprietários brasileiros talvez já tivessem dado mostras de que recorreriam de qualquer tentativa de expropriação, com base no fato de que originalmente aquela companhia, em especial, não tinha o direito de efetuar qualquer tomada de terras a revelia de seus proprietários. Nabuco, desta forma, procura solucionar a seguinte questão jurídica: a companhia estava sujeita ao termo de concessão original ou ao decreto regulamentador das fábricas centrais, promulgado posteriormente?

Segundo ele, o fato da concessão original a CSFB ter sido renovada por um novo acordo firmado em 12 de junho de 1882, garantia que todos os

⁴⁴ - O decreto 8375, de 24 de dezembro de 1881, se encontra publicado em: *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1881*, parte II, tomo XLIV, volume II, p. 1395.

⁴⁵ - Carta de Nabuco a R. Kidner, dezembro de 1882, pasta 3 a, doc. 48, AJN – Fundaj.

⁴⁶ - Idem, ibidem.

⁴⁷ - Idem, ibidem.

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

direitos gerais concedidos às fábricas centrais se estendiam também àquela companhia, em particular:

*"... this new agreement (12 de junho de 1882) of the concessionaire was attached this clause: 'The regulamento approved by Decree n° 8357 of the 24th dec. 1881 will make integrant part of the present contract and shall be observed in all its clauses which are not modified by the present contract'"*⁴⁸

Portanto, conclui Nabuco: *"I do not see any reason why the right of expropriation given by that Decree to the Sugar Factories Companies should not extend to the Central Sugar Factories of Brazil Limited"*⁴⁹. Todavia, apesar de demonstrar certa confiança neste seu argumento, ele recomenda que se fizesse todo o possível para que os acordos com os donos das terras, nas quais estavam instaladas as fábricas, fossem celebrados sem que houvesse recursos ao governo ou à justiça, uma vez *"... I am not prepared to say that such is the interpretation of the other party – the Government of Brazil."*⁵⁰

Ou seja, a identificação entre os interesses do Estado Imperial e os interesses da companhia – base do *"spirit of concession"*, tantas vezes evocado por ele, em cartas anteriores – não era tão absoluta e consolidada, quanto procurara demonstrar em outros pareceres. Na verdade, para o consultor, nada melhor do que os "livres flutuações do mercado" para garantir efetivamente a satisfação dos interesses da companhia.

A análise da atuação de Nabuco como advogado-consultor da CSFB, que acima empreendemos, de imediato mostra como ele se encontrava totalmente identificado com os interesses da empresa, aos quais se refere, em várias cartas, como sendo *"our interests"*. Além disso, evidencia em muitos pontos que o seu projeto de "reestruturação total da sociedade brasileira", a ser feito a partir da abolição do trabalho escravo, passava inequivocamente, pela "desorganização" das antigas formas de produção de açúcar, a serem

⁴⁸ - Idem, ibidem.

⁴⁹ - Idem, ibidem.

⁵⁰ - Idem, ibidem.

substituídas pelas modernas técnicas das fábricas centrais, implementadas a partir do capital estrangeiro – com a garantia de juros pelo Estado sobre o montante investido, mas com total liberdade administrativa e sujeitas apenas às “oscilações” do mercado.

Por outro lado, o teor das consultas-jurídicas prestadas por Nabuco demonstra que os pequenos e médios proprietários e produtores de cana, em Pernambuco, estiveram longe da postura assinalada por Paul Singer de abandonar “*sem resistência digna de nota, sua primazia, resignando-se ao papel de fornecedores de cana aos capitalistas estrangeiros*”.⁵¹ Pelo contrário, aqueles produtores se bateram por seus interesses econômicos recorrendo, das várias maneiras juridicamente possíveis, das práticas da Companhia que julgavam prejudiciais a seus negócios.

Ainda que Nabuco negasse àquele grupo a legitimidade de seus pleitos, junto ao governo e à justiça do Império, rotulando-os de “selvagens”, o que se pode perceber, por meio de suas próprias cartas, é que eles agiram esgrimindo as mais tradicionais armas liberais, com vistas a preservarem suas propriedades e seus lucros. Lutaram contra uma concorrência ‘predatória’, que mais cedo ou mais tarde, segundo o próprio consultor-jurídico, haveria de os submeter invariavelmente aos interesses da Companhia.

Todavia, apesar da estreita vinculação entre Nabuco e os financistas estrangeiros, acionistas da CSFB e de sua conseqüente atuação contra os interesses de determinados segmentos da classe de proprietários nacionais, não se pode simplesmente classificar aquela atuação como sendo a de um “*lacaio inglês*” e “*traidor da pátria*”.⁵² Isto porque muitas evidências apontam para o fato de que Nabuco esteve vinculado também a interesses de empresários nacionais, ligados por vários negócios a financistas e investidores britânicos. A correspondência entre Nabuco e André Rebouças denota inclusive que ele servira, em algumas oportunidades, como

⁵¹ - Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, São Paulo: Companhia editora nacional, 1977, p. 297.

⁵² - Os termos foram amplamente usados contra Nabuco por seus adversários segundo Richard Graham, op.cit., p. 190.

intermediário entre o engenheiro e empresário brasileiro e 'business men' britânicos.

André Rebouças foi um importante militante da causa abolicionista, ao mesmo tempo em que se notabilizou como um "grande empreendedor", atuando na idealização e viabilização de obras de grande porte, como docas, estradas de ferro e companhias de exploração de reservas florestais do sudoeste brasileiro, sempre procurando viabilizar seus empreendimentos a partir da associação com investidores estrangeiros.⁵³

Os vínculos entre aqueles dois abolicionistas são amplamente mencionados por todos os que, de alguma forma, se ocuparam de suas atuações.⁵⁴ Fundadores da *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, em 1880, da qual Nabuco se torna o primeiro presidente e Rebouças o tesoureiro, ambos são lembrados, em geral, como tendo atuado conjuntamente, durante a campanha abolicionista, na condição de "... intelectuais da periferia, (para os quais) o problema crucial é sempre o da relação entre o universal e os desacertos

⁵³ - Sobre a trajetória empresarial de André Rebouças, cf. especialmente José Inácio Veríssimo, *André Rebouças através de sua autobiografia*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939 e Richard Graham, op.cit., pp. 198-215. Sobre os vínculos cada vez mais estreitos entre Rebouças e os "capitalistas britânicos", afirma Joselice Jucá: "*Como engenheiro famoso, criador de importantes projetos de construção de portos, docas e ferrovias, André Rebouças conseguiu habilmente combinar os papéis de profissional da engenharia e de homem de negócios, estreitando cada vez mais as suas ligações com capitalistas britânicos, particularmente depois de 1866, quando ele substituiu o engenheiro Charles Neate na direção da Companhia Docas da Alfândega do Rio de Janeiro.*" Cf., Joselice Jucá, *Quem tem a terra possui o homem - Reforma e Utopia no contexto do Segundo Império*, Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Essex, Inglaterra, 1985, mimeo, p. 24. Exemplar traduzido pela própria autora - biblioteca da Fundaj/Recife.

⁵⁴ - Tais vínculos são estabelecidos pelo próprio Nabuco, que em sua auto-biografia assim se refere a sua ligação com Rebouças e ao papel deste na campanha abolicionista: "*Nossa amizade foi por muito tempo a fusão de duas vidas em um só pensamento: a emancipação. Rebouças encarnou, como nenhum de nós, o espírito antiescravagista: o espírito inteiro, sistemático, absoluto, sacrificando tudo, sem exceção, que lhe fosse contrário ou suspeito, não se contentando de tomar a questão por um só lado, olhando-a por todos, triangulando-a, por assim dizer - ... - socialmente, moralmente, economicamente. Ele não tinha, para o público, nem a palavra, nem o estilo, nem a ação; dir-se-ia assim que em um movimento dirigido por oradores, jornalistas e agitadores populares, não lhe podia caber papel algum saliente, no entanto ele teve o mais belo de todos, e calculado por medidas estritamente interiores, psicológicas, o maior, o papel primário, ainda que oculto, do motor, da inspiração que se repartia por todos...*" *Minha Formação*, Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900, pp. 234-235.

locais.”⁵⁵ O que raramente se destaca, contudo, é que o envolvimento deles superou a atuação em favor da abolição e que as reflexões, produzidas por cada um sobre a realidade brasileira e suas necessidades de reformas, estiveram ligadas também pela vinculação de ambos a financistas e empresários britânicos.

Defensor, ainda na década de 1870, da idéia de que “*não era possível prestar maior serviço ao Brasil do que promover incessantemente a fixação e a importação de capitais estrangeiros*”⁵⁶, Rebouças demonstra grande entusiasmo com a possibilidade de Nabuco ser diretor da CSFB e, em 5 de março de 1882, escreve a ele solicitando que entrasse em contato com seus representantes em Londres - Charles Neate e Frederick Youle⁵⁷ - com vistas

⁵⁵ - Cf. Maria Alice Rezende de Carvalho, *O Quinto Século - André Rebouças e a Construção do Brasil*, Rio de Janeiro: Revan/ Iuperj-Ucam, 1998, p. 16. A autora opta justamente por analisar a trajetória de Rebouças a partir de paralelos com a de Nabuco e Taunay; assim, as autobiografias deles, analisadas no primeiro capítulo, representam o esteio geral da análise, a partir das quais Carvalho estrutura os pontos de contato e os distanciamentos entre os três políticos. Ela conclui por certos distanciamentos intelectuais entre eles, fundados em formações diferentes, mas destaca os estreitos vínculos de amizade e colaboração que se firmaram durante a campanha abolicionista e após a proclamação da República, quando os três permanecem “fiéis” ao “regime caído”. No geral, a análise de Carvalho desvincula a atuação empresarial de Rebouças de sua atuação durante a campanha abolicionista, o que distancia a sua análise da que procuramos empreender neste trabalho; para ela, o engajamento de seu personagem na luta pela emancipação total e sem indenização se fez a partir de “*sua crença na potencialidade libertária dos interesses*”, p. 235.

⁵⁶ - André Rebouças, *A Agricultura Nacional: Propaganda Abolicionista e Democrática*, prefácio de Joselice Jucá, Recife: Editora Massangana, 1988, edição fac-similar, p. 292.

⁵⁷ - Sobre as ligações entre Rebouças e Neate afirma Richard Gahan: “*Neate e Rebouças mantiveram sempre uma constante e ininterrupta correspondência... Neate, atuando como agente de Rebouças em Londres, propôs a construção de estradas de ferro no nordeste. Em 1873, quando Rebouças foi a Londres, Neate havia feito importantes contatos profissionais, e nove anos depois, Rebouças, voltando temporariamente a Londres, começou no escritório de Neate a elaboração dos planos para o melhoramento de instalações e funcionamento de diversos portos brasileiros... O engenheiro britânico fez questão de apresentar Rebouças a homens de empresa londrinos, e tão bem o fez, que alguns deles o contrataram como engenheiro consultor, recebendo honorários, mesmo após a sua volta ao Brasil, em 1883.*” Richard Gahan, op.cit., p. 209. Com relação a Frederick Youle, o biógrafo de Penedo afirma que se tratava de um inglês “*faz tudo dos brasileiros em Londres*”, tendo, por conta disso, muita intimidade com o representante brasileiro na Inglaterra. Cf. Renato Mendonça, op. Cit., p. 309. Sobre ele ainda, escreveu Nabuco em uma das Cartas de Londres: “*... o Sr. Frederick Youle tão estreitamente ligado ao Brasil pelos serviços que tem prestado ao seu comércio e aos seus interesses econômicos, por laços de família e pelo grande número de amigos*

ao estabelecimento de entendimentos entre aquela empresa e a Cia.de estradas de Ferros Conde d'Eu para a instalação de novas unidades:

"Disseram-me que eras Diretor da ' Central Sugar Factories'. Como sabes sou o Representante da Conde d' Eu R. W. Paraíba...; o engenheiro é o Charles Neate...; o Presidente é Abraham Hodgson Philpoth. Verás no Diário Oficial de 27 de janeiro de 1882 que a Paraíba tem 700 contos de réis para Engenhos Centrais. Já se propôs na Câmara aumentar mais 20.000 contos o crédito dos engenhos centrais de sorte que à Paraíba deverá competir ao todo pelo menos 1.000 contos.

"Já escrevi à Cia. Conde d'Eu para entender-se com a sua neste importante assunto. Você procurará o Charles Neate e o Frederick Youle, que são os meus homens em Londres, e fará todo o possível para que venha quanto antes uma Petição para Engenhos Centrais na Paraíba do Norte..."⁵⁸

Rebouças, portanto, se vale da presença de Nabuco em Londres e de seu possível cargo como diretor da CSFB, para solicitar-lhe que intermediasse a confecção de uma petição, por parte de empresários ingleses, interessados nos negócios dos engenhos centrais, com vistas a instalar unidades na Paraíba e com isso captar parte dos recursos a serem liberados pelo Governo Imperial para aquele empreendimento. Mesmo não tendo o tal cargo de direção, Nabuco agiu de acordo com o pedido do amigo e em 6 de junho de 1882, envia-lhe uma resposta nos seguintes termos:

"Estive com o Neate, mas ele nada sabe sobre os Engenhos Centrais da Paraíba. Se houver alguma concessão, feita aí, você lhe escreva comunicando-lho... Não é exato que eu seja Diretor da Sugar Factories. Não quis sê-lo por motivos personalíssimos..."⁵⁹

dedicados que tem entre os brasileiros, que mal podia ser considerado estrangeiro." Jornal do Commercio, 12 de junho de 1882, p. 2.

⁵⁸ - Carta de Rebouças para Nabuco, 5 de março de 1882, pasta 7p. Doc. 123, AJN, Fundaj.

⁵⁹ - Carta de Nabuco para Rebouças, 6 de junho de 1882, pasta 2a. Doc. 25, AJN, Fundaj. Esta carta se encontra também publicada no volume organizado por Carolina Nabuco, acima referenciado.

Ou seja, Rebouças parece ter se adiantado solicitando que Nabuco iniciasse entendimentos em torno de novos engenhos, antes mesmo de haver qualquer concessão formalizada pelo governo naquele sentido – quando ele escreve a carta, existiam apenas os recursos para a garantia de juros, mas não as concessões para qualquer companhia específica⁶⁰. Apesar disso, a sua solicitação e a resposta do amigo não deixam dúvidas quanto ao fato de que eles possuíam vínculos de natureza diversa dos expressos apenas pela colaboração mútua na *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*.

De fato, a solicitação de Rebouças, acima referenciada, não foi a única feita a Nabuco, no período em que este permaneceu em Londres, entre 1882 e 1884. Em 24 de setembro de 1883, ele voltaria pedir ao ex-deputado que auxiliasse seus mais novos sócios na organização de uma *Land Company*, que tinha como principal finalidade a constituição e venda de lotes de terras – originados do parcelamento das grandes propriedades nacionais:

“... cumpre tratar de eliminar os latifúndios. Para isso auxiliarás os amigos Rodrigues, Linhares e o banqueiro Smil Oppert na organização da companhia – The Terra Roxa of Brazil Immigration Co. Limited, cujo fim é comprar os latifúndios adjacentes ao belo caminho de ferro de S. João d’El Rei, dividi-los em lotes e colocar neles imigrantes, que produzam seda, vinho e trigo. Esse caminho de ferro é um exemplo flagrante de quanto são funestos os latifúndios. Em 100 quilômetros só serve a 20 fazendeiros, possuidores de dezenas de léguas de terras, com alguns escravos velhos e vacas ruins. Assim, o pobre caminho de ferro nem tem produtos nem viajantes. É por isso que vou comprá-lo por mil contos, quando já se tem despendido nele dois mil e seiscentos contos, a maior parte pela província de Minas Gerais. Auxilia o Rodrigues em provar aos capitalistas de Londres que vamos ter as melhores fazendas por preços

⁶⁰ - De qualquer forma, no final de 1882, a companhia ferroviária Conde d’EU, associada aos engenheiros londrinos, via intermediação de Rebouças, adquire de dois brasileiros concessões de dois engenhos centrais, que previam garantias de 6% sobre um capital de 3.750 contos. Tal negociação dá origem à companhia *North Brazilian Sugar Factories Limited*. A companhia não teve melhor sorte que a CSFB, enfrentando os mesmos problemas. Cf. Peter Eisemberg, op.cit., pp. 120 – 121.

insignificantes, e que as Land Companies farão fortunas enormes e salvando o Brasil da crise abolicionista."⁶¹

O vivo interesse de Rebouças, expresso nos trechos acima reproduzidos, na constituição de fábricas centrais e no "parcelamento" do solo nacional – projetos a serem desenvolvidos a partir de capitais estrangeiros, daí o recurso a Nabuco, que "*deveria provar*" aos capitalistas britânicos o quão vantajosas e lucrativas eram tais propostas – não era propriamente novo. Tais idéias já haviam sido por ele expostas em artigos publicados a partir de 1872 no *Jornal do Commercio* e no *Novo Mundo* e que seriam reunidos em livro, sob o título *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos – Propaganda abolicionista e democrática*, publicado em 1883, mesmo ano, portanto, em que Nabuco publica *O Abolicionismo*.⁶²

Naquela obra, Rebouças defende a criação de fazendas e fábricas centrais que beneficiariam os principais gêneros agrícolas brasileiros, ou seja o café, a cana, o algodão e o fumo.⁶³ As unidades centrais representariam o primeiro grande passo do Brasil no sentido de uma industrialização efetiva, já que teriam o papel de "*mãe de toda a indústria nacional*".⁶⁴

⁶¹ - Carta de Rebouças a Nabuco, 24 de setembro de 1883, pasta 11p. Doc.204, AJN, Fundaj.

⁶² - André Rebouças, *Agricultura Nacional, Estudos econômicos – Propaganda Abolicionista e Democrática*, Rio de Janeiro: A.J. Lamoureux & Co., 1883. Utilizamos da edição fac-similar, apresentada por Joselice Jucá, acima citada. Não temos, contudo, o objetivo de analisar esta obra de Rebouças; citamos apenas seus argumentos principais, nos aspectos em que, como apontou Izabel Marson, demonstram vinculações com "projeto de reforma social", expresso por Nabuco em *O Abolicionismo*. Ademais, aqueles artigos de Rebouças estiveram ligados inicialmente a um amplo debate político, travado antes que fossem formalizadas as primeiras concessões de engenhos centrais. Estudando as propostas do engenheiro Milet, que acima referenciamos, contrárias as de Rebouças, Marson esclarece os principais pontos daquele complexo debate. Cf. Izabel Marson, *O Império da Conciliação*, op.cit., pp. 172 – 180 e pp. 230 – 313, especialmente.

⁶³ - Do capítulo II ao XXI, Rebouças trata da constituição de fazendas centrais de café; do XXII ao XXXI da constituição de engenhos centrais, produtores de açúcar; do XXXII ao XL da constituição de fazendas produtoras de algodão e de fábricas beneficadoras daquele produto; e, finalmente, do XLI ao XLIV das fazendas produtoras de fumo.

⁶⁴ - Rebouças, op. cit. p. 10.

No caso específico dos engenhos centrais, a base de sua constituição seria, segundo Rebouças, a repartição das terras produtoras de cana, por meio da venda, aforamento ou arrendamento, cujos beneficiários diretos seriam os escravos emancipados e os colonos nacionais ou estrangeiros livres e, a considerar pelo que ele escreve a Nabuco, os capitalistas dispostos a formar *Land Companies* que atuariam no loteamento e comercialização das “parcelas” dos antigos latifúndios.

Com a divisão das terras, os proprietários teriam amplas condições, por exemplo, de se dedicarem somente à manufatura do açúcar. Assim, tomar a providência de repartir suas propriedades e de instalar o maquinismo do engenho central era a atitude mais sensata de todo senhor “rico, filantropo e providente”, que quisesse prosperar, efetivamente, em suas atividades econômicas:

*“O senhor de engenho A, assaz rico, filantropo e providente, divide as suas vastas terras em lotes, que vende, afora, ou arrenda aos seus emancipados e colonos nacionais ou estrangeiros; confia-lhes todos os trabalhos da produção e fabricação do açúcar e dos produtos conexos; compra as máquinas e os aparelhos necessários para exercer nas melhores condições econômicas a indústria sacarina, e consegue assim, por seu simples esforço individual, fundar um engenho central.”*⁶⁵

De maneira geral, por conseguinte, a argumentação de Rebouças, em favor da separação entre produção agrícola e o beneficiamento das matérias-primas, vai no sentido de demonstrar como aquilo representava a aplicação à agricultura do que havia de mais moderno e eficiente na produção de

⁶⁵ - idem, p.2. Como apontou Izabel Marson, a proposta de Rebouças era bastante difícil de se realizar, uma vez que a “repartição do solo” era deixada a cargo da vontade dos senhores “ricos, filantropos e providentes” – Marson, op.cit., p. 173. Por esse motivo, Rebouças, juntamente com Nabuco, em 1884, passaram a defender o parcelamento do solo, via imposto territorial – mencionado n’O *Abolicionismo* e nos textos da Campanha Eleitoral de 1884. Rebouças assim escreve a Nabuco em 22 de março de 1884, propondo a realização, em Petrópolis, de um Congresso Internacional Abolicionista, cujo programa de discussão seria dividido em três partes: “I – *Abolição*; II – *Nacionalização do solo pelo Imposto Territorial* e III – *Imigração (Grande Nacionalização e Democracia Rural)*. Carta de Rebouças a Nabuco, 22 de março de 1884, pasta 12 p., doc. 224, AJN, Fundaj, grifos nossos.

qualquer bem, ou seja o princípio da divisão e especialização do trabalho. Por este motivo e pela possibilidade que o seu projeto apresentava de crescimento significativo da propriedade individual e das forças produtivas, é que ele representava o principal caminho que haveria de levar o Brasil ao progresso inquestionável do domínio do homem sobre a natureza – base para o constante acúmulo de capitais.

A atuação do Estado naquele processo de desenvolvimento, contudo, deveria ser restrita *“aos limites do indispensável”*. O papel do governo brasileiro, admitido por Rebouças, deveria se restringir à fundação de algumas unidades modelo e à garantia de juros aos investidores. Assim, todas as medidas tomadas pelos poderes públicos deveriam ter como fim único o incentivo às ações privadas, evitando-se o ‘dirigismo governamental’. O ideal, segundo ele, era combinar *“o máximo de iniciativa individual com o mínimo de intervenção governamental”*, evitando-se a todo custo o *“governismo”*, *“o regulamentarismo”* e *“todas os males, que acompanham indefectivamente a ação governamental”*.⁶⁶

Neste sentido, o progresso nacional se faria a partir *“da ação combinada dos esforços de seus filhos e da influência do progresso universal”*,⁶⁷ o qual era representado pela Inglaterra e todo o seu potencial de investimentos⁶⁸. Era preciso atrair cada vez mais os capitais ingleses para o Brasil, de *“maneira natural”*, por meios indiretos e não a partir de empréstimos feitos pelo governo. A administração imperial tinha apenas de ser capaz de fornecer substantivas e sólidas garantias de juros em ouro, aos capitalistas que aqui desejassem investir, além de manter políticas confiáveis que garantissem a paz e um certo *“bem estar nacional”*, como forma também de fixar os capitais estrangeiros:

⁶⁶ - Idem, p. 12.

⁶⁷ - Idem, p.15.

⁶⁸ - Definindo o que considerava *“capital estrangeiro”*, Rebouças assim se refere ao potencial de investimentos britânicos: *“Denominam geralmente capital nacional ao capital que se pode obter nas praças comerciais do Brasil; capital estrangeiro ao capital que nos vem principalmente de Londres, que, graças à sabedoria da raça anglo-saxônica, se constituiu o tesouro do mundo inteiro.”* Idem, p. 278, grifos nossos.

*“Cumpra-se empregar os maiores esforços para fixar e importar capital estrangeiro no Brasil, mas sempre por meios indiretos: na vanguarda destes meios esteja permanentemente a garantia de juros em ouro, que é simultaneamente uma certeza aos capitalistas estrangeiros de que jamais perderão empregando as suas reservas em empresas brasileiras, e uma promessa infalível de extinção do miserável papel-moeda no Brasil. Mas cumpre repetir incessantemente: acima da garantia de juros em ouro está a ação benéfica para fixação e importação de capitais, que resulta da paz e da maior soma de bem estar e de progresso, em todas as suas manifestações, que o Brasil exibir, em competência com as outras nações do mundo.”*⁶⁹

De maneira geral, portanto, Rebouças define como base para a efetivação dos princípios da centralização agrícola e industrial, aplicados a todos os principais produtos nacionais, o controle dos empreendimentos por investidores estrangeiros, que deveriam contar com o apoio de um Estado “mínimo” – cujo papel se restringiria a manter a estabilidade sócio-política e, principalmente, econômica do país; aspectos fundamentais para que os empreendedores não tivessem dúvidas quanto à segurança e rentabilidade do mercado nacional e, a partir disso, depositassem cada vez mais capitais na economia brasileira.

É, justamente, sobre esta base que Nabuco fundamentou todos os seus pareceres em favor da CSFB: a companhia era essencial ao desenvolvimento do país e, por conseguinte, cedo ou tarde venceria as resistências aos seus interesses, por meio de sua própria atuação, que ‘desmobilizaria seus adversários’. Não cabia “recrear” a interferência estatal, uma vez que os termos da concessão deveriam ser vistos apenas como “incentivadores” da atividade; além do empreendimento ter um caráter totalmente privado, o que impedia qualquer forma de “ingerência” por parte do governo. Deveria-se confiar no mercado para a solução definitiva de todas as contendas com os produtores nacionais e este, inequivocamente, se mostrava favorável ao

⁶⁹ - Idem, p. 292.

progresso dos engenhos centrais e não aos antigos e “arcaicos” engenhos, que tendiam a desaparecer.

oooooooooooooooo

Tanto as cartas de Nabuco para os diretores da CSFB, sobre o “*spirit of concession*” e o papel que os engenhos centrais teriam no “revigoramento” da indústria açucareira nacional, quanto os artigos de Rebouças sobre as vantagens das fazendas e fábricas centrais (reunidos em livro justamente em 1883, quando é publicado *O Abolicionismo*), quanto os vínculos diretos entre ambos, permitem muito claramente supor que toda a atuação deles em favor da abolição da escravidão e da realização, em conjunto, das reformas “modernizadoras” da sociedade brasileira estavam intimamente relacionadas a interesses de investidores brasileiros e estrangeiros, bem como a seus próprios interesses pecuniários – Nabuco sobreviveu, entre 1882 e 1884, graças, em grande parte, aos proventos recebidos da CSFB e Rebouças, enquanto empresário, buscava lucros a partir da associação com tais investidores.⁷⁰

Efetivamente, portanto, o caráter social da reforma abolicionista, nela incluída a questão do “parcelamento da terra”, ao menos para Nabuco e Rebouças, não visava beneficiar aos pequenos e médios produtores rurais. Ao invés disso, visava realizar todas as modificações indispensáveis à livre e lucrativa ação das companhias estrangeiras – estas sim, na concepção deles,

⁷⁰ - Com certa segurança, podemos afirmar que quanto mais companhias britânicas planejassem investir capital no Brasil, maior seria o campo de trabalho para Nabuco, que, entre 1882-1884, tinha possibilidades relativamente remotas de voltar ao Parlamento, embora, como procuraremos demonstrar a seguir, trabalhasse para isso. Nas cartas para os companheiros da *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, daquele período, ele sempre declara o interesse de “*viver independente*” no Brasil – o que significava não ter um cargo público que não fosse eletivo – e que ganhava pouco para se manter. Em carta a Joaquim Serra, em 17 de novembro de 1882, assim afirma: “...como tu sabes, ganho muito pouco (e isso entre nós como deve ficar quanto te escrevo confidencialmente), o meu sonho é ter no Brasil uma vida independente...” AJN, Fundaj, pasta 2, doc. 35; termos semelhantes aparecem em cartas para Gusmão Lobo (12 de novembro de 1882) e Jaguaribe (16 de novembro de 1882), respectivamente: AJN, pasta 2, doc. 33 e 34.

de fato modernas e capazes de atuar tanto melhor com “maquinismos aperfeiçoados” e de acordo com as livres flutuações do mercado.

De alguma forma, por conseguinte, a reestruturação da sociedade brasileira, a partir da abolição da escravidão, visava substituir os “selvagens” agricultores nacionais, que diante da instalação dos engenhos centrais, a partir do capital estrangeiro (como ocorreu com a CSFB), fizeram questão de se manterem presos às rotinas de produção dos antigos engenhos – boicotando as “novas” e “aperfeiçoadas” unidades produtoras de açúcar – e de buscarem o amparo do Estado, utilizando-se para isso de todas as armas legais que estiveram a seu alcance.

Tais aspectos, colocados por Nabuco, como sintomas da “selvageria” nacional, incluindo entre eles principalmente a permanência do trabalho escravo, representavam, contudo, com demonstrou Izabel Marson, a única maneira de sobrevivência dos pequenos e médios proprietários:

“Para eles,..., a única alternativa de sobrevivência estava na defesa da ‘rotina’, da proteção do Estado, e dos engenhos centrais como associação de pequenos produtores e, sobretudo, da propriedade dos escravos ainda existentes, propriedade que compreendiam... como um direito adquirido, sustentação de suas modestas fábricas no presente e meio avalizador da participação nos engenhos centrais no futuro.”⁷¹

⁷¹ - Izabel Marson, *O Império da Conciliação*, op.cit., p. 317. Para o engenheiro Milet, ao contrário de Nabuco, o trabalho escravo guardava uma aproximação com o trabalho assalariado, sendo aquela modalidade ainda a mais vantajosa para o Brasil, afirma a autora: “A defesa (por Milet) desta condição (permanência do trabalho escravo) *sine qua non* o tornou um combativo emancipacionista, ou propositor da extinção ‘gradual’ da escravidão. A propriedade escrava seria preservada enquanto sobrevivessem os trabalhadores existentes, ou conceder-se-ia a alforria mediante uma indenização e com o consentimento dos proprietários. Foi, então, um empenhado adversário dos abolicionistas, e isso o levou a desenvolver – recorrendo a argumentação de socialistas utópicos, instrumentalizada a partir de uma acurado sendo prático – uma desencantada concepção sobre o trabalho em geral, e o assalariamento em particular, na forma como vinha sendo adotado na Europa e nos Estados Unidos naquele momento... Negando a possibilidade do trabalho efetivamente ‘livre’ (que considerava um utopia), substitui o termo por ‘salariato’; e, desenhando uma imagem ao mesmo tempo desesperançada e indispensável do trabalho em geral, promoveu uma aproximação entre escravidão e o salariato, considerando-os como formas de trabalho humano, identificadas com historicidades particulares, aquele – o salariato – com a Europa, e este outro – a escravidão – com o Brasil.p. 318.

É no interior desta batalha entre segmentos diferentes de proprietários que procuraremos interpretar alguns dos sentidos d'O *Abolicionismo*. Texto de propaganda, como referimos anteriormente, o consideramos como um “ato de poder”, feito para conquistar partidários a uma determinada proposta abolicionista-reformista e para desbaratar os argumentos de seus opositores.

3- As estratégias do abolicionista:

Antes de optar pela organização da série de livros sobre as REFORMAS NACIONAIS, Nabuco parecia mais empenhado em fundar um jornal, para divulgar as “idéias abolicionistas e reformista” e ao mesmo tempo garantir uma fonte significativa e perene de recursos, independente da evolução das diferentes conjunturas políticas.

Em carta de 17 de novembro de 1882, ao irmão Sizenando, ele pede as seguintes informações sobre os custos e possibilidades de retorno financeiro de uma nova folha:

“1 - Qual a despesa com todas as verbas detalhadas, sem exceção de uma só, de um jornal diário (da manhã e da tarde, cálculo para ambos) publicado no Rio, não jornal de grandes proporções, mas, mais ou menos, como os que têm aparecido no Rio como a “Reforma”, a “República”, a “Gazeta da Tarde” e etc;

“2º - Qual é o lucro líquido de venda a 40 réis de uma edição de dois mil exemplares?

“3º - Como são pagos os tipógrafos, isto é quais os preços habituais de tipógrafos de primeira classe? Que distinção há a esse respeito?

“4º - Qual é a venda efetiva dos diversos jornais do Rio, exceto o do Commercio e a Gazeta de Notícias, e como varia esta venda e do que principalmente depende o sucesso de uma tiragem?

“5º - Que capital é necessário para começar um novo jornal nas condições propostas e que período é preciso para o desenvolvimento normal da folha, devendo o capital ser

calculado de forma a cobrir esse período propriamente de criação e a garantir a aparição do jornal por todo o tempo da espera, da observação e do crescimento?

“6º - Quais os sinais pelos quais se pode saber e depois de quanto tempo se pode saber se um jornal assim fundando poderá viver da sua renda, pagando a redação?

“7º - Que redação é necessária?

“8º - Que probabilidade de venda teria um novo jornal abolicionista, liberal (de idéias, não de partido), sério e respeitável, adiantado em todas as questões políticas, sociais, religiosas etc, noticioso, altamente comercial, essencialmente municipal, redigido por escritores conhecidos?

“9º - Há qualquer meio de assegurar a vida independente de uma empresa dessa ordem, e pode-se provar com algarismos que preenchidas as condições marcadas, o jornal, daria um rendimento maior de 6%?

“10º - Qual o papel mais barato usado no Rio, e qual o melhor sistema de tiragem para uma circulação suficiente, considerando-se antes de tudo a economia?

“11º - Quais são os impostos de importação de material? Vale a pena comprá-lo no país?

“12º - Quais são as observações que te ocorrem, depois desse enfadonho questionário respondido, sobre o melhor meio prático de levar a efeito uma empresa jornalística destinada a viver por longos anos – popular e forte?

“Tudo o que te pergunto é da natureza a mais confidencial possível. Não mostres esta carta a ninguém – tenho interesse vital em que não transpire nada do que te pergunto. Informa-te, estuda e responde-me... Não é um projeto que eu tenha em vista para amanhã ou depois, mas um plano sério de ação e influência política para o qual posso talvez no futuro reunir os elementos precisos e talvez mais cedo do que tarde.” ⁷²

⁷² - Joaquim Nabuco a Sizenando Nabuco, 17 de novembro de 1882, pasta 2, doc.37, AJN, Fundaj. Em carta datada do mesmo dia ao jornalista e também ex-deputado e membro da Sociedade Brasileira contra a Escravidão Joaquim Serra, assim ele se refere ao mesmo assunto, contudo de forma bem menos detalhada quanto aos interesses pecuniários do projeto. “Pedi-te uma vez todos os preços exatos das despesas de custeio (nenhuma verba excetuada) de um pequeno jornal diário no Rio. Ainda não me mandaste esse orçamento que eu quisera receber feito por ti que tens a experiência da “Reforma” e do “Diário Oficial” e relações tipográficas. Infelizmente não tenho os meios de fundar um jornal no Rio para a propaganda das nossas idéias – mas desejo ter perfeito conhecimento das dificuldades materiais da empresa – para o caso de voltar eu ao Brasil....Não quero enriquecer, como tu sabes... o meu sonho é ter no Brasil uma vida independente para ação política. Essa só posso

A citação, apesar de longa, é bastante reveladora de alguns dos aspectos da atuação e das estratégias propagandísticas de Nabuco, em torno da abolição: a divulgação da idéia tinha, para ele, de ser eficiente, atingir muita gente, mas tinha também de ser lucrativa – o jornal teria um perfil “abolicionista e liberal”, mas deveria ser capaz de permitir um retorno igual ou mesmo superior a 6% sobre o capital investido.

Portanto, além de “propagandista” e “noticiosa” a folha, idealizada pelo abolicionista, deveria ser principalmente “comercial” e “respeitada” para atrair não só leitores, mas também anunciantes⁷³. Deveria assim funcionar como fonte de receitas e instrumento de propaganda para seus proprietários, permitindo-lhes atuar politicamente, ao mesmo tempo, nas Câmaras e fora delas.

Por outro lado, a solicitação de que todas as informações fossem precisas e “sigilosas” e o pedido de detalhes sobre o montante de capital necessário para os investimentos iniciais, bem como sobre o tempo que levaria para o empreendimento dar lucro, revelam que Nabuco talvez estivesse procurando alguém para se associar a ele – alguém com capital, que se uniria a um “*escritor conhecido*”, o qual cuidaria de colocar em prática o negócio.

ter na imprensa, ou na advocacia...” - Carta de Nabuco a Joaquim Serra, 17 de novembro de 1882, pasta 2, doc. 35, AJN, Fundaj. Em ambas, os grifos do autor.

⁷³ - A considerar pelo testemunho do alemão Carl von Koseritz, escrito em 1883, as preocupações de Nabuco com a obtenção de lucros a partir de empresas jornalísticas não eram isoladas: “*Toda imprensa daqui (Rio) é somente de especulação; nenhum jornal tem um programa definido, nenhum pertence a qualquer partido, nenhum representa qualquer idéia: o pessoal quer somente ganhar público e vender muitos exemplares, e como o público não pode absolutamente ser sério, mas sempre precisa estar rindo e caçoando, assim é servido. Desde o Jornal do Commercio, passando pelo Corsário, até a Galegada (um pasquim de última categoria), todos os esforços das folhas se orientam exclusivamente para o ganho, e um imprensa assim constituída não está, realmente, em situação de reforçar ou apoiar as situações políticas.*” Carl Von Koseritz, *Imagens do Brasil*, 1942, p. 55 – apud, Nelson Werneck Sodré, *A História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Maud, 1999, p. 232. Não sabemos com quais interesses específicos o alemão pintou uma imagem tão desencantada da imprensa brasileira daquele período, mas o testemunho revela que as preocupações de Nabuco, com os detalhes sobre os custos de um jornal e sobre a viabilidade do mesmo, eram mais do que fundadas diante da concorrência que enfrentaria qualquer novo periódico.

Todavia, se Nabuco chegou a tentar se entender com algum empresário brasileiro ou britânico, sobre aquele empreendimento, as conversações não prosperaram, uma vez que ele nunca fundou qualquer jornal e acabou permanecendo em Londres por mais um ano e meio.

Se, contudo, naquele momento o abolicionista desistiu da fundação de um novo periódico, ele não deixou de empenhar-se na campanha contra a escravidão e na busca de estratégias para divulgar idéias sobre a “necessidade e urgência” de reformar a sociedade brasileira, uma vez libertado o último negro.

Como resultado daquele empenho é que será escrito, entre março e maio de 1883, *O Abolicionismo*, impresso em junho daquele ano e cujos primeiros exemplares chegaram ao Brasil em setembro.⁷⁴

Mesmo não tendo a repercussão e amplitude que teria a fundação de um periódico tal como inicialmente planejava Nabuco, o livro e a série, que ele supostamente inauguraria, foram pensados também como forma de render algum dinheiro, além de servir à causa abolicionista/reformista⁷⁵ - pelo menos é o que se depreende da carta em que o abolicionista convida Sancho Pimentel a colaborar com um volume e também cogita de Ruy

⁷⁴ - A primeira carta de Nabuco dando notícia de que preparava um livro sobre a necessidade de se apressar a abolição é de 10 de março de 1883 para o Dr. Jaguaribe: “Estou trabalhando em um livro de propaganda sobre o Abolicionismo, e quando tiver a fortuna de ver impresso, mandar-lhe-ei um exemplar, pedindo-lhe, desde já, o seu concurso para a propagação da obra.” Pasta 3, doc. 56, AJN, Fundaj. Em 23 de junho, ele comunica a Sancho Pimentel que o livro estava quase impresso: “Estou atarefado acabando de imprimir um livro de propaganda política sobre a emancipação. É o primeiro de uma série, da qual talvez eu te peça para escreveres um dos volumes de programa. Tu verás o que é. Está infelizmente impressa a obra até a página 150...” *Cartas a Amigos*, op.cit., p. 102. Os primeiros comentários dos amigos sobre o livro datam de outubro – Sancho Pimentel (carta do dia 1º); André Rebouças (carta do dia 13) – respectivamente: pasta 11, doc’s 208 e 209, AJN, Fundaj.

⁷⁵ - A idéia de publicar livros em geral sobre o abolicionismo, mesmo de autores estrangeiros, não era nova. Na mesma época que escreveu a carta a Sizenando, Nabuco escreveu a Jaguaribe: “Se fossemos um partido rico podíamos encarregá-lo de publicar obras abolicionistas, traduções de livros como *A Cabana do Pai Tomaz*, essa Bíblia da emancipação dos escravos; *Vidas* de abolicionistas célebres, poesias como o *Poema dos Escravos* de Castro (sobretudo o 1º volume) e de documentos da nossa história, como papéis do tráfico.” Carta de 16 de novembro de 1882. Pasta 2, doc. 34, AJN, Fundaj. Tudo indica, portanto, que esta idéia original evolui para o projeto da série “Reformas Nacionais”, que surge no ano seguinte.

Barbosa e Rodolfo Dantas como potenciais colaboradores: “Cada autor teria os encargos e os lucros da publicação do seu volume – que deve mais ou menos ter as proporções do meu.”⁷⁶

Além dos recursos pecuniários que Nabuco imaginava poder obter com o livro, do ponto de vista pessoal, a obra ainda foi pensada como um meio de ‘lembrar’, ao mundo político nacional, a permanência dele como um dos líderes do movimento abolicionista brasileiro, muito embora já estivesse há mais de um ano fora do país – distância que, segundo o mesmo Sancho Pimentel, era-lhe desastrosa para a carreira de homem público:

*“... a tua estada em Londres não te faz dar um passo na tua carreira aqui, melhor será vir hoje do que amanhã. Não me posso ... conformar com a tua expatriação, e isso, que a ti e a muitos parecerá uma força, devo dizer-te que para mim absolutamente não o é... como homem com as tuas grandes qualidades é uma lacuna não adaptar-se à luta nas condições em que ela lhe é imposta no mais crucial que já mereceu uma certa ação e muito maior lhe está reservado exercer. Eu não me importo de ofender o teu amor próprio se as minhas palavras produzirem em teu espírito um efeito qualquer.”*⁷⁷

⁷⁶ - Carta de Nabuco a Sancho Pimentel, 31 de agosto de 1883, op. Cit., p. 14.

⁷⁷ - Carta de Sancho Pimentel a Nabuco, 30 de abril de 1883, pasta 10, doc. 186, AJN, Fundaj. Se o livro representou uma ação mais efetiva de Nabuco naquele momento da campanha abolicionista, não é possível dizer que ele não tivesse atuado, anteriormente, no sentido de se fazer “lembrar” politicamente. Em 6 de novembro de 1882, ele escreveu uma longa carta ao então presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Paranaguá, protestando contra o não cumprimento das leis de 1831 e de 1871, à vista de um edital, publicado no *Jornal do Commercio*, em que se anunciava a venda de escravos e de ingênuos: “Como cidadão brasileiro, julgo do meu dever chamar a atenção de V.E. para um edital do juízo da provedoria de Valença, datado de 22 de setembro de 1882 e assinado pelo escrivão Gaudêncio César de Melo. Esse edital, que foi publicado no *Jornal do Commercio* de 7 de outubro chama propostas para uma praça de escravos e ingênuos, em que africanos de menos de cinquenta anos (quando a lei de 7 de novembro de 1831 nunca revogada já tem cinquenta e um) figuram ao lado de escravos de dez anos (quando a lei de 28 de setembro de 1871 já tem onze anos), e de ingênuos até de dias assim postos em arrematação como se esta última lei não tivesse sido registrada na Legislação de Valença ou não existisse na do Estado)... A praça estava marcada para o dia 26 de outubro e a esta hora já terá tido lugar: a autoridade pública porém terá meios de perseguir os criminosos e resgatar os inocentes... Escrevo a V.E. com plena confiança nas suas intenções e espero que prestará ao objeto desta carta, se o não achar indigno dela, toda a sua atenção.” Pasta 2, doc. 30, AJN, Fundaj. Ao mesmo tempo em que com esta carta Nabuco marcava presença

A dedicatória d'O *Abolicionismo* ao Ceará⁷⁸ talvez seja a maior evidência do quanto Nabuco procurava capitalizar eleitoral e politicamente, a curto prazo, os resultados do livro e reparar os “danos causados” a sua carreira, e apontados por Pimentel, pela ausência prolongada.

O Ceará foi a primeira província do Império a ser declarada livre de escravos, em 25 de março de 1884.⁷⁹ A libertação dos cativos cearenses foi possível por meio de uma ampla campanha feita junto aos senhores para que libertassem seus negros e também para arrecadar fundos com vista a compra de alforrias – campanha iniciada ainda no final de 1880.

O movimento ganhou enorme impulso no início do ano seguinte, a partir das leis votadas pelas assembleias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que proibiam a entrada em seus territórios de escravos provenientes de outras províncias – medida que fez com que o preço dos cativos despencasse nas províncias do Norte, uma vez que naquele momento o valor dos negros na região era definido pela possibilidade dos mesmos serem vendidos para o Sul.

As principais províncias “escravistas” – ao votarem leis proibitivas do tráfico interprovincial, com o objetivo de evitar que aquela forma de

frente ao principal líder do Partido Liberal na ocasião, a recomendação dada em outra, escrita a Adolfo de Barros Cavalcanti e Lacerda, jornalista e membro da *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, mostra o quanto ele procurava também se “fazer presente” junto ao público, em geral: “Mando-lhe uma carta para Paranaguá, que V.me fará o favor de entregar-lhe e cópia da mesma carta para a imprensa. Peço-lhe que torne público o meu protesto contra o novo tráfico de ingênuos que começa.” Carta de 12 de novembro de 1882, pasta, 2, doc. 31, AJN, Fundaj. Por outro lado, solicita ao também jornalista e abolicionista Gusmão Lobo, que comente a sua carta, enviada a Paranaguá, tão logo a mesma fosse publicada: “Escrevo por este correio uma carta ao Adolfo cobrindo outra para o Paranaguá sobre um escandaloso edital de Valença... Peço –lhe que depois de publicada a minha carta..., V. Se ocupe no Jornal (com referência, se for possível a mesma carta) da questão nela discutida.” Carta de 12 de novembro de 1882, pasta 2, doc.33, AJN, Fundaj.

⁷⁸ - O livro é dedicado nos seguintes termos: “Ao Ceará. Il fait jour dans votre âme ainsi que sur vos fronts, La nôtre est une nuit où nous nous égarons. Lamartine. Toussaint Louverture.”

⁷⁹ - Muito embora, segundo o que nos informa Robert Conrad, em fevereiro de 1886, o *Jornal do Commercio* noticiar a existência de 298 escravos no município cearense de Milagres e em 13 de maio, quando se efetiva a abolição em todo o país, o Ministério da Agricultura registrar a existência de 108 cativos naquela província. Robert Conrad, *Os Últimos anos de Escravidão no Brasil (1850-1888)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1975, p. 229.

comércio de escravos destruísse “o equilíbrio da escravatura (ameaçando) a sua própria existência”⁸⁰, confinando tal instituição apenas ao sul do país, como acontecera nos Estados Unidos – acabam por incentivar o movimento abolicionista no Norte, notadamente no Ceará. Com os escravos valendo pouco, a abolição, via indenização, se tornou mais fácil naquela província. Daí a ação bem sucedida das sociedades emancipadoras cearenses em suas campanhas para manumissão.⁸¹

A campanha pela “libertação do Ceará” empolga os abolicionistas de todo o país⁸² e com Nabuco não poderia ser diferente. Correspondendo-se constantemente com José Correia do Amaral, membro da *Sociedade Cearense Libertadora*⁸³, ele permanece muito bem informado dos acontecimentos daquela província, que uma vez sem escravos, serviria como um grande exemplo contra “os baluartes da escravidão”, contra as províncias “onde ela (a escravidão era) realmente poderosa e (julgava) ter as nossas instituições como reféns.”⁸⁴

Assim, o primeiro motivo para que Nabuco dedicasse *O Abolicionismo* ao Ceará é o caráter exemplar daquela província que mostrava, ao acabar rapidamente com a escravidão, a possibilidade do país sobreviver sem o

⁸⁰ - Idem, p. 210.

⁸¹ - Para informações gerais sobre a abolição no Ceará, cf. R. Girão, *A Abolição no Ceará*, Fortaleza, 1956 e Robert Conrad, op.cit., pp. 212-230. Este autor assim se refere ao impacto das leis anti-tráfico interprovincial para o comércio de escravos a partir do Ceará: “O Ceará, na realidade, ainda era, em 1880, um empório do comércio nordestino de escravos, reunindo nas suas praias os escravos tanto das províncias vizinhas quanto aqueles de seu próprio interior para deportação para o sul. As leis provinciais do sul atingiram mais eficazmente esta província, reduzindo drasticamente os bens monetários das pessoas que ainda possuíam escravos e proporcionando um extraordinário incentivo para o florescimento do abolicionismo.” p. 214.

⁸² - José do Patrocínio, por exemplo, viaja àquela província em outubro de 1882, ficando lá por três meses, justamente no período que, segundo Conrad, correspondeu à “fase inicial de um programa sistemático de libertação através de concentração em áreas geográficas: em ruas, bairros de cidades, vilas, municípios...” Idem, p. 226.

⁸³ - A *Sociedade Cearense Libertadora* foi fundada em dezembro de 1880, a partir da *Associação Abolicionista Perseverança e Porvir*, da qual José do Amaral fora presidente. Aquele abolicionista cearense tem um papel importante no desencadeamento, no início de 1881, da luta pelo fim da escravidão em sua província, liderando em 27 de janeiro o movimento dos jangadeiros contra o embarque de negros para as províncias do sul. Idem, pp. 217-218.

⁸⁴ - Carta de Nabuco a Correia do Amaral, 7 de março de 1883, pasta 3, doc. 55, AJN, Fundaj.

trabalho compulsório dos negros. Contudo, a dedicatória também tinha por objetivo mostrar aos próprios cearenses o profundo significado de sua atitude; significado que era reconhecido e nomeado publicamente por Nabuco – político pernambucano, instalado em Londres mas abolicionista e portanto com todas as condições, segundo ele próprio, de representar no Parlamento um distrito da primeira província brasileira prestes a se tornar totalmente livre da escravidão.

Em 31 de maio de 1883, portanto, às vésperas d' *O Abolicionismo* ser concluído e quando se completava a abolição total no Primeiro Distrito Eleitoral cearense (correspondente à Fortaleza), Nabuco escreveu uma carta "*Reservada e Particular*", para Correia do Amaral, justamente sobre a importância política do candidato a ser eleito por aquela circunscrição eleitoral – o caráter privado da carta, destacado pelo autor em P.S., se devia justamente ao fato de que ele se referia à eleição e quem o não conhecesse poderia ver naquilo um "*interesse pessoal*." ⁸⁵

A preocupação em destacar, somente no P.S., que a sua análise política e eleitoral não tinha qualquer interesse pessoal, já é reveladora de que no conjunto do texto ficara mais do que evidente as suas pretensões como candidato - o que não pareceu a ele próprio de bom tom, por assim dizer, pois caso contrário não teria colocado aquela observação final. Efetivamente, Nabuco se oferecia como candidato e explicava até como, sendo eleito por um distrito sem escravos, teria uma "*força política dobrada*" ao entrar no Parlamento:

" Se resgataram o primeiro distrito tratem agora de fazê-lo baluarte do Abolicionismo, o centro de formação de uma nova política e de um partido verdadeiramente nacional. O representante desse distrito, único do país, sem escravos, deve ser o melhor homem que se possa encontrar no país para promover a emancipação no Parlamento, seja Liberal, Conservador ou Republicano, e esse homem os senhores o

⁸⁵ - O texto completo do P.S. é: "Pus a nota "*reservada e particular*" pela parte em que me refiro à eleição e na qual quem não me conhece pode ver um interesse pessoal." Pasta 3, doc. 59, AJN, Fundaj.

devem buscar onde ele se ache, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, e escolhê-lo unicamente pela sua eficiência Parlamentar para afirmar na Câmara a gloriosa iniciativa dos Cearenses. Se for um cearense tanto melhor para a província; mas o espírito local deve ser outro dedicado aos interesses gerais ... e nesse caso da Humanidade...

“Se entre os que podem na Câmara servir à causa abolicionista representando à Fortaleza, o meu nome fosse o escolhido, por todos os motivos essa honra seria para mim (incompreensível no original) um mandato mais agradável e a maior recompensa que me poderia dar. É claro que o meu nome está sempre à disposição de qualquer distrito que me queira mandar à Câmara advogar a causa dos escravos, e que se o distrito ... fosse exatamente o primeiro que se libertou da escravidão, eu entraria no Parlamento com dobrada força.

“Mas neste momento o que faço é dar um conselho como homem público a homens políticos. Dispondo de um lugar na Câmara, esforcem-se para que esse lugar tenha maior importância na Legislatura do que a importância numérica: dêem-no ao homem que for julgado, depois de pesadas todas as circunstâncias individuais, os tributos e aptidões de cada um, mais próprio para fazer do Parlamento o centro de agitação abolicionista.”⁸⁶

⁸⁶ - Idem, ibidem – grifos nossos. Nabuco tinha muito interesse em encontrar um distrito eleitoral no qual tivesse chances de vitória. Em Pernambuco, naquele momento, as suas possibilidades de êxito eram mínimas – uma vez que só fora vitorioso em 1878 por força da atuação do chefe liberal Barão de Vila Bela, falecido em 1880. Além disso, se cinco anos antes ele já fora identificado jocosamente com as maneiras e mesmo interesses ingleses, depois de seu trabalho para a CSFB a sua situação política parecia ter se complicado ainda mais em sua província natal. Uma amostra de como Nabuco foi retratado pela imprensa pernambucana, durante a sua primeira campanha, é o artigo publicado em 12 de agosto de 1878 pelo jornal *O Diabo a Quatro*, no qual o autor analisa um dos primeiros discursos feitos por ele: “Ora, o sr. Nabuco, apenas desembarcou, - **landed**, como dizem os ingleses – tratou de pôr em execução o seu projeto oratório. Por felicidade sua, havia à noite, uma sessão literária - **literary session**, sempre como dizem os ingleses - , no Teatro Santa Izabel. E o sr. Nabuco achou que era essa uma bela ocasião para exhibir - **to exhibit** - o seu talento... tendo-se perfumado à francesa, tomou as luvas (**gloves**), e dirigiu-se ao teatro. Todas as vistas estavam fixas no futuro representante da província de Pernambuco. As senhoras, essas dirigiam-lhe olhares de fogo (**fire look**). Notavam todas a esquisita elegância de s.s. (**exquísita elegancy**); a **coupere** (isto é francês) **irreprochable** da casaca, a linha cor de rosa que lhe apartava os cabelos, o bigode retorcido e o ar triunfante. E os súditos de S.M. a rainha-imperatriz, ao verem o filho do malogrado código, exclamavam numa admiração pasma e...

A resposta de Correia do Amaral não poderia ser mais desanimadora: não havia como unir Liberais e Conservadores cearenses em torno da candidatura de um abolicionista e a *Sociedade Cearense Libertadora* ficava dividida no momento de eleições; além disso, a consulta aos chefes partidários revelou enormes dificuldades para o lançamento do nome de Nabuco:

“Relativamente à eleição de um deputado abolicionista que cuidasse da causa com amor e lealdade, não é tão fácil. Meu desejo é que esse mandato recaia em V.Ex, e consultando a alguns sub-chefes dos partidos militantes, apresentaram muitos obstáculos. A Cearense Libertadora em tempo de eleição fica dividida, muitos de seus sócios, comprometidos com seus chefes liberal ou conservador, não trabalham em favor da emancipação. É por este motivo que encontrava-se muita dificuldade na eleição de um deputado que seja somente abolicionista.”⁸⁷

Apesar disso, já de volta ao Brasil em maio de 1884 e ante a eminência de se realizarem eleições, Nabuco voltaria a insistir no sentido da *Sociedade Cearense Libertadora* atuar na promoção de um acordo político que garantisse com tranqüilidade não só a sua indicação como candidato por algum distrito daquela província, mas também a sua eleição. Como forma de convencer Correia do Amaral de sua viabilidade eleitoral, lembrava o nome de “cearenses ilustres” que estariam insistindo para que se candidatasse, bem como o nome de um partidário disposto a atuar, junto com aquela sociedade, no fechamento do acordo em torno de sua candidatura:

“Diversos cearenses, entre eles o Dr. Araripe Jr, o Dr. Jaguaribe Filho e Dr. Antônio Pinto me tem falado ou escrito sobre a conveniência para a causa abolicionista da minha apresentação pelo Ceará. É claro que em tal matéria eu nada posso fazer por

britânica: He is a perfect gentleman!” Apud. Fernando da Cruz Gouveia, *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e República*, Recife: Massangana, 1989, pp. 100 – 101 – grifos no original. Por outro lado, uma candidatura pela Corte também parecia inviável, afinal Nabuco fora ali derrotado em 1881, em sua tentativa de se reeleger.

⁸⁷ - Carta de Correia do Amaral para Nabuco, 30 de junho de 1883, pasta 319, doc. 6495, AJN, Fundaj.

*mim mesmo: seria presumir demasiado. Deixo semelhante iniciativa ao espírito emancipador do Ceará, se ele reconhecer que por tal meio a obra cearense do 24 de março de 1883 e 25 de março de 1884 poderia nacionalizar-se, isto é, estendendo-se dos limites da província. Um acordo dos chefes políticos ou promovido ou favorecido pela Cearense Libertadora, que tornasse a minha candidatura certa e a colocasse no puro terreno Abolicionistas acima e além das divisões partidárias, seria para mim uma grande honra e dar-me-ia politicamente para a defesa da nossa causa comum grande força no Parlamento se eu para lá entrasse... Converse com os nossos amigos João Cordeiro Frederico Borges e outros e veja se a Cearense Libertadora pode fazer alguma coisa.*⁸⁸

A resposta de Correia do Amaral vem no mesmo sentido da anterior, em carta de 31 de maio de 1884: no momento da eleição, os membros das *Sociedade Cearense Libertadora* “*políticos de tal forma empenhados nas lutas partidárias*” se dividiam, “*cada qual em favor do grupo a que pertencem*”, portanto, um acordo amplo para sustentar uma candidatura apresentada apenas como abolicionista era inviável.⁸⁹

Nabuco acabará mesmo sendo candidato, no final daquele ano, por Pernambuco – do ponto de vista pessoal, portanto, pouco adiantou tentar fundar, a partir da dedicatória d’ *O Abolicionismo*, uma ligação estreita entre si e o Ceará. Apesar disso, politicamente, a evocação da província permaneceria para demonstrar a viabilidade do país sem escravos – uma das suas preocupações centrais naquele livro.

De fato, o primeiro problema do abolicionista era desbaratar os argumentos gerais dos seus adversários de que o fim imediato da escravidão representaria a ruína nacional e que, portanto, os partidários da abolição imediata e sem indenização sofreriam de “*impaciência, de cegueira para os*

⁸⁸ - Carta de Nabuco para Correia do Amaral, 22 de maio de 1884, pasta 4, doc. 68, AJN, Fundaj – grifos meus.

⁸⁹ - Carta de Correia do Amaral para Nabuco, 31 de maio de 1884, pasta 321, doc. 6536, AJN, Fundaj.

*interesses das classe de proprietários de escravos, ... , para as dificuldades econômicas de um problema...*⁹⁰. Contra esta forma de argumentação, Nabuco lembrará:

*"... o Norte, que era considerada a parte do território que não poderia dispensar o braço escravo, está vivendo sem ele, e a escravidão floresce apenas em São Paulo que pode pelo seu clima atrair o colono europeu, e com o seu capital pagar o salário do trabalho que empregue nacional ou estrangeiro."*⁹¹

Portanto, o exemplo cearense, em favor da abolição rápida, era bastante forte politicamente: uma província castigada pela seca desde 1877, empobrecida, sem dispor de qualquer atividade econômica que lhe sustentasse satisfatoriamente e, portanto, descapitalizada, tinha condições de colocar em liberdade todos os seus negros. São Paulo por seu lado, segundo o abolicionista, com a pujança proporcionada pelo café, mantinha-se aferrado à escravidão porque assim o desejava, já que não corria o risco de uma bancarrota com o fim do trabalho compulsório – tinha como atrair imigrantes.⁹²

O que Nabuco não menciona, em sua comparação entre as diferentes regiões do Império, é que justamente a situação de penúria cearense tinha feito dos cativos *"única moeda em circulação"*⁹³ e com o fim do tráfico interprovincial, realmente, a escravidão deixava de ser viável economicamente aos proprietários do Norte, ao contrário do que ocorria com os proprietários do Sul – assim, em favor da abolição imediata, ele unifica os sentidos econômicos da escravidão em todo o país.

Pela dedicatória do livro, portanto, é possível perceber muito nitidamente o quanto a obra esteve vinculada a interesses e estratégias pessoais específicos de seu autor, ao mesmo tempo em que deveria servir à

⁹⁰ - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Edição fac-similar, op.cit., p. 203.

⁹¹ - Idem, p. 212.

⁹² - Sobre o processo abolicionista na região Norte do Império, cf. Fernando da Cruz Gouvea, *Abolição: A liberdade veio do Norte*, Recife: Massangana, 1988 – especialmente as pp. 75-106, nas quais ele trata do período em que Nabuco escreve e publica *O Abolicionismo*. E também: Evaldo Cabral de Melo, op. Cit., pp. 29-66.

⁹³ - Robert Conrad, op.cit., p. 213.

luta abolicionista em geral, unindo e fornecendo argumentos aos partidários da causa e buscando convencer os ainda infensos à idéia. É nesta confluência, que compreendemos *O Abolicionismo*.

O insucesso de sua candidatura pelo Ceará, nas bases propostas por ele e pelos motivos aduzidos por Correia do Amaral, parecia ser um problema comum do movimento abolicionista, naquele momento – muitos políticos unidos em torno da causa da abolição na conjuntura eleitoral se separavam, o que dificultava a eleição de candidatos comprometidos com o fim da escravidão.⁹⁴

Tal fato parece explicar o esforço de Nabuco, nos primeiros capítulos do livro, em argumentar no sentido de demonstrar a necessidade de aglutinação dos partidários da emancipação imediata em torno de um “partido abolicionista”, que não representaria apenas uma “opinião”, “*mas uma opinião organizada para chegar aos seus fins*”.⁹⁵

Em sua estratégia política, orientada para que a abolição fosse feita por uma lei que tivesse os “*requisitos externos e internos de todas as outras*”, eleger uma bancada de deputados abolicionistas era fundamental – afinal seria no “*Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas ou praças das cidades, que se (haveria) de ganhar ou perder a causa da liberdade*”. Isto ao mesmo tempo em que era quase uma obrigação, por parte dos partidários da abolição, segundo ele, não “*...instilar no coração do oprimido um*

⁹⁴ - Pesquisas detalhadas sobre a ocorrência das eleições na década de 1880, após a promulgação da Lei Saraiva, ainda precisam ser realizadas para que possamos saber qual o peso da questão abolicionista nos pleitos das diversas províncias. De qualquer forma, os políticos identificados, de uma maneira ou de outra, com a “causa” tiveram dificuldades no pleito de fins de 1884 – o que demonstra a pertinência das preocupações de Nabuco em garantir uma sólida base para aquelas candidaturas. Mesmo contando com o apoio de Dantas, então presidente do Conselho, Ruy Barbosa é derrotado na Bahia por uma diferença de 80 votos; Afonso Celso ganha em Minas por apenas 9 votos, sendo que na eleição de 1881, no mesmo distrito, vencera por mais de 100; e o próprio Nabuco só consegue a cadeira de deputado por Pernambuco em segundo escrutínio, realizado em janeiro de 1885. Cf., respectivamente, Sérgio Buarque de Holanda, “A Lei Saraiva” in *O Brasil Monárquico - Do Império à República*, volume 5, São Paulo: Difel, 1985, pp. 239-255; Luís Viana Filho, *A Vida de Ruy Barbosa*, op. Cit., pp. 189-195; Afonso Celso, *Oito Anos de Parlamento*, Brasília: UNB, 1981, p. 5 (a primeira edição é de 1901).

⁹⁵ - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Edição fac-similar, op.cit., p. 10.

*ódio que ele não (sentia), e muito menos fazer apelo a paixões que não servem para o fermento de uma causa.”*⁹⁶

É procurando unir os abolicionistas, que ainda se deixavam levar pelas “*lutas partidárias*”, no dizer de Correia do Amaral, que ele vai colocar em segundo plano todas as bandeiras político-partidárias, que, em sua ótica, serviam apenas para separar os adeptos da causa, então dispersos pelos partidos Liberal, Conservador e Republicano. Bandeiras que, portanto, deveriam ser abandonadas até que o povo brasileiro fosse efetivamente “*livre de governar-se a si mesmo*”, pois antes disso, seria inócua e inválida qualquer tentativa de se discutir “*qual era o melhor modo*” de governo – questão principal que, segundo ele, delimitava as fronteiras entre os partidos.⁹⁷

Ou seja, sem resolver o problema da escravidão – devolvendo a todos os brasileiros “*o direito inato*”, que no “*estado de civilização*” todo homem deveria ter à “*sua liberdade pessoal*”⁹⁸ - os partidos do Império não passavam de agentes de um “*estelionato político*”:

⁹⁶ - idem, pp.24 e 26. Tal posicionamento de Nabuco, nos primeiros anos da década de 1880, era fundamental para marcar as diferenças entre a sua estratégia de atuação política em favor da abolição e a de outros setores da sociedade brasileira que atuavam buscando o mesmo fim. Maria Helena Machado, estudando os movimentos sociais naquela década, assim se refere a grupos e formas de ação bem diferentes das preconizadas n’ *O Abolicionismo*: “*Movimentações urbanas, as lutas abolicionistas, marcadas pela militância tipicamente citadina, congregada em jornais, associações e meetings, derramava-se, no entanto, no mundo rural, pela mão dos setores radicalizados. Organizando, desde 1881, levantes e revoltas, a atuação destes setores apontava, ao menos enquanto virtualidade, o cimentar das solidariedades entre os inquietos escravos das fazendas e a arraia-miúda das vilas e cidades. Congregação do populacho, das ínfimas classes da sociedade – dos pobres e pequenos... – com os escravos, que transcendendo as barreiras de contenção social do Império, imprimiam às conspirações um caráter ameaçador e revolucionário. Os escravos por seu turno, ansiosos e desenquietados pela postergação da solução emancipacionista, manifestavam seus descontentamentos através de constantes movimentos de rebeldia, que se esparramavam pelas fazendas e cidades cafeeiras, sugerindo aos proprietários e às autoridades os riscos de uma eminente perda de controle sobre a mão-de-obra. Possuidores de uma dinâmica própria, os movimentos escravos – com seu ódio ao trabalho vigiado e ao mundo das fazendas e das disciplinas – buscavam, na ocupação espontânea de terras e em torno de lideranças religiosas e movimentos bem planejados, a destruição do mundo da escravidão e dos laços que os mantinham a ela subordinados.*” Cf. *O Plano e o Pânico – Os movimentos sociais na década da abolição*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/São Paulo: Edusp, 1994, pp. 244-245.

⁹⁷ - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Edição fac-similar, op.cit., p. 13

⁹⁸ - Idem, p. 13.

“ Conservadores constitucionais, Liberais, que se indignam contra o governo pessoal; Republicanos que consideram degradante o governo monárquico da Inglaterra e da Bélgica; exercitando dentro das porteiras das suas fazendas, sobre centenas de entes rebaixados da dignidade da pessoa, poder maior que o de um chefe africano no seus domínios, sem nenhuma lei escrita que o regule, nenhuma opinião que o fiscalize, discricionário, suspeito, irresponsável: o que mais é preciso para qualificar segundo uma frase conhecida, essa audácia com que os nossos partidos assumem os grandes nomes que usam – de estelionato político? ”⁹⁹

Não havia como, na visão de Nabuco, edificar qualquer “governo livre” a partir da escravidão. Com aquela forma de trabalho a tendência era o estado se agigantar e absorver tudo, inclusive e, principalmente, o capital disponível – por meio da cobrança de impostos ou da realização de empréstimos. Tudo se esperava dos poderes públicos e “ *o funcionalismo (era) a profissão nobre e a vocação de todos.* ”¹⁰⁰

Com isso, por conseguinte, o abolicionista, pelo menos em 1883, descarta a fertilidade de discussões e a viabilidade de se efetuar reformas na estrutura da Monarquia ou mesmo da implantação do regime republicano. A

⁹⁹ - Idem, pp. 12 – 13 – grifos do autor.

¹⁰⁰ - Idem, p. 183. Sob a escravidão, segundo Nabuco, todas as formas de governo tornavam-se obsoletas e adquiriam um caráter inequivocamente arcaico, pois o poder tendia a se concentrar nas mãos de um só homem e servir apenas a uma pequena minoria, a uma “*casta*” . Assim como apenas um homem mandava nas fazendas e se beneficiava de sua produção, apenas o Imperador realmente detinha o poder. Sobre as características do “poder” no Brasil, afirma: “*Autônomo, só há um poder entre nós, o poder irresponsável; só esse tem certeza do dia seguinte; só esse representa a permanência da tradição nacional. Os ministros não são mais do que as encarnações secundárias, e às vezes grotescas dessa entidade superior. Olhando em torno de si, o Imperador não encontra uma só individualidade que limite a sua uma vontade individual ou coletiva, a que ele se deva sujeitar: nesse sentido ele é absoluto como o Czar ou o Sultão, ainda que se veja no centro de um governo moderno e provido de todos os órgãos superiores, como o Parlamento, que não tem a Rússia nem a Turquia, a supremacia Parlamentar que não tem a Alemanha, a liberdade absoluta da imprensa, que muito poucos países conhecem.*” Idem, pp. 198-199. Em síntese, sob a escravidão nenhum povo aprenderia a respeitar a sua liberdade e, por conseguinte, não tinha como “*governar-se a si mesmo*” e menos ainda instituir formas satisfatórias e modernas de administração pública – cf. Pp. 199 e seguintes. Mais adiante ele explicita o caráter que as instituições de um país de escravos adquiriam: “*... instituições minadas pela anarquia e apenas sustentadas pelo servilismo com que a escravidão substitui ao liquidar-se respectivamente o espírito de liberdade e o de ordem...*” Idem, p. 212.

questão era abolir a escravidão – meta que deveria unir a todos, principalmente no momento das eleições – para depois se optar por tal ou qual forma de governo e, conseqüentemente, por um arcabouço administrativo:

“O fato de um governo livre edificado sobre a escravidão seria virgem na história. Os governos antigos não foram baseados sobre os mesmos alicerces da liberdade individual que os modernos, e representam uma ordem social muito diversa. Um só grande fato de democracia combinada com a escravidão teve lugar depois da Revolução Francesa – os Estados Unidos; mas os Estados do Sul nunca foram governos livres.”¹⁰¹

Eis portanto, de nosso ponto de vista, qual é um dos primeiros significados políticos imediatos d'O *Abolicionismo*: colocar o fim da escravidão como prioridade número um, acima de quaisquer outras questões político-partidárias, e criar sólidas bases de apoio para os defensores da idéia chegarem ao Parlamento e encaminharem legal e pacificamente a abolição.

Mas além de unificar os políticos, que de alguma forma eram defensores do fim do trabalho escravo, Nabuco procurava também fornecer argumentos para convencer os adversários da abolição ou derrotá-los em suas proposições contra o fim do trabalho escravo.

Os exemplos do Ceará e das demais províncias do Norte podiam e deveriam ser evocados para demonstrar a viabilidade social e econômica do

¹⁰¹ - Idem, p. 171. Além da macro-divisão entre liberais, conservadores e republicanos, internamente os partidos apresentavam múltiplas facções, definidas a partir de discussões em torno de questões como autonomia provincial e papel e estruturação do governo central. Um estudo sobre os eventuais vínculos entre cada uma das propostas relativas à (re)estruturação política nacional a partir da abolição do trabalho escravo ainda está por ser feito. O próprio Nabuco, que em 1883, julgava improcedente discutir ou propôr modificações políticas, antes de feita a abolição completa, em 1885 apresenta uma projeto de Monarquia Federativa, na mesma conjuntura em que se discutia a futura lei dos sexagenários. Para informações gerais sobre os principais temas políticos entre 1870 e 1889, cf. Sergio Buarque de Holanda, “O caminho da República”, Livro 5, op.cit., pp. 283-360. Sobre as negociações políticas em torno da lei dos sexagenários e o seu papel no encaminhamento da abolição total e sem indenização, cf. Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis – A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 1999, especialmente o cap. 2.

país, uma vez extinto o trabalho compulsório. Contudo, ainda havia um segundo argumento muito forte contra a abolição, na forma como a preconizava Nabuco: a necessidade de se indenizar os senhores, uma vez que legalmente os escravos eram uma propriedade como qualquer outra.

Contra a tese indenizatória, Nabuco argumenta inicialmente que o uso por três séculos do trabalho dos negros, responsável por toda a riqueza dos senhores pela construção de tudo o que existia no país, já tinha mais do que “indenizado” aos proprietários e, portanto, nada mais lógico e justo que eles “renunciassem” aos frutos do trabalho dos ainda escravos:

“Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura; estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha a que faz trabalhar... Nessas condições, é tempo de renunciar o usufruto dos últimos representantes dessa raça infeliz.”¹⁰²

Além dos prolongados anos de cativeiro já terem servido economicamente para indenizar aos proprietários, Nabuco ainda argumentava, a partir do direito nacional e internacional, o quanto do ponto de vista moral e legal a escravidão era insustentável e, portanto, como não havia base alguma para que os senhores reivindicassem indenização pelos seus cativos. Ora, a maioria dos escravos ainda existentes no país tinha sido introduzida após 1831, ano da promulgação da primeira lei anti-tráfico pelo Parlamento Brasileiro – lei nunca cumprida, mas também nunca revogada e segundo a qual os africanos que entrassem em território nacional a partir daquela data deveriam ser considerados livres.

¹⁰² - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, edição fac-simile, op.cit., pp. 21-22.

Assim, além da proibição pelo direito internacional da escravização de estrangeiros¹⁰³, existia uma lei nacional que obrigava, moralmente, a se colocar em liberdade a maioria dos escravos, oriundos de atos de “pirataria”, que não podiam, em hipótese alguma serem tido como legais:

*“Que semelhante base (escravização via tráfico) é perante a moral monstruosa; que a nossa lei não podia reduzir africanos, isto é, estrangeiros, a escravos, que os filhos desses africanos continuam a sofrer a mesma violência que seus pais, e por isso o título por que são possuídos,..., não vale mais perante qualquer direito, que não seja a legalização brutal da pirataria... são princípios que estão para a consciência humana fora de questão.”*¹⁰⁴

Utilizando-se de argumentos legais fornecidos pela diplomacia britânica, como aponta Richard Grahman, o abolicionista justificava a urgência e a necessidade moral de sua geração “...romper definitivamente a estreita solidariedade que ainda existia entre o país e o tráfico de africanos”;¹⁰⁵ ao mesmo tempo em que colocava em situação ilegal a maioria absoluta dos títulos de propriedade de escravos: “... a simples revisão dos títulos da propriedade escrava bastaria para extingüí-la, isto é reduzindo o número dos escravos a proporções que os recursos do Estado poderiam liquidar...”¹⁰⁶

¹⁰³ - Sobre a ilegalidade da escravidão perante o direito internacional, afirma Nabuco: “Não me era necessário provar a ilegalidade de um regime que é contrário aos princípios fundamentais do direito moderno e que viola a noção mesma do que é o homem perante a lei internacional. Nenhum Estado deve ter a liberdade de pôr-se assim fora da comunhão civilizada do mundo, e não tarda, com efeito do dia em que a escravidão seja considerada legalmente como já o é moralmente, um atentado contra a humanidade toda. As leis de cada país são remissivas a certos princípios fundamentais, base das sociedades civilizadas, e cuja violação em uma importa uma ofensa a todas as outras. Esses princípios formam uma espécie de direito natural, resultado das conquistas do homem na sua longa evolução; eles são a soma dos direitos com que nasce em cada comunhão o indivíduo por mais humilde que seja. O direito de viver, por exemplo, é protegido por todos os códigos, ainda mesmo antes do nascimento.” Idem, pp. 110-111. Este tipo de argumentação é o mesmo utilizado por Nabuco para fundamentar suas concepções sobre a soberania nacional, os quais retomamos ao final deste item.

¹⁰⁴ - Idem, p. 100.

¹⁰⁵ - Idem, p. 107.

¹⁰⁶ - Idem, p. 108. Sobre Nabuco utilizar-se, neste caso específico, de argumentos fornecidos pela diplomacia britânica, afirma Grahman: “Dos argumentos fornecidos pela

Para Nabuco, nem economica, nem moral e nem legalmente havia base para que os senhores reivindicassem que a abolição fosse feita mediante uma política indenizatória a ser adotada pelo Estado – portanto, a emancipação total poderia ser realizada sem indenização, ao mesmo tempo em que o direito à propriedade não seria ferido.

Um outro argumento evocado pelos adversários da abolição imediata era o de que a Lei de 28 de setembro de 1871, ao libertar o ventre-escravo, ao instituir o fundo de emancipação e ao estabelecer as regras para que os próprios negros comprassem sua alforria via acumulação de pecúlio, já havia definido o fim da escravidão no Brasil e, assim, não havia necessidade de um movimento abolicionista, ou de quaisquer outras medidas mais diretas para abreviar o fim do trabalho compulsório.

Este tipo de argumentação, parece ter sido hegemônico no interior do próprio partido Liberal, no período em que Nabuco escreveu *O Abolicionismo*, uma vez que os gabinetes presididos pelo Visconde de Paranaguá e Lafaiete Rodrigues Pereira, entre julho de 1882 e junho de 1884, tomaram a defesa daquela lei e afirmavam ser necessário apenas ampliar ou regulamentar medidas intrínsecas a ela, como as relativas ao aumento do fundo de emancipação e à abolição do tráfico interprovincial.¹⁰⁷

diplomacia britânica, o mais aproveitado pelos abolicionistas foi o que se referia aos escravos ou seus descendentes mantidos ainda ilegalmente como tal, pois sua importação da África ocorreria após o ano de 1831, achando-se, portanto, protegidos pela lei. Nabuco era o que mais e aproveitava deste fato...” Richard Graham, op.cit., p. 188. Uma análise sobre as mediações entre as políticas externas brasileira e britânica, na década de 1880, e o encaminhamento da abolição da escravidão representa a principal perspectiva de análise a nos orientar na continuidade deste trabalho. Perspectiva aliás bastante explorada pelos autores que se debruçaram sobre o processo definitivo de extinção do tráfico, pela lei de 1850 – por conta principalmente de naquele momento as “pressões britânicas” serem explícitas, amparadas no uso da força naval. Para um balanço da historiografia sobre este tema, cf. João Eduardo F. A. Scanavini, *As Pressões Britânicas e a Abolição do Tráfico no Brasil: Percurso bibliográfico de um argumento*, Monografia de Bacharelado, Departamento de História/IFCH/Unicamp, dezembro de 1999, mimeo.

¹⁰⁷ - Sobre as posições daqueles dois gabinetes com relação ao fim do trabalho escravo, afirmou Afonso Celso: “... Paranaguá, ..., inclui no seu programa algumas medidas indiretas tendentes a apressar a extinção do cativo: elevação do fundo de emancipação, proibição do comércio interprovincial de escravos e outras. Lafaiete manifestou-se favorável a estas idéias e tentou criar um módico imposto especial sobre o elemento servil, para facilitar a ação da lei de 28 de setembro de 1871”. Cf. Afonso Celso, op.cit., p.91

Nabuco, obviamente, não compartilhava daquela posição e recorre ainda em novembro de 1882 ao Senador Saraiva, liderança liberal expressiva naquela momento, argumentando contra as medidas propostas por Paranaguá, tidas pelo abolicionista como “*remédios de ocasião*”, destinadas a “*tapar as fendas de um edifício carcomido*” a partir de uma lei que, ao invés de ser “*endossada*” pelo partido Liberal, deveria mesmo ser “*revogada*”:

“Os políticos que se contentam com tapar as fendas de um edifício carcomido, com aplicar aos males que se manifestam remédios de ocasião, com arrastar uma vida inglória de expedientes usados e, como os médicos, que em vez de curarem as suas chagas, esmolam mostrando-as e vivem delas, preferem interessar a simpatia pública expondo as úlceras do Estado a cicatrizá-las com dor ou amputar até as raízes da vida os membros afetados, esses podem falar da escravidão como de um vício orgânico, ou constitucional, e dizer que é preciso deixar ao tempo de gerações sucessivas a tarefa de eliminá-la da natureza do país. Os estadistas de vistas largas porém hão de forçosamente reconhecer que cada ano de escravidão é uma enorme perda de atividade, imigração, indústria, coragem e experiência para o Brasil... (que é) fraco demais para a poder sofrer por mais tempo. Não é em mim uma cegueira incurável que me faz ver o futuro da nossa pátria se a escravidão continuar até ao termo da lei de 28 de setembro de 1871 – como um grande montão de trevas. Em vez de estarmos a endossar essa lei onze anos depois de sua promulgação é preciso revogá-la o quanto antes.”¹⁰⁸

¹⁰⁸ - Carta de Nabuco a Saraiva, 28 de novembro de 1882, pasta 3, doc.43, AJN, Fundaj. Grifos de Nabuco. O recurso do abolicionista àquele senador não foi casual. Saraiva parecia, efetivamente, ser um político com força suficiente para fazer avançar a questão da abolição se assim o interessasse. Constantemente cogitado para presidir o Conselho de ministros na década de 1880, Nabuco na mesma carta lembra a ele que quando chamado para encaminhar a reforma eleitoral, recebera também como missão o encaminhamento da questão servil, que ele contudo não aceitara, mas que tinha o dever de aceitá-la um dia, pela “pátria”: “*Essa missão (avançar a abolição) V.E. a recebeu, mas por motivos que eu respeito, derivados provavelmente do fato da dissolução da Câmara ou de não haver sido o país consultado sobre nenhuma medida ou programa, V.E. não aceitou... Feitas porém estas duas reservas... o que me parece ainda hoje ser o dever para com a pátria do homem que chegou nela à posição de influência, prestígio e crescente moral, sem exemplo há longos anos, que V.E. ocupa.*” O fato de Saraiva manter-se reticente com relação à abolição e de se negar a assumir, por exemplo, a presidência do Conselho quando da queda de Paranaguá, momento em que poderia avançar com as reformas, irrita Sancho Pimentel que em carta a Nabuco, de 30 de maio de 1883, assim se refere a ele: “... grande egoísta... um homem em quem nem o partido, nem o país

Considerando, portanto, que a existência e o apego à Lei de 1871, servia mais para “paralisar”¹⁰⁹ o movimento abolicionista do que para fazê-lo avançar, Nabuco propôs a revogação da mesma. Como isso nunca chegou a ser significativamente cogitado nos meios políticos nacionais, ele se preocupa em demonstrar no livro que a lei não havia alterado o estatuto geral da escravidão e que a se ficar só com ela, como solução para a questão servil, ainda se demoraria muito tempo – cerca de 20 anos em seus cálculos – para acabar com a escravidão, período que o “país não poderia suportar”.¹¹⁰

A lei não cuidara, segundo o abolicionista, dos ainda escravos na data de 28 de setembro, quando foi promulgada e, portanto, sob ela continuava a existir um amplo número de homens em cativeiro, sujeitos totalmente à vontade senhorial, sem que qualquer limitação ao “arbitrio” dos proprietários fosse instituída – aspectos como os relativos à normatização das atividades a serem feitas pelos escravos e limitações às formas de castigo não constavam da lei. A violência continuava a imperar e o Estado não tinha qualquer instrumento legal para “proteger” os negros e, por conseguinte, “o limite da crueldade do senhor” continuava a ser delimitado tão somente pela “passividade do escravo.”¹¹¹

podem contar para coisa nenhuma...” pasta 10, doc. 189, AJN, Fundaj. Afonso Celso, em suas memórias, também referencia o poder de Saraiva entre 1878-1885 e também o acusa de não ter dado outro rumo aos últimos anos da Monarquia, porque não o quis: “*Sim, Saraiva foi o chefe político mais feliz dos últimos trinta anos da Monarquia. Nunca encontrou lutas ou dificuldades na carreira política... O Imperador (e Saraiva disse se vangloriava) praticava docilmente o que ele queria. O seu partido o acatava e venerava em máximo grau. Os adversários não cessavam de o elogiar, apontando-o como exemplo, apelando para o seu critério. Era o sábio Nestor, o Messias, respeitado sem exceção. Por conseguinte, se o Império, no derradeiro período, seguiu rumo errado e cometeu faltas, a maior responsabilidade cabe a Saraiva que podia ter orientado de modo diverso esse rumo e evitado tais faltas.*” Afonso Celso, op.cit., pp. 36-37.

¹⁰⁹ - O termo é usado pelo próprio Nabuco na carta a Saraiva acima citada.

¹¹⁰ - Sobre a impossibilidade de o país “suportar” a escravidão pelo prazo definido a partir da Lei do Ventre-Livre, Nabuco afirma: “*Vinte anos mais de escravidão é a morte do país. Esse período é com efeito curto na história nacional, como por sua vez a história nacional é um momento na vida da humanidade, e esta por um instante na da Terra, e assim por diante: mas, vinte anos de escravidão quer dizer a ruína de duas gerações mais....*” Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, edição fac – similar, op.cit., p. 210.

¹¹¹ - Idem, p. 134. Como já nos referimos no capítulo anterior, esta imagem dos escravos sujeitos totalmente ao arbitrio senhorial vem sendo contestada, desde o

Além disso, ao manter os ingênuos sob o domínio dos senhores e não prever medidas específicas para garantir a educação deles como homens livres, a lei fazia com que várias gerações fossem obrigadas a viver sob um *"sistema social (totalmente) contrário aos interesses de toda a ordem de um povo moderno."*¹¹² Isto agravado pelo fato de que as alforrias permitidas por ela a partir da indenização aos proprietários, via pecúlio acumulado pelos escravos ou recursos do fundo de emancipação, ocorriam em número muito pequeno.

Tais aspectos faziam da Lei de 28 de setembro uma peça *"imperfeita"*, *"incompleta"*, *"impolítica"*, *"injusta"* e *"absurda"* e que deveria ser combatida pelos abolicionistas. Ela tivera uma enorme importância no momento em que fora elaborada por ter *"bloqueado moralmente a escravidão"*, mas não acabou com aquela instituição e, naquele momento, por conseguinte, era insatisfatória:

"A lei de 28 de setembro de 1871, seja dito insistentemente, foi um passo de gigante dado pelo país. Imperfeita, incompleta, impolítica, injusta, e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos do que um bloqueio moral da escravidão. A sua

final dos anos 1980, convincentemente por uma ampla produção historiográfica. Além disso, os efeitos da Lei de 1871, como demonstrou Sidney Chalhoub, no que diz respeito ao processo abolicionista como um todo e no reconhecimento pela classe senhorial de direitos dos escravos, já há muito adquiridos pelo costume, não foram tão pequenos como analisou Nabuco. Afirma Chalhoub: *"... (existe) a necessidade de uma reinterpretação da lei de 28 de setembro de 1871: em algumas de suas disposições mais importantes, como em relação ao pecúlio dos escravos e ao direito à alforria por indenização de preço, a lei do ventre livre representou o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos vinham adquirindo pelo costume, e a aceitação de alguns dos objetivos das lutas dos negros. Na realidade, é possível interpretar a lei de 28 de setembro, entre outras coisas, como exemplo de uma lei cujas disposições mais essenciais foram 'arrancadas' pelos escravos às classes proprietárias."* Cf. Sidney Chalhoub, op.cit., p. 27.

¹¹² - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, edição fac – similar, op.cit., p.116. Sobre a "gravidade" dos ingênuos continuarem a viver nas senzalas, sendo educados sob a escravidão, afirma Nabuco: *"O repugnante espetáculo de uma grande massa de futuros cidadãos crescendo nas senzalas, sujeitos ao mesmo sistema de trabalho, a mesma educação moral, ao mesmo tratamento que os escravos não preocupa os nossos adversários. Eles não acrescentam à massa dos escravos a massa dos ingênuos, quando inventariam os créditos, a longo prazo da escravidão, nem quando lhe arrolam os bens existentes: mas para nós a sorte dos ingênuos é um dos dados, como a dos escravos, de um só problema"*. Idem, p. 33.

única parte definitiva e final foi este princípio: - 'ninguém mais nasce escravo'. Tudo o mais, ou foi necessariamente transitório, como a entrega desses mesmos ingênuos ao cativeiro até os vinte e um anos; ou incompleto, como o sistema de resgate forçado; ou insignificante, como as classes de escravos libertados; ou absurdo, como o direito do senhor da escrava à indenização de uma apólice de 600\$00 pela criança de oito anos que não deixou morrer; ou injusto, como a separação do menor da mãe, em caso de alienação desta. Isso quanto ao que se acha disposto na lei; quanto ao que não foi esquecido o índice das omissões não teria fim... ”¹¹³

Ainda no caso das críticas à Lei de 1871, Nabuco procurou fazer mais do que fornecer argumentos políticos em favor da abolição imediata; procurou cobrar a colaboração daqueles que foram adversários da lei, doze anos antes, e que argumentavam na época ser ela insatisfatória por não cuidar das “*gerações atuais*”, “*apenas das futuras*”. Cobrando coerência de adversários do movimento abolicionista, como Andrade Figueira, Nabuco afirma que eles tinham por obrigação “*moralizar*” a lei, libertando os negros ainda escravizados:

“O grito: ‘deveis fazer pelas gerações atuais pelo menos tanto quanto baste ou seja preciso para que não se torne para elas uma decepção o que fizestes pelas gerações futuras’, partiu dos inimigos da proposta; se esse grito nenhum valor moral tinha para impedir as câmaras de votá-la, hoje que essa proposta é lei do Estado, os próprios que o levantaram estão obrigados a moralizar a lei.”¹¹⁴

Portanto, Nabuco procurava mais do que ‘desarmar’ os membros do partido Liberal, que sob os gabinetes Paranaguá e Lafaiete, se aferravam

¹¹³ - Idem, pp. 72-73.

¹¹⁴ - Idem, p. 82. Nabuco cita trechos de discursos proferido por Andrade Figueira, deputado fluminense, contra a lei de 1871, na nota 13 da p. 75; como forma de cobrar-lhe coerência e uma adesão à sua proposta de abolição. O abolicionista não escolheu as falas de Figueira por um acaso, uma vez que aquele parlamentar era um dos principais adversários da abolição imediata e sem indenização, sendo inclusive um dos oito deputados que votam contra a lei de 13 de maio. Sobre a atuação “*solitária e impassível*” do representante da província do Rio de Janeiro, durante a votação da “*lei áurea*”, cf. Afonso Celso, op.cit., p. 68.

àquela lei como forma de não encaminhar ou mesmo combater a idéia de abolição imediata e sem indenização. Procurou aglutinar, em torno de sua proposta, os membros do partido Conservador, que desde 1871 com a propositura da lei emancipacionista, pelo também conservador Rio Branco, eram radicalmente contra qualquer ação mais significativa contra a escravidão.

O *Abolicionismo*, por conseguinte, era destinado aos políticos dos mais variados espectros: desde os conservadores mais empedernidos aos liberais, que estando no poder, não se “ocupavam” efetivamente, na ótica do autor, da abolição; passando pelos já partidários da idéia que, contudo, se desarticulavam no momento das eleições.

Diante de “interlocutores” tão diferentes, Nabuco optou por desqualificar qualquer outra questão política constante das preocupações dos membros dos diferentes partidos; por diminuir as “conquistas” em torno do fim da escravidão (que, para ele, tinha as mesmas características “há três séculos”, independente de leis como a de 1871¹¹⁵); ao mesmo tempo em que procurou demonstrar a viabilidade social e econômica do país sem escravos (lá estavam as províncias do Norte, como o Ceará, para corroborarem este argumento), bem como e a *imoralidade* e a *ilegalidade* da reivindicação, pelos proprietários, de indenização pelos escravos a serem libertados.¹¹⁶

¹¹⁵ - Segundo o abolicionista, todas as leis feitas, desde a época colonial contra a escravidão mas que não colocavam um fim definitivo àquele sistema, representavam apenas “promessas” de que o regime de cativeiro era “provisório”, enquanto serviam mesmo para perpetuar o sistema: “*A primeira promessa solene de que a escravidão, a qual se tornou e é ainda um estado perpétuo, seria um estado provisório, encontra-se na legislação portuguesa do século passado.*” Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, edição fac-similar, op.cit., p. 46.

¹¹⁶ - Contra ainda a tese indenizatória, afirmava Nabuco: “... (o argumento da indenização) significa isto: desde que uma geração consentiu ou tolerou um crime qualquer, seja a pirataria, seja a escravidão, outra geração não pode suprimir esse crime sem indenizar os que cessarem de ganhar por ele; isto é, enquanto não tiver o capital que esse crime representa, não poderá, por mais que a sua consciência se revolte e ela queira viver honestamente, desprender-se da responsabilidade de cobri-lo com a sua bandeira e de prestar-lhe o auxílio das suas tropas, em caso de necessidade. À vista dessa teoria nenhum país pode subir um degrau na escala da civilização e da consciência moral se não tiver com que desapropriar a sua própria imoralidade e o seu atraso.” Idem, p. 228.

Argumentação política destinada a fundamentar a sua pregação em favor da *"obra do presente"*, ou seja da libertação imediata de todos os negros ainda cativos. Obra a ser realizada a partir da opinião geral de que *"... todas as transações de domínio sobre entes humanos são crimes que só diferem no grau de crueldade."*¹¹⁷

Contudo, com aquela argumentação, Nabuco pretendeu mais do que aglutinar e "criar" partidários para apressar a abolição imediata e sem indenização. Procurou fundar um compromisso entre todos os que eventualmente se dedicassem à "causa", para uma ação posterior em favor da *"obra do futuro"*. Em favor do fim de todos os vestígios do regime escravista, que por tanto tempo tinha sido *"uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade"*:

*"Quando mesmo a emancipação total fosse decretada amanhã, a liquidação desse regime daria lugar a uma séria infinita de questões, que só poderiam ser resolvidas de acordo com os interesses vitais do país pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao Abolicionismo. Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao Poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a Escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo, durou todo o período do nosso crescimento, e enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos seus aparelhos do seu organismo de que a Escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos."*¹¹⁸

Ou seja, a *"obra do futuro"* correspondia à realização do amplo conjunto de reformas, tão mencionado por todos os analistas d'O *Abolicionismo*. Mas qual seria o caráter geral das mesmas, que naquele momento eram apenas anunciadas por Nabuco?

¹¹⁷ - idem, p. 4.

¹¹⁸ - Idem, p. 5.

Partindo da questão do fim do trabalho escravo o qual, ao que tudo indica e a considerar o exemplo da *Sociedade Cearense Libertadora*, era capaz de aglutinar, na ótica de Nabuco, mais “facilmente” os políticos e eleitores¹¹⁹ e diminuindo a importância de outras questões político-partidárias, o abolicionista pretendeu vincar inequivocamente a abolição a um amplo espectro reformista - que tinha tudo para causar mais divisões do que uniões entre os homens públicos brasileiros, vinculados a múltiplos interesses sócio-econômicos, não coincidentes, em geral, aos do grupo ao qual Nabuco estava ligado.

Em geral e a longo prazo, a “obra do futuro” teria o caráter de (re)fundar o Brasil, tornando-o “uma pátria comum, forte e respeitada”.¹²⁰ Assim, se a “obra do presente” teria o caráter primordial de “abrir” o país, “abafado” em toda a sua extensão pela escravidão, a “obra do futuro” teria de garantir ao Brasil as qualidades da “civilização/humanidade” e do “progresso”, que aquele regime tinha impedido que se desenvolvessem em solo nacional. No limite, a ação dos abolicionistas tinha, depois de livre o último cativo, de voltar-se para o trabalho de recriação do “ideal de pátria” dos brasileiros, tornando-o menos “egoísta” e menos “retrógrado”:

“... a escravidão cercou todo o espaço ocupado do Amazonas ao Rio Grande do Sul de um ambiente fatal a todas as qualidades viris e nobres, humanitárias e progressivas da nossa espécie; criou um ideal de pátria grosseiro, mercenário, egoísta e retrógrado, e nesse molde fundiu durante séculos as três raças heterogêneas que hoje constituem a nacionalidade brasileira. Em outras palavras ela tornou, na frase do direito medievo, em nosso território o próprio ar – servil, como o ar das aldeias da

¹¹⁹ - Trechos, como o que reproduzimos abaixo, dão uma dimensão significativa do potencial de convencimento intrínseco à dimensão humana dada por Nabuco à sua fala abolicionista: “Que crime seria perante um tribunal do qual Jesus Cristo e São Francisco de Assis fossem os juizes, esse de confundirmos as nossas aspirações com as de quantos tendo nascidos brasileiros não fazem parte da comunhão, mas pertencem a ela como qualquer outra propriedade, e estão inscritos, não nos alistamentos eleitorais, mas na matrícula das coisas sobre as quais o Estado cobra impostos?” Idem, pp. 28-29. Grifos de Nabuco. Contudo, a existência de tal potencial de persuasão no discurso abolicionista de Nabuco não significou, como nos referiremos a frente, o pleno e imediato êxito de seu livro e de suas proposições reformistas ligadas à abolição.

¹²⁰ - Idem, p. 115.

*Alemanha que nenhum homem livre podia habitar sem perder a liberdade... a obra nacional da escravidão: ela criou uma atmosfera que nos envolve e abafa todos, e isso no mais rico e admirável dos domínios da terra.”*¹²¹

Não havia uma pátria/nação, para o abolicionista, porque a escravidão havia impedido o desenvolvimento brasileiro no sentido do progresso, identificado com a abertura do território nacional para o exterior.¹²² É neste sentido que ele demonstrou todos os efeitos da escravidão sobre a estrutura sócio-econômica nacional, a ser reformada a partir do fim do trabalho escravo.

Com a escravidão, pouquíssimos homens eram proprietários de enormes extensões de terras, verdadeiros “feudos”, que de tão fechados lembravam mais prisões, refratárias a tudo o que vinha de fora e, portanto, infensas ao progresso. Naquelas “colônias penais”, valia apenas a vontade do proprietário, o único que se beneficiava a partir de uma exploração predatória dos recursos naturais, que rapidamente se esgotavam, assim como a própria fortuna adquirida de “forma extravagante”.¹²³

“Como se sabe o regime da terra sob a escravidão consiste na divisão de todo o solo explorado em certo número de grandes propriedades. Esses feudos são logo isolados de qualquer comunicação com o mundo exterior; mesmo os agentes do pequeno comércio que neles penetram são suspeitos ao senhor, e os escravos que nascem e morrem dentro do horizonte do engenho ou da fazenda são praticamente galés. A divisão de uma vasta

¹²¹ - Idem, p. 146.

¹²² - Nabuco neste sentido compartilha, de maneira geral, da visão liberal, do século XIX, sobre o desenvolvimento das nações. Sobre este aspecto afirma Eric Hobsbawm: “... o desenvolvimento das nações (para os liberais) era inquestionavelmente uma fase do progresso, ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da família à tribo, à região, à nação e, em última instância, ao mundo unificado do futuro no qual, para citar o superficial e portanto típico G. Lowes Dickinson, ‘as barreiras da nacionalidade que pertencem à infância da raça irão dissolver-se e fundir-se no brilho da ciência e da arte.’”. Cf. *Nações e Nacionalismos desde 1780*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 50.

¹²³ - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, edição fac-similar, op.cit., p. 149.

*provincia em verdadeiras colônias penais, refratárias ao progresso... em que impera uma só vontade...*¹²⁴

Com todo o país fechado pela escravidão, apenas as capitais provinciais, e ainda assim precariamente, representavam áreas com algum desenvolvimento. No interior, não havia “centros locais, vida de distrito, espírito municipal”.¹²⁵ Toda a riqueza daquelas áreas era “artificial” e a sociedade apresentava “sinais de decadência prematura”.¹²⁶ O mesmo acontecia com todas as classes sociais, cujo desenvolvimento ou era “retardado” ou “impedido”, ou “o que era ainda pior... prematuro, artificial”.¹²⁷

Os “lavradores que não eram proprietários” não tinham onde “oferecer os seus serviços”, nem onde vender os seus produtos;¹²⁸ o mesmo acontecia com os “operários e industriais”, uma vez que sob a escravidão não era possível se ter “a associação de capitais, a abundância de trabalho, a educação técnica” e, conseqüentemente, não se tinha indústria.¹²⁹

Os comerciantes também eram enormemente prejudicados pelo regime de trabalho compulsório, afinal – além de todo o país estar fechado a eles, uma vez que a escravidão receiava a “todos os condutores do progresso”¹³⁰ – eles só podiam tratar com os grandes proprietários, os “principais fregueses do comércio.”¹³¹

Com as terras fechadas à maioria da população, sem o desenvolvimento industrial e comercial, o Brasil vivia uma “febre de funcionalismo”¹³², já que o Estado era “a única associação ativa”¹³³, capaz de absorver a todos os “homens de talento”; isto independente da forma que o governo assumisse, como acima nos referimos.

¹²⁴ - Idem, pp. 150 – 151.

¹²⁵ - Idem, p. 158.

¹²⁶ - Idem, p. 161.

¹²⁷ - Idem, p. 177.

¹²⁸ - Idem, ibidem.

¹²⁹ - Idem, p. 180.

¹³⁰ - Idem, p. 182.

¹³¹ - Idem, ibidem.

¹³² - Idem, p. 182.

¹³³ - Idem, p. 183.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Resume o abolicionista todos os efeitos da escravidão para os profissionais nacionais, que sob ela encontravam todos os caminhos “fechados”:

*“... o país está fechado em todas as direções; que muitas avenidas que poderiam oferecer um meio de vida a homens de talento, mas sem qualidades mercantis, coma a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério, não passam ainda de vilas, e outros homens práticos, de tendências industriais, poderiam prosperar, são por falta de crédito ou pela estreiteza do comércio, ou pela estrutura rudimentar da nossa vida econômica, outras tantas portas muradas.”*¹³⁴

Criando apenas uma “ilusão de riqueza”, levando a um mal aproveitamento do território e à exploração predatória dos recursos naturais, deprimindo os valores empreendedores, educacionais e técnicos, a escravidão não permitia ao Brasil ser uma nação de fato – desrespeitado internacionalmente, o país se encontrava no “pelourinho do mundo”.¹³⁵ Era simplesmente uma sociedade escravista, fechada, fora da civilização. O povo era indiferente aos valores e sentimentos que faziam com que as pessoas se sentissem, de fato, como membros de uma nação:

¹³⁴ - Idem, p. 184.

¹³⁵ - A expressão é usada por Nabuco na p. 211. O Brasil na condição de um “país de escravos” afastava imigrantes e “homens de ciência”, por exemplo. Por este motivo é que se encontrava no “pelourinho do mundo”: “... o Brasil continua a ser ... o tipo de nação de escravos, o representante de uma forma social rudimentar, opressiva e antiga. Até quando será esse o nosso renome, e teremos em nossos portos esse sinal de peste que afasta os imigrantes para os Estados que procuram competir conosco?” p. 238. A repulsa que o Brasil escravista despertou em cientistas como Charles Dawin e Homboldt é referenciada por Nabuco, na página seguinte. Em outro ponto ainda sobre a falta de credibilidade internacional do Brasil-escravista, ele afirma: “Uma guerra em que o Brasil entrasse contra um povo livre com a sua bandeira ainda tisonada pela escravidão, poria instintivamente as simpatias liberais do mundo do lado contrário ao nosso; e uma nação de grande inteligência nativa, livre da praga do militarismo político e das guerras civis Sul-americanas, branda e suave de coração, pacífica e generosa, seria por causa desse mercado de escravos que ninguém tem coragem de fechar, considerada mais retrógrada e atrasada do que outros países que não gozam das mesmas liberdades individuais, não têm a mesma cultura intelectual, o mesmo desinteresse, nem o mesmo espírito de democracia e igualdade que ela.” Idem, p. 247.

“... essa ilusão toda de riqueza, de desenvolvimento nacional, criada ... não engana a quem a (a sociedade brasileira) estuda e observa nos seus contrastes, na sombra que ela projeta: a realidade é um povo antes escravo do que senhor do vasto território que ocupa; a cujos olhos o trabalho foi sistematicamente aviltado; ao qual se ensinou que a nobreza está em fazer trabalhar; afastado da escola; indiferente a todos os sentimentos, instintos, paixões e necessidades que formam dos habitantes de um mesmo país, mais do que uma simples sociedade – uma nação.”¹³⁶

Era preciso, portanto, criar um Brasil verdadeiramente “moderno”, no qual a riqueza e o progresso não fossem apenas aparentes, não fizessem parte apenas de uma “camada superficial da civilização” e servissem, na verdade, para encobrir um “fundo de barbárie”, marcado pela “propriedade do homem pelo homem.”¹³⁷ Mas tal tarefa não era nada simples e não podia ser feita “de um jato, aos aplausos da multidão, na praça pública”.¹³⁸

Uma vez abolida a escravidão, monopólio total – “da terra, do capital e do trabalho”¹³⁹ –, era preciso contar com a ajuda e influência das nações verdadeiramente civilizadas, daquelas nações que conheciam o “verdadeiro patriotismo, isto é, o que concilia a pátria com a humanidade.”¹⁴⁰

O país todo estava “contaminado” pelos três séculos de regime servil, o que fazia com que a situação brasileira fosse diferente da situação dos Estados Unidos. Lá, havia uma “linha divisória” e o Sul “foi salvo pelo braço do Norte” – a escravidão ali “deixara a parte superior do organismo intacta e forte”.¹⁴¹ Como o Brasil, em todos os seus aspectos, se encontrava marcado pela escravidão, só uma força externa ao seu território¹⁴² era capaz de contribuir para eliminar a herança escravista:

¹³⁶ - Idem, p. 161.

¹³⁷ - Idem, p. 37.

¹³⁸ - Idem, p. 251.

¹³⁹ - Idem, p. 15

¹⁴⁰ - Idem, p. 97.

¹⁴¹ - Idem, p. 172.

¹⁴² - Apesar de Nabuco não defender uma interferência militar estrangeira, mas sim uma ação junto à “opinião pública” para colocar fim à escravidão no Brasil e viabilizar a realização das reformas, o quanto ele considerava as “forças externas”, mesmo armadas, válidas para corrigir rumos “absurdos” que o país poderia tomar

*“Entre nós não há linha alguma divisória: não há uma seção do país que seja diversa da outra. O contato foi sinônimo de contágio. A circulação geral, desde as grandes artérias até aos vasos capilares, serve de canal às mesmas impurezas. O corpo todo – sangue, elementos constitutivos, respiração, forças e atividade, músculos e nervos, inteligência e vontade, não só o caráter, como o temperamento, e mais do que tudo a energia – acha-se afetado pela mesma causa.”*¹⁴³

Na ótica do abolicionista, por conseguinte, a Inglaterra¹⁴⁴ era a nação que tinha plenas condições de exercer uma influência significativa sobre o país, ajudando-o a atingir um patamar verdadeiramente civilizado – afinal, os ingleses já tinham revelado todo esse potencial positivo de “influência civilizatória”, quando atuaram decisivamente contra a continuidade do tráfico negreiro, ocasião em que foram movidos “por honra da humanidade”¹⁴⁵.

Se na época da luta da Inglaterra contra o tráfico transatlântico, o Brasil deixou de se aliar àquele país, “a pretexto da dignidade nacional ofendida” – e a história “deixou de registrar uma aliança digna e honesta”¹⁴⁶ – uma união contra o mesmo tráfico, “tornado permanente e legitimado”¹⁴⁷, pela manutenção da escravidão, ainda era, não só possível, mas indispensável, inclusive e

fica patente no seguinte fragmento: “Esse é o sentimento da atual geração. Todos nós fazemos votos para que, se alguma outra vez em nossa história, aterrando o governo, prostituindo a justiça, corrompendo as autoridades e amordaçando o Parlamento, algum outro poder, irresistível como o foi o Tráfico, se assenhorear da nossa bandeira e subjugar as nossas leis para infligir um longo e atroz martírio nas mesmas condições a um povo de outro continente ou de outro país, essa pirataria não dure senão o tempo de ser emagada com todos os seus cúmplices por qualquer nação que o possa fazer.” Idem, p. 98.

¹⁴³ - Idem, p. 172.

¹⁴⁴ - Nabuco se refere em vários textos à sua admiração pelo exemplo de desenvolvimento da sociedade inglesa. Em carta a Sancho Pimentel, de 8 de novembro de 1881, quando estava prestes a embarcar para Londres, ele assim escreveu: “A minha única aspiração pessoal, eu viver em Londres, independente, por uma longa série de anos vai ser realizada em breve... viverei feliz e esquecido na sociedade que mais aprecio, na cidade que é o centro político do mundo... no estudo da marcha dos povos e da circulação dos capitais, como ofício, e as letras e as artes como distração.” Carta a Amigos, op.cit., p. 61

¹⁴⁵ - Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, edição fac-similar, op.cit., p. 91

¹⁴⁶ - Idem, p. 94.

¹⁴⁷ - Idem, p. 99.

justamente, para acabar com todas as “máculas” deixadas por aquele regime de trabalho “*arcaico*”.

Portanto, embora Nabuco não dissesse de maneira totalmente explícita, ele sugeria a necessidade de que o Brasil se aliasse à Grã-Bretanha, como forma de superar a herança escravista, como forma de “*eliminar a escravidão do nosso organismo*” para que os vícios daquele tipo de trabalho não mais fossem transmitidos “*às gerações futuras*”.¹⁴⁸

A “*obra do presente*” serviria, assim, como primeiro passo para abrir o país, “abafado e isolado” pela escravidão, principalmente à influência inglesa, à sua “ação civilizadora”, que deveria nortear e atuar decisivamente na realização completa da “*obra do futuro*”.

Era preciso, contudo, vencer o patriotismo “*retrógrado*” daqueles que identificavam “*a bandeira negra*” com a “*nacional*”, daqueles que consideravam que “*denunciar o regime das senzalas*” era “*infamar o Brasil*”.¹⁴⁹ Daqueles que ligados “*mesquinamente*” à escravidão praticavam um “*patriotismo de casta*”¹⁵⁰ e faziam questão justamente de manter o país “*abafado*”, não reconhecendo que o trabalho servil não só “*aviltava*” o Brasil, mas “*arruinava-o materialmente*”.¹⁵¹

Eis porque a primeira tarefa dos abolicionistas ao se preocuparem com o “*Rinnovamento*” completo do país, a partir do fim do trabalho escravo, era com a promoção da “*reforma individual*” de cada brasileiro, com a alteração das noções que eles tinham de “*patriotismo*”:

“*Essa reforma individual, de nós mesmos, do nosso caráter, do nosso patriotismo, do nosso sentimento de responsabilidade cívica, é o único meio de suprimir efetivamente a escravidão da constituição social. A emancipação dos escravos é portanto apenas o começo de um ‘Rinnovamento’*”¹⁵²

¹⁴⁸ - idem, p.144.

¹⁴⁹ - Idem, p. 248.

¹⁵⁰ - Idem, p.193.

¹⁵¹ - Idem, p. 219.

¹⁵² - Idem, p. 252. Grifo de Nabuco.

Ora, remover toda a “herança da escravidão” era uma tarefa para “três gerações” , mas isso só seria possível a partir do momento em que o país se encontrasse aberto à influência e ação dos ingleses – os representantes da “civilização”, por excelência, naquele momento.

Portanto, junto com a abolição era preciso fazer com que os brasileiros percebessem o quanto a influência estrangeira era benéfica e fundamental para que o país progredisse. Daí a necessidade de desenvolver novas noções de “*responsabilidades cívicas*”. Noções estas ligadas a um ideal patriótico de soberania nacional norteado pelos “*princípios cardeais da civilização*”¹⁵³, no interior dos quais a força de um país não poderia ser usada para “*anular o direito mais elevado e o mais geral da humanidade: a liberdade pessoal.*”¹⁵⁴

É, por conseguinte, também com a preocupação de contribuir com a “*reforma individual*” de cada um dos brasileiros que ele também se esforçou por demonstrar em todo o livro o quanto a escravidão era a verdadeira responsável pelas “*misérias*” e “*dificuldades nacionais*” – expressas no atraso ou atrofiamiento das atividades econômicas e também das várias profissões, como acima referimos. A questão, para Nabuco, era demonstrar que aquele regime de trabalho era o grande culpado por todas as dificuldades dos brasileiros e não a concorrência estrangeira – esta, na verdade de seu ponto de vista, o antídoto para as “*mazelas da escravidão*”.

No caso, por exemplo, das antigas reivindicações de brasileiros para que o setor de comércio a retalho fosse nacionalizado, evidenciava-se claramente para o abolicionista o quanto a escravidão desenvolveu nos nacionais um “*espírito de exclusivismo e ódio*” à concorrência, capaz inclusive de levar à anulação “*de todo o progresso nacional*” - que já não era dos maiores – existente desde 1808, quando foram abertos os portos brasileiros aos comerciantes estrangeiros. É aquele espírito de “*exclusivismo*”, que estava na base do “*patriotismo escravista*” e que deveria ser alterado, para o bem do Brasil.

¹⁵³ - Idem , p.113.

¹⁵⁴ - Idem, p. 112.

*“Esse fato (predomínio de estrangeiros nas atividades de comércio a retalho) provocou por diversas vezes em nossa história manifestações populares, com a bandeira da nacionalização do comércio a retalho; mas, tal grito caracteriza o espírito de exclusivismo e ódio à concorrência, por mais legítima que seja, em que a escravidão educou o nosso povo, e em mais de um lugar foi acompanhado de sublevações do mesmo espírito atuando em outra direção, isto é, do fanatismo religioso. Não sabiam os que sustentavam aquele programa de fechamento dos portos do Brasil e da anulação de todo o progresso que temos feito desde 1808, que, se tirassem o comércio a retalho aos estrangeiros, não o passariam para os nacionais, mas simplesmente o reduziriam a uma carestia de gêneros permanente — porque é a escravidão e não a nacionalidade, que impede o comércio a retalho de ser em grande parte brasileiro.”*¹⁵⁵

Assim, contribuindo para que os brasileiros tivessem um outro *ideal de patriotismo*, mais “moderno”, mais “civilizado”, os abolicionistas prestariam um enorme serviço à toda reconstrução nacional, à “obra do futuro”. Esta se realizaria quase que naturalmente, por assim dizer. Com o país livre dos escravos e aberto às benéficas influências estrangeiras, capitais e imigrantes brancos, “caucásicos” com sangue “enérgico”, “vivaz”, viram livremente para cá e trariam novas concepções sobre o trabalho, que sendo livre contribuiria decisiva e efetivamente para “civilizar o país”, garantindo uma vida “nova, fecunda, estável e duradoura”.¹⁵⁶ Só assim o Brasil poderia contribuir para todo o desenvolvimeto da humanidade e da região em que se encontrava o seu território, a América do Sul.

Eis, por conseguinte, o ideal de pátria que os abolicionistas deveriam ter e difundir em toda a nação, segundo Nabuco:

“Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de Pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela

¹⁵⁵ - Idem, 180-181. Grifos meus.

¹⁵⁶ - Idem, p. 226.

franqueza das nossas instituições e pela liberdade de nosso regime, a imigração Européia traga sem cessar para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo... um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul."¹⁵⁷

oooooooooooooooooooo

Produzido nas mesmas circunstâncias em que Nabuco, como consultor jurídico da *Central Sugar Factories of Brazil*, se via em meio à luta dos produtores de cana e açúcar de Pernambuco contra a atuação da companhia formada e constituída por capitais ingleses, *O Abolicionismo* representa um instrumento de propaganda contra os interesses daqueles proprietários e em favor dos investidores estrangeiros, identificados por ele como grandes agentes do "progresso".

A questão de fundo, naquele livro, portanto, é a preocupação de Nabuco em demonstrar o quanto o concurso estrangeiro era importante para a criação e desenvolvimento da "verdadeira nação". É este o aspecto a cimentar a sua argumentação em favor da "*obra do presente*" e da "*obra do futuro*".

Ao escolher a abolição como primeira e mais urgente reforma e colocá-la como ponto de partida para a construção da "nação brasileira", afinada com a "humanidade e o progresso", e, portanto, aberta às influências externas (fossem tais influências econômicas, políticas ou culturais), Nabuco trabalhou afinado com o ideal nacional dos principais pensadores liberais de seu tempo para os quais, segundo Eric Hobsbawm, "*... o único nacionalismo historicamente justificável era aquele ajustado ao progresso — isto é,*

¹⁵⁷ - Idem, pp. 252-253.

aquele que alargava, e não restringia, a escala de operação humana na economia, na sociedade e na cultura."¹⁵⁸

Construiu, por conseguinte, uma imagem dos produtores nacionais, sobretudo dos pequenos e médios, – impossibilitados de concorrerem com os maciços investimentos estrangeiros e que tinham no trabalho escravo o meio para garantir a sobrevivência e o acesso à cidadania¹⁵⁹ – como sendo agentes do “atraso” e praticantes de um patriotismo canhestro.

Se Nabuco se referiu tanto aos latifúndios, ao atraso dos trabalhadores escravos e livres, portanto, não o fez porque fosse seu “porta-voz” e

¹⁵⁸ - Eric Hobsbawm, op.cit., p. 53. Tal conclusão foi possível principalmente a partir das instigantes sugestões teórico-metodológicas feitas por Claude Lefort no ensaio, “Maquiavel: a dimensão econômica do político”, onde o autor demonstra o quanto as análises políticas daquele pensador implicam essencialmente “uma visão econômica”, embora tal aspecto nem sempre seja tão evidente. Partindo de tal premissa e analisando cuidadosamente *O Príncipe*, Lefort conclui: “Não podemos, porém, ignorar que sua obra (de Maquiavel) traz em germe uma concepção moderna da economia, pois relaciona a formação das classes e do poder à luta pela apropriação dos bens.” p. 151. Partindo disso é que procuramos identificar no que implicava essencialmente o discurso de Nabuco em favor da abolição como ação em favor da “humanidade” e do “progresso”. Cf. Claude Lefort, “Maquiavel: a dimensão econômica do político” in *As Formas da História*, São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 141-154.

¹⁵⁹ - Cecília H. de Sales Oliveira amparada em ampla pesquisa documental e historiográfica sugere a essencialidade de se discutir justamente a existência da nação no início do século XIX a partir da importância que o trabalho escravo teve na definição das fronteiras entre “cidadania” e “exclusão”: “O que proponho ... é uma reflexão que leve em conta: as circunstâncias diferenciadas de vida e de trabalho dos segmentos de homens livres; a coexistência entre posse e propriedade da terra, o que possibilitava que lavradores posseiros e rendeiros, por exemplo, estivessem incluídos dentre os membros da nação a despeito do movimento de mercantilização da terra e da produção; e, principalmente, o peso representado pela propriedade escrava na delimitação das fronteiras entre cidadania e exclusão.” Da mesma forma, Izabel Marson também alicerçada em múltiplos estudos sobre a história brasileira sob a Monarquia afirma: “... os negócios proporcionados com e pelo mercado de trabalho escravo alicerçou propriedades de múltipla magnitude, desde as mais modestas até as mais poderosas, criando uma sociedade civil cidadã complexa em sua configuração... Pode-se considerar, portanto, que todas as modalidades de negócios relacionados à prática da escravidão fundamentaram a emergência de uma sociedade proprietária múltipla e complexa. Foi esta sociedade proprietária e cidadã que, plenamente consciente de seus direitos, se manifestou de acordo com as práticas reivindicatórias correntes na Europa e na América, tanto na independência, no 7 de abril, nas rebeliões regenciais e, também no segundo reinado, justamente reivindicando um pacto político menos restritivo.” Textos apresentados no Workshop – GT/História Política, Sessão: Estado x Nação: reflexões sobre uma relação contraditória, XV Encontro Regional de História, ANPUH – SP, 8 de setembro de 2.000.

estivesse comprometido diretamente com a criação de um proletariado instruído e com a constituição de pequenos proprietários – como o concluíram a maioria dos analistas de sua atuação. Fez como parte de sua estratégia argumentativa de mostrar a todos o quanto o país, “abafado” sob a escravidão, era arcaico e infenso aos investimentos “progressistas” vindos de fora. Fez para mostrar como todos os agricultores “solváveis”¹⁶⁰ – sob os ares da “livre concorrência” e com as regras estabelecidas pelo mercado e sem a interferência do Estado – tinham chances de prosperar efetivamente.

Com sua engenhosa argumentação tecida ante contingências pessoais e políticas de seu autor e do movimento abolicionista, *O Abolicionismo*, enquanto volume inicial da série REFORMAS SOCIAIS, apontava para o caminho geral do progresso nacional uma vez abolida a escravidão: a abertura para o exterior, para os investimentos e influência notadamente da Grã-Bretanha¹⁶¹.

Nabuco ainda planejou escrever ele próprio os volumes daquela série relativos à “Reconstrução financeira” e às “Relações exteriores”¹⁶². Nunca o fez, mas exprimiu suas idéias sobre os dois temas nas Cartas de Londres, escritas para o Jornal do Commercio, entre 1882-1884. Procurando, principalmente, expôr a opinião dele sobre aqueles dois temas e corroborar nossa interpretação d’ *O Abolicionismo* é que estruturamos o capítulo a seguir.

¹⁶⁰ - No final do livro, afirma Nabuco: “Acabe-se com a escravidão, tenha-se a coragem de fazê-lo, e ver-se-á como os Abolicionistas estão lutando no interesse mesmo da agricultura, e de todos agricultores solváveis...” *O Abolicionismo*, edição fac-similar, p.cit., p. 248.

¹⁶¹ - A idéia de que a abertura comercial de determinadas regiões traria sensíveis progressos às mesmas não era propriamente nova, entre intelectuais que idealizaram planos para o ‘desenvolvimento’ do Brasil, partindo das teses liberais clássicas. Maria Odila da Silva Dias mostra como, já no início do século XIX, Robert Southey professava aquela idéia: “Com referência ao Brasil, Southey não perderia de vista os interesses nacionais, nem duvidaria dos benefícios que adviriam da presença inglesa. Conhecia a importância crescente da América do Sul como mercado para produtos ingleses. Como seus antecessores, David Hume e Adam Smith também via no comércio um grande fator de civilização: a vaidade, a vontade de emular o vizinho e mesmo o luxo, diria um tanto simplistamente na resenha das viagens de Henry Koster, seriam fatores de civilização e de progresso material para o nordestes brasileiro.” Cf. *O Fardo do Homem Branco – Southey, Historiador do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 206.

¹⁶² - É ele mesmo quem informa a Sancho Pimentel o seu plano, em carta de 31 de agosto de 1884: “Eu escreverei ainda sobre a Reconstrução financeira e as relações exteriores...” cf. *Carta a Amigos*, op.cit., p. 103.

CAPÍTULO 3: ESCRITOS DE LONDRES PARA O BRASIL: NOTÍCIAS EM MEIO À PROPAGANDA

“... sob a influência do liberalismo inglês, como se militasse às ordens de Gladstone; esse é em substância o resultado de minha educação política: sou um liberal inglês...” **Joaquim Nabuco, Minha Formação**¹

“Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Conseqüentemente os historiadores do político não poderiam acantonar-se nele e cultivar um jardim secreto à margem das grandes correntes que atravessavam a história. A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação... O historiador nem por isso crê que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escape das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo tipo. Foi – e continua sendo – uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era resultante de uma multiplicidade de fatores...” **René Rémond, Do Político**²

Introdução:

Como nos referimos no capítulo anterior, da mesma forma que o Barão de Penedo intermediou a contratação de Joaquim Nabuco como consultor da *Central Sugar Factories of Brazil*, ele também o fez no caso da contratação do abolicionista para o posto de correspondente do *Jornal do Commercio*, em Londres. Em 1º de outubro de 1881, já sabendo da notícia do falecimento do antigo ocupante do cargo, o abolicionista assim escreveu ao representante brasileiro na Inglaterra:

¹ - *Minha Formação*, op.cit.,p.208.

² - René Rémond (organizador), *Por uma História Política*, op. cit., pp. 444-445.

“Falei ontem mesmo com o Villeneuve e o Gusmão Lobo falou ao Luís de Castro. Hoje o José Caetano deve falar de novo ao Villeneuve. Parece admitido em princípio que serei eu o correspondente – ainda que o voto predominante seja provavelmente o Picot. O Villeneuve parte hoje – estará pois dentro de 20 dias ao alcance de sua poderosa bateria – assim como já está o Picot. É lá que se deve decidir. Tenho medo de que me queiram dar menos do que ao Clark (antigo correspondente) – quando eu posso servir melhor a certos respeito o Jornal, como por exemplo pelo lado da economia e da atualidade – desde que minhas correspondências não terão que ser dispendiosamente traduzidas aqui. Posso também ser útil de muitos modos ao Jornal tornando-me um general correspondent como os dos grandes diários de New York em Londres.”³

Além de demonstrar a influência de Penedo junto aos proprietários do *Jornal do Commercio*, o fragmento revela também algumas características

³ - *Carta a Amigos*, op.cit.,p.58. Além do recurso a Penedo, o trecho revela que Nabuco se empenhou pessoalmente pela colocação, assim como também se empenharam outros amigos próximos como Gusmão Lobo e José Caetano – ambos ligados à *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*. O pleito junto a Luís de Castro (19/10/1826 – 5/5/1888) se explica por se tratar este do redator-chefe do jornal no Brasil. Sobre ele Victor Vianna assim se refere: “Foi relativamente longo o período de direção do Dr. Luiz de Castro aqui no *Jornal do Commercio*, pois se estendeu,..., de março daquele ano de 1868 a maio de 1888...Era uma figura simpática e atraente o Dr. Castro: alto corpulento mas bem proporcionado, fisionomia inteligente e viva, não obstante os óculos de míope que, em parte, lhe amorteciam o olhar agudo e penetrante. De temperamento frio e pouco comunicativo, expunha em poucas palavras seu modo de pensar sobre as questões as mais complexas...Não tinha necessidade de intervir repetidamente nos mesmos assuntos e podia manter calculada reserva diante das polêmicas e discussões, a que se entregavam os seus colegas de jornalismo...” pp. 272-273. Júlio Constancio Villeneuve (3/1/1834 – 28/12/1910) era o principal proprietário do *Jornal*, tendo como outro sócio justamente Francisco Picot, que de fato dirigia a folha e coordenou todo o trabalho de Nabuco no período em que ele ali esteve. Sobre ele mais adiante nos referiremos. Villeneuve também tinha uma carreira diplomática e pouco permanecia no Brasil cuidando diretamente dos assuntos relativos ao *Jornal*. Entre 1 de outubro de 1881 a 9 de abril de 1884 foi Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, na Bélgica. Sendo efetivado no cargo naquela data, ali permanece até 15 de novembro de 1889, quando pede demissão após a proclamação da República. Oficialmente é aposentado em 1904. Cf. Victor Vianna, *Grandes Annaes do Brasil Independente – 1827 a 1927. Um século de trabalho e glória*. Edição comemorativa ao 1º Centenário do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro,1927, pp. 272 – 273 e p. 127, respectivamente.

daquele periódico que infelizmente ainda não foi objeto de um estudo específico mais aprofundado.⁴

Dirigido por homens estabelecidos na Europa, o *Jornal do Commercio* era editado essencialmente a partir da preocupação, pelo menos durante a década de 1880, de garantir bons rendimentos a seus proprietários. Assim, evitava-se a todo custo que “*posições política apaixonadas*” transbordassem de suas páginas. Temia-se que partidarizando explicitamente a cobertura em torno de tal ou qual questão, ou permitindo excessos na seção *A Pedidos*, o jornal perdesse leitores e anunciantes.⁵

Procurava-se seguir um padrão europeu de edição, próximo ao de revistas com a *Revue des Deux Mondes* ou a *Mercure de France*. Qualquer novidade, que pudesse aumentar a tiragem do jornal e também o número de anúncios, era rapidamente incorporada – como foi o caso da publicação de *Folhetins*, iniciada na França. Tão logo aquele tipo de texto se popularizou por lá, foi introduzido no Brasil pelo *Jornal*.⁶

Inspirados, portanto, pela imprensa européia, os proprietários da folha procuraram estruturá-la como qualquer outra empresa capitalista destinada a dar lucros. Diante de tais aspectos, eis como Victor Vianna caracteriza a longa atuação política do *Jornal*, no momento de seu centenário:

⁴ - Além do livro de Victor Vianna, só encontramos um outro pequeno estudo, também comemorativo, sobre o jornal, feito por Elmano Cardim, *No Sesquicentenário do Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1978. Pela importância da folha que circulou desde de 1º de outubro de 1827, quando foi fundado por Pierre Plancher, a ausência de estudos sobre ele nos surpreendeu. Muito do que se diz, esparsamente em obras gerais sobre a imprensa no Império, sobre o “perfil” do *Jornal do Commercio* é tributário do que se conhece das características pessoais e políticas de seu fundador. Sobre ele, afirma Cardim: “*Pierre Plancher era, ..., uma personalidade realmente interessante. Veio para o Brasil em 1824 e desembarcou aqui por interferência de D. Pedro I, uma vez que dele suspeitava a polícia brasileira. Exilara-se da França, com a família, fugindo à perseguição da Restauração, pois, bonapartista fervoroso, era uma presença incômoda à monarquia francesa... era um liberal*(editor de Benjamin Constant, Chateaubriand, Talleyrand e Voltaire)... O liberal era então sinônimo de democrata e a democracia encarada com suspicácia e desconfiança.”pp. 12-13.

⁵ - Idem, pp. 22- 23.

⁶ - Idem, p.26. Alusão feita apenas por Cardim, dá conta de que Nabuco também se ocupou de escrever um Folhetim para o *Jornal*, que tinha por título “A beira do Caminho”; não nos informa, contudo, qual o período de tal publicação.

“Indiferente às paixões do momento, combatendo ou aproveitando delas apenas o que possa contrariar ou favorecer a obra comum do engrandecimento nacional, acima das disputas partidárias e dos interesses de grupos, cumprimos sempre a nossa missão com a consciência perfeita da influência que temos exercido e podemos exercer juntamente pelo nosso caráter, pelo nosso feitio e pela nossa função. Há forças sociais que estão acima de indivíduos e só assim são úteis e salutaras... Contivemos excessos para impedir desordens, combatemos rebeliões para obstar o caudilhismo, precipitamos reformas para evitar catástrofes, contribuímos sempre para a formação da consciência nacional, procurando refletir e esclarecer o pensamento das classes conservadoras, mas não transigindo jamais naquilo que representa os interesses essenciais e fundamentais do Brasil, que vem de longe e será eterno e cujo engrandecimento não deve ser perturbado pelos caprichos de uns ou pelas cobiças de outros.”⁷

Evidente que o fato do *Jornal* evitar exprimir posições políticas diretas, por conta de seus interesses financeiros, não faz dele um órgão totalmente “isento/ descompromissado”, atuante em favor somente do “desenvolvimento nacional”, caracterizado como sendo estando “acima” de opiniões individuais e partidárias.

A experiência de Nabuco como correspondente londrino da folha demonstra bem como por trás da aparente neutralidade se ocultavam estratégias de propaganda e divulgação de idéias daqueles que também tinham interesses econômicos e políticos que, de alguma forma, se coadunavam com os dos proprietários do periódico. Isto ao mesmo tempo em que revela como funcionava de fato o serviço de correspondência internacional do jornal, aspecto que o singularizou frente às demais folhas de sua época.⁸

A primeira preocupação de Nabuco expressa na carta a Penedo diz respeito ao valor do salário que lhe pagariam – temia o político, prestes a ser

⁷ - Apud, Cardim, op.cit.,p. 28.

⁸ - Além disso, Cardim aponta o fato de que aquele periódico era o único, publicado na Corte, a ter, durante o Segundo Reinado, uma circulação mais ampla nas províncias.cf. Elmano Cardim, *A Imprensa no Reinado de D.PedroII*, Petrópolis, 1970, pp. 11-13.

derrotado eleitoralmente, que por sua “inexperiência” como jornalista, eles lhe quisessem pagar menos do que pagavam ao falecido ocupante do cargo. Para obter o mesmo salário ou ainda um maior, o abolicionista sugere que poderia ser um “*general correspondent*” a exemplo do que faziam os jornalistas enviados a Londres, pelos jornais e Nova York. Mas o que exatamente ele faria naquela função?

Ora, da capital inglesa, Nabuco escreveria várias correspondências para o *Jornal*; ou seja, como aqueles textos não eram assinados, uma mesma pessoa podia escrever várias cartas, como se existissem diferentes jornalistas em várias localidades. Isto, claro, sem que necessariamente os leitores da folha soubessem que se tratava do mesmo correspondente.

A proposta de Nabuco foi aceita e ele se tornou o autor das cartas de Berlim e Viena, além das de Londres.⁹ Tratava-se, assim de uma estratégia bastante interessante, do ponto de vista econômico, para a folha: pagava-se a um jornalista que executaria o trabalho de três, sem que tal fato fosse amplamente divulgado – nas várias cartas que os amigos enviavam a Nabuco, naquele período, há muitos comentários sobre seus textos londrinos, mas em nenhuma delas há referências sobre os que supostamente procederiam da capital alemã e austríaca. Mesmo Nabuco nunca comenta o fato de que escreve aqueles textos, a não ser em carta a Penedo, como se verá adiante.

A análise das cartas particulares trocadas entre Nabuco e Francisco Picot, seu editor-chefe, revelou-nos a engenhosidade empresarial dos proprietários do *Jornal do Commercio*. Na primeira delas, assim afirma o também sócio-proprietário daquela folha:

“Concordamos em que a primeira correspondência de Londres seria como continuação das que tem ido ultimamente para o Rio, isso é, sem introdução, programa ou apresentação, pelos motivos de que falamos. Não ocorre porém as mesmas razões a

⁹ - Neste trabalho apenas registramos o fato, não mencionado por nenhum dos outros estudiosos da atuação de Nabuco ou mesmo por seus biógrafos, dele também ser o responsável pelas cartas de Viena e Berlim, publicadas entre 1882 – 1884 pelo *Jornal*. Não vamos abordá-las neste trabalho, pois tocam em questões que ampliariam em muito nosso horizonte imediato, restrito a preocupação de identificar os principais sentidos das propostas sintetizadas n’O *Abolicionismo*.

respeito das correspondências de Berlim e de Viena. Para estas, pelo contrário, deve haver uma pequena introdução ou razão de ordem, como lhe parecer mais conveniente."¹⁰

Em setembro, Picot, em outra carta, evidencia novamente o fato de que Nabuco escrevia as três correspondências:

"Ocorreu-me uma idéia que talvez lhe faça feição. Seria mudar a data das cartas, quero dizer da expedição das cartas de Berlim e Viena, continuando a de Londres como até aqui. Parece-me que talvez lhe desse menos trabalho não ter de mandar três correspondências no mesmo dia. Se as cartas de Berlim e Viena ficassem por exemplo reservadas para serem deitadas no correio de Londres a 5, 15 e 25, haveria mais divisão do trabalho com proveito de sua pessoa. Mas isso que lhe digo não é pedido que faço; é simples lembrança que submeto a sua apreciação, julgando por mim."¹¹

¹⁰ - Carta de Picot para Nabuco, 2 de janeiro de 1882, AJN, pasta 6, doc. 109. Francisco Antônio Picot (1811 – 1902), como nos referimos anteriormente, era sócio e o verdadeiro diretor e editor do *Jornal do Commercio* na década de 1880. Embora vivesse na França, de onde coordenava diretamente todo o serviço de correspondência e telegramas do *Jornal*, o conteúdo geral da folha não lhe escapava, já que mandava periodicamente (geralmente a cada dois dias) correspondências aos editores cariocas, avaliando os números do jornal que lhe chegavam pelos navios. Será por meio dele, principalmente, que Nabuco se informará de aspectos da política nacional que o orientaram nas análises que fez das finanças nacionais, por exemplo. Além disso, ele forneceu também muitas informações sobre acontecimentos específicos de Pernambuco – talvez por solicitação do próprio Nabuco às voltas com a consultoria que fazia para a *Central Sugar Factories of Brazil*. De alguma forma, os assuntos daquela província também pareciam muito interessar ao Chefe da Legação Brasileira em Londres, uma vez que ele sempre solicitava que as notícias fossem repassadas “ao nosso barão”. Estas informações procedem da leitura geral das cartas de Picot para Nabuco entre 1882 – 1884; se não citamos muitos trechos é porque eles se repetem e para o que nos interessa demonstrar, os fragmentos essenciais estão no corpo do texto. De qualquer forma, sobre o envio de notícias de Pernambuco e o pedido de encaminhamento a Penedo, o seguinte trecho é exemplificador: “Os telegramas de Pernambuco nada trazem que interesse muito ao nosso Barão. Queira sempre mostrar-lhos.” Carta de Picot para Nabuco, 31 de março de 1882, pasta 7, doc. 127, AJN, Fundaj. Para informações factuais da vida de Picot, cf. Victor Vianna, op.cit., pp. 175-187.

¹¹ - Carta de Picot para Nabuco, 21 de setembro de 1882, pasta 8, doc.159, AJN, Fundaj.

Contudo, a aceitação pelo *Jornal* da proposta de Nabuco, para que ele se tornasse um “*general correspondent*”, acabou por não lhe proporcionar um salário significativo, pelo menos de seu ponto de vista, embora lhe custasse um grande volume de trabalho. Por trinta libras mensais, ele escrevia nove correspondências, três de cada cidade. Não demorou para que o jornalista, que estava sendo “peça” importante da estratégia empresarial dos proprietários da folha – caracterizada por apresentar novidades ao público, com o mínimo de custos –, se queixasse com Penedo:

*“Não imagina o trabalho que me dão as três correspondências três vezes por mês. Faz isso nove correspondências ao todo. Por 30 libras é de graça. Não fale ao Picot das três correspondências mas me parece que deviam tratar-me como três pessoas distintas também.”*¹²

O fato de Nabuco pedir que Penedo não comentasse “*sobre as três cartas*”, sugere a existência de um acordo entre ele e Picot, justamente, para que não divulgassem, de forma alguma, que somente ele escrevia as três correspondências – afinal, o abolicionista não solicita que o Barão silenciasse sobre sua queixa com relação ao montante salarial, mas sim sobre o fato de que ele escrevia três cartas. Mesmo porque, logo depois, ele próprio demonstra ao editor-chefe a sua insatisfação com relação ao salário, afinal em 12 de fevereiro de 1882, Picot lhe escreve:

“...Noto no P.S. da sua carta que V.S. fala do ‘Suor do seu rosto’ sublinhado. Estas palavras causaram-me algum reparo. Se elas significam que V.S. acha a carga mais pesada do que supunha e estimaria largá-la, peço que me diga francamente. Sentiremos, é certo, que a sua colaboração tenha sido tão efêmera; mas não nos achando

¹² - Carta de Nabuco a Penedo, 23 de janeiro de 1882 in *Cartas a Amigos*, op.cit., p. 66.

com jus de exigir sacrifícios, procuraremos dar-lhe substituto. Consulte, portanto, unicamente neste particular a sua consciência pessoal."¹³

Se o correspondente esperava com aquele P.S. obter uma remuneração maior, acabou desiludido. Como não tinha outra alternativa, e diante da possibilidade de ser substituído com "facilidade", continuou escrevendo os nove textos mensais, ganhando a mesma coisa – apesar de se considerar, de alguma forma, "injustiçado".

O fato é que não só por questões salariais, os primeiros tempos de Nabuco como jornalista regular de um grande jornal foram difíceis. Questões formais a serem observadas na escrita das cartas e mesmo no envio dos textos, acompanhadas da necessidade de ler vários jornais europeus, para melhor informar os brasileiros, nas três correspondências, parecem ter tomado muito tempo de Nabuco.¹⁴

Além disso, havia a estratégia editorial do *Jornal* de não deixar transparecer opiniões políticas diretas. Ou seja, Nabuco, que vinha de uma experiência parlamentar e tinha atuado principalmente no jornalismo político mais direto (fora redator do órgão do Partido Liberal, *A Reforma*, na década de 1870), não podia emitir os seus juízos de forma totalmente transparente.

E isso parece ter inibido muito Nabuco no início de seu trabalho, apesar de sua contratação, como correspondente, evidenciar que havia uma

¹³ - Carta de Picot para Nabuco, 12 de fevereiro de 1882, pasta 6, doc. 118, AJN, Fundaj.

¹⁴ - Sobre questões formais a serem observadas por Nabuco, escreveu Picot em 10 de janeiro de 1882: "*Peço licença para apresentar-lhe vários pedidos. Desejasse que escrevesse em papel menos encorpado... Peço também, se não lhe fizer tortura, que o formato do papel seja igual à meia folha que mando junto... As três correspondências devem vir numeradas diferentemente para evitar confusão... Em sendo de passar de um assunto para outro, queira pôr no meio da linha divisória este sinal #... Quando tiver de fazer alguma citação de língua estrangeira, tenha o cuidado de acrescentar a tradução entre parêntesis...*" pasta 6 doc.111, AJN, Fundaj. Sobre as dificuldades provenientes da necessidade de ler muitos periódicos, afirma o editor-chefe: "*Todos os começos são difíceis. Assim é. Fique certo que daqui a algum tempo o trabalho há de correr suave e naturalmente. Com algum hábito, o correspondente passa rapidamente os olhos pelos periódicos, e sem precisar ler tudo de fio a pavio, conhece, como que pelo faro, o que pode interessá-lo. Nestas questões é que o nosso pobre Clark era um gigante. O sr. Nabuco, indicado por ele, para seu sucessor, há de com o tempo, dar excelente conta da missão. Estou certo disso.*" Picot para Nabuco, carta de 12 de janeiro de 1882, pasta 6, doc. 112, AJN, Fundaj.

identidade entre os pontos de vista do então político sem mandato e os proprietários do *Jornal*.¹⁵ Identidade existente, com muita certeza, em vista deles terem ligações com os mesmos *business men* britânicos e brasileiros, ligados também a Penedo.¹⁶

O desconforto de Nabuco, por assim dizer, ante a emissão de suas opiniões, de forma direta, transparece na seguinte carta de Picot para ele, em 20 de março de 1882:

*“Por excesso ou escrúpulo dignou-se V.S. a chamar a minha atenção para o trecho sobre a escravidão no Brasil (trecho curto, da carta de 18 de março, publicada em 18 de abril). Não era preciso porque o Sr. Nabuco merece-me toda a confiança. A correspondência diz nesta parte justamente o que deveria referir. Tudo vai bem.”*¹⁷

Contudo, apesar da declaração de confiança do editor-chefe, o zelo do abolicionista, em chamar a atenção para o trecho da carta em que comentava sobre a urgência e necessidade de se encaminhar as questões relativas ao elemento servil, não era de todo infundando. Picot não deixava escapar nada e constantemente comentava as cartas de seu correspondente. No geral, sugeria sobre a continuidade ou não da abordagem de determinado assunto e orientava sobre a maneira de fazê-lo:

¹⁵ - Apesar de toda a descrição com que o *Jornal* trata da questão abolicionista durante os anos de 1882-1884, o editorial do dia 28 de setembro de 1882, comentando o “aniversário” da Lei do Ventre Livre, evidencia a afinidade de posições sobre o assunto com relação a Nabuco: “O resultado há sido este; em onze anos, o Estado não logrou manumitir senão 11.000 escravos, ou a média anual de 1.000, que equivale aproximadamente a 0,7% sobre o algarismo médio da população escrava existente no período de 1871 a 1882. É evidente obra mesquinha, que não condiz à intensidade do intuito que a inspirou. Com certeza, ninguém suspeitou, em 1871, que, ao cabo de tão longo período, a humanitária empresa do Estado tenha obtido este minguado fruto.” P. 1.

¹⁶ - Aqui cumpre dizer que o mesmo Frederick Youle, um dos agentes de Rebouças em Londres, é que era encarregado por Picot para efetuar os pagamentos a Nabuco: “Dou ordem nesta data aos sr. Frederick Youle... de pagar ao Sr. 30 libras por mês a datar de hoje. Pode V.S. bater ao ferrolho do Youle quando lhe aprouver.” Carta de Picot para Nabuco, 1º de fevereiro de 1882, pasta 6, doc.123, AJN, Fundaj. Cf, também nota 57 do capítulo anterior.

¹⁷ - Carta de Picot para Nabuco, 20 de março de 1882, pasta 7, doc. 126, AJN, Fundaj.

“... nunca as mãos lhe doam a respeito de tudo quanto disse sobre as finanças do Império, déficits, garantias de juros... Todas as vezes que lhe for possível, não se descuide de aproveitar a ocasião e malhando nesse ferro frio...”¹⁸

Nabuco segue a orientação de Picot e, de fato, comenta a questão das finanças nacionais constantemente. Aliás, o faz com tanta ênfase que em 11 de janeiro de 1883, o editor –chefe lhe passa a seguinte orientação:

“ O meu amigo tem se ocupado com as malfadadas finanças do Brasil e nunca as mãos lhe doam. Lembro-lhe porém que convém fazer sempre referências ao nosso crédito em Londres, à praça de Londres. Não pareçam as suas observações respostas ao que dizem no Rio. Tal polémica através do Oceano pareceria pueril.”¹⁹

Assim, fica-nos bastante evidente toda a estratégia para que o *Jornal* aparecesse como sendo totalmente “imparcial”, acima de “partidos” e de “vontades individuais”: a questão era emitir opiniões e propagandear as posições que interessavam aos proprietários e a seu grupo, sem que ficasse totalmente claro o que se estava fazendo.

As opiniões deveriam existir, principalmente no caso das finanças – questão sensível para Picot, como demonstram também os fragmentos das cartas reproduzidos acima – mas sempre sob a aparência de que se estava apenas comentando sobre o “crédito” brasileiro em Londres. O interesse era, portanto, tanto opinar quanto noticiar, mas era preciso que parecesse, por questões estratégicas para os donos da folha, que apenas se noticiava.

Podemos dizer, a partir de todos os aspectos acima mencionados, que a experiência de Nabuco no *Jornal do Commercio* é ilustrativa de como atuava, em geral, política e economicamente aquela folha. Contratando pessoas bem formadas e afinadas com seus interesses, sem que isso representasse um

¹⁸ - Idem, ibidem.

¹⁹ - Carta de Picot para Nabuco, 11 de janeiro de 1883, pasta 9, doc.170, AJN, Fundaj.

enorme dispêndio com pagamentos de salário, e ao mesmo tempo difundindo uma idéia de que se era “imparcial”, os seus proprietários auferiam bons lucros e a folha pôde se manter por muitos anos, o que era relativamente difícil no século XIX.²⁰

Por outro lado, as idéias expressas por Nabuco naquelas cartas, tal como as idéias expressas n’O *Abolicionismo*, representavam as de um grupo empresarial com negócios nos dois lados do Atlântico e que parecia ter vínculos muito estreitos com diplomatas, parlamentares, jornalistas e publicistas, em geral. Afinal, eles precisavam, de alguma forma, convencer a todos os cidadãos brasileiros de que os seus interesses eram os interesses nacionais, eram interesses amplos e não partidarizados. Eis porque a vontade do jornal de parecer sempre “imparcial” é tão grande quanto fora a vontade de Nabuco, naquele livro, de identificar a causa abolicionista à causa da “humanidade”, à causa do “progresso”.²¹

O fato é que o então jornalista rapidamente se adaptou à forma de atuação que o *Jornal*, representado por Picot, desejava. Escrevendo textos, em aparência, só informativos e “*se limitando ao que (podia) interessar ao público brasileiro*”²², já em meados de 1882 as cartas de Picot para Nabuco eram muito amistosas e elogiosas a seu trabalho que acabou sendo muito bem acolhido no Brasil, em palavras do amigo Machado de Assis:

²⁰ - Villeneuve e Picot seguem sendo proprietários do *Jornal* até 1890, quando o vendem a José Carlos Rodrigues, “*que era um jornalista ligado à tradição do Jornal do Commercio. Seu velho colaborador, seu correspondente, profissional, competente, longos anos diretor do Novo Mundo, que se publicava em Nova York...*” Elmano Cardim, *No Sesquicentenário do “Jornal do Commercio”*, op.cit., p. 29.

²¹ - Para destacar o quanto Nabuco se esforçou n’O *Abolicionismo* para “despersonalizar” a campanha contra o fim da escravidão e colocá-la acima dos interesses de grupos, vale citar o seguinte trecho: “*Os nossos adversários precisam para combater a idéia nova de encarná-la em indivíduos, cujas qualidades nada tem a ver com o problema que eles discutem. Por isso mesmo, nós devemos combater em toda a parte tendo princípios, e não nomes, escritos em nossa bandeira...O que nos torna hoje salientes é tão somente o luto da pátria: por mais talento, dedicação, entusiasmo, e sacrifícios que os Abolicionistas estejam atualmente consumindo, o nosso mais ardente desejo deve ser que não fique sinal de tudo isso, e que a anistia do passado elimine até mesmo a recordação da luta em que estamos empenhados.*” O *Abolicionismo*, edição fac-similar, op.cit., pp. 253-254.

²² - Carta de Picot para Nabuco, 30 de janeiro de 1882, pasta 6, doc.116, AJN, Fundaj.

*"... deixe-me dizer-te ... que aprecio e grandemente as tuas cartas de Londres para o Jornal do Commercio, como que os meus amigos e pessoas com quem converso, a tal respeito, tem a mesma impressão. E olhe que a dificuldade, v. Sabe, é grande porque no geral as questões inglesas (...) são pouco familiares neste país; e fazer com que todos as acompanhem com interesse não é nada fácil, e foi o que você alcançou."*²³

Dentro daqueles padrões, a variedade de assuntos tratados por Nabuco, nos textos das Cartas de Londres, é bastante grande, indo desde da descrição do casamento da atriz Sarah Bernhardt, até as primeiras notícias sobre as negociações em torno do estabelecimento do Estado do Congo, uma espécie de prenúncio da partilha da África, que ocorreria no final de 1884 – momento em que Nabuco já deixara o cargo de “*general correspondent*”, uma vez que embarcou para o Brasil em abril daquele ano. As últimas cartas foram justamente escritas, com data de maio, no navio que o trouxe de volta.²⁴

Habilmente, portanto, ele se valeu de variados episódios aparentemente mais corriqueiros para emitir opiniões políticas das mais significativas, como é o caso do seguinte comentário tecido em 30 de

²³ - Carta de Machado de Assis para Joaquim Nabuco, 14 de abril de 1883, pasta 10, doc. 185, AJN, Fundaj.

²⁴ - Sobre o casamento de Sarah Bernhardt em junho de 1882, Nabuco comenta: “O casamento de Sarah Bernhardt com um grego, que fora empregado no corpo diplomático e entrara depois para o teatro, não se diz se por amor da arte ou da atriz, é um acontecimento mais de Paris, do que de Londres, mas tendo sido celebrado na Inglaterra não pode deixar de figurar nesta carta... Desde que essa artista se resolveu a dar, na sua posição e com os seus precedentes, um passo, como o casamento, não podia ter casado de modo mais original... Judia de origem, francesa de nascimento, casada com um grego, segundo a religião anglicana, e, para isso, indo a Londres, entre uma peça e outra, entre Nápoles e Barcelona, demorando-se apenas o tempo preciso para ter a certidão do casamento, Sarah Bernhardt mostrou-se ainda, casando, na altura da sua reputação de excentricidade. O novo nome da célebre atriz é Mme. Donald.” *Jornal do Commercio*, 18 de julho de 1882, p. 2. Se o casamento da atriz era apenas uma curiosidade, a questão do Congo é bem mais complexa e importante, embora Nabuco não tenha tido tempo para percebê-lo, de modo que na carta de 3 de maio de 1884, publicada em 27 daquele mês, ele apenas anuncia a criação daquele estado africano, sob os auspícios da Associação internacional do Congo, presidida pelo rei belga Leopoldo. Sobre o episódio cf. Adam Hochschild, *O Fantasma do Rei Leopoldo*, op.cit. e Cf. *Jornal do Commercio*, 27 de maio de 1884, p. 3. Além desses episódios vale ainda mencionar os amplos comentários tecidos por Nabuco nas cartas de janeiro e fevereiro de 1883 (publicadas em março daquele ano) sobre a morte do político francês Gambetta, do qual, em geral, era um entusiasta.

novembro de 1882, a propósito de um cortejo da Rainha Vitória e familiares pelas principais ruas de Londres, quando foram “efusivamente” cumprimentados e saudados:

*“Esse pequeno episódio é significativo da popularidade da instituição monárquica neste país, e no entanto, apesar das suas elevadas atribuições constitucionais, a Rainha Vitória nenhuma parte tem no governo, não faz paz nem guerra, não nomeia nem demite ninguém, não está em relação com membros do parlamento nem chefes de partido, e o seu principal dever consiste em confiar o poder ao homem indicado pela opinião e de fato escolhido por ela. A Inglaterra vê, porém, que tem prosperado, e é tão livre sob esse regime constituído pela prática como o seria sob o mais elaboradamente arquitetado em teoria, e a popularidade da rainha representa essa adesão firme, convicta e decidida do país às instituições de que ela, por ser o elemento permanente, garante ao mesmo tempo a estabilidade e o movimento... a Nação inglesa está convencida de que, com sua forma de governo histórico, tem tanta liberdade como teria se todos os anos elegeisse os seus consules ou o seu presidente, e por isso não quer mudar”.*²⁵

Ou seja, a partir da notícia sobre um cortejo da família real britânica, Nabuco demonstra todo o seu empenho pela manutenção da monarquia no Brasil, ao mesmo tempo em que explicitamente pensava em reformá-la, condenando o poder Moderador, estabelecido pela constituição e que dava ao soberano brasileiro o poder de nomear e demitir ministros, dissolver a Câmara e convocar eleições. Poder que a rainha Vitória não tinha, mas também não lhe fazia falta perante a opinião de seus súditos, que se sentiam livres e satisfeitos sob a forma de governo monárquica, que lhes garantia principalmente “*estabilidade e movimento*”.

Em outro trecho, naquela mesma carta, Nabuco analisa as possibilidades de se constituir uma “corrente imigratória” de europeus para a América da Sul. Isso, porque, segundo ele, a escassez de terras no “Velho Continente” era muito grande, ao passo que vastas áreas do “Novo Mundo”

²⁵ - *Jornal do Commercio*, 24 de dezembro de 1882, p. 3.

continuavam “incultas, inexploradas”. Tal fato, faria com que a “raça anglo-saxônica”, que já estava imigrando para a América do Norte, fosse hegemônica em todo o continente, uma vez que nem o inglês, nem o alemão “se deixariam absorver pelo espanhol ou português”:

“... não há dúvida que se a América do Sul continuar inculta, inexplorada, sem população suficiente, as raças que a habitam hão de pagar com a sua absorção o preço da terra, que se está tornando escassa demais para não ser por sua imensa utilidade – a todos os respeito – para o homem a primeira de todas as riquezas e necessidades. Uma corrente de imigração anglo-saxônica para a América do Sul, como a que se tem dirigido neste século para a do Norte, asseguraria àquela raça o domínio de todo o continente, porquanto nem o inglês nem o alemão se deixariam absorver pelo espanhol ou pelo português ou seus descendentes – como os índios e os negros...”²⁶

O correspondente demonstra, por conseguinte, com esta análise, que se encontrava plenamente afinado com as teorias racistas do século XIX, aspecto nem sempre revelado em suas observações sobre a convivência entre brancos e negros no Brasil escravista, feitas n’O *Abolicionismo*. Naquele livro, no geral, transparece que, realizada a abolição, brancos e negros conviveriam “tranqüilamente” – em nenhum momento ele explicitou que a raça “inferior” tendia a ser absorvida pela raça “superior”, apenas sugeriu isso em um ou outro ponto do livro.²⁷

²⁶ - Idem, *ibidem*.

²⁷ - No geral, os analistas d’O *Abolicionismo* tendem a valorizar as análises ali feitas sobre a questão racial, a partir do seguinte trecho: “A escravidão entre nós manteve-se aberta e estendeu os seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, ingênuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres; e dessa forma adquiriu ao mesmo tempo uma força de absorção dobrada e uma elasticidade incomparavelmente maior do que houvera tido se fosse um monopólio de raça, como nos Estados do Sul (dos Estados Unidos). Este sistema de igualdade absoluta abriu por certo um melhor futuro à raça negra do que era o seu horizonte na América do Norte.” O *Abolicionismo*, edição fac-similar, op.cit., p. 175. Uma análise sobre o peso das idéias racistas em Joaquim Nabuco é feita por Célia M. M. de Azevedo, *Abolitionism in the United States and Brazil – A comparative Perspective*, op.cit., especialmente o capítulo IV, “Reflections on Racism and the Destiny of the Ex-Slave”, pp. 83-120. Sobre o racismo científico no Brasil do final do século XIX e sobre as teorias de “aperfeiçoamento” das raças, cf. Lília Moritz

Citamos os dois fragmentos acima, sem pretensões conclusivas a propósito das análises de Nabuco sobre os poder moderador e a superioridade ou inferioridade das raças. Tivemos como objetivo único demonstrar o potencial que as Cartas de Londres apresentam para estudos futuros sobre as idéias gerais do abolicionista e sobre o momento histórico em que viveu. O que nos interessa registrar, portanto, de imediato é que sob a forma de notícias ele propagava idéias e concepções sobre os procedimentos mais adequadas para se organizar a sociedade brasileira.

Contudo, a importância daqueles textos, do ponto de vista da propaganda em favor das “reformas”, não passou despercebida aos seus aliados de primeira hora, que transcreviam, em vários jornais, trechos das Cartas de Londres, sobretudo os que contavam com maiores comentários sobre as finanças nacionais. Como afirma Sancho Pimentel: “*O que escreves sobre as finanças é transcrito por outros jornais...*”²⁸

Se tal caráter “propagandístico” foi notado pelos aliados, não o deixou também de o ser pelos adversários do abolicionista e do próprio Partido Liberal, então no poder. Assim, na sessão da Câmara de 31 de maio de 1883, o já antigo desafeto de Nabuco, Andrade Figueira afirma que a correspondência do *Jornal* tinha “caráter semi-oficial”, pois o correspondente recebia uma gratificação governamental.²⁹

Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, especialmente o capítulo 2.

²⁸ - Carta de Sancho Pimentel a Nabuco de 15 de fevereiro de 1883, pasta 8, doc. 178, AJN, Fundaj.

²⁹ - Muito provavelmente, a acusação de Figueira de que a correspondência tinha caráter “semi-oficial” se vinculava justamente à defesa da austeridade financeira feita por Nabuco naqueles textos. Isso porque tal posição era característica dos políticos vinculados ao Partido Liberal – muito embora, houvesse internamente múltiplas posições sobre o assunto. Sobre as finanças afirmavam, ainda em 1878, os liberais, no jornal *a Reforma*, criticando as administrações conservadoras: “*As ruínas financeiras alastram no solo da pátria, e a desmoralização reina à larga na administração pública em todas as esferas de serviços, o descrédito e o aviltamento são as duas principais verbas testamentárias inscritas nos documentos de última vontade, achados à beira do túmulo da situação conservadora.*” *A Reforma*, 10 de janeiro de 1878, apud Fernando da Cruz Gouveia, *O Partido Liberal no Império: O Barão de Vila Bela e sua época*, Brasília: Senado Federal, 1986, p. 446.

A resposta é dada por Nabuco, de forma muito irônica e direta na carta de Londres de 25 de junho:

*“Li com surpresa a revelação, feita à Câmara dos deputados pelo Sr. Andrade Figueira, de que estas correspondências tem caráter semi-oficial, porque o seu autor recebe uma gratificação do governo... O que me interessa agora é o destino que terá tido essa gratificação. Tais gratificações, para produzirem o seu efeito e serem apreciadas pelos donatários devem ser levadas ao conhecimento deles sob um forma tangível, e eu estou ainda sem notícia da soma e do fim dessa generosidade a mim feita. Não sei mesmo se foi no ministério do Sr. Saraiva, ou do Sr. Martinho Campos, ou no do Sr. Paranaguá, ou no do Sr. Lafayette que ela foi votada. É da natureza de semelhantes transações serem secretas, mas o segredo não deve ir ao ponto de não serem reveladas ao indivíduo que faz objeto delas. Dê-se, pois, o Sr. Andrade Figueira ao trabalho de verificar a quanto sobem os meus atrasados que me são devidos, e eu terei ocasião de oferecer essa quantia e as que lhe acresçam, em nome do ministro que me tiver feito tão grande honra, para aumentar a recompensa nacional ao Sr. Dr. Lacerda, descobridor do antídoto do veneno ofídico.”*³⁰

As insinuações de Figueira, seguida da resposta de Nabuco, demonstram que apesar de não assinadas e apesar da pretensão de imparcialidade, as idéias defendidas nas cartas londrinas foram reconhecidas em seu sentido e em sua autoria – afinal, a fala do político conservador fora feita no Parlamento e a resposta de Nabuco fora pública, no *Jornal*.

Tal fato é, para nós, fundamental uma vez que atrás do ar noticioso daqueles textos, todos os contemporâneos de Nabuco, envolvidos nas

³⁰ - *Jornal do Commercio*, 25 de junho de 1883, p. 2. O jornal, em 2 de junho, antes ainda da resposta de Nabuco a Andrade Figueira, procurou “despersonalizar” as idéias expostas na correspondência. Para os redatores, as Cartas deveriam se sustentar pela sua “força da lógica”. Tudo que estava nos textos era “verídico” e portanto isso é o que importava para o *Jornal*: “Não, nunca governo nenhum nos pagou correspondente em ponto algum do globo. Na sua qualidade de correspondentes, todos são e têm sido remunerados por nós exclusivamente... a única coisa de que nos preocupamos é da veracidade das correspondências e do espírito com que são apreciados os fatos ocorrentes. Sempre nos pareceu mau sestro esse de buscar em qualquer escrito, não a força da lógica e o peso dos argumentos, mas antes de tudo o nome do autor...” p. 3.

disputas políticas em torno das reformas e da abolição, sabiam a quem ele estava ligado e que idéias ele defendia, mesmo sem mandato – isto a apenas quatro meses do desembarque dos primeiros volumes d' *O Abolicionismo*, em portos brasileiros.

Neste sentido, interessa-nos, a partir daqui , analisar os pontos de vista de Nabuco sobre as finanças públicas brasileiras e sobre as relações internacionais – aspectos fulcrais para o encaminhamento das suas idéias reformistas anunciadas n' *O Abolicionismo*, afinal, conforme nos referimos, ele próprio pensava fazer volumes da série “*Reformas Nacionais*”, sobre os dois temas. O que analisamos mais detidamente, portanto, das Cartas de Londres são os conteúdos que nos ajudam explicar os sentidos das reformas propostas n' *O Abolicionismo* – o nosso principal problema nesta dissertação.

Além daqueles dois temas, no terceiro item abaixo, levantamos algumas hipóteses iniciais sobre a eventual conformação de uma lei agrária, que seria ideal para o projeto abolicionista, à vista dos comentários que ele teceu sobre a situação da Irlanda.

1 - A guerra no Egito e o “papel civilizador” da Grã – Bretanha: Alguns indicativos sobre as características de uma política externa para o “progresso”:

Desde o início da década de 1850, o Egito representava uma região bastante interessante para os capitalistas europeus, sobretudo ingleses e franceses. Com a inauguração em 1869 do Canal de Suez e com a expansão da cultura do algodão no vale do Nilo, durante a Guerra de Secessão nos

Estados Unidos, os interesses europeus na região expandiram -se de forma vertiginosa.³¹

No decorrer das décadas de 1860 e de 1870, várias empresas européias, sobretudo britânicas, lucraram enormemente com todos os melhoramentos na infra - estrutura do país. A construção de 1.400 quilômetros de estradas de ferro, de uma dezena de pontes, canais e docas garantiam um duplo lucro aos investidores europeus que forneciam os capitais por meio de seus bancos, e os recebia de volta por meio dos juros e da contratação de empreiteiros e construtores para a realização das obras.

O resultado foi um endividamento progressivo do Egito acompanhado do empobrecimento de sua população nacional, constituída sobretudo por camponeses.³² Isto ao mesmo tempo, em que o país recebia dezenas de imigrantes de outros países, que para lá se mudavam por serem funcionários de companhias estrangeiras ou por buscarem isoladamente oportunidades econômicas. Assim, antes de 1880, todas as características financeiras do Egito se definiam a partir da sua inserção *"into a global economy"*:

" Well before 1880 modernization, diversification, and industrial growth were being moulded by incorporation into a global economy, principally as a supplier to Europe of raw materials, notably cotton, and consumer of its manufactured goods.

³¹- As informações gerais sobre a história dos interesses britânicos e sobre sua atuação no Egito foram retiradas da seguinte obra: A. L. Morton, *A História do Povo Inglês*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970, pp. 420 – 426 e Porter, , "Britain and the Empire in the nineteenth century" in Andrew Porter (ed.), *The Oxford History of the British Empire*, volume III – The Nineteenth Century, Oxford/New York: Oxford University Press, 1999; e Al-Sayyid-Marsot, A. L., "The British Occupation of Egypt from 1882", in Porter (ed.), op. cit., pp. 651-664.

Segundo estes dois últimos autores, além dos interesses econômicos imediatos, o território egípcio tinha uma importância geopolítica muito significativa, uma vez que a presença britânica no Egito permitia negociações com o Império Otomano, no sentido de evitar uma expansão russa na região da Turquia na região leste do Mediterrâneo.

³²- O seguinte trecho de Morton ilustra muito bem a situação econômica do Egito, em meados dos anos de 1870: *" Em 1876 o débito do Egito era de cerca de oitenta milhões de esterlinos, e o juro sobre essa quantia era de seis milhões anuais numa receita nacional total de dez milhões, a qual tinha de ser arrancada a uma população rural de aproximadamente oito milhões de camponeses que cultivavam menos de cinco milhões e meio de acres."* A. L. Morton, op. cit., p. 421.

Economic change had significant social and political consequences. Not only overseas connections but the numbers of resident 'foreigners' grew considerably, from c.8.000 – 10.000 in 1838 to some 90.000 by 1881. This polyglot capitalist community embraced not only Americans, Jews, Greeks, and others from the eastern Meditteranean, but British, French, and Italians, newcomers as well as old."³³

A situação de dependência econômica do país, a partir de 1875, era tão acentuada que o governo foi obrigado a vender a totalidade de suas ações do Canal de Suez(cerca de 50% do total) , para o governo inglês; grande interessado em consolidar o controle sobre a principal via de comunicação entre a Inglaterra e a importante colônia na Índia.

Neste cenário, por razões óbvias, a crise econômica crescente passou a ser identificada, pela maioria da população egípcia ao predomínio estrangeiro no país, de tal maneira que em fins de 1870 surge um importante partido nacionalista, nitidamente xenófobo, liderado pelo militar Arabi Pachá. Em meados de abril de 1882, Arabi promove uma primeira movimentação no sentido de assumir efetivamente o poder e afastar do governo o então Quediva egípcio, maleável aos interesses britânicos:

*"... a military revolt led by the only four native Egyptian colonels in the army; with its nationalist slogan of 'Egypt for the Egyptians' direct at their Turco-Circassian rulers, it was broadly supported among élite groups, intellectuals, and the rural population."*³⁴

Diante de tal ameaça, França e Inglaterra intimam o governo egípcio a tomar medidas para manter a legalidade, dentre as quais estaria o degredo do líder nacionalista Arabi.

Cedendo a pressões da diplomacia italiana e alemã, a França abandona a Inglaterra em sua cruzada pela "legalidade no Egito", ao mesmo tempo em que Arabi assume o poder com uma nítida postura de enfrentamento para

³³ - Al-Sayyid-Marsot, A. L., op.cit., p.652.

³⁴ - Idem, p. 653.

com os britânicos. Ameaçada a hegemonia inglesa sobre o Egito e sobre o Canal de Suez, Gladstone se vê na contingência de intervir militarmente na região, de tal forma que, em 11 de julho de 1882, com o argumento de que navios da armada britânica se encontravam ameaçados pela construção de fortificações militares em Alexandria, os ingleses bombardeiam e invadem aquela cidade. No final de setembro, tropas britânicas ocupavam todo o território egípcio, Arabi estava preso e a “legalidade” restaurada a força das baionetas comandadas pelo gabinete liberal inglês:

*“British government pronouncements suggested that Britain’s occupation was temporary, its intention being to ‘recue’ Egypt from ‘disorder’ and the Egyptian throne from a nationalist movement, dubbed a ‘military mutiny’, and then to ‘retire’.”*³⁵

Nabuco comenta detalhadamente cada um dos episódios relativos ao Egito, sempre tomando a defesa da política empreendida pelo primeiro - ministro inglês. Assim, até o bombardeio de Alexandria, o correspondente defendia claramente a política pacifista liberal e a justificava para os leitores brasileiros, desqualificando todos os argumentos contrários a ela. Era um momento em que Nabuco e seu editor-chefe, como a maioria do Partido Liberal britânico, acreditava na força dominadora tão somente do capital, segundo ele “...*muito mais poderosa do que a (força) dos soldados de Cromwell.*”³⁶

Em abril, ele assim se referia à virtude inquestionável dos liberais, em geral, e dos ingleses em particular:

³⁵ - Idem, p. 654.

³⁶ - Jornal do Comércio, 13 de maio de 1882, p. 3. Em outro trecho desta mesma carta, o correspondente relaciona diretamente a paz reinante na Europa daquele momento ao predomínio de administrações liberais: “*A verdade ... é que as administrações liberais ocupam-se instintivamente mais das reformas internas e as conservadoras de manter o prestígio do país no estrangeiro. Isso provem do próprio temperamento dos partidos. A coincidência de haver tantas administrações liberais atualmente na Europa, empenhadas todas em grandes planos de reforma interior, não deixa talvez de exercer certa influência sobre o estado absolutamente pacífico do continente.*”

*“Quaisquer que sejam as faltas da política liberal, ela tem em quase toda parte a vantagem de ser oposta à guerra, às invasões e à diplomacia na qual certos governos insistem não por ser justa, mas por ser tradicional.”*³⁷

Nabuco considerava que ações “resolutamente imperialistas” (ou seja fundadas em ações militares), como pregavam os membros do Partido Conservador britânico, representavam um contra-senso, ainda mais em países e/ou regiões que já contavam com algum desenvolvimento industrial e tecnológico. De tal forma que, assim se referia aos prejuízos no Egito, no caso de uma guerra prolongada movida pela Grã-Bretanha:

*“... a destruição das indústrias que começam, dos capitais empregados, das cidades e das povoações, da civilização existente (...), o perigo a que ficaria exposto o canal de Suez, ..., tudo isto com a fome e a peste no fundo do quadro, forma a contingência que a Inglaterra pode encontrar no seu caminho, ou deixar após si como as pegadas da sua marcha.”*³⁸

Neste sentido, a fala ‘pacifista’ de Nabuco era antes uma fala em defesa da preservação do ‘progresso’ e da ‘civilização’ criada pelo capital; os prejuízos humanitários da guerra representam apenas elementos “de fundo do quadro”. No entanto, os riscos à hegemonia britânica no Egito eram muito grandes, caso Arabi se perpetuasse no poder. Assim, Gladstone passa à ação militar, à ação “resolutamente imperialista” – a partir daí, o correspondente adota as razões do primeiro-ministro, para justificá-la.³⁹

³⁷- Idem, ibidem.

³⁸- Idem, 13 de agosto 1882, p. 2.

³⁹- Nabuco defende tão entusiasticamente a “nobreza” e a necessidade da intervenção armada no Egito, promovida por Gladstone, que rechaça a todas as falas dos opositores do então primeiro ministro, que o acusavam de ter feito a guerra tão somente para preservar os interesses dos financistas britânicos, com muitos investimentos no Egito: “... *Quem acredita que o Sr. Gladstone foi ao Egito no interesse dos Bondholders (investidores britânicos, com muitos negócios no Egito), pode acreditar que o Brasil foi ao Paraguai no interesse dos fornecedores. O poder dos financistas é colossal, mas é preciso que seja maior ainda o poder da ignorância para acreditar-se que o Sr. Gladstone seja instrumento de financeiros*”. Idem, 18 de novembro de 1882, p. 3.

A argumentação é feita no sentido de mostrar que apenas em alguns casos era a força justificada na administração de um poderoso império capitalista, como o era o Império Britânico. O uso de armas deveria representar um último recurso na manutenção da “imensa fábrica” - metáfora empregada por Nabuco para caracterizar os vastos domínios da Rainha Vitória. No limite, ele reconhece, que embora só excepcionalmente, o recurso às armas era indispensável aos ingleses:

*“ Com os princípios de John Bright (líder liberal inglês avesso à utilização da força armada pelos ingleses e ,segundo Nabuco, o maior líder do partido depois de Gladstone) dificilmente se poderia governar o império britânico. Fundado pela conquista e mantido pelo prestígio (não na sua parte colonial que adere espontaneamente à Metrópole, mas na parte do seu domínio que se estende sobre raças estrangeiras, como a Índia), o império britânico deixaria de existir se a Inglaterra não estivesse decidida a esgotar os seus últimos recursos na manutenção dessa imensa fábrica.”*⁴⁰

No entanto, se o exército era um recurso extremado, mas absolutamente necessário em alguns casos para manter o Império Britânico, o uso de estratégias pacíficas, indiretas era o mais eficiente e o único capaz de permitir uma expansão bem sucedida daquele mesmo Império:

*“... sem os princípios a que o Sr. Bright dedicou a sua vida, a Inglaterra não teria chegado neste século a ser o que é. Esses princípios, visivelmente exagerados, no que respeita à defesa do território, são salutareos no que se refere à conquista que eles condenam, à autonomia das colônias, ao desenvolvimento do espírito de paz, ao desprezo do prestígio, chamado em França napoleônico e imperial na Inglaterra, pelo qual nenhuma nação se eleva sem humilhar as outras.”*⁴¹

⁴⁰- Idem, ibidem.

⁴¹- Idem, ibidem.

Em síntese, a força não era eficiente na expansão das áreas da “imensa fábrica” e deveria ser usada com muita parcimônia na manutenção das mesmas, apenas em ocasiões em que não fosse possível o recurso a outros métodos. Assim, a dominação direta de uma região, o estabelecimento de um protetorado ou de uma forma de governo colonial diretamente ligado à Londres não eram também os melhores procedimentos a serem tomados, uma vez consolidada a vitória britânica contra Arábia. As Cartas defendem uma política indireta de modernização do Egito, que levasse aquele país a um estágio de desenvolvimento efetivo, próximo ao nível de civilização europeu.

Ao mesmo tempo em que o Egito não poderia ser transformado, como desejavam os conservadores britânicos, em um “*joguete da política de anexação e engrandecimento da Inglaterra*”⁴²; era preciso fundar naquele país “*um governo que desse garantias de estabilidade e ordem aos interesses europeus.*”⁴³

A consolidação eficiente de semelhante governo seria possível somente se a própria população egípcia, predominantemente de muçulmanos, passasse por um gigantesco “processo civilizador”, a partir do qual aquele povo conseguiria perceber a importância do progresso material, personificado pelos europeus/ingleses.

Em outras palavras, Nabuco se contrapõe a um domínio militar/colonial permanente, mas defende um colonialismo indireto/cultural, por assim dizer, que representaria um sólido alicerce para a construção de um país aberto aos capitais modernizadores ingleses, ao mesmo tempo em que a Inglaterra não ficaria sujeita à necessidade de intervenções militares, que colocassem em risco as construções e os lucros de seus próprios capitalistas, baseados em território egípcio.

Sobre a maneira de controlar satisfatoriamente o Egito, sem que houvesse quaisquer riscos de se perder recursos ali investidos, diante de uma nova revolta da população; e ao mesmo tempo fixar aquele país no caminho do progresso, Nabuco escreveu:

⁴²- Idem, 18 de novembro de 1882, p. 3.

⁴³- Idem, 26 de agosto de 1882, p. 2.

*“Arabi queria um Egito sem a influência estrangeira, mas esse Egito seria um Egito árabe, uma espécie de Marrocos. Para o progresso real do Egito é preciso, pelo contrário, uma grande dose de civilização, e a civilização é hoje distintamente européia, se já foi asiática. A intervenção estrangeira revoltava os egípcios por ser uma exploração do povo, não os há de revoltar, porém, se for praticamente a educação do povo.”*⁴⁴

Investindo em uma “educação da população egípcia”, a qual teria essencialmente a função de minar “nacionalismos radicais e retrógrados”, Nabuco acreditava ser possível edificar no Egito “*um governo que dispensasse a presença de tropas inglesas e todavia fosse dirigido pela influência da Inglaterra*”.⁴⁵ O processo de educação dos egípcios passava por garantias à liberdade, de representação política, de instrução e de bem estar individual. Processo este que jamais poderia ser levado a efeito sem a tutela, mesmo que indireta (para não despertar “fortes paixões opositoras contra os estrangeiros”), da Inglaterra.

O governo do Sr. Gladstone tinha todas as ferramentas para promover o citado processo de “educação dos egípcios”. Bastava franquear segurança para a entrada cada vez maior de capitais ingleses no Egito, por meio dos quais se conseguiria garantir a prosperidade das finanças públicas, base para a promoção da justiça, da instrução, do progresso material e da garantia às liberdades individuais.

Por conseguinte, as tropas britânicas deveriam permanecer em território egípcio apenas até o momento em que o governante legal do país tivesse condições de manter uma certa normalidade, capaz de assegurar a ação inglesa no processo de educação da população. A retirada das tropas era aceitável e mesmo necessária para Nabuco. O que ele não admitia era o abandono dos egípcios à sua própria sorte, sem a influência civilizadora britânica:

⁴⁴- Idem, 5 de dezembro de 1882, p. 3.

⁴⁵- Idem, 18 de novembro de 1882, p. 3.

*“ O primeiro - ministro pode tomar medidas para impedir a anexação ou a converção do Egito em província britânica, enquanto é tempo, isto é, antes que subam os conservadores, e pode mesmo, logo que houver no Cairo um começo de exército suficiente para escorar o trono do Quediva, retirar as tropas inglesas; mas o que o primeiro - ministro não pode ... é pôr termo a essa influência que a Grã - Bretanha reclama no país, onde se acha o canal de Suez, influência que se há de sempre revelar pelo progresso material, o bem estar e educação do povo, pela importação de capitais ingleses, pela prosperidade das finanças públicas, e, finalmente pela organização da justiça e das garantias da liberdade individual. ”*⁴⁶

Sem pretensões conclusivas sobre a complexidade dos interesses dos investidores europeus, britânicos principalmente, no Egito, que estiveram na base da interferência militar ali promovida e liderada pelo gabinete presidido por Gladstone, a recuperação das principais informações sobre o episódio e os comentários sobre elas tecidas por Nabuco, de alguma forma, revelam quais as características ideais para ele e seu grupo de uma política externa voltada para o “progresso” de diferentes nações.

O primeiro aspecto que chama a nossa atenção, de forma bastante significativa, diz respeito à recusa de quaisquer ações armadas entre países. Embora ele a justifique, no caso do Egito dominado por um “militar-muçulmano”, fica evidente que a guerra sempre trazia mais prejuízos do que benefícios. Afinal, as perdas materiais eram incomparáveis, como o foram no caso da Alexandria bombardeada pelos ingleses e saqueada pelos seu próprios habitantes:

“Raras tragédias gravam-se na história com as mesmas vividas cores com que há de ficar impressa essa destruição recente de uma grande cidade, saqueada e queimada pelos seus próprios habitantes, em resposta às bombas do inimigo. Dir-se-ia que a fúria excitada do fanatismo muçulmano não procurava assim somente vingar a afronta

⁴⁶- Idem, 3 de janeiro de 1883, p. 2.

*recebida, mas também sentia um prazer selvagem em dizer aos cristãos e aos europeus mostrando-lhes Alexandria em ruínas: 'começastes a obra do extermínio, nós a acabamos.'*⁴⁷

Afastando as possibilidades de “*conflitos ruinosos*”, Nabuco defenderá sempre uma política de entendimento diplomático, em que as contendas internacionais deveriam ser resolvidas por meio de *arbitramento*.⁴⁸ Assim, não prevendo um papel decisivo dos militares na definição de uma política externa, o abolicionista defende, efetivamente, uma interferência cada vez menor dos diversos estados nacionais no encaminhamento geral das relações internacionais entre os países.

Os governos deveriam, de fato, cuidar de estruturar satisfatoriamente a política e a economia internas no sentido de abrir seus territórios e permitir a livre entrada de empresas e capitais internacionais – estas sim as efetivas coordenadoras das relações entre territórios e povos diferentes. Ora, não é este o sentido que deveria ter a interferência direta britânica no Egito, findo o conflito?

Os ingleses deveriam garantir, com suas tropas, as reformas, a reestruturação da sociedade egípcia para que ela se tornasse “estável”, sem riscos de alterações políticas ou econômicas bruscas, e assim os riscos aos investidores estrangeiros que lá depositassem seus capitais fossem

⁴⁷ - *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1882, p. 2.

⁴⁸ - Em texto de 18 de setembro de 1882, publicado na p.2, comentando as repercussões na Inglaterra de um eventual conflito armado entre o Brasil e a Argentina, por conta de litígios na região das Missões Jesuíticas, Nabuco afirma que, no caso de países como o Brasil, em que reformas, como a do elemento servil, eram “urgentes”, além de todos os prejuízos materiais, uma guerra ainda causaria o atraso no encaminhamento das mesmas: “*É exatamente este o momento para um esforço sério de reflexão e de vontade e para resistir ao impulso se o há (impulso para a guerra). O arbitramento deve ser a divisa da América não só que a guerra é muito cara e desastrosa, e pode envolver a ruína financeira dos beligerantes; é também, e pior, que ela impede o progresso interno a realização das grandes reformas. A guerra do Paraguai demorou por mais de cinco anos a lei de 28 de setembro. Uma nova guerra adiaria muitas outras medidas necessárias ao adiantamento do Brasil. A resolução de manter a paz e de progredir por ela basta quase sempre para afastar a guerra. A responsabilidade de forçar uma nação pacífica a encetar uma campanha defensiva é grave demais para que a República Argentina queira incorrer no ódio que ela havia de chamar contra si.*”

mínimos. Isto, no caso daquele país em especial, no qual o povo ainda não estava *“preparado para reivindicar para si a direção de seus negócios, e para empreender essa tarefa (reformista), precisava ser educado nos princípios e sentimentos da civilização européia.”*⁴⁹ Afinal, tratava-se de um país muçulmano, a ser “reeducado” nos princípios sociais, econômicos e políticos do mundo cristão e tal tarefa, sem o uso de alguma “força” era muito difícil:

*“ A reforma do mundo muçulmano por estadistas cristãos é em si mesma difficilima e a circunstância de ser o representante dessa reforma o soberano (tratava-se do Quediva deposto por Arabi e que se apoiou nas tropas britânicas para voltar ao trono) que se aliou ao inimigo durante a invasão, quando na esperança da vitória todos os muçulmanos só tinham uma alma, só pode tornar mais difficil a realização da obra.”*⁵⁰

No caso de países ocidentais e cristãos, como era o Brasil, a superação do “atraso” e a realização das reformas dependiam de convencer as forças políticas nacionais, sem qualquer necessidade de interferência estrangeira armada ou violenta. Reformando o país internamente e apenas abrindo-o aos investidores estrangeiros, por meio do fim de restrições econômicas, os principais traços da política externa nacional estavam delineados.

Os governos não precisavam mais do que manter-se comprometidos com a paz; a ação seria toda dos empresários e investidores, que cada vez mais cuidariam de criar o “progresso” material das várias regiões do mundo por meio de investimentos em múltiplas localidades, o que resultaria na criação literal de uma *“polyglot capitalist community”*, essencialmente voltada para o desenvolvimento dos povos.

Eis porque a “reforma financeira” brasileira era tão importante para Nabuco e o grupo econômico ao qual ele estava vinculado. Só por seu intermédio – que deveria ter como efeito principal o aumento da confiabilidade do Brasil no exterior – os investimentos chegariam aqui de

⁴⁹ - Idem, 3 de janeiro de 1883, p. 2.

⁵⁰ - Idem, 27 de novembro de 1882, p. 2.

forma significativa. Livrando o país da escravidão, que o “abafava”, era ainda preciso modernizá-lo financeiramente, nos moldes que abaixo analisaremos.

2 - As finanças brasileiras: Estabilidade e confiabilidade

Tendo sempre em vista a cotação dos fundos brasileiros em Londres, tal como a ele sugerido pelo seu editor-chefe, Nabuco teceu uma série de observações sobre a economia brasileira. Defendendo essencialmente a abertura do país para o exterior como forma de modernizá-lo, a primeira preocupação do abolicionista será com as críticas às práticas protecionistas: tidas como nefastas a todas às classes, já que ao “*abrigo da concorrência*”, com o “*monopólio*” não havia muitas possibilidades para o desenvolvimento industrial e os principais prejudicados, por exemplo, seriam os operários, os pobres:

“ O protecionismo não curaria nenhum dos males atuais e criaria outros novos. Que haja indústrias de toda a ordem no Brasil, todos os brasileiros devem ardentemente desejar, mas indústrias ao ar livre da concorrência, sem opressão da comunhão, sem monopólio, que se prevaleçam das vantagens naturais da produção das matérias- primas no país, da proximidade das zonas consumidoras, e dos direitos elevadíssimos de importação. Os operários devem ser os primeiros a ver a ilusão com que lhes acena o protecionismo de trabalho e salários altos: não é quando tudo se tornar mais caro que a condição deles há de melhorar e é sempre com a extorsão feita às classes pobres, que não podem afrontar os altos preços produzidos pelos direitos de alfândega que o protecionismo conta. Ele não pode dar dinheiro aos operários, o que há de fazer é tirar-lhes o último vintém de economia. Os preços no Brasil já são altos demais para que se

possa elevá - los ainda. Uma classe, porém, estou certo, só há de perder com isso e, no entanto, é em nome dessa que se fala.” ⁵¹

Não significa, evidentemente, ao colocar as críticas contra o protecionismo naqueles termos, que Nabuco tivesse como foco a ajuda direta aos “pobres nacionais”, quando teceu suas considerações econômicas. Significa tão somente que uma vez aberto o país, de seu ponto de vista, o fluxo de investimentos seria tão volumosos que muitos e muitos empregos poderiam ser gerados.

Mas para que estes investimentos externos para cá viessem, não bastava ao Brasil estar “aberto”, era preciso que as finanças nacionais, em geral, inspirassem “confiança”. Em outros termos, era preciso que o país fosse “*solúvel*”. Daí a sua ampla pregação contra os *déficits* públicos e a defesa da mais absoluta austeridade econômica por parte do Estado.

Na opinião do correspondente, o governo brasileiro deveria fazer do orçamento nacional uma peça realista, limitada aos impostos que o país efetivamente fosse capaz de arrecadar. Ao extrapolar constantemente o valor dos recursos arrecadados, os governos abriam verdadeiros rombos nas contas públicas, fato que os abrigava a constantemente recorrer a uma série de expedientes para cobrir as contas deficitárias, como aos empréstimos externos e internos, à emissão desenfreada de papel moeda e à emissão de apólices do tesouro imperial.

Valendo - se daqueles múltiplos expedientes para cobrir o total de suas despesas, o governo brasileiro criava a ilusão de não estar acumulando muitos débitos. Criava - se uma situação “*artificial*” de confiança na economia nacional que não correspondia à realidade. Tão logo o país não pudesse mais conseguir empréstimos⁵², por exemplo, não haveria condições de pagar o que já devia:

⁵¹ - Idem, 24 de dezembro de 1882, p. 2.

⁵² - Nabuco não descarta totalmente a realização pelos países de empréstimos externos. O que descarta é a realização de operações daquela natureza para cobrir *déficits*, como o que vinha ocorrendo no caso do Brasil. Quando se captava recursos

*“Mediante essa combinação artificial de emissões de apólices, de papel - moeda, de empréstimos em Londres, de empréstimos internos pagáveis em ouro, o tesouro consegue evitar a má impressão que produziria o acréscimo exorbitante da sua dívida se ele a localizasse quer nas mãos de um só credor quer sob uma única forma de obrigações. A facilidade com a qual ele tem sempre achado dinheiro relativamente barato tem sido a causa principal da ilusão dos estadistas brasileiros que julgam poder apresentar a cada ano um orçamento maior do que o anterior contando que nunca há de chegar o dia em que não havendo mais quem empreste, o Brasil não poderá também pagar às suas dívidas atrasadas.”*⁵³

Cada um dos expedientes empregados pelo governo para cobrir os *déficits* é analisado, por Nabuco, em todos os seus efeitos para a economia nacional. Em primeiro lugar, lembra que era impossível ao país aumentar os impostos já pagos pela população, uma vez que isto representaria um ônus bastante grande às atividades produtivas.

Para a arrecadação imperial, maiores taxas teriam justamente um efeito inverso, pois provocariam uma diminuição da produção e das atividades comerciais, levando o governo arrecadar menos, mesmo cobrando tributos mais elevados. Além do que novos impostos poderiam provocar uma crise política, certamente, porque parcelas da população poderiam se recusar a pagá - los:

“... a leitura de tudo o que ultimamente se disse... sobre as finanças nacionais confirma - me na convicção de que o país não pode mais aumentar os seus impostos,

externos para lastrear as “obrigações do tesouro”, tal operação era até mesmo saudável segundo o abolicionista: *“Operações destinadas a melhorar as obrigações do tesouro como foram as americanas, nestes últimos anos, fortalecem o crédito da nação que aparece no mercado de fundos para aproveitar a confiança que inspira; operações porém cujo fim é preencher déficits ordinários e anuais que não puderam ser cobertos pelo imposto e que apresentam um caráter crônico e mórbido podem não afetar no momento o crédito do país, mas nunca deixa de impressionar os que acompanham a marcha das suas finanças como sendo um sintoma de enfermidade grave e de mau prognóstico.”* Idem, dia 13 de março de 1882, p. 2

⁵³. Idem, *ibidem*.

sem diminuir dentro de pouco tempo a sua renda, senão desde logo. Cada aumento novo de impostos será uma crise econômica, e talvez política."⁵⁴

Se os pesados impostos representavam, por si só, um elemento inibidor do desenvolvimento econômico nacional, quando associados ao expediente do governo de emitir títulos do tesouro, criava - se uma forma poderosa na capitalização de recursos que poderiam servir à expansão das atividades produtivas na indústria, agricultura e comércio.

O constante lançamento pelo Estado de apólices do tesouro, livres de tributos e com garantias de lucros certas para os investidores, sorvia um vasta quantidade de capitais que poderiam contribuir para a expansão da economia nacional, no caso de serem aplicadas diretamente na produção econômica, na geração de bens. Assim, o Estado brasileiro, ao lançar títulos visando arrecadar recursos para cobrir despesas feitas além do orçamento, prestava um desserviço ao desenvolvimento do país, por engessar capitais:

*"... capitais disponíveis refugiando - se, acossados pelo fisco que os persegue na indústria, na agricultura, no comércio e em todos os empregos rendosos, no sacrário inviolável da dívida pública, imobilizando - se em apólices, depósitos do tesouro, onde além de fora do alcance do fisco, tem a certeza de não serem expulsos por nenhuma forma de amortização nem penhora e só podem ser atingidos pela falência do Estado..."*⁵⁵

Se o governo brasileiro continuasse a se valer da emissão de títulos e apólices da dívida pública para cobrir *déficits*, Nabuco considerava que todos os bens dos brasileiros acabariam convertidos em dinheiro, lançado a mão do Estado. Era, por conseguinte, imperioso que os gabinetes parassem de emitir títulos públicos para que mais capitais fossem investidos na produção e o país se desenvolvesse. Desta maneira, relaciona diretamente o controle dos gastos públicos ao progresso do Brasil:

⁵⁴- Idem, 5 de dezembro de 1882, p. 3.

⁵⁵ -Idem, 24 de dezembro de 1882, p. 2.

“ Com este quadro diante dos olhos (gastos estatais crescentes e aumento no número de apólices lançadas no mercado financeiro do Brasil) atestado por todos os que têm conhecimento pessoal das dificuldades da vida em todas as classes e profissões no Brasil (a reorganização das finanças nacionais) é uma tarefa que exige nas atuais condições uma coragem muito rara em financeiros: a de guarda - livros, a de pôr de um lado o capital nacional, os rendimentos de todas as classes, e do outro o total da dívida e das despesas públicas, e concluir que nós estamos arruinando como nação, que não podemos gastar anualmente 150.000.000\$ e estamos criminosamente animando uma disposição terrível: a de converterem os brasileiros tudo o que tem em dinheiro e lançarem esse líquido nas mãos do Estado que absorve assim todas as fortunas, aceita todas as confianças e pode, como outro qualquer banqueiro que se serve dos depósitos para pagamento das suas obrigações, e mede as suas posses pelas suas dívidas, viver insolvável e só descobrir que está falido no dia em que ninguém mais lhe emprestar. ”⁵⁶

Contudo, se o lançamento, pelo governo brasileiro, de apólices e títulos era muito prejudicial ao progresso econômico do país, a emissão de papel - moeda não o era menos. As constantes emissões daquela natureza faziam com que ocorresse uma baixa significativa de nosso câmbio, fruto de uma desvalorização de nossa moeda. Tal fato, fazia com que nossas obrigações externas (juros dos constantes empréstimos feitos na Inglaterra) ficassem extremamente caras, onerando sobremaneira o tesouro nacional.

Neste sentido, mais uma vez, ele apela para a limitação dos gastos ao orçamento, como meio de se evitar a emissão monetária e assim evitar o aumento dos juros de nossa dívida:

“ O tesouro imperial já tem a honra de dever bastante, e por esse lado tem uma situação muito notória e elevada; o que lhe cumpre agora é ajustar o orçamento à dívida, já que não se fez o inverso, e procurar diminuir os encargos que ela impõe ao Brasil em juros e em câmbios, sobretudo essa parte que se gaba de não pagar juros, o

⁵⁶. Idem, ibidem.

*papel - moeda, mas que aumenta os juros da outra e cuja flutuação torna precário e incerto e perigoso tudo o que depende do atual meio circulante.”*⁵⁷

A situação do *déficit* nacional crônico, combinada com as constantes emissões de papel - moeda, além de elevarem as obrigações de nossa dívida, serviam para encarecer o custo de todas as mercadorias importadas pelo país. Assim, Nabuco relacionava diretamente a penúria econômica de muitos setores sociais brasileiros aos gastos excessivos do governo, cobertos com a emissão do papel moeda.

O futuro do país estava irremediavelmente comprometido se não fossem tomadas medidas drásticas no sentido de adequar orçamento à receita. Era preciso abandonar não só a emissão monetária como a de apólices e títulos públicos, como condição para melhorar ‘a qualidade de vida’ dos brasileiros:

*“ Nesta condição o futuro do país está sendo cada vez mais comprometido pelos expedientes empregados, cujo feito é fazer crer que o Império pode carregar com a despesa ordinária quando não bastava para pagá - la anualmente o sistema de impostos, o qual combinado com o papel moeda depreciado que vigora no Brasil, torna impossível o desenvolvimento do país, vexa a agricultura, encarece a vida de todas as classes sociais.”*⁵⁸

A proposta de Nabuco de diminuir a todo o custo o *déficit* do governo brasileiro tinha, de imediato e segundo ele próprio, o interesse em tornar a economia brasileira mais saudável aos ‘capitais produtivos’ nacionais e estrangeiros. Em sua análise, os constantes empréstimos solicitados pelo governo brasileiro em Londres, em conjunto com as outras medidas tomadas para cobrir os buracos orçamentários, até aquele momento, estavam funcionando a contento, mas bastava que os financistas estrangeiros se tornassem mais “sensíveis” , por exemplo, às constantes emissões de papel

⁵⁷- Idem, 4 de março de 1882, p. 3.

⁵⁸- Idem, 13 de março de 1882, p.2.

moeda (sinal da bancarrota total) para os empréstimos estrangeiros estarem a nós vetados.

Sem a possibilidade dos recursos externos, a cobertura dos gastos públicos teria de ser feita com a captação de dinheiro em empréstimos internos, ainda mais perniciosos que as emissões de títulos e apólices do governo, pois sorveriam maiores quantidades de recursos que deveriam estar na agricultura, na indústria e no comércio. Entraríamos em um processo de descrédito completo e a “fuga de capitais” para regiões mais seguras seria a única saída para que os financistas preservassem o seu patrimônio:

*“ Se por qualquer motivo o mercado de Londres se tornasse sensível, por exemplo, às repetidas emissões de valores brasileiros, o governo deve lembrar - se de que teria que recorrer ao mercado interno, tornando assim o dinheiro caro, que é sempre fatal ao comércio, e desviando da indústria o único capital de que ela diretamente se aproveita. Quanto às novas emissões de papel - moeda seria esse o recurso da bancarrota, a alteração de todas as dívidas, e portanto de todas as fortunas, e ao efeito de qualquer falta de escrúpulo e honestidade nesse sentido seria a retirada do país dos capitais estrangeiros, e de grande parte dos nacionais, para Lisboa, Paris ou Londres onde o governo não pudesse alcançá - los. Nessas condições torna - se imperativo para o governo viver dentro dos seus meios.”*⁵⁹

Diante deste quadro, não parece restar dúvidas quanto ao papel mínimo que o Estado brasileiro deveria ter na economia nacional. Era preciso que os gabinetes ministeriais observassem muito bem os investimentos a serem feitos no país para que os mesmos não contribuíssem para o crescimento ou mesmo a manutenção do *déficit* nacional, absolutamente pernicioso ao nosso progresso econômico e social.

O governo, para Nabuco, deveria limitar de qualquer maneira os recursos gastos anualmente em subsídios, concedidos aos diversos setores da economia nacional, uma vez que, a longo prazo, eles não contribuía para

⁵⁹ Idem, 26 de março de 1882, p. 2.

o desenvolvimento do país, muito pelo contrário contribuíam para a elevação das despesas públicas com os efeitos acima descritos.

A receita básica de Nabuco, portanto, para acabar com o *déficit* público brasileiro, era diminuir drasticamente as garantias de juros a capitais investidos, muitas dessas garantias distribuídas, segundo ele, a esmo.

Quando todos estes juros fossem cobrados, o orçamento sairia completamente do controle e os recursos para a manutenção do próprio Estado estariam ameaçados:

*“ O orçamento do Brasil é grande demais para os seus recursos e por isso embaraça o desenvolvimento nacional, e nesse orçamento principalmente quando entrarem os juros de todas as garantias profusamente distribuídas a esmo, o serviço da dívida tende a sair fora de toda proporção com os recursos indispensáveis à própria manutenção do estado.”*⁶⁰

Outros subsídios dados generosamente pelo governo também deveriam ser cortados. É o caso, por exemplo, dos recursos destinados a companhias de estradas de ferro com o objetivo de se reduzir os valores dos fretes pagos pelos agricultores brasileiros no transporte de suas mercadorias. O Estado não deveria interferir na *“ indústria de transportes, cujo valor é regulado, como o de qualquer mercadoria, pelas despesas de produção.”*⁶¹

O saneamento das finanças brasileiras, tão imprescindível para Nabuco, previa, portanto, entre tantas outras medidas, a retirada da ajuda econômica e financeira que o Estado prestava aos produtores rurais brasileiros, inclusive aos pequenos e médios proprietários. Ajuda considerada pequena por aqueles setores, desde meados da década de 1870, quando começou-se a discutir a implantação dos engenhos centrais, por exemplo.

⁶⁰ - Idem, 26 de agosto de 1882, p. 2

⁶¹ - Idem, 24 de dezembro de 1882, p. 2.

Sem capacidade de investimento, para a modernização de seu maquinário, os pequenos senhores de engenho só poderiam contar com financiamentos e subsídios estatais para continuarem a produzir.⁶²

Este era o sentido das reivindicações do engenheiro Augusto Milet, que, ainda na época em que se discutia o projeto de concessão para as fábricas centrais, reivindicava a ajuda estatal por meio justamente do fornecimento de capital a juros baixos para os pequenos e médios produtores, os quais com tais recursos montariam as fábricas em cooperativas. Sobre aquelas reivindicações afirma Izabel Marson:

*"... os meios financeiros para a fundação dos engenhos centrais, vias férreas, portos e atividades do comércio em geral deveriam provir do Estado que, através da mobilização da dívida pública, seria o substituto adequado dos investidores particulares e dos bancos. Ele emprestaria capital a juros acessíveis diretamente aos agricultores e comerciantes, eliminando a intermediação de capitalistas."*⁶³

Portanto, o saneamento financeiro do Estado, a partir dos princípios defendidos por Nabuco na época em que escreveu *O Abolicionismo*, prejudicaria principalmente os pequenos e médios produtores de açúcar que estavam "boicotando" a *Central Sugar Factories*, ao moerem as suas canas em seus "velhos" engenhos, mas que certamente não conseguiriam fazê-lo por muito tempo. Proprietários que quando os engenhos centrais, fundados a partir de capital estrangeiro, ainda estavam apenas no plano das propostas e idéias, já previam todas as suas dificuldades de concorrer sem os financiamentos públicos.

⁶²- Sobre a importância da ajuda econômica dada pelo governo aos produtores rurais pernambucanos e sobre as formas desta ajuda, afirma Peter Eisemberg: "Os agricultores pernambucanos há muito reconheciam que tinham no governo seu mais poderoso aliado na luta para aumentar a oferta de crédito. Três modos básicos tinha o governo de ajudá-los: podia subsidiar e dar garantias a bancos regionais para ampliar-lhes a capacidade e a disposição de emprestar a agricultores...; podia simplesmente aumentar a oferta de dinheiro; e podia conceder subsídios diretos." Peter Eisemberg, op. cit., p. 102. Veja-se que todas as medidas de ajuda aos pequenos e médios produtores passavam por um aumento das despesas estatais, as quais Nabuco recusava.

⁶³ - Izabel Marson, *O Império da Conciliação*, op.cit., p.254.

A idéia do abolicionista de retirar qualquer ajuda econômica estatal, reduzindo a participação do poderes públicos na economia de forma drástica para economizar recursos e evitar o *déficit*, beneficiava, de imediato, os investidores estrangeiros, que poderiam desembarcar no território nacional, sem medo de enfrentar os “selvagens” interesses locais. Estes interesses, sem o anteparo do governo, rapidamente sucumbiram à força do mercado, do “progresso”.

3 - A situação da Irlanda: Alguns indicativos sobre as diretrizes de uma lei agrária

A Irlanda representava para a Inglaterra, desde o final do século XVIII, uma importante fonte de alimentos, fornecidos a preços baixos. Os camponeses produziam gêneros como trigo e cevada com a finalidade de pagar os valores cobrados como aluguéis pelos grandes proprietários rurais, os landlords; e produziam batatas, por exemplo, objetivando a alimentação de suas famílias.⁶⁴

No final da década de 1870, os camponeses irlandeses se encontravam em situação extremamente complicada, já que os valores dos arrendamentos subiam a uma proporção muito maior do que a capacidade que eles tinham

⁶⁴- Todas as informações sobre a situação sócio - econômica da Irlanda foram retiradas de A. L. Morton, op. cit. pp. 400 - 407. Este autor cita importantes dados a respeito do quanto a obrigação dos camponeses de produzirem com a finalidade de pagar os valores do arrendamento acabava gerando graves problemas sociais na Irlanda, como durante a fome entre 1845 e 1850, afirma aquele autor: “Na verdade não houve fome na acepção usual da palavra, e sim o colapso de uma lavoura: a de batatas. ‘A Providência mandou a doença das batatas, mas a Inglaterra fez a fome’ era um dito corrente na época. Em 1847, quando centenas de milhares de pessoas morreram de inanição e tifo, víveres no valor de dezessete milhões de libras foram exportados do país sob a proteção das tropas inglesas. O milhão e meio de mortos nesses anos não morreu de fome mas foi vítima do arrendamento e do lucro.” p. 402. Sobre o processo de inclusão da Irlanda no Reino Unido e a importância geral daquela região para a Inglaterra, cf. Também: David Fitzpatrick, “Ireland and the Empire” in Andrew Porter (ed.), op.cit, pp. 495 - 521.

de ampliar a produção. Fatores que se relacionavam a uma diminuição crescente da população rural da Irlanda em vista de um intenso processo migratório para os Estados Unidos e o Canadá.

Assim, os trabalhadores que ficavam tinham de produzir muito mais para honrar os arrendamentos que os donos das terras exigiam. Com um número crescente de camponeses explorados ao extremo, o problema social na Irlanda adquiriu proporções gigantescas, levando em 1879 à fundação de uma organização, a Liga da Terra, contra os proprietários rurais e sua política de exigências cada vez maiores de rendas e contra a prática de despejos.

A Liga tinha dois princípios básicos que norteavam a sua ação: os camponeses deveriam sempre agir em conjunto e nenhum deles deveria ocupar as terras das quais um outro rendeiro tivesse sido despejado. Muito rapidamente este movimento ganhou o apoio em massa dos camponeses e passou a representar uma ameaça importante aos proprietários rurais e ao governo inglês, uma vez que a luta pela terra acabou identificada com a luta pela autonomia irlandesa. Sobre tais aspectos comentou Nabuco:

“A Liga... tinha dois princípios: nenhum rendeiro devia proceder isoladamente; ninguém devia ocupar a terra da qual um rendeiro fosse despejado. É do sentimento de indignação e revolta contra o desejo forçado e violento que nasceram a maior parte dos crimes agrários, os assassinatos noturnos, a justiça anônima... contra o lavrador que ocupava a propriedade da qual outro fora lançado fora e o que ficará para sempre conhecido pelo nome de Boycotting, isto é a excomunhão social levada ao ponto de deixar morrer de fome o inimigo.

“Essas feições, porém, criminosas e sinistras da vingança de uma classe contra a outra, por mais dura que seja ... essas feições, ..., nenhuma sociedade organizada pode se tolerar um só dia.”⁶³

⁶³ - *Jornal do Commercio*, 13 de março de 1882, p. 2. Em 13 de maio, ele ainda comenta o caráter da “agitação” irlandesa, relacionando a pobreza dos camponeses às propostas separatistas e a ação da Liga da Terra: *“A questão na Irlanda é uma questão muito complexa. Não se trata somente de nacionalidade e de religião, mas de fome, de atraso no pagamento da renda, de miséria social. Daí resultam esses crimes sinistros insipirados pelo*

Ante tais circunstâncias, o correspondente apoiou incondicionalmente, como forma de controlar a violência crescente nos campos irlandeses, a série de medidas coercitivas que garantiam a manutenção na prisão, sem julgamento, dos principais líderes da Liga da Terra e de qualquer outra pessoa suspeita de simpatizar ou colaborar com aquele movimento. Medidas aprovadas no início de 1882, pelo gabinete liberal de Gladstone e que causaram enorme polêmica entre os próprios liberais britânicos, muitos dos quais acusavam o primeiro-ministro de estar sendo “arbitrário” e desconsiderar princípios básicos do direito inglês, ao manter encarcerados homens sem julgamento⁶⁶.

Para Nabuco, contudo, as prisões se justificavam plenamente, já que os líderes presos usaram do direito de protesto que possuíam, não para reivindicar seus interesses de forma “pacífica” e “constitucional” mas, para “anarquizar”, “revolucionar” o país:

“... não era somente uma opinião que se agitava; não era para reformar... que se faziam meetings não era uma agitação constitucional, legal e pacífica, era mais do que uma revolução, era anarquia... esses homens estão presos porque todos concorreram para anarquizar o país, e se fossem soltos amanhã continuariam de novo a fazê-lo. Se o governo os pudesse soltar sem perigo fá-lo-ia desde já, porque não é agradável ao governo tê-los presos, mas desgraças maiores resultariam da anistia quando o país não

desespero, a cumplicidade da população com os assassinos que ela não denuncia, se não é que os acoita, portadores da vingança coletiva de classe contra classe. O irlandês por não poder pagar a renda é despejado, e quando assim é lançado com a mulher e os filhos, fora da terra da qual tirava apenas a subsistência, ele torna-se inimigo implacável do proprietário, cujo agente mandou penhorar-lhe os bens e despejá-lo da casa que habitava... Sobre esse descontentamento interno da população agrária – e a Irlanda nas províncias descontentes é constituída por lavradores – os autonomistas ou Home Rulers encetaram uma revolução política, movida por uma organização poderosa que jamais existiu na Irlanda, a Liga da Terra – The Land League...”

⁶⁶ - É o caso do político John Morley, liberal que em protesto às medidas de Gladstone, desiste de concorrer a um novo mandato por Westminster, Idem, 8 de março de 1882, p. 2. Mesmo os Lords, sem poder de revogar as leis aprovadas pelos Comuns, protestam veementemente contra o então gabinete Liberal. Idem, 13 de março de 1882.

*está ainda preparado para ela, isto é quando os elementos de que os agitadores dispunham continuariam a estar às suas ordens.*⁶⁷

Além das medidas coercitivas, ainda com a finalidade de desmobilizar a ação camponesa e salvar os proprietários rurais da ruína, Gladstone aprovava uma série de medidas sobre a propriedade da terra, em fins de 1881. Entre tais medidas estava a criação de tribunais para fixar alugéis por períodos de até quinze anos, durante os quais os rendeiros não poderiam ser despejados, ao mesmo tempo em que os proprietários garantiam uma receita certa durante um longo período.

Como a agitação rural permanecesse, em 1882, Gladstone aprova novas leis que garantiriam empréstimos estatais aos rendeiros, para que os mesmos pudessem saldar parte de suas dívidas com os proprietários rurais e também, dependendo do caso, adquirir as terras para si. O primeiro-ministro garantia assim recursos àquela classe, ao mesmo tempo que buscava pacificar os camponeses, com a idéia de que seriam proprietários das terras tão logo saudassem totalmente os empréstimos feitos pelo estado. Enquanto, contudo, não pudessem pagar todo o montante emprestado, deveriam pagar os juros – pagamento que poderia ser feito em gêneros agrícolas.

Na verdade, a política de Gladstone foi a de estabelecer uma situação em que colocando fim à violência na Irlanda, também se criasse uma nova relação de dependência dos camponeses, no caso, para com o estado, garantindo a produção e entrega dos gêneros alimentícios tão importantes para a Inglaterra. Isto enquanto a Liga desejava justamente abolir qualquer tipo de relação daquela natureza, tornando os rendeiros proprietários do

⁶⁷ - Idem, ibidem. Em 3 de junho, ele voltaria à carga contra as desordens promovidas pela Liga da Terra na Irlanda, o que fazia daquele país uma verdadeira sociedade "em dissolução": "*... há na Irlanda, como em toda a sociedade em dissolução, decomposta pela febre revolucionária, como em Paris durante a Comuna, uma seita, cuja religião e cuja política é o assassinato, indivíduos de uma mentalidade rudimentar que se tornam sob a ação de uma idéia fixa instrumentos das vinganças decretadas por associações secretas, cujo laço de união é a ausência de todo o escrúpulo de moralidade, a indiferença quanto aos meios a empregar. Esses condenam a Irlanda à sorte dos países cuja população não torna impossíveis semelhantes crimes.*"

solo sem a necessidade continuar a cumprir qualquer tipo de compromisso pecuniário – fosse com o governo, fosse com os antigos landlords.

Nabuco se entusiasma com tais propostas de Gladstone, consideradas por ele como sendo motivadas por princípios da “alta política”:

*“ O sr. Gladstone, por motivos de alta política deseja, com efeito, que o Estado faça o que os rendeiros não fizeram: que lhes pague as dívidas. Há entre os rendeiros muitos que não se pagaram por ser-lhes impossível; muitos, porém, não o fizeram para obedecer à Liga ... Enquanto esses não pagavam a renda, outros faziam sacrifícios enormes e arriscavam a vida, para cumprirem as suas obrigações com o proprietário. Segundo o que deseja o Primeiro-Ministro, o rendeiro deverá justificar que não pode pagar a renda toda, e pagar um ano das rendas atrasadas, para que o Estado pague por ele o outro ano. Calcula-se em dois milhões esterlinos (cerca de vinte mil contos) o que o Estado vai assim desembolsar; essa soma será tirada do saldo do fundo chamado da Igreja Anglicana.”*⁶⁸

Todavia, o mais interessante, segundo Nabuco, na lei agrária proposta pelo primeiro-ministro era que não só o Estado poderia atuar no pagamento aos proprietários das terras e na negociação com os rendeiros para o pagamento dos juros sobre o capital emprestado – tivesse sido aquele capital emprestado para que eles pagassem as suas dívidas ou para que pagassem o valor das terras de que se tornariam efetivamente proprietários um dia. O mais significativo era a possibilidade de empresas privadas, as Land Companies, atuarem comprando ou arrendando as terras aos landlords e depois as respassando aos camponeses, em condições que seriam definidas pelo mercado.

O correspondente, entusiasticamente, noticia, no momento em que as propostas de Gladstone começavam a tomar forma de lei, a iniciativa de um empresário, Sr. Artur Kavanagh, para a formação de uma Land Company que atuaria daquela forma. Em 3 de junho, escreveu Nabuco:

⁶⁸ Idem, dia 12 de junho de 1882, p. 2.

“ Uma companhia anônima acaba de ser organizada pelo Sr. Artur Kavanagh... para o fim de ajudar os landlords a utilizar as terras que recuperarem de rendeiros remissos. A companhia encarrega-se de adiantar aos proprietários sobre o valor da propriedade da qual for despejado algum rendeiro a soma de que precisam para explorá-la; no caso de não querer o proprietário cultivar por si mesmo a terra, a companhia presta-se a comprá-la ou a arrendá-la a quem se interessar. Como é natural, o projeto do sr. Kavanagh é atacado pela Liga Agrária como sendo um sistema completo para a exterminação dos rendeiros irlandeses e para o monopólio do solo da Irlanda...”⁶⁹

Por todos estes aspectos, as leis agrárias de Gladstone para a Irlanda eram consideradas, por Nabuco, a “salvação” para aquele país. Em primeiro lugar, porque ajudariam os landlords a recuperarem seus recursos devidos pelos rendeiros – tanto isso era importante, de seu ponto de vista, que ele aplaudiu a iniciativa de se entregar os “fundos da Igreja Anglicana” para os donos das terras e também a iniciativa de se formar Land Companies com aquele fim, conforme o que afirmou expressamente nos trechos que acima reproduzimos.

Além disso, transformar os rendeiros em proprietários era uma forma de garantir o fim dos ‘ódios sociais’ e, portanto, a paz no território irlandês. Isto, ao mesmo tempo em que a produção de gêneros alimentícios pelos camponeses irlandeses se normalizaria e talvez até se expandisse. A partir disso, ele afirma:

“ ... ela (a lei agrária de Gladstone) que deve pacificar a Irlanda, pôr os rendeiros do lado do seu benfeitor, o Sr. Gladstone; criar a pequena propriedade dos lavradores, que uma vez proprietários não terão mais motivos de ódio e ressentimentos.”⁷⁰

O interesse e os elogios tecidos por Nabuco às leis agrárias de Gladstone bem como algumas semelhanças entre a situação irlandesa e a

⁶⁹ - Idem, dia 3 de junho de 1882.

⁷⁰- Idem, 13 de março de 1882, p. 2.

brasileira, leva-nos a supôr que se o abolicionista chegou a vislumbrar uma lei agrária para o seu país a partir do fim da escravidão, tal lei teria algumas das características das elaboradas para a Irlanda. Isto pelo menos durante os anos em que ele escreveu *O Abolicionismo*.

O início dos anos de 1880 testemunha uma certa radicalização, tanto nos meios urbanos quanto nos meios rurais, em favor da abolição. Em virtude deste quadro, ao propôr o fim imediato da escravidão, Nabuco possivelmente pensava em não apenas desarmar tais movimentos como também em evitar que toda a força política dos abolicionismos mais ‘radicais’ ameaçassem a estabilidade da monarquia.

Assim, tornando os ex-escravos e os demais homens livres pobres proprietários, ele talvez pensasse em evitar a fermentação de ódios de “classe contra classe” – como ocorria na Irlanda e como já começava a ocorrer no Brasil.⁷¹ Por outro lado, abrindo as possibilidades, no território nacional, de que muitos se tornassem donos de terras, Nabuco talvez pensasse em atrair imigrantes europeus – que trariam o sangue “caucásico” e “vivaz” de que falou no fim d’*O Abolicionismo*.

⁷¹- Segundo Maria Helena Machado, em *O Plano e o Pânico*, o início de movimentos urbanos mais radicais, em favor da abolição, data de 1880, quando ocorre a Revolta do Vintém, motim popular que assinala o momento “*de quebra de uma cultura política que até então, circunscrita aos rarefeitos salões e discussões parlamentares, mantinha a população urbana alheia às fermentações políticas*”. p. 147. A partir daquele momento, os “deserdados”, embora fora das associações abolicionistas, eram presença constante nas manifestações de rua em favor da abolição, fato que serviu para impulsionar o movimento, ao mesmo tempo que causava certa apreensão nas classes dirigentes do país. Aquela autora ainda destaca a expansão de movimentos abolicionistas no campo, no início dos anos 1880: “*Contrariamente ao que se empenharam em afirmar seus participantes, os movimentos abolicionistas - pelo menos em seus matizes mais radicalizados - podem ter penetrado no campo, invadindo as senzalas, muito antes do que se tem admitido... Fontes locais, artigos jornalísticos e documentação secundária da polícia, ..., encontram - se, ao longo deste período (década de 1880), e com forte acento nos primeiros cinco anos da década, pontilhados de suspeitas e denúncias de participação de homens livres na organização de numerosas revoltas de escravos, nas áreas de alta concentração desta mão de obra.*” cf. Maria Helena Machado, *O Plano e o Pânico - Movimentos sociais na década da abolição*, op.cit., p. 143. Célia M. M. de Azevedo também destaca, ao estudar o movimento abolicionista na província de São Paulo, que a partir de 1881, começam a aparecer “*sinais mais insistentes de apoio popular à causa dos escravos.*” Além disso, ela ressalta várias revoltas ocorridas no período nas mais diversas cidades daquela província. cf. Célia M. Marinho de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*, op.cit., p. 200 e seguintes.

Conferindo um *status* de proprietário aos membros da “classe perigosa” e especialmente aos futuros imigrantes, Nabuco, inspirando-se nas leis agrárias de Gladstone, não só acreditava extingüir as possibilidades de uma sublevação sangrenta e que levasse o Brasil a um estado de completa “dissolução social”, como também pensava em redefinir uma relação de dependência entre os negros e demais homens livres pobres para com a classe econômica e politicamente dirigente do país.

A obrigação dos novos “pequenos proprietários” pagarem, como ocorrereu com os camponeses irlandeses, determinadas quantias mensais aos ‘antigos latifundiários’ ou a Land Companies ou ao Estado, antes de se tornarem os donos efetivos das terras, parecia ser o ponto que mais seduzia o abolicionista/correspondente naquele momento. Principalmente por conta de sua experiência como advogado-consultor da *Central Sugar Factories of Brazil*.

Conforme procuramos demonstrar no capítulo anterior, o grande problema daquela companhia, e muito certamente de outras organizadas a partir da mesma concepção e que viessem a atuar no Brasil, era o “boicote” que sofriam dos produtores de matéria-prima, no caso a cana-de-açúcar. Sem uma situação legal ou econômica que os levasse a entregar sua produção para às fábricas centrais, os agricultores acabavam produzindo eles próprios o açúcar em bangüês ou engenhocas.

Neste sentido, o plano de Gladstone para transformar os rendeiros em pequenos proprietários na Irlanda parecia se adequar perfeitamente à situação de modernização agrícola no Norte brasileiro, vislumbrada por Nabuco. Sem recursos para pagar pelas terras de uma só vez, os homens livres pobres nacionais, os antigos escravos e os imigrantes ficariam presos indefinidamente à obrigação de pagar as terras aos antigos proprietários, ou as Land Companies – pagamento que, se na Irlanda poderia ser efetuado em gêneros alimentícios, no Brasil poderia ser efetuado em cana.

Eis assim porque André Rebouças, na mesma época em que se preocupava em constituir com sócios britânicos uma companhia de engenhos centrais, também se preocupou em criar uma Land Company, como revelam

as cartas dele para Nabuco que citamos no capítulo anterior. Criados, conjugadamente, aqueles dois empreendimentos tinham enormes possibilidades de êxito. Ora, se os compradores dos lotes devessem pagar pelas terras aos mesmos proprietários de uma fábrica central, ficariam solidamente atados a eles, de tal forma que a matéria prima não faltaria aos engenhos centrais e os investidores teriam lucro ao investirem na compra de terras por preços baixos e na produção industrial.

Esta política de repartição das terras, conjugada com a implantação de uma fábrica central, já era defendida em 1881 por grandes proprietários pernambucanos, como Francisco do Rego Barros de Lacerda, rico dono de engenho e um dos poucos a modernizarem o seu maquinário com recursos próprios:

*“... não acredito na permanência da grande lavoura, digo mais, não desejo. A divisão do trabalho é a grande lei da produção. Pequenos agricultores e grandes fabricantes, este será o futuro da nossa lavoura. A permanência da grande propriedade sim, desejo - a; e ela é possível desde que os proprietários amoldem - se às circunstâncias. O meio, quanto a mim, é darmos garantias de estabilidade aos nossos moradores, ou aforando - lhes terrenos, ou de outro qualquer modo...Quis proporcionar maiores vantagens aos lavradores, lucrando eu bem mais; o resultado mostra quanto andei acertado. Já entreguei aos lavradores dois partidos da fazenda e estou pronto a entregá-los todos; quero ser mero fabricante.”*⁷²

Assim, parece-nos claro que se Nabuco pensou em uma lei agrária para acabar com os latifúndios, no momento em que escreveu *O Abolicionismo*, tal lei não beneficiaria diretamente aos “pobres” e “deserdados” nacionais, mas essencialmente aos capitalistas acionistas das fábricas centrais e das Land Companies, tal como idealizadas por André Rebouças. Afinal, se as leis agrárias idealizadas por Gladstone e, evidentemente, inspiradoras para o

⁷²- Diário de Pernambuco, 14/9/1881, in *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*, pp. 37 , 47. APUD Izabel A. Marson, *O Império da Conciliação*, op. cit., p. 334.

abolicionista, de fato se pautassem pelos interesses de rendeiros e camponeses em geral, a Liga da Terra não teria protestado tanto contra elas, como protestou e como nos revelou o próprio Nabuco na condição de colaborador e “*general correspondent*” do *Jornal do Commercio*.

oooooooooooo

Esperamos com a exposição das idéias de Nabuco sobre a importância de um país estar aberto à influência estrangeira, como seria o caso do Egito após a retirada das tropas britânicas; bem como sobre o papel mínimo que o Estado deveria ter na economia, cuidando apenas de tornar as finanças nacionais estáveis para atrair os investidores estrangeiros, reforçar a nossa interpretação dos sentidos imediatos d’O *Abolicionismo*, sistematizada no capítulo anterior.

Vinculado a um amplo grupo de empresários com negócios aqui e na Inglaterra, e que tinham no *Jornal do Commercio* um importante veículo de propaganda, todas as medidas reformistas imediatas, imaginadas pelo abolicionista a partir daquele livro, tinham por objetivo, sem dúvida, facilitar a ação daquele grupo que enfrentava as resistências da maioria dos produtores nacionais, especialmente dos pequenos e médios senhores de engenho. Por outro lado, a imagem do “reformador social”, batalhador pela reforma agrária, identificado com os interesses dos “pobres” que não possuíam terras, amplamente divulgada pelos demais estudiosos, não encontram respaldo nas análises tecidas pelo abolicionista sobre as leis agrárias de Gladstone para a Irlanda. Antes dos benefícios aos “sem-terra” do século XIX, Nabuco e seu grupo parecem ter se entusiasmado com as amplas possibilidades de negócios e lucros que a repartição dos latifúndios brasileiros poderia criar. Valendo lembrar e a considerar, pelo depoimento

de Francisco do Rego Barros e Lacerda, que o eventual projeto de repartição do solo nacional não “feria de morte” os “ricos latifundiários nacionais”, como fazem pensar algumas análises sobre a “atuação social” do abolicionista.

De alguma forma, este caráter do plano de desenvolvimento de Nabuco, a partir da entrada de capitais estrangeiros, não escapou a seus contemporâneos. Antônio Gomes de Castro, comerciante no Recife, em 1882, advertia: a continuar a entrar os recursos ingleses, não demoraria para o Brasil “*ser governado pelos seus credores como o Egito, onde as empresas britânicas também tinham fundado engenhos centrais.*”⁷³

⁷³ - Apud, Peter Eisenberg, op.cit., p. 116.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE “SELVAGENS” E
“BOTOCUDOS” – BREVES MEDIAÇÕES ENTRE DUAS
HISTORICIDADES

“... o herói é tradicionalmente um primo leigo do mártir, ou seja, alguém que deve sua condição exemplar e superior a um sacrifício ou a uma derrota. Heróis perdem batalhas ou, se as ganham, é à custa da própria vida. Sua grandeza está em trocarem o bem pessoal pelo coletivo, em abrirem mão da matéria ou da vantagem individual em favor de valores mais altos.”

“Heróis não conversam. E política faz-se de prosa, nos dois sentidos da palavra.”
Renato Janine Ribeiro.¹

Em carta a Nabuco de 14 de outubro de 1883, Sancho Pimentel comenta os resultados de seus esforços e as dificuldades que encontrava para divulgar, no Brasil, tanto *O Abolicionismo* quanto a atuação do amigo junto às sociedades européias contra a escravidão, a exemplo da *Anti-Slavery*:

“No intuito unicamente de chamar a atenção para ti e para o teu livro, sem pretensão a fazer literatura, publiquei na Gazeta de Notícias umas notas a teu respeito que deviam ter maior desenvolvimento se não irritasse estar na dependência da redação e ser impresso o que te escreve de modo que quando sai a segunda parte já ninguém se lembra da primeira. Acresce que tinham prometido publicar no entrelinhado e não o fizeram. Devia falar ainda de ti como escritor e referir-me às manifestações que tens

¹ - *A Sociedade contra o Social – O alto custo da vida pública no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2.000, pp. 120 e 109, respectivamente.

recebido na Europa, único entre os brasileiros, não decididamente tenho desistido de qualquer empresa nos jornais daqui."²

O fato do jornal publicar sem destaque as notas de Pimentel (não publicaram no "entrelinhado prometido"³) e de maneira descontínua demonstra o quanto o livro e seu autor não chamavam a atenção naquele momento – quer seja por Nabuco não estar diretamente ligado aos meios políticos nacionais, quer seja porque suas idéias não tinham muito interesse para os leitores daquela folha.⁴

A questão é que o livro recebeu pouco destaque e as tentativas frustradas de incluir textos sobre ele na imprensa desanimaram rapidamente Pimentel, que em primeiro de outubro escrevera a Nabuco dizendo que estava se "...esforçando para que a obra" se "espalhasse", tendo mesmo enviado "pedidos às redações" de jornais das "províncias do Norte" para que

² - Carta de Sancho Pimentel a Nabuco, 14 de outubro de 1883, pasta 11, doc. 210, AJN, Fundaj. A mesma dificuldade parecem ter tido outros correligionários de Nabuco, a se considerar pelas poucas referências que encontramos à repercussão d'O *Abolicionismo* nas cartas mandadas por e para Nabuco entre outubro de 1883 e junho de 1884. As notas favoráveis ao livro que são publicadas por amigos, em jornais simpatizantes de suas idéias, como é o caso do próprio Jornal do Commercio para o qual ainda trabalhava, são efusivamente comentadas por ele, como no caso desta carta para o dr. Jaguaribe de 21 de dezembro de 1883 "*Muito obrigado pelo que escreveu sobre o meu livro, ou antes, sobre mim, no Jornal do Commercio. Sabe o quanto o aprecio e quanto me é cara a sua boa opinião, por maior que seja o seu excesso de generosidade para comigo.*" Pasta 4, doc. 65, AJN, Fundj. Grifos de Nabuco.

³ - O termo a princípio poderia sugerir alguma forma de "ocultamento". Não é o caso. O verbo entrelinhar, no final do século XIX início do XX, de onde vem o termo "entrelinhado", tem o seguinte sentido, segundo o dicionário Larousse: "*entrelinhar: Intervelar, faiar. Comentar.*" Ou seja, o texto impresso com espaços maiores deveria chamar mais atenção dos leitores do jornal. Cf. *Petit Larousse Universel*, Paris: Larousse, 1914, p. 399.

⁴ - O fato justamente da *Gazeta de Notícias* não demonstrar interesse pela divulgação d'O *Abolicionismo* é tanto mais revelador do pouco entusiasmo imediato que a obra despertou, quando lembramos que aquele jornal foi um dos primeiros a se engajar na campanha em favor da abolição, ainda em 1880 - quando a questão começou a ser levantada constantemente no Parlamento justamente por Nabuco, Sancho Pimentel e o deputado baiano Jerônimo Sodré. Cf. Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, op. cit., p. 234.

“recomendassem o livro”⁵ e depois de quatorze dias já declarava ter “desistido de qualquer empresa nos jornais.”

As idéias sistematizadas n’O *Abolicionismo* ganharam mesmo destaque durante a campanha eleitoral de 1884, em que o abolicionista foi candidato a deputado pelo Primeiro distrito de Pernambuco (Recife), depois de fracassadas suas tentativas de entender-se com os chefes políticos do Ceará e da Corte⁶.

A repercussão do plano geral para a abolição e reformas de Nabuco e de seu grupo aconteceu em uma eleição “*pleiteada a Gladstone*”, segundo Rebouças, para quem ainda o político e amigo esteve, naquele momento, ensinando uma “*lição ao país, onde o pleito eleitoral (reduzia-se) a uma imposição de chefes, ou a um mendigar de votos da maior humilhação para o candidato*”⁷

Sem ter um apoio significativo do próprio Partido Liberal⁸, Nabuco tinha como trunfos o apoio de Sancho Pimentel, então presidente da Província, e do gabinete ministerial, na época presidido por Dantas –

⁵ - Carta de Sancho Pimentel a Nabuco, 1 de outubro de 1883, pasta 11, doc. 208, AJN, Fundaj.

⁶ - Ao que tudo indica, as tentativas de Nabuco junto ao Partido Liberal da Corte para se lançar candidato foram feitas pessoalmente, a partir de seu desembarque no Brasil em fins de maio de 1884. Diferentemente do que ocorre no caso das tentativas junto às lideranças cearenses, poucas cartas tratam deste assunto. Mas que conversas naquele sentido existiram não temos dúvidas. Afirma Rebouças: “*Foi melhor inspiração sua candidatura pelo Recife. Aqui no Rio não (teria condições) para produzires emoção que está causando em Pernambuco. Verás pelos jornais que todas as candidaturas liberais vão mal e que todas as publicidades são pela candidatura do Paulino da última hora*”. O que se depreende disso é que além de Nabuco ter tentado e desistido da candidatura pelo Rio, para os abolicionistas, a ele ligados, o fundamental era dar repercussão às idéias e propostas e na capital do Império, os jornais não dariam destaque a Nabuco. André Rebouças para Nabuco, 11 de novembro de 1884, pasta 13, doc. 253, AJN, Fundaj

⁷ - Idem, ibidem.

⁸ - O candidato liberal pelo oitavo distrito pernambucano, por exemplo, era Souza Carvalho, proprietário e diretor do jornal *Diário do Brasil*, que tinha idéias opostas às de Nabuco, sendo um anti-abolicionista radical. Tal composição “ecclética” da chapa liberal, não passa despercebida pelos conservadores que no periódico *O Tempo*, assim a classifica: “... *um verdadeiro mosaico (onde figuram) desde a mais acentuada resistência aos avanços da idéia abolicionista, até o abolicionismo o mais adiantado, uma escala inteira e completa entre os dois seguintes extremos opostos – o Sr. Dr. Souza Carvalho... e o sr. Joaquim Nabuco, o abolicionista impaciente e sem restrição*”. Apud, Fernando da Cruz Gouvea, *Joaquim Nabuco – Entre a Monarquia e a República*, op. Cit., p. 147.

chamado à presidência do Conselho de Ministros justamente para “encaminhar” a questão servil.⁹

Assim, o abolicionista sofreu pesados ataques dos conservadores. Foi, por exemplo, o alvo predileto de Ambrósio Machado, proprietário de engenho, que escreveu artigos bastante enfáticos contra ele durante toda a campanha, no jornal conservador *Diário de Pernambuco*, sob o pseudônimo de *O Patriota*. Machado conclamava os eleitores do primeiro distrito a não votarem no “moço leviano e inexperiente”, que tendo ficado por “anos no estrangeiro” cuidara apenas de atuar “deprimindo e vilipendiando” o nome do Brasil e “caluniando a lavoura a quem pretendia abater e arruinar”.¹⁰

O Tempo, outro jornal conservador, também não deu trégua a Nabuco. Na mesma linha d’ *O Patriota*, vários articulistas daquela folha acusaram-no de só se lembrar da “pátria” em época de eleições¹¹. O periódico publicou ainda vários artigos, utilizando-se da presença do abolicionista na chapa liberal para desqualificar a todos os outros componentes da mesma – inclusive os que não se declaravam totalmente partidários da abolição imediata e sem indenização:

⁹ - Os acontecimentos desta campanha são amplamente referenciados pelos dois biógrafos principais de Nabuco. Cf. Carolina Nabuco, op.cit., Parte II, capítulo 6 – “A ascensão do abolicionismo – 1884” e Luís Viana Filho, op.cit., Parte I, capítulo VIII – “A caverna de Davi” e pelo próprio Fernando da Cruz Gouvea, *Joaquim Nabuco – Entre a Monarquia e a República*, op.cit., pp. 141-194. O fato de Dantas ter sido chamado a organizar um gabinete com fim último de tratar de assuntos relativos à abolição também é amplamente referenciado pela historiografia, que tratou do tema. Sobre aquele gabinete, afirma Afonso Celso: “Dantas compreendeu que a questão servil dominava quaisquer outras e o declarou ao soberano, que, de acordo com ele nesse pensar, entregou-lhe o poder. Dantas resolveu, conforme disse repetidamente, intervir na questão a fim de transportá-la da rua para o parlamento..” cf. op.cit.p.32.

¹⁰ - Idem, p. 143.

¹¹ - Certo jornalista daquela folha se mostra ironicamente surpreso com o “retorno político” de Nabuco, o qual julgava ter encerrado a carreira depois da derrota de 1881 e da publicação d’*O Abolicionismo*. Em 10 de outubro de 1884, publica o seguinte texto “(após a derrota de 1881 e dos anos na Inglaterra), tendo até escrito sobre a questão servil no Brasil um livrinho que corre por aí em nítida impressão londrina, todos supunham que o político pusera o ponto final na carreira apenas iniciada... Engano; o Dr. Joaquim Nabuco não deixa de lembrar-se da pátria todas as vezes que vislumbra uma possibilidade de ser eleito deputado e tendo o abolicionismo subido até às alturas do poder, exatamente quando estava a findar uma legislatura, aí veio de torna viagem o malogrado deputado, que tanto mais se encheu de esperanças quando assistiu à dissolução da Câmara em nome de sua idéia querida.” Idem, p.149.

“... quem tem o que perder, quem prefere o bem do país aos louvores do estrangeiro, não pode e não deve votar senão em candidatos que apresentem garantias. Ora, qual é o liberal que está, neste caso, se todos são apresentados pela mesma pessoa que adota a candidatura do Sr. Joaquim Nabuco, cujo nome é por si só uma ameaça à lavoura?”¹²

Ainda, a poucos dias das eleições, O *Diário de Pernambuco* voltaria todas as suas forças contra o abolicionista, publicando um “Alerta aos Pernambucanos”, assinado por “Muitos Negociantes”, contra a administração Dantas e contra as candidaturas de Nabuco e José Mariano – tidas como “nocivas” ao “pequeno comércio” e aos “artistas”:

“O povo continua a gemer sob impostos pesadíssimos, e o comércio, o pequeno comércio, aquele que precisa ser mais ajudado e favorecido ficou nas mesmas condições senão piores. Alerta! Comerciantes e artistas, sabemos o futuro de nossos filhos, e cerremos os nossos votos, deixando de parte a maldita política, nos dois distintos cidadãos amigos sinceros e desinteressados do comércio e da lavoura, Drs. Manuel do Nascimento Machado Portela (adversário de Nabuco) e Cunha Cavalcante (adversário de José Mariano)”¹³

Ou seja, dos ataques dirigidos a Nabuco, durante a campanha de 1884, emerge a imagem do político ligado a estrangeiros, com propostas totalmente contrárias aos interesses dos produtores e comerciantes pernambucanos. Imagem que é evocada de passagem pela maioria dos estudiosos da atuação do abolicionista e sempre como forma de demonstrar o “caráter heróico” de sua “cruzada” pelo fim da escravidão; como forma de demonstrar a idéia de que Nabuco foi um “homem à frente de seu tempo”, “incompreendido”, “derrotado em seus ideais mais generosos” pelos “arcaicos políticos nacionais”.

¹² - Idem, p. 150.

¹³ - Idem, p. 157.

De alguma maneira, por conseguinte, este trabalho poderia ser tomado, por muitos, como tendo por objetivo também “atacar” o abolicionista – afinal, nossas investigações demonstraram justamente que Nabuco esteve, de fato, ligado a financistas e investidores britânicos durante a elaboração d’ *O Abolicionismo* e, portanto, que o seu projeto não tinha como foco principal o “bem – estar” imediato das classes “menos favorecidas da população”.

Ora, não procuramos recuperar uma imagem que seria “negativa” de Nabuco para contrapor a uma imagem, consensualmente contruída e hegemônica e, que é “positiva”. Procuramos, como nos referimos, e em termos de Maria Sylvia de Carvalho Franco, recuperar a “*força original*” dos discursos e propostas de Nabuco. E que não foram acatadas unanimemente porque feriam a muitos interesses econômicos e sociais, tão legítimos perante as práticas liberais e capitalistas, por assim dizer, quanto aos dos *business men* com quem o abolicionista convivia.

De diferentes maneiras e com diferentes concepções sobre o trabalho escravo, sobre o papel do Estado, sobre a mecanização da produção e sobre a Nação, os “*selvagens*” agricultores pernambucanos e os acionistas da *Central Sugar Factories of Brazil*, procuravam o lucro e lutaram, com todas as armas asseguradas pelo liberalismo no campo político e jurídico, por seus interesses, por sua sobrevivência.¹⁴

O que fizemos, por conseguinte, foi procurar substituir a figura do “herói/mártir”, que teria sempre atuado desinteressada e isoladamente pelo

¹⁴ - Estas nossas conclusões se fundamentam nos estudos de Maria Sylvia de Carvalho Franco, antes referenciados, sobre liberalismo e sobre as práticas econômicas e sociais no Brasil monárquico. Em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, ela demonstra o nexos que existia entre a empresa cafeeira escravista, estruturada no Vale do Paraíba, e os pressupostos e práticas do capitalismo e do liberalismo. Portanto, as práticas e os interesses dos agricultores brasileiros eram os mesmos dos investidores estrangeiros, em um mundo de negócios, portanto de competição, em que não faz qualquer sentido dividir as nações em dois grupos: o das nações burguesas européias “adiantadas” e o das nações ainda coloniais “atrasadas.” Cf. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, op.cit.; “Organização social do trabalho no período colonial” in Paulo Sérgio Pinheiro (org.), *Trabalho Escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 143-192; “All the World was America”, op.cit..

“bem de todos”, pela figura do político envolvido nas disputas, nos debates de sua época e que precisava convencer a seus contemporâneos, criar partidários para que as idéias de seu grupo se concretizassem. Mais ainda, procuramos resgatar a figura do homem, por assim dizer, que precisava garantir a sua sobrevivência a partir do que sabia fazer, no caso de Nabuco, escrever e discursar – daí que não deve causar suspeição o esforço que empreendemos para demonstrar como a propaganda abolicionista foi pensada por ele como forma de garantir recursos pecuniários aos que se dedicassem a ela.

Ademais, os vínculos do abolicionista e das propostas reformistas delineadas n’O *Abolicionismo* com interesses de investidores ingleses, não fazem dele um “*lacaio britânico*”, que teria atuado “contra” o seu país a “soldo de estrangeiros”. Havia muitos empresários nacionais interessados em se associar a ingleses e que também depositavam, neste tipo de associação, suas esperanças para que o país “progredisse” e com ele os seus próprios negócios. Talvez André Rebouças, tão próximo a Nabuco durante a campanha abolicionista, seja o maior representante daquele grupo.

A questão, portanto, não é colocar Nabuco como “agente” de um imperialismo “violento” em que o poder britânico seria total, enquanto os brasileiro só tinham como opção fazer o que os, então, “donos do mundo” desejavam¹⁵. Esta visão sobre as práticas imperialistas vem sendo contestada inclusive, e talvez principalmente, pela própria historiografia inglesa, que tem procurado demonstrar que as “... *estimates of Imperial power are easily*

¹⁵ - Em um livro que procura fazer uma síntese dos principais aspectos do século XIX, o historiador francês René Rémond sintetiza claramente esta maneira clássica, por assim dizer, de se encarar as relações entre os países europeus, notadamente a Inglaterra, e os países da América Latina. Segundo ele, no final daquele século, os países deste continente viveriam em uma situação de inferioridade tão grande que pouca autonomia teriam, mesmo sendo formalmente independentes do ponto de vista político: “*Esta desigualdade econômica (típica das relações metrópole-colônia formalmente estabelecida) estende-se a territórios que não constituem colônias políticas, como a América Latina no século XIX. Depois de sua emancipação em relação à Espanha ou a Portugal, a maioria dos países caem sob a dependência econômica da Europa ... (principalmente) da Inglaterra ... em virtude de seu progresso econômico, de sua superioridade técnica...*”cf. O *Século XIX, 1815 – 1914*, São Paulo: editora Cultrix, 1990, pp. 182 – 183. Idéias semelhantes são compartilhadas por historiadores brasileiros clássicos como Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, op.cit., pp. 79-156.

exaggerated, and gold, guns and glory have frequently attracted more than their due share of attention."¹⁶

Neste sentido, Nabuco, ligado a investidores britânicos tanto quanto a nacionais, teria atuado no interior das práticas do que se convencionou a chamar de "*British informal empire*" ou "*imperialism of free – trade*"¹⁷, caracterizadas essencialmente como tendo se desenvolvido em uma "via de mão dupla", cuja eficiência residiu no fato de que os interesses da "metrópole" só foram "satisfeitos", por assim dizer, na medida em que encontraram ressonância em interesses das áreas "periféricas": "*informal empire was a two-way street, a construction of peripheral as well as metropolitan interests.*"¹⁸

Assim, se a atuação dos abolicionistas, segundo Nabuco, em favor da "obra do presente e da obra do futuro", traria melhorias sensíveis às condições de vida dos totalmente "deserdados", pelos três séculos de escravidão, isto ocorreria por certo, de seu ponto de vista, apenas a longo prazo, a partir do

¹⁶ - Cf. Andrew Porter, op.cit. p. 8.p. 4.

¹⁷ - Os termos "*British informal empire*" e "*imperialism of free – trade*" são utilizados, em geral, para designar áreas ou países com grandes vínculos econômicos com a Grã-Bretanha no século XIX, sem que, no entanto, houvesse o estabelecimento de relações diretas de controle típicas das relações tradicionalmente existentes entre metrópoles e colônias, formalmente constituídas. Assim se refere àquelas áreas ou países, Andrew Porter ao caracterizar as práticas imperialistas-colonialistas britânicas: "*There was always, however, an intermediate category of territories, some perhaps not yet colonies or possibly no longer so, where Britain, nevertheless both wanted and directly or indirectly exercised a dominant political and economic influence. They were areas of control without responsibility, best described as parts of a British 'informal empire', their subordinate position shaped by the workings of 'the imperialism of free trade'*". Cf. Idem, p. 8. Por sua vez, o conceito de "*imperialism of free-trade*" foi definido pioneiramente por John Gallagher e Ronald Robinson, em "*The Imperialism of free trade*", no qual afirmam: "*... for purposes of economic analysis, it is unreal to define imperial history exclusively as the history of those colonies coloured red on the map.*" In *Economic History Review*, VI, 1 (1953), p. 1.

¹⁸ - Knight, A., "Britain and Latin America" in Porter (ed.), op. cit., p. 124. Para alguns autores inclusive, tais práticas efetuadas em comum acordo entre súditos da Rainha Vitória e empresários de outras nacionalidades não seriam propriamente "imperialistas". É o caso de Ronald Robinson que classifica a idéia de 'imperialismo informal' como sendo "excêntrica", uma vez que "*mutually attractive business transactions (supplanted) the interference of the imperial state*"; "*as a country's links with international economy tightened, imperial intervention slackened.*" Cf. "The Excentric Idea of Imperialism, with or without Empire", in Wolfgang J. Mommsen and Jürgen Osterhammel (eds.), *Imperialism and After: Continuities and Discontinuities*, London, 1986, p. 274.

momento em que o país se abrisse, de fato, às “benéficas influências estrangeiras”. A curtíssimo prazo, ao autor d’*O Abolicionismo* interessava garantir os negócios daqueles capitalistas, direta ou indiretamente, baseados em Londres e que enfrentavam a oposição daqueles que só tinham a perder com a entrada em larga escala dos capitais estrangeiros.

Portanto, se de imediato, tal abertura arruinaria a todos aqueles que não eram “*solváveis*” e não podiam competir com os “novos” e “vigorosos” investidores, isto não representava um problema, ao menos dos pontos de vistas dele e de seu grupo sócio-econômico. Interessava o fato de que garantindo os investimentos ingleses no presente, no futuro haveria uma “verdadeira nação”, ajustada ao progresso na medida em que não ergueria barreiras a todo o potencial de ação dos seres humanos, fosse na economia, ou mesmo na cultura. Por esse motivo é que fora desta concepção de nação e fora de seu projeto abolicionista/reformista só sobravam, em sua análise, a “*selvageria*”, “*práticas arcaicas*”, a “*bárbarie* – daí o foco d’ *O Abolicionismo* estar posto na necessidade de união de todos os setores sócio-políticos brasileiros, em torno da “*obra do presente*” e da “*obra do futuro*”.

Como os interesses eram conflitantes, a união se tornou difícil no Ceará, na Corte e mesmo em Pernambuco, onde o abolicionista teve de se “defender” das investidas de todos aqueles que tinham um projeto nacional diferente, menos aberto aos capitais estrangeiros e com um estado mais atuante que cuidaria de adotar uma política indenizatória para colocar fim à propriedade escrava. Lutando para preservar as suas propriedades, pequenos e médios produtores com certeza não se consideravam “*selvagens*”, “*arcaicos*” ou “*bárbaros*”.

Não poderíamos, contudo, colocar um fim a este trabalho sem antes dar uma palavra sobre os motivos, que, de nosso ponto de vista, levam tantos intelectuais e políticos contemporâneos a se referenciar nas obras e na atuação abolicionista de Joaquim Nabuco – conforme o que dissemos na introdução.

A atualidade da “globalização” demonstra, segundo Fernando Henrique Cardoso, essencialmente, a “*vocação do capitalismo*” para se expandir de forma “*universal*” e “*revolucionar os outros sistemas*”.¹⁹ Contra isso, nada é possível fazer: “*A globalização não é algo para você ser contra ou a favor. Ela existe, simplesmente*”. Trata-se, por conseguinte, de um processo totalmente autônomo com relação aos mais diferentes governos nacionais, que ficam com a única tarefa de “*adaptar*” seus países a ele, “*procurando tirar o maior proveito*”. Por isso, para o presidente, mesmo os políticos que lhe fazem oposição, se fossem governo, teriam de adotar medidas idênticas às por ele adotadas - ou “*mudariam*” suas formas de encarar a realidade ou “*não ficariam no poder*”.²⁰

Ou seja, sem muitas possibilidades político-administrativas, o Estado brasileiro tem de se tornar cada vez mais capaz de atuar no sentido de “*permitir o crescimento da economia*”, como forma de, no limite, “*atender as camadas mais pobres da população*”.²¹ Os maiores problemas postos pelas circunstâncias internacionais do capital, como por exemplo a diferenciação crescente entre os países e o bem estar interno de cada população nacional, não podem ser resolvidos isoladamente por cada Estado – todas as soluções devem ser pensadas em nível de “*humanidade*”:

¹⁹ - Roberto Pompeu de Toledo (org.), *O Presidente segundo o Sociólogo – Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 82.

²⁰ - idem, p. 93.

²¹ - Sobre estes aspectos, afirma Cardoso: “... a reconstrução do Estado no Brasil tem que ter pelo menos duas vertentes fundamentais: uma para permitir o crescimento da economia e outra para atender as camadas mais pobres. São duas vertentes aparentemente contraditórias. Se adoto um programa para evitar a quebra dos bancos, me acusam: ‘Está vendo, está defendendo os banqueiros!’ Tenho que defender é a economia. Porque a economia que temos é a que aí está. Não existe outra. Não existe a economia centralmente planificada, e sim a economia de mercado. Você tem que fazer com que o Estado seja capaz de lidar com uma economia que mudou... Por outro lado, o Estado tem que ser reconstruído para atender as camadas mais pobres.” Idem, p. 290.

*“Nós vivemos uma crise de bem-estar social. Não só do Estado de bem-estar social, mas do bem-estar social em si. Este é um problema central no mundo. Pensar no futuro... Temos que pensar em humanidade...”*²²

Eis porque o governo e os próprios cidadãos brasileiros devem, assim como todos os “*países continentais*” (com grandes extensões territoriais), olhar para o mundo, não serem “*caipiras*” e tenderem a “*olhar só para si*”.²³ A questão estratégica para o Brasil é se “abrir” cada vez mais ao exterior, a partir da integração com os países da América do Sul – processo que deve ser contínuo, crescente, evitando-se que irrompa uma “*explosão daquele nacionalismo que não é sadio*” e que vindo da radicalização da esquerda ou da direita resultará em “*patriotada*”.²⁴

Defendendo, obviamente, as realizações sócio-econômicas no Brasil a partir do plano de estabilização monetária, que colocou fim à inflação, conduzido por seu governo, Cardoso afirma que a partir dele, justamente, o país ganhou aquele rumo: de abertura, de visão estratégica da importância de se integrar com o exterior, o que traz “*desenvolvimento*” nos mais variados setores, inclusive no de infra-estrutura.

Para ele, o seu governo, por conseguinte, mudou o “*rumo do Brasil em tudo*” e se já resolveu o problema inflacionário, garantiu ainda, a longo prazo, o amplo progresso nacional em todos os sentidos. Portanto, não se tratou de um conjunto de propostas para beneficiá-lo eleitoralmente, mas para beneficiar o país; um conjunto não “*mesquinho*” e que precisa ter esse valor reconhecido:

“... o que eu queria passar é: o Brasil tem um rumo. Não é só a estabilização. Dizem: ‘O governo só fez o Real’. Ah, não estão vendo as coisas. Nós mudamos o rumo do Brasil em tudo. Essa visão estratégica de que falei (marcada pela abertura para o

²² - Idem, p. 86.

²³ - Idem, p. 91. A expressão *caipira* para se referir aos brasileiros, reiterada por Cardoso nesta entrevista, já havia sido utilizada por ele em julho de 1996, quando visitou em caráter oficial Portugal. *Folha de São Paulo*, 15 de setembro de 2.000, p. A – 4.

²⁴ - Idem, p. 131.

exterior a partir da abertura para a América Latina), *isso traz desenvolvimento, traz infra-estrutura. Estamos fazendo estradas... Isso não é plataforma para mim, é projeto para o Brasil. Campanha é uma coisa pequena. Esse amesquinçamento cotidiano das coisas no Brasil precisa acabar. Estamos envolvidos num projeto que aponta um caminho que faz sentido. Claro, nem tudo sai com a gente quer, mas que temos rumo, temos.*²⁵

Ou seja, para Cardoso a partir de sua administração é que se “funda”, por assim dizer, o Brasil “moderno e com rumo” – aberto e em consonância com as “regras” do mundo contemporâneo da globalização. Criou-se, assim, em torno do plano de estabilização, e do projeto político e econômico construído a partir dele, uma “unidade nacional”, que, segundo Renato Janine Ribeiro, “... *elegu duas vezes um presidente da República, cimentou uma aliança entre o centro e a direita, privatizou as estatais, acalmou por vários anos as tensões sociais...*”²⁶

Como só há um caminho administrativo e político para o Estado brasileiro contemporâneo, tudo que seja diferente do que fez Cardoso à frente da presidência se torna “...*irracional, e portanto fruto do erro.*”²⁷ Fora do Plano Real e de seu arcabouço econômico a garantir a abertura do país para o exterior tudo o mais, segundo o próprio presidente, é “*nacionalismo botocudo*”.²⁸

Portanto, nenhuma opinião ou projeto verdadeiramente “progressista e moderno” pode existir além do que já está em vigor. Com tal estratégia, para justificar suas ações e “desqualificar” seus opositores, o atual governo não concebe a possibilidade de existir qualquer tipo de conflito, porque não pode haver motivação social “legítima” para justificar uma oposição, contra a

²⁵ - Idem, p. 132. Sobre a análise de Cardoso sobre a referida questão estratégica cf. as pp. 118 – 131.

²⁶ - Renato Janine Ribeiro, op.cit., p. 73.

²⁷ - Idem, p. 81.

²⁸ - A expressão foi usada em 15 de setembro de 2.000, pelo presidente para rebater e desqualificar críticas a sua administração feitas pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco. O fato foi amplamente repercutido pela imprensa nos dias subsquentes, cf. *Folha de S. Paulo*, caderno Brasil, dias 16 e 17.

única estratégia possível para garantir o desenvolvimento nacional. Ainda, segundo Janine Ribeiro, assim desvinculando os conflitos de seu *"teor social"*, colocando os interesses contrários às políticas atuais no campo da *"desrazão"*, *"torna-se possível imaginar roteiros de perda generalizada – ou de ganhos também generalizados."*²⁹ Perdas, obviamente, que viriam do abandono das atuais medidas e ganhos ilimitados a partir da continuidade e aprimoramento delas.

Diante disso, não fica muito difícil perceber o porquê da atual evocação constante das análises sobre o Brasil, feitas por Joaquim Nabuco durante a campanha abolicionista.

Criando a figura da escravidão como responsável por todos os problemas nacionais e associando-a ao *"fechamento"* do Brasil a todo o *"progresso e desenvolvimento"*, o abolicionista traçou um plano *"inequívoco"* de avanços a partir da supressão do trabalho servil, que significaria o primeiro grande passo rumo a abertura brasileira para o exterior. Fora dele, o abolicionista não concebia solução para o país.

O mesmo faz o atual presidente e admirador entusiasmado de Nabuco: tributou todos os problemas nacionais contemporâneos à inflação, extinta pelo seu plano de estabilização que, segundo ele próprio, tem o mérito principal de garantir o *"rumo do Brasil"*, a partir de sua abertura para o exterior.³⁰

Nabuco teve enormes dificuldades políticas e nunca conseguiu chegar ao poder efetivamente – nunca compôs qualquer gabinete, por exemplo. Cardoso, todavia, é presidente da República, abriu o país, mas a miséria nacional é persistente. Qual a causa?

²⁹ - Renato Janine Ribeiro, op.cit.,p. 82.

³⁰ - Estas minhas conclusões são amparadas na análise de Renato Janine Ribeiro, antes referenciada – cf.op.cit.pp. 65-92. A forma como a inflação é caracterizada fora dos aspectos sociais, segundo este autor, lembra muito a maneira como Nabuco caracterizou a escravidão – fora dos conflitos e ligada tão somente a interesses arcaicos e impressões e incompreensões sobre a realidade. Sobre aquela, afirma Ribeiro: *'... em vez de se apresentar a inflação tendo como uma, pelo menos, de suas causas os conflitos entre distintos agentes econômicos, prefere-se expô-la como fruto de uma percepção irreal das coisas. O conflito, que é real, vê-se enconbertado pela acusação dirigida à fantasia.'*p. 75.

A causa já havia, segundo ele, sido apontada por Nabuco – é a herança escravista, que não seria superada de uma só vez, afinal aquele regime de trabalho muito havia “deformado” o Brasil. Portanto, se existem problemas, a despeito da excelência das medidas adotadas por seu governo, os mesmos não são culpa sua ou de sua geração e, portanto, não podem ser resolvidos já:

“A escravidão foi um peso terrível: a ‘nódoa’ da colonização portuguesa, como dizia Joaquim Nabuco. Uma sociedade que durante quatro séculos manteve sua prosperidade na base do trabalho escravo paga um preço muito alto por isso. Deforma-se. Estamos há um século sem escravidão, mas é preciso ter consciência do que ela representou para combater o que restou em cada um de nós. Restou muito, inclusive nos descendentes de escravos, que muitas vezes aceitaram coisas inaceitáveis.”³¹

Eis os motivos pelo qual o abolicionista é constantemente referenciado na atualidade.

Não pretendemos partidizar o trabalho e menos ainda emitir um “julgamento” sobre Nabuco ou a administração Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, também não quisemos fazer tábula- rasa, por assim dizer, dos mais de cem anos que separam os dois políticos e as suas respectivas historicidades. Apenas apontamos semelhanças entre ambas, para explicar os motivos da recorrência constante, na atualidade, da imagem de Nabuco como o grande “reformador social”, cujas propostas, de alguma forma e para muitos, ainda não foram completamente implementadas.

Ademais e principalmente, nossa intenção é reforçar a percepção de Renato Janine Ribeiro, de que nas mais diferentes historicidades, cabe aos cientistas sociais demonstrar que os “conflitos” não são resultados de “equivocos, ignorância ou irracionalidade”, mas sim de interesses diversos que, a princípio,

³¹ - Roberto Pompeu de Toledo, op.cit.,p. 13. Tal afirmação acima reproduzida, é feita por Cardoso a propósito da pergunta: “Por que está demorando tanto para o Brasil se tornar um país desenvolvido?”

para qualquer investigador, devem ser levados em conta, seriamente em conta.

Para nós historiadores, portanto, não devem haver “selvagens” ou “botocudos”, ou “homens a frente de seu tempo”, mas sim personagens com entendimentos diferentes de suas realidades e que lutam para ver seus interesses e de seus grupos contemplados. E a partir destas lutas é que são produzidos textos como *O Abolicionismo*, que tomado isoladamente serve apenas para mitificar seu autor – como o único a ter tido sensibilidade e razão ao interpretar dada realidade social.

“Por mais atraente que seja essa perspectiva do conflito como resultado do equívoco, de sua superação a um custo neutro para todos, da união de todos os cidadãos em torno de uma agenda comum - , é dever de quem medita as significações ou os pressupostos alertar para seu caráter, teoricamente falho.”³²

³² - Renato Janine Ribeiro, op.cit.,p. 77.

ANEXO: CRONOLOGIA DE JOAQUIM NABUCO:¹

1849:

19 de agosto: Nasce Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, em Recife – Pernambuco. Filho do Senador José Tomaz Nabuco de Araújo e de Ana Benigna de Sá Barreto

Em dezembro, é batizado na capela do Engenho Massangana, localizado na cidade do Cabo de Santo Agostinho – PE. Passa a viver ali com os padrinhos, Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e Ana Rosa Falcão.

1857:

Com a morte da madrinha, passa a viver no Rio de Janeiro com os pais e os outros quatro irmãos.

1859:

Cursa o ano escolar em um educandário em Friburgo – RJ. Tem como preceptor o bávaro imigrado, Barão de Tautphoues.

1860:

Transfere-se para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde o Barão de Tautphoues fora dar aulas.

1864:

Produz sua primeira obra poética de que se tem notícia, a ode, em gênero heróico, intitulada *O Gigante da Polónia*.

1865:

Apresenta, na Arcádia Fluminense, sua poesia *Uruguaiana*, dedicada aos vencedores da batalha do Riachuelo

¹ - Esta cronologia foi elaborada como instrumento auxiliar para a pesquisa. A maior parte das informações procedem das principais biografias de Nabuco, escritas por Carolina Nabuco e Luís Viana Filho. Foram consultadas também as cronologias elaboradas por Raymundo Faoro e Manuel Correia de Andrade, cujas referências respectivas são: “Apêndice da quinta edição”, in Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; *Atualidade de Joaquim Nabuco*, Recife: FUNDAJ/ Massangana, 1999. A opção por produzir uma cronologia própria se deveu a dois motivos principais. o primeiro relacionado às necessidades factuais específicas de nosso trabalho; o segundo relacionado a vários equívocos e omissões observados nas duas cronologias acima citadas.

Bacharela-se pelo Colégio Pedro II.

1866:

Início do curso de Direito na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo.

1867:

Colabora em dois jornais acadêmicos, *Tribuna Liberal* e *A Independência*.

1868:

Em julho, tem a sua primeira participação política mais significativa: organiza e discursa em um banquete em homenagem ao deputado liberal paulista, José Bonifácio, o Moço.

Colabora no jornal *Ipiranga*, folha de grande circulação na capital paulista, dirigida por Salvador de Mendonça e Ferreira de Meneses.

1869:

Transfere-se para a Faculdade de Direito de Recife, para cursar o quarto ano do curso.

1870:

Em novembro de 1870, bacharela-se em Ciências Jurídicas e Sociais.

1871:

Após breve passagem pela banca de advogados do pai, no Rio de Janeiro, passa a colaborar no jornal *A Reforma* – então, o principal órgão do Partido Liberal. Escreve artigos sobre questões políticas e literárias.

1872:

Publica o seu primeiro livro: *Camões e os Lusíadas*; logo em seguida publica também um opúsculo intitulado *Le Droit au Meurtre*

Retorna a Recife para tomar posse e vender os bens que herdara da madrinha.

1873:

Em agosto, embarca para a Europa, para uma estadia de um ano.

Escreve e publica o livro de poesias *Amour et Dieu*.

1874:

Retorna ao Brasil em setembro.

1875:

Funda, com Machado de Assis, o periódico *A Época*, com duração efêmera. Neste periódico, Nabuco escreve artigos políticos assinados com o pseudônimo de *Ninguém*. Ainda neste ano, escreve artigos para o jornal *Globo*, na coluna intitulada *Folhetins Dominicais*.

1876:

Em abril é nomeado Adido de Legação, para o posto nos EUA. Antes de assumir o posto, visita Londres.

É inscrito, por influência do senador Nabuco, como candidato na chapa do Partido Liberal de Pernambuco – sem chances de vitória na eleição presidida pelos conservadores, não faz campanha.

1877:

Em janeiro conclui o seu drama *L' Option*, que seria publicado apenas trinta anos depois. Em outubro, parte para Europa, depois de ser nomeado Adido de Legação para o posto de Londres.

1878:

Retorna ao Brasil em abril, devido ao falecimento do pai, ocorrido em março. Em outubro é eleito para a Câmara Geral do Império, por Pernambuco; em Recife recebe apenas 58 votos – é o candidato eleito com menos votos. Retorna à Corte em novembro, para tomar posse. Adoece com febre tifóide, o que adia a sua “estréia parlamentar”.

1879:

Em fevereiro, pronuncia o seu primeiro discurso no Parlamento. Neste ano, participa ativamente da maioria das sessões parlamentares, pronunciando 48 discursos.

1880:

Em agosto, apresenta seu primeiro projeto em favor da extinção da escravidão no Brasil. Pelo projeto, todos os escravos seriam emancipados em 1 de janeiro de 1890.

Em setembro, funda a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* e torna-se o seu primeiro presidente. Em fins de dezembro, embarca para a Europa e divulga sua atuação, em favor da abolição no Brasil, para políticos como o francês Victor Schoelcher e em instituições como a Anti-Slavery Society.

1881:

Retorna ao Brasil em maio; com a dissolução da Câmara em junho, decide candidatar-se pelo segundo distrito da Corte. Defendendo a bandeira abolicionista, é derrotado no pleito realizado em 31 de outubro.

Em 24 de novembro embarca para Londres.

1882:

Assume o cargo de consultor jurídico da companhia de engenhos centrais, com atuação em Pernambuco, Central Sugar Factories; trabalha também como correspondente do *Jornal do Commercio*, sendo responsável pelas cartas de Londres, Belim e Viena.

1883:

Publica *O Abolicionismo*. Comparece, a convite da Anti-Slavery Society, a 11ª Conferência da Associação para a Reforma do Direito das Gentes, onde apresenta tese contra o tráfico negreiro.

1884:

Parte de Londres em 24 de abril, encerrando sua atuação como correspondente do *Jornal do Commercio*. Desembarca no Brasil em 17 de maio. Em junho, sob o pseudônimo de Garrison, publica o primeiro artigo em defesa do Gabinete Dantas. Ainda naquele mês, a Câmara é dissolvida. Torna-se candidato a deputado pelo primeiro distrito de Pernambuco, para onde se mudara em setembro. O primeiro escrutínio, realizado em novembro, é anulado e novas eleições marcadas para janeiro de 1885.

1885:

Vence as eleições realizadas em janeiro. Em maio, no entanto, por 51 votos a 48, tem o seu diploma negado pela Câmara. Ainda em maio, com a morte do representante do quinto distrito de Pernambuco (municípios de Nazaré e Bom Jardim), consegue a indicação do Partido Liberal para disputar a eleição. Vence em todas as seções eleitorais e tem o diploma reconhecido, tomando posse em julho. Em setembro, apresenta o seu primeiro projeto de criação de uma monarquia federativa. Com a queda de Dantas e ascensão do conservador Cotegeipe a Câmara é novamente dissolvida e novas eleições

convocadas para janeiro do ano seguinte. Publica o livro *Campanha Abolicionista no Recife*, com os textos da campanha eleitoral do ano anterior.

1886:

Nabuco sofre nova derrota nas eleições de janeiro. A partir de julho, passa a assinar a coluna *Sessão Parlamentar* em *O Paiz*, jornal dirigido por Quintino Bocaiúva. Publica os seguintes opúsculos: *Propaganda Liberal*, *O Erro do Imperador*, *O Eclipse do Abolicionismo*, *Eleições Liberais e Eleições Conservadoras*, *Escravos*.

1887:

No início do ano, vai para Recife com o objetivo de reiniciar a campanha abolicionista. Reabre vários clubes abolicionistas e funda *A Sociedade Pernambucana contra a Escravidão*. Em seguida, retorna à Inglaterra como correspondente d' *O Paiz*. Propõe na Associação de Direito Internacional a confirmação das resoluções contra a escravidão, votadas pela *Conferência da Associação para a Reforma do Direito das Gentes*, realizada em Milão em 1883. Em agosto, retorna ao Brasil para disputar a vaga de deputado pelo primeiro distrito do Recife. Vence as eleições realizadas em setembro. Toma posse no início de outubro; no final daquele mês, com o início do recesso parlamentar, volta ao Recife. No final do ano, embarca novamente para a Europa.

1888:

Em fevereiro, consegue audiência com o Papa Leão XIII para tratar da questão da abolição no Brasil. Em março, retorna ao Brasil. O Parlamento é aberto no início de maio, tendo à frente da administração o gabinete conservador organizado pelo Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira. Nabuco faz a apresentação do gabinete que tinha como principal meta política a abolição imediata da escravidão, sem indenização. O líder abolicionista hipoteca ao gabinete conservador a solidariedade de todos os membros do Partido Liberal favoráveis ao fim do trabalho escravo. Até o 13 de maio, atua cotidianamente em favor do projeto apresentado por João Alfredo.

Em julho, combate tanto no Parlamento, quanto em sua coluna n' *O Paiz*, o projeto do governo de criação dos bancos de crédito real – que tinha como principal finalidade fornecer ajuda financeira aos agricultores em dificuldades após a abolição. Em agosto, apresenta seu novo projeto de federação, o qual é bastante combatido por vários membros de seu próprio partido, que consideram a proposta quase republicana.

1889:

Em janeiro, afasta-se d' *O Paiz* por divergir da orientação republicana dada ao jornal, por parte de Quintino Bocaiúva. Em abril, casa-se com Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do Barão de Inoham. No início de julho, parte para a Argentina em viagem de núpcias, retornando apenas no final de agosto, às vésperas da eleição, da qual sai vitorioso sem ter feito campanha.

Com a Proclamação da República e a anulação das eleições realizadas em setembro, ainda sob a Monarquia, Nabuco “desiste”, temporariamente, da vida política. No final de novembro, embarca novamente para a Argentina afim de investir as trinta mil libras que recebera como dote pelo casamento.

1890:

Em fevereiro, nasce sua primeira filha, Maria Carolina Nabuco de Araújo, autora de uma de suas principais biografias.

Em março, recusa a candidatura à Assembléia Constituinte Republicana. Escreve o opúsculo, *Resposta às mensagens de Recife e Nazareth*, em resposta aos apelos para que se candidatasse. Publica também o opúsculo, *Porque continuo a ser Monarquista*.

Em junho, por conta da crise financeira Argentina, perde praticamente todo o dinheiro que investira. Em setembro, parte para a Inglaterra pensando em atuar como advogado-consultor para empresas inglesas com investimentos no Brasil.

1891:

Em maio, nasce o seu segundo filho Maurício Nabuco de Araújo.

Retorna ao Brasil em julho, com a finalidade de colaborar no *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas no início do ano. Tem uma participação

ativa na definição da linha editorial do jornal, que se torna uma folha de propaganda monarquista e que contava também com a colaboração de Sancho de Barros Pimentel, Gusmão Lobo e Ulisses Viana.

Em dezembro, publica os editoriais, posteriormente reunidos em livro, *O enterro do Imperador*. Com as crescentes ameaças de empastelamento do jornal, Rodolfo Dantas vende – o . No final de dezembro, Nabuco embarca novamente para a Europa, retomando o projeto de se tornar consultor jurídico.

1892:

Chega, com a família, a Londres em abril, após uma excursão pela Península Ibérica e uma breve estada na França, em companhia do Barão do Rio Branco e Eduardo Prado. Tem dificuldades para se estabelecer profissionalmente na capital inglesa; em meados do ano, retorna para o Brasil. Passa a viver com a família na Rua Marquês de Olinda, em casa de um tio-avô de sua mulher e tendo como vizinhos os também militantes monarquistas João Alfredo Correa de Oliveira e Soares Brandão. No final do ano, considera a hipótese de se tornar produtor de café no interior de São Paulo, chegando a se aconselhar com Eduardo Prado sobre a possibilidade de se estabelecer na região de Sorocaba ou Ribeirão Preto, localidades por ele visitadas. Reconverte-se ao catolicismo, processo descrito por ele no livro postumamente publicado, *Foi Voulu (Minha fé)*. Decide-se pelo estudo da vida do pai, José Thomaz Nabuco de Araújo e dá início à preparação do livro *Um Estadista do Império*.

1893/1894:

Dedica-se à pesquisa e à escrita da vida do senador Nabuco de Araújo. Escreve *Pensées Detachées*, publicado anos depois.

Em janeiro (1894), nasce o seu terceiro filho, Joaquim Nabuco de Araújo.

1895:

Entre janeiro e março, publica no *Jornal do Commercio* artigos sobre o livro de Julio Bañados Espinosa, *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891* - em abril, estes artigos são reunidos no livro *Balmaceda*. Em agosto, publica,

no mesmo jornal, os artigos sobre a Revolta da Armada (1893), que seriam reunidos em livro em dezembro sob o título: *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*. Em setembro, publica o opúsculo *O Dever dos Monarquistas* em resposta à carta aberta, publicada pelo Almirante Jaceguai no *Jornal do Comércio*, intitulada *O Dever do momento*.

1896:

No início do ano, passa a colaborar no *Commercio de São Paulo*, jornal fundado por Eduardo Prado. Trabalha pela estruturação de um partido monarquista, a partir da publicação, em janeiro, do manifesto *À Nação Brasileira*, assinado por Ouro Preto, João Alfredo, Lafaiete Rodrigues Pereira, Domingos de Andrade Figueira e Carlos Afonso de Assis Figueiredo. Em março, suspende a publicação da sua coluna *Notas Políticas* naquele jornal, ante às ameaças de empastelamento do órgão por republicanos jacobinos. Em outubro, passa a fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ainda neste ano, são publicados os primeiros capítulos d' *Um Estadista do Império*, na Revista Brasileira, de propriedade de José Veríssimo.

1897:

Em julho, participa da fundação da Academia Brasileira de Letras pronunciando o discurso inaugural, na condição de primeiro – secretário perpétuo. Publica, no *Jornal do Commercio*, estudo comemorativo ao jubileu da Rainha Vitória e participa das comemorações, organizadas por Eduardo Prado, do III Centenário de Anchieta. O primeiro tomo d' *Um Estadista do Império* é editado, mas só circularia no Brasil no ano seguinte.

1898:

Com a circulação do primeiro tomo d' *Um Estadista do Império* e a publicação do segundo, a publicidade em torno de Nabuco aumenta significativamente. Os críticos recebem bem o livro, críticas pontuais são feitas apenas por José Veríssimo que considera o livro pobre do ponto de vista do vocabulário e sem uma continuidade narrativa adequada. Em dezembro, pronuncia o discurso anual em homenagem aos sócios falecidos do Instituto Histórico e Geográfico.

1899:

Em março, aceita colaborar com o governo republicano, na condição de advogado brasileiro para o arbitramento com a Inglaterra em torno das fronteiras com a Guiana Inglesa. Em maio, embarca com a família para Londres, para participar das negociações do tratado de arbitramento. O terceiro volume d' *Um Estadista do Império* é publicado.

1900:

Em março, morre Souza Correa – Ministro Brasileiro em Londres; Nabuco recebe o convite para ocupar o lugar, mas recusa e, em julho, torna-se Ministro Plenipotenciário em missão especial, tendo como missão a solução do problema das fronteiras brasileiras com a Guiana Inglesa. A chefia da legação é ocupada interinamente pelo encarregado dos negócios. Em agosto, instala-se com a família em Londres, após excursionar pela França, Suíça e Espanha, enquanto aguardava as decisões sobre o tratado de arbitramento. Em Londres, torna-se efetivamente funcionário da República, ao assumir finalmente o cargo de Ministro Brasileiro em Londres. Publica o livro *Minha Formação*, reunindo artigos publicados em 1895 no *Commercio de São Paulo*.

1901:

Reúne vários textos publicados na imprensa na década de 1890 e publica o livro *Escritos e Discursos Literários*. Publica, em espanhol, a parte sobre a Guerra do Paraguai produzida para *Um Estadista do Império*.

1902:

Em abril, nasce o seu quarto e último filho, José Tomaz Nabuco de Araújo.

Com a definição do tratado de arbitramento, passa a trabalhar na primeira memória brasileira em torno da questão da Guiana. Em setembro, morre a mãe, D. Ana Benigna de Sá Barreto Nabuco. Ainda naquele mês, em visita à região dos lagos escoceses, sofre uma congestão em um dos ouvidos e praticamente perde toda a audição. Em dezembro, conclui o primeiro volume da memória brasileira sobre a fronteira com a Guiana Inglesa.

1903:

Em janeiro, parte para Paris para dirigir a impressão do primeiro volume da Memória Brasileira sobre o Guiana, posteriormente publicado sob o título *O Direito do Brasil*. Em fevereiro, entrega o volume ao árbitro, o rei italiano, Vitório Emanuel III. No verão, estabelece-se na Sabóia para redigir a réplica brasileira à memória inglesa sobre a Guiana; no inverno escreve a tréplica em Nice. No total, produz 18 volumes.

1904:

Em fevereiro, com a tréplica concluída, encaminha-a para o árbitro. Em junho, Vitório Emanuel III anuncia o resultado do arbitramento: a região em litígio é dividida entre Brasil e Inglaterra, com vantagem territorial para o segundo país. Nabuco e a imprensa, em geral, consideram uma derrota. Ainda em junho, aceita transferir-se para Washington, onde a legação brasileira seria transformada em embaixada. Permanece na Inglaterra até a organização da primeira embaixada brasileira ser concluída.

1905:

Em janeiro, visita Roma, quando já estava nomeado para o posto nos EUA. Em maio, embarca para Washington – no final do mês, apresenta suas credenciais ao presidente Theodore Roosevelt.

1906:

Entre abril e maio, a convite de Richard Shannon, viaja pelos Estados Unidos, indo de Nova York para São Francisco e de lá para o Canadá.

Em julho, retorna ao Brasil para os trabalhos da III Conferência Pan Americana, realizada no Rio de Janeiro. Em setembro, com o final da Conferência, visita São Paulo e Minas Gerais. Em outubro, retorna para os Estados Unidos. Publica *Pensées detachées et souvenirs*.

1907:

Recebe os títulos de Doutor *Honoris Causa*, nas universidades de Colúmbia e Yale.

1908:

Excursiona por vários estados americanos, proferindo conferências sobre Camões. Em Chicago, profere conferência sobre a aproximação entre os países da América.

1909:

Em janeiro, viaja para Havana, para assistir às cerimônias de restauração do governo nacional de Cuba. Ainda naquele mês, pronuncia, na Universidade de Wisconsin, conferência sobre a contribuição do continente americano para a civilização ocidental – o texto, posteriormente, é publicado no *American Historical Review*. Em fevereiro, em Nova York, é orador nas solenidades de homenagem a Elihu Root, antigo secretário de Estado dos EUA e defensor do Pan Americanismo. Em março, atua decisivamente contra projeto que previa a taxaço do café brasileiro pelo governo dos EUA. Em novembro, atua como intermediário entre EUA e Chile na questão ALSOP (empresa norte-americana acusada de explorar minerais ilegalmente no território chileno); no dia de ação de graças, pronuncia seu último discurso em público.

1910:

Acometido por policitemia (multiplicação desordenada de glóbulos vermelhos), falece em 17 de janeiro em Washington. O corpo é trasladado para o Brasil, chegando em abril; após homenagens no Rio de Janeiro é enterrado em Recife.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADA

1 - Fontes manuscritas:

Arquivo Público de Pernambuco:

- Relatório de 31 de outubro de 1883, encaminhado por Francisco do Rego Barros ao Conselheiro Afonso Augusto Moreira. Arquivo Público de Pernambuco, código Engenheiros Centrais, documentos de 1875-1893.

Relatório de 22 de dezembro de 1884, encaminhado por Francisco do Rego Barros ao Presidente da Província de Pernambuco, Sancho de Barros Pimentel. Arquivo Público de Pernambuco, código Engenheiros Centrais, documentos de 1875-1893 .

Arquivo Joaquim Nabuco – Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Recife/PE:

Correspondência Ativa de Joaquim Nabuco – 1882 a 1884:

Pasta 2 A: 17 cartas
Pasta 3 A: 16 cartas
Pasta 4 A: 8 cartas

Correspondência Passiva de Joaquim Nabuco – 1882 a 1884:

Pasta 6P: 1
Pasta 7P: 4
Pasta 8P: 18
Pasta 9P: 18
Pasta 10P: 16
Pasta 11P: 12
Pasta 12P: 9
Pasta 13P: 1
Pasta 314P: 6
Pasta 315P: 10
Pasta 316P: 12
Pasta 317P: 7
Pasta 318P: 15
Pasta 319P: 3
Pasta 320P: 9
Pasta 321P: 2

2 - Fontes impressas:

Textos publicados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.
Cartas de Londres, publicadas entre 4 de março de 1882 e 30 de junho de 1884.

Gilberto Freyre, *Joaquim Nabuco*, discurso de agosto de 1948, versão digitada pela Fundação Gilberto Freyre – Recife, Pernambuco.

Gilberto Freyre, *A Necessidade de Institutos de Pesquisas Sociais no Brasil*, discurso de dezembro de 1948, versão digitada pela Fundação Gilberto Freyre – Recife, Pernambuco.

Discursos de Posse, na Presidência da República, de Fernando Henrique Cardoso, em 1 de janeiro de 1995 e 1 de janeiro de 1999, publicados respectivamente pela *Folha de São Paulo* em 2 de janeiro de 1995 e 2 de janeiro de 1999, respectivamente.

Entrevista de Gilberto Freyre ao *Diário da Bahia* em março de 1945, *Uma Campanha Maior que a abolição*, versão digitada pela Fundação Gilberto Freyre – Recife, Pernambuco.

2.1 - Livros:

Coleção de Leis do Império do Brasil de 1881, parte II, tomo XLIV, volume II.
Celso, Afonso, *Oito Anos de Parlamento*, Brasília: UNB, 1981 (primeira edição de 1901).

Rebouças, André, *Agricultura Nacional: Propaganda Abolicionista e Democrática*, prefácio de Joselice Jucá, Recife: Editora Massangana, 1988 (primeira edição de 1883).

2.1.1 – Obras de Joaquim Nabuco:

O Abolicionismo, Introdução de Gilberto Freyre; Apresentação de Graça Aranha, Petrópolis: Vozes/ Brasília: INL, 1977.

Abolitionism – The Brazilian Antislavery Struggle, Urbana, Chicago, London: University of Illinois Press, 1977.

O Abolicionismo, Introdução de Marco Aurélio Nogueira, Petrópolis: Vozes, 1988.

O Abolicionismo, Prefácio de José Thomaz Nabuco, Recife: Fundaj/Massangana, 1988. Edição fac-similar.

Minha Formação, Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro/Editor, 1900.

Um Estadista do Império, Prefácio de Raimundo Faoro, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Obras Completas, 14 volumes, São Paulo: Ipê, 1949.

3 – Bibliografia Geral:

3.1 – Obras de caráter geral e teórico – metodológico:

Bobbio, Norberto, *Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política*, São Paulo: editora da Unesp, 1995.

Bloch, Marc, *Introdução à História*, Lisboa: Europa-América, s.d.

Borges, Vavy P., *Biografia e memória: Gabrielle Brune – Sieler, uma vida (1874 – 1940)*, comunicação apresentada no Colóquio Internacional – Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível, Campinas 29 de maio a 2 de junho de 2000.

Bourdieu, Pierre, “A ilusão biográfica”, in Ferreira, Marieta M. e Amado, Janaína (organizadoras), *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Febvre, Lucien, *Martin Lutero: Um Destino*, México: Fondo de Cultura Economica, 1992.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho, “All the World was America” in *Revista USP*, número 17, março/abril/maio de 1993.

_____, “As idéias estão no lugar” in *Cadernos Debate*, nº 1, São Paulo: Brasiliense, 1976.

- Guinsburg, Jacob, "Romantismo, Historicismo e História", in *O Romantismo*, São Paulo: Perspectiva, 1978.
- Lefort, Claude, *As Formas da História*, São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Le Goff, Jacques, *São Luís – Biografia*, Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____, "Memória" e "Documento/Monumento", in *História e Memória*, Campinas: Editora da Unicamp, 1994
- Levi, Giovani, "Usos da biografia", in Ferreira, Marieta M. e Amado, Janaína (organizadoras), *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Levillain, Philipp, "Os protagonistas: da biografia" in Remond, René (organizador), *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora FGV, 1996.
- Loriga, Sabina, "A Biografia como problema" in Jacques Revel (organizador), *Jogo de Escalas: a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998
- Marx, Karl, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s.d.
- Mota, Carlos Guilherme (organizador), *Febvre*, São Paulo: Ática, 1978.
- Rémond, René, "Do Político", in Remond, René (organizador), *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora FGV, 1996.
- Ribeiro, Renato Janine, "A Filosofia política na história" in *Filosofia Política*, Porto Alegre: editora LPM, s.d.
- Romano, Roberto, *Conservadorismo Romântico – Origem do Totalitarismo*, São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- Rosenthal, Gabriele, "A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas" in Ferreira, Marieta M. e Amado, Janaína (organizadoras), *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Schwarz, Roberto, "As Idéias fora do lugar" in *Ao Vencedor as Batatas*, Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1988.

Tuck, Richard, “História do Pensamento Político” in Peter Burke (organizador), *A Escrita da História – Novas Perspectivas*, São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

Vesentine, Carlos Aberto, *A Teia do Fato – Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*, São Paulo: Editora Hucitec/Programa de Pós-graduação em História Social – USP, 1997.

3.2 – Obras de Referência:

Andrade, Ana Izabel de Souza Leão e Rego, Carmem Lúcia de Souza Leão, *Catálogo da Correspondência de Joaquim Nabuco – 1865/1884*, Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

Barata, Carlos Almeida; Bueno, Antônio Henrique Cunha, *Dicionário das famílias brasileiras*, São Paulo: editora Ibero – América, s.d.

Blake, Sacramento, *Dicionário Bibliográfico*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (organizadores), *Dicionário de Política*, Brasília: Editora Unb, 1995.

Braga, Osvaldo Melo, *Bibliografia de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Imprensa Nacional, 1952.

Iconografia de Joaquim Nabuco, prefácio de Gilberto Freyre, Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC/DAC, 1975.

Souza, Armando Brito de; Fontes, Armando Ortega, *Bibliografia de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1949.

Petit Larousse_Universel, Paris: Larousse, 1914.

3.3 – Biografias de Joaquim Nabuco:

Galvão, Sebastião de Vasconcelos, “Esboço Biográfico do embaixador Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXIV – Parte II, 1912.

Nabuco, Carolina, *A Vida de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

Viana Filho, Luís, *A Vida de Joaquim Nabuco*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

Vieira, Celso, *Joaquim Nabuco – Libertador da Raça Negra*, São Paulo: IPÊ, 1949.

3.4 – Obras sobre o tema e o período estudados:

Andrade, Manuel Correia; Dantas, Tereza Cristina de Souza (organizadores), *Nabuco e a Federação*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1992.

Andrade, Manuel Correia, *João Alfredo – Estadista da Abolição*, Recife: Fundaj/Massangana, 1988.

Azevedo, Célia Maria Marinho, *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, *Abolitionism in the United States and Brazil: A comparative perspective*, Nova York: Garland Publishing, 1996.

_____, “Abolicionismo e memória das relações raciais”, *Estudos afro-asiáticos*, n° 26, setembro de 1994.

_____, “Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil”, *Revista USP*, n° 28, dezembro/janeiro/fevereiro, 1995-1996.

_____, “O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro”, *Estudos afro-asiáticos*, n° 30, dezembro de 1996.

Beiguelman, Paula, *Formação Política do Brasil – Teoria e Ação no pensamento abolicionista*, volume 1, São Paulo: Pioneira, 1967.

_____, “Joaquim Nabuco: teoria e praxis” in *Joaquim Nabuco – seleção de textos*, São Paulo: Ática, 1982.

Benevides, Maria Victória, *A UDN e o Udenismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____, *O PTB e o trabalhismo*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

- Bosi, Alfredo, "A Escravidão entre dois liberalismos" in *Dialética da Colonização*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 194-245.
- Bresciani, Maria Stella Martins, *Liberalismo: Ideologia e controle social – Um estudo sobre São Paulo, 1850 – 1920*, Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1976, mimeo.
- Caldeira, Jorge, *A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil*, São Paulo: Editora 34, 1999.
- Cardim, Elmano, *No sesquicentenário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1978.
- _____, *A Imprensa no reinado de D. Pedro II*, Petrópolis, 1970.
- Cardoso, Ciro Flamarion (organizador), *Escravidão e Abolição no Brasil – Novas Perspectivas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1988.
- Cardoso, Fernando Henrique, *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- Carvalho, José Murilo, *Teatro de Sombras – A política imperial*, Rio de Janeiro: editora UFRJ/Relume – Dumará, 1996.
- Carvalho, Maria Alice Rezende, *O Quinto Século – André Rebouças e a construção do Brasil*, Rio de Janeiro: Revan/Iuperj – UCAM, 1998.
- Chalhoub, Sidney, *Visões da Liberdade – Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Costa, Emília Viotti, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- Conrad, Robert, *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850/1888*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Dias, Maria Odila da Silva, *O Fardo do Homem Branco – Southey, Historiador do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- Eisenberg, Peter L., *Modernização sem mudança – A indústria açucareira em Pernambuco 1840 – 1910*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo: editora da Unesp, 1997.

Filho, Luís Viana, *A Vida de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

Faoro, Raymundo, *Os Donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro*, São Paulo: Globo, 1996.

_____, *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*, São Paulo: Ática, 1994.

Gallagher, John e Ronald Robinson, em “The Imperialism of free trade”, in *Economic History Review*, VI, 1 (1953).

Girão, R. , *A Abolição no Ceará*, Fortaleza, 1956.

Gorender, Jacob, *A Escravidão Reabilitada*, São Paulo: Ática/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

Gouvea, Fernando da Cruz, *Joaquim Nabuco: entre a Monarquia e a República*, Recife: Fundaj/Massangana, 1989.

_____, *Abolição: a liberdade veio do norte*, Recife: Fundaj/Massangana, 1988.

_____, *O Partido Liberal no Império: O Barão de Vila Bela e sua época*, Brasília: Senado Federal, 1986.

Grahan, Richard, *Grã – Bretanha e o início da modernização do Brasil (1850 – 1914)*, São Paulo: Brasiliense, 1973.

Hobsbwm, Eric, *Nações e Nacionalismos desde 1780*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Holanda, Sérgio Buarque (organizador), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2, 4 volumes, São Paulo: Difel, 1982.

Hochschild, Adam, *O Fantasma do Rei Leopoldo – Uma história de Cobiça, terror e heroísmo na África Colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Jucá, Joselice, *Quem tem a terra possui o homem – reforma e utopia no contexto do Segundo Império*, Tese de Doutorado, Universidade de Essex, Inglaterra, 1985, mimeo (exemplar traduzido pela autora).

_____, *Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo – Biografia institucional da Fundação Joaquim Nabuco*, Recife: Fundaj/Massangana, 1991.

Júnior, Caio Prado, *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1977.

Machado, Maria Helena, *O Plano e o Pânico – Movimentos sociais na década da abolição*, Rio de Janeiro: editora UFRJ; São Paulo: Edusp, 1994.

Marson, Izabel, *O Império do Progresso – A revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, *O Império da “Conciliação”: Política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*, Tese de Livre – Docência, Unicamp, Campinas, 1999, mimeo.

_____, “Liberalismo e escravidão no Brasil” in *Revista USP*, nº 17, março/abril/maio de 1993.

_____, “Minha Formação: autobiografia, política e história”, *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Unijuí, volume 17, nº 33, 1997.

_____, “Estado x Nação no Império: reflexões sobre uma relação contraditória” Textos apresentados no Workshop – GT/História Política, XV Encontro Regional de História, ANPUH – SP, 8 de setembro de 2000.

Mello, Evaldo Cabral, *O Norte agrário e o Império (1871 – 1889)*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

Melo, João Manuel Cardoso de *Capitalismo Tardio*, São Paulo: Brasiliense, 1972.

Mendonça, Joseli Maria Nunes, *Entre a mão e os anéis – A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 1999.

Mendonça, Renato, *Um Diplomata na Corte da Inglaterra – O Barão de Penedo e sua época*, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

Mommsen, Wolfgang J., and Jürgen Osterhammel (eds.), *Imperialism and After: Continuities and Discontinuities*, London, 1986.

Morton, A., L., *A história do povo inglês*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

Nogueira, Marco Aurélio, *As desventuras do liberalismo – Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Oliveira, Cecília H. L. de Sales, *Astúcia Liberal – Relações de Mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1829)*, Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999.

_____, “Estado x Nação no Império: reflexões sobre uma relação contraditória” Textos apresentados no Workshop – GT/História

Política, XV Encontro Regional de História, ANPUH – SP, 8 de setembro de 2000.

Peixoto, Alzira Vargas do Amaral *Getúlio Vargas – Meu Pai*, São Paulo: Editora Global, s.d.

Pinheiro, Paulo Sérgio (organizador), *Trabalho escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Porter, Andrew (ed.), *The Oxford History of the British Empire – The Nineteenth Century*, Oxford and New York: Oxford University Press, 1999.

Prado, Maria Emília, “O cavaleiro andante dos princípios e das reformas – Joaquim Nabuco e a política” in Prado, Maria Emília (organizadora), *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*, Rio de Janeiro: Access, 1999.

Rémond, René, *O século XIX, 1815 – 1914*, São Paulo: editora Cultrix, 1990.

Ribeiro, Renato Janine, *A Sociedade contra o Social – O alto custo da vida pública no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Saes, Décio, *A formação do estado burguês no Brasil: 1888 – 1891*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Salles, Ricardo, *Nostalgia Imperial*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Scanavini, João Eduardo F., *As Pressões Britânicas e a Abolição do Tráfico no Brasil: Percurso bibliográfico de um argumento*, Monografia de Bacharelado, Departamento de História/IFCH/Unicamp, dezembro de 1999, mimeo.

Schwarcz, Lília Moritz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Scott, Rebecca J., *Emancipação escrava em Cuba – A transição para o trabalho livre, 1860 – 1899*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: editora da Unicamp, 1991.

Singer, Paul, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, São Paulo: Companhia editora nacional, 1977.

Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Sodré, Nelson Werneck, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____, *A História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Maud, 1999.

Toledo, Roberto Pompeu (org.), *O Presidente segundo o sociólogo – Entrevista com Fernando Henrique Cardoso*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Veríssimo, José Inácio, *André Rebouças através de sua autobiografia*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

Vianna, Vítor, *Grandes annaes do Brasil independente (1827 – 1927) – Um século de trabalho e glória – Edição comemorativa ao primeiro centenário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1927.